

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RICARDO DA GAMA ROSA COSTA

VISÕES DO “PARAÍSO CAPITALISTA”:
Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de MESTRE. Área de Concentração: História Social das Idéias.

Orientadora: Prof^a Dr^a Gizlene Neder

Niterói
1997

Costa, Ricardo da Gama Rosa, 1960-

Visões do “Paraíso Capitalista”: Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República / Ricardo da Gama Rosa Costa - Niterói : [s. n.], 1997. 230p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Área de Concentração: História Social das Idéias, 1997.

1. História Política – Nova Friburgo – República.
I. Título.

RICARDO DA GAMA ROSA COSTA

VISÕES DO “PARAÍSO CAPITALISTA”:

Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de MESTRE. Área de Concentração: História Social das Idéias.

Aprovada em agosto de 1997.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Gizlene Neder
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Sonia Regina de Mendonça
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Márcia D’Alessio
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

NITERÓI

1997

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Prof^a Dr^a Gizlene Neder pela dedicação e profissionalismo com que me orientou, demonstrando convicção na defesa de suas idéias e paixão por seu trabalho, sem anular o modo sempre meigo e carinhoso de nos tratar.

A todos os professores com os quais tive o prazer de me relacionar durante os Seminários da Pós-Graduação e que colaboraram de forma inestimável com suas aulas para que eu pudesse compor o quadro teórico-metodológico de minha dissertação. A Gizlene Neder, Angela Maria de Castro Gomes, Daniel Aarão Reis Filho, Lana Lage, Sonia Regina de Mendonça e Marco Antonio Pamplona, o reconhecimento de quem se sente profundamente enriquecido pelo alto nível das palestras e discussões com os quais fui contemplado nos cursos.

Agradeço particularmente à Prof^a Dr^a Sonia Regina de Mendonça, presente tanto na Banca Examinadora do Concurso que aprovou o meu ingresso no Mestrado quanto na Banca da Defesa do Projeto. Suas considerações e sugestões, nos dois momentos, foram de enorme valia para as mudanças processadas junto aos objetivos e ao desenvolvimento deste trabalho como um todo. Também agradeço à Prof^a Dr^a Ismênia de Lima Martins, por sua importante participação na Banca da Defesa do Projeto, e pelo gesto emocionado ao final desta, numa demonstração de amor profundo pela profissão e pela História.

Minha gratidão especial ao grande amigo João Raimundo de Araújo, meu eterno e querido mestre, com quem sempre estou aprendendo e me divertindo. Obrigado por seu apoio, por seus conselhos e sugestões, por seu carinho e inesgotável bom humor, mesmo quando nosso Flamengo perde.

Agradeço ao colega e amigo Iedo Angelo Corrêa, pela ajuda sem par na pesquisa realizada junto aos jornais arquivados no Departamento Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e às atas da Câmara Municipal, sem o que este trabalho não teria sido concluído a tempo.

Ao CNPq, pelo financiamento à pesquisa, indispensável para o cumprimento de todas as fases necessárias à elaboração da dissertação.

Ao companheiro de jornadas no Mestrado, José Carlos Pedro, com quem percorri dezenas de vezes o trajeto Nova Friburgo-Niterói, durante o qual travamos infindáveis discussões a respeito de nossos projetos, hipóteses, convicções, incertezas e angústias. Nossa amizade estreitou-se de forma considerável nestes quase três anos de estudos e trabalhos.

Aos funcionários do Departamento Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, em especial à Tereza Albuquerque, responsável pela guarda e manutenção de acervo de documentos e fontes dos mais significativos sobre a História de Nova Friburgo, pelo atendimento sempre solícito.

Aos funcionários da Câmara Municipal de Nova Friburgo, pela atenção e tratamento dos mais amigáveis, permitindo o acesso irrestrito aos Livros de Leis e de Atas das Reuniões do Legislativo.

Aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, pela eficiência e pelo trabalho competente.

A meus pais, Lais e Roberto, pelo permanente incentivo. A meus irmãos, Cláudio e Renato, futuros mestres nas áreas de Arqueologia e Arquitetura, pela torcida de longe. A toda a minha família e à de minha mulher, além dos muitos amigos que guardo do lado esquerdo do peito, a aguardarem ansiosos o momento de comemorar o fechamento de todo este trabalho.

Ao amigo Dênis de Moraes, destacado intelectual do Brasil de nossos dias, retribuo de forma carinhosa o apoio sincero e os vários instantes em que trocamos idéias e sonhos.

Esta dissertação é dedicada aos velhos militantes operários Francisco de Assis Bravo e José Pereira da Costa Filho, os quais, nos seus respectivos 86 e 95 anos, dão o exemplo lúcido de duas vidas dedicadas, sem descanso, à luta por uma sociedade mais justa e fraterna. Generosos combatentes da causa operária em Nova Friburgo, de quem aprendi a admirar a coragem e o desprendimento, obrigado pelos momentos em que me proporcionaram aproximar-me de suas ricas experiências de vida.

Também e principalmente dedico meu trabalho às riquezas maiores de minha vida, sem os quais nada mais faria sentido. A Margot, companheira de todas as horas, obrigado por seu amor e pela paciência nestes vários meses em que me dediquei ao Mestrado. A meus filhos Pedro Paulo e Anna Luiza, obrigado por iluminarem meu caminho com seus sorrisos e travessuras.

Nova Friburgo, 25 de junho de 1997.

A Francisco Bravo e José Costa, bravos combatentes da luta operária em Nova Friburgo.

A Margot, Pedro Paulo e Anna Luiza, que proporcionam a alegria minha de cada dia.

“Na realidade, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas. (...) Qual será, então, a verdadeira concepção do mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? E, já que a ação é sempre uma ação política, não se pode dizer que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida na sua política? (...) É por isso, portanto, que não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos.” (Antonio Gramsci)¹

“Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta forma sublimada de guerra civil, mobilizando de maneira duradoura ... o maior número possível de agentes dotados de uma mesma visão do mundo social e do seu porvir. Para garantirem esta mobilização duradoura, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários.” (Pierre Bourdieu)²

¹ GRAMSCI, Antonio - A Concepção Dialética da História, 9ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, pp. 14-15.

² BOURDIEU, Pierre - “A Representação Política” in O Poder Simbólico, Lisboa/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989, p. 174.

RESUMO

A história política de Nova Friburgo, no período republicano, traduz-se na luta empreendida pelos dois maiores grupos representativos das frações da classe dominante local, cujos projetos de poder vinculam-se a distintas visões acerca da cidade ideal a ser construída.

Este trabalho centra sua análise na trajetória do grupo liberal conservador, associado à defesa dos interesses de industriais e comerciantes que, na luta pela afirmação de seu projeto hegemônico, elaborou uma visão de cidade “européia” e “civilizada” quando da instalação no município das primeiras fábricas têxteis, fundadas por empresários alemães. A construção desta imagem viveria a tensão entre privilegiar o instante mesmo da formação histórica de Nova Friburgo, ligada à colonização suíça, ou reconhecer a forte presença germânica na cidade.

Desenvolvo a hipótese de que a formulação do mito da Suíça Brasileira, além de fazer parte da estratégia dos liberais na construção da hegemonia burguesa em Nova Friburgo, pela qual se criava uma identidade cultural para a cidade e inventavam-se tradições, se firmaria como uma contingência do processo histórico mundial, abalado pelas duas grandes guerras, nas quais a participação dos alemães ficaria marcada, ao final dos conflitos, como extremamente negativa.

No contraponto da visão liberal, situa-se o grupo populista, com raízes no movimento ideológico que advogava uma alternativa de poder francamente autoritária e antiliberal, caracterizando-se por adotar uma prática política centrada no apelo direto às camadas populares, através da personalidade carismática, numa relação que, se visava o controle das massas, convivia sempre com a possibilidade da mobilização popular, como de fato ocorreu, principalmente da década de 1950 em diante.

Por fim, o trabalho presente analisa o golpe de 1964 como a representar a pretendida retomada do projeto liberal burguês, interrompido durante o longo período de domínio populista no município e ainda mais ameaçado pela ascensão, naquele instante, do movimento operário e sindical.

ABSTRACT

In the republican period, the political history of Nova Friburgo has been expressed by the struggle between the two groups that represent the most important fractions of the local dominant class. Their political projects are attached to different visions about the ideal city to be constructed.

The main feature of this work is the trajectory analysis of the liberal conservative group, that represents the interests of industrialists and traders. In order to conquer the hegemonic power, this group has developed the image of Nova Friburgo as an “european” and “civilized” city, when the first textile industries, founded by german managers, were installed. The building of this image would bring forth a tension between two tendencies: one considering the historical beginning of Nova Friburgo attached to Swiss colonization, and the other recognizing the strong presence of Germans in it.

I developed the hypothesis that the myth of “Brazilian Switzerland”, part of the hegemonic project of the liberal group, that criated a cultural identity to the city and invented traditions, took place because of the consequences of the two World Wars, in which the Germans’ performance was seen as an extremely negative one.

Opposed to the liberal point of view was the “populist” group, rooted in the ideological movement which defended a totally authoritarian and anti-liberal alternative of power, and being characterized for using a political practice centered on the direct appeal to the popular classes through a charismatic personality, in such a way that, although aiming the control of the masses, would always live with the possibility of popular mobilization, as in fact ocured, mainly from the 1950’s on.

Finally, the work analyses the 1964 stroke as the intended resuming of the liberal bourgeois project, interrupted by the long period of populist dominium on the county, and threatened by the ascension of the labor movement, at that moment.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
1 - HISTÓRIA REGIONAL	15
2 - HISTÓRIA POLÍTICA	17
3 - HEGEMONIA E PODER SIMBÓLICO: PARA UM ESTUDO DO CAMPO POLÍTICO	20
3.1 - <u>O Conceito de Hegemonia em Gramsci</u>	21
3.2 - <u>A Questão Ideológica</u>	24
3.3 - <u>Luta Simbólica e Formação de Grupos: a Contribuição de Bourdieu</u>	26
<u>CAPÍTULO 1 - A CAMINHO DO PARAÍSO: GALDINO DO VALLE FILHO E O PROJETO LIBERAL</u>	30
1 - “UM BANDO IDÉIAS NOVAS” NA VIRADA DO SÉCULO	33
1.1 - <u>“Razão, Ciência, Progresso e Liberalismo”</u>	33
1.2 - <u>As Forças Hegemônicas da República</u>	36
2 - GALDINO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE FRIBURGO	40
3 - O MITO DA “SUÍÇA BRASILEIRA”	46
3.1 - <u>Agenor de Roure e o “Plano de D. João VI”</u>	47
3.2 - <u>Uma Comunidade Política Imaginada</u>	52
3.3 - <u>Suíços X Alemães</u>	55
<u>CAPÍTULO 2 - DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO ESTADO NOVO: PEDRAS NO CAMINHO DOS LIBERAIS</u>	62
1 - A DERROCADA DE GALDINO E A ESCALADA AUTORITÁRIA	63
1.2 - <u>A “Ideologia de Estado”</u>	67
2 - ENTRA EM CENA O TRABALHADOR	71
3 - DE NOVO A QUESTÃO ALEMÃ	76
4 - O REFORÇO DO AUTORITARISMO E A OPOSIÇÃO LIBERAL	81
4.1 - <u>Apogeu e Declínio do Estado Novo</u>	89

<u>CAPÍTULO 3 - A DEMOCRACIA DÁ SINAIS DE VIDA</u>	95
1 - A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS NACIONAIS APÓS O ESTADO NOVO	95
1.1 - <u>A UDN: da Resistência Liberal a Partido das “Elites”</u>	96
1.2 - <u>O PTB: Trabalhismo para Evitar o Comunismo</u>	100
1.3 - <u>O PSD: Entre o Liberalismo e o Trabalhismo</u>	106
2 - 1947/50: O BREVE DOMÍNIO UDENISTA	109
2.1 - <u>O 16 de Maio e o Retorno às “Origens”: Recordar é Preciso</u>	111
2.2 - <u>Pedro Cúrio: “Como Surgiu Friburgo” em Nova Versão</u>	116
3 - 1951/1962: A LONGA FASE “POPULISTA”	120
3.1 - <u>1954: “Crime e Castigo” do PTB Friburguense</u>	123
3.2 - <u>Feliciano Costa: Ambigüidades e Personalismo</u>	124
3.3 - <u>Amâncio Mário de Azevedo: o “Médico dos Pobres” no Poder</u>	127
<u>CAPÍTULO 4 - A BURGUESIA VAI AO PARAÍSO</u>	130
1 - O UDENISMO RADICAL DE HERÓDOTO: OFENSIVA CONTRA O GETULISMO	131
1.1 - <u>1962: Nova Estratégia Udenista e Crescimento das Esquerdas</u>	133
2 - 1964: GOLPE CONTRA OS SETORES POPULARES	136
2.1- <u>Os Empresários no Poder</u>	146
3 - NASCE O PARAÍSO CAPITALISTA	148
<u>CONCLUSÃO:</u> <u>A “SUÍÇA BRASILEIRA” ENCONTRA O “PARAÍSO CAPITALISTA”</u>	153
<u>NOTAS</u>	159
<u>FONTES</u>	170
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	171

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, o grupo político do então Prefeito Municipal Heródoto Bento de Mello desenvolvia a tese de que Nova Friburgo seria o "Paraíso Capitalista", pois a iniciativa privada (identificada, basicamente, com as grandes fábricas têxteis e metalúrgicas - Rendas Arp, Ypu, Filó, Haga, etc, as empresas ligadas ao comércio e ao turismo, a companhia de energia elétrica, formada por capital privado, a empresa de ônibus, detentora do monopólio na exploração das linhas municipais, etc), dominando as principais atividades econômicas na cidade, representaria o motor principal do desenvolvimento econômico do município, que seria responsável pela garantia de um alto nível de vida à sua população.

A facção política liderada pelo Eng^o Heródoto Bento de Mello, empresário do setor de construção civil, representava os interesses dos grupos econômicos mais poderosos da cidade, ou seja, os grandes empresários do comércio, os donos das principais fábricas têxteis e metalúrgicas, além das firmas de construção civil. E se apresentava como a elite capaz de guiar Nova Friburgo no rumo do progresso dentro da ordem, pretendendo dar continuidade à liderança anterior do médico Galdino do Valle Filho, cuja ação política, foi, em grande parte, nos idos de 1910 e 1920, determinante no processo de construção da hegemonia liberal burguesa em Nova Friburgo.

Este trabalho, portanto, visa contribuir com a análise da história política de Nova Friburgo, focalizando, em especial, a formação do grupo político responsável pela construção da nova hegemonia no início do século XX, erigida a partir das lutas sociais travadas, sob a liderança de Galdino do Valle Filho, em prol da instalação das primeiras fábricas têxteis na cidade, forjando, assim, a nova ordem econômica e social – industrial e capitalista – em substituição à ordem societária anterior, até então dependente da economia cafeeira e do latifúndio escravista. Para a construção da nova hegemonia exerceu papel fundamental a difusão do mito da Suíça Brasileira como forma de identificar Nova Friburgo a uma cidade singular, ligada ao progresso e à iniciativa individual, nos moldes do ideal de mundo burguês.

Galdino é identificado, pelos trabalhos historiográficos tradicionais, como o homem político que contribuiu de maneira decisiva para que Nova Friburgo viesse a se tornar uma cidadela avançada do “progresso” e da “civilização”. A sua vida política, interrompida em 1961, esteve associada à defesa dos interesses do empresariado local e

dos pressupostos liberais, à perseguição sofrida durante a Revolução de 1930 e o Estado Novo, à fundação e liderança da UDN nos anos de 1940 e 1950 e à reconquista do poder municipal (com a eleição do Eng^o César Guinle) ao fim da ditadura varguista. Também partiu de seu grupo a maior contribuição, em termos de ação política e do discurso ideológico, para edificar a imagem do município como a “Suíça Brasileira”.

Das visões construídas sobre Nova Friburgo, a que se firmou, tornando-se hegemônica, remonta às origens históricas da cidade colonizada por europeus (suíços - os primeiros imigrantes, trazidos por D. João VI - e alemães). Um processo de “tradições inventadas” contribuiu para a elaboração do mito da Suíça Brasileira, colaborando para a idealização da imagem de uma cidade “paradisiaca”. Segundo esta versão, em Nova Friburgo o trabalho escravo teria sido praticamente inexistente, proporcionando condições à formação de uma sociedade étnica e culturalmente mais “civilizada”, com a predominância da mão-de-obra livre e branca de origem européia. Seria uma cidade com características especiais, que a destacariam do restante do país “atrasado” tanto cultural quanto economicamente, porque mestiço e de preponderância da grande propriedade escravista. Os colonos europeus, apontados como amantes do trabalho árduo nas suas pequenas propriedades, teriam sido responsáveis pela formação de uma sociedade mais próxima dos padrões culturais “avançados”, mais próxima, portanto, da “civilização” e do “progresso” e mais distante do “barbarismo” e do “atraso” presentes na maioria das regiões brasileiras.

A construção de tal imagem não se fez sem lutas e tensões. Em primeiro lugar, porque a identificação de Nova Friburgo com a Suíça Brasileira acabou esbarrando na forte presença dos alemães no município (sem falar nos luso-brasileiros, africanos, italianos, espanhóis, etc.), constituindo importante núcleo cultural e político por causa das fábricas têxteis, cujos principais acionistas e diretores eram alemães. Sua influência sobre os destinos políticos da cidade constituiu-se muito mais evidente que o de qualquer outro grupo, ao menos até o fim da Segunda Guerra Mundial. Não foi à toa que os discursos associando Nova Friburgo aos pioneiros suíços tornaram-se mais intensos nas conjunturas imediatamente posteriores às duas grandes guerras, quando o prestígio dos alemães esteve profundamente abalado.

Outro foco de tensões foi a própria luta política municipal, opondo a facção dos liberais aos representantes de interesses distintos dos seus, fossem aqueles que, nos anos 1910 e 1920, seguiam a liderança regional de Nilo Peçanha, de quem Galdino tornou-se

intransigente adversário, fossem aqueles que, dos anos 1930 aos 1960, vincularam-se ao getulismo e ao chamado “populismo”.

A maior liderança deste grupo foi o médico Amâncio Mário de Azevedo, eleito por três vezes prefeito municipal. Iniciou sua carreira política como vereador eleito pelo PSD em 1947, na esteira do legado varguista, cujo maior expoente político, até então, era o ex-prefeito Dante Laginestra, interventor da Revolução de 1930 e do Estado Novo no município. Amâncio projetou-se no cenário político municipal ancorado na imagem carismática do médico “caridoso”, atendendo sem cobrar os pacientes mais pobres¹.

Nos anos 1950 foi consolidando sua liderança política no município, até eleger-se prefeito, pela primeira vez, em 1958. Sua atuação trilhou caminho distinto da efetuada pelo grupo liberal, pois repetiu, no nível municipal, as práticas “populistas”, entendidas aqui como um conjunto de ações políticas direcionadas a atender certos anseios das camadas mais pobres da população, através de obras de saneamento, rede de águas fluviais, calçamento de ruas, etc, beneficiando principalmente os bairros da periferia e não apenas o centro da cidade, numa operação que procurava fortalecer a relação direta da personalidade carismática com o povo.

O grupo populista, nascido sob o patrocínio ideológico de um Estado francamente autoritário como o Estado Novo, abraçou um pensamento político cujas raízes históricas remontavam ao final dos anos 1920, um período de hegemonia clara das idéias antiliberais, e propôs a adoção de uma “democracia substantiva”, “social” ou “direta”, pela qual valeria efetivamente a ação do chefe político carismático no comando do poder executivo, a realizar reformas que atendessem os setores desprivilegiados da sociedade, sem permitir, no entanto, a organização política das classes subalternas. Após a Segunda Guerra Mundial, o populismo entrou na sua fase democrática, obrigado a conviver com a nova conjuntura política de ascensão dos movimentos de massa. Continuou, no entanto, a tentar exercer um controle sobre a participação política dos trabalhadores, o que se tornou cada vez mais difícil nos anos 1960.

O golpe de 1964, em Nova Friburgo, configurou-se como o momento em que o grupo da UDN e dos empresários locais, liderado por Heródoto Bento de Mello, oportunizou para reassumir o comando político do Município, tendo em vista dar continuidade ao projeto da cidade “civilizada” que, na sua concepção, deveria ser Nova Friburgo. Tal projeto, ameaçado enquanto perdurou o domínio do poder local por parte do grupo getulista, encontrou-se ainda mais ameaçado, no início da década de 1960,

pela ascensão do movimento popular e sindical no cenário político nacional, com reflexos em Friburgo, onde a esquerda cresceu e os comunistas conseguiram eleger um seu representante na Câmara Municipal.

O retorno dos udenistas ao poder municipal, após o golpe de 1964, representou, portanto, a tentativa de retomada do projeto político de cidade “civilizada” inaugurado no início do século, com a instalação das primeiras fábricas e a construção da imagem de Nova Friburgo como cidade “européia”. Desta forma, o grupo pretendeu sedimentar o caminho necessário à promoção da “Suíça Brasileira” ao *status* de “Paraíso Capitalista”, visando garantir aos empresários locais plena liberdade de iniciativa, sem a interferência indesejável do movimento operário ou de governos que com este estabelecessem qualquer tipo de relação.

Este estudo monográfico procurará proporcionar um entendimento o mais global possível do processo histórico e social de Nova Friburgo e sua relação com o aparecimento dos grupos políticos, os quais, movidos por interesses de ordem econômica e por visões de mundo específicas, dirigirão suas ações no sentido de uma acirrada disputa pelo controle do poder local. A articulação desta realidade local com fatos históricos nacionais e no nível do Estado do Rio de Janeiro permitirá a construção de uma história regional não descolada do todo social. A pesquisa, orientada no sentido de privilegiar a análise dos fatos políticos e das lutas de hegemonia em Nova Friburgo, tomará por base o período que vai da instalação das primeiras indústrias (anos 1910 e 1920) até o golpe de 1964, momento crítico de embate entre as forças políticas analisadas. O levantamento de dados desde o início do século XX irá possibilitar a visualização das raízes mais profundas dos grupos estudados.

1 HISTÓRIA REGIONAL

Procurarei analisar o tema sob a ótica da História Regional, pois é no nível da região que as ações e interações entre os homens mais significativamente se percebem e podem nos fazer compreender com maior clareza as intenções e objetivos subjacentes aos fatos e atitudes. O conceito de região vem sendo trabalhado de forma mais aprofundada pelos integrantes da chamada “geografia crítica”, que, incorporando o ponto de vista teórico marxista, combate a visão tradicional e positivista da Geografia, presa à noção de espaço natural, a determinar, através do clima, relevo, vegetação, etc, as ações humanas. A geografia crítica enxerga a organização espacial como uma

categoria social, resultado da ação dos homens sobre a natureza e das relações operadas em sociedade, numa perspectiva dialética em que espaço e tempo social se articulam conformando uma realidade histórica dinâmica e transformadora, jamais estática. O conceito de região, entendido como “um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula”², configura-se pleno de historicidade, permitindo um diálogo construtivo entre historiadores e geógrafos.

Muito contribuiu, para esta noção de região, a análise de Gramsci sobre a “Questão Meridional” na Itália, como aponta Sandra Jatahy Pesavento³. A abordagem de Gramsci permite uma interpretação tanto em nível do econômico-social quanto do político-ideológico, ao vislumbrar a região como espaço de formação e enfrentamento entre si dos grupos e classes sociais. O recorte regional proporciona avaliação privilegiada da forma como as frações da classe dominante estabelecem alianças e constroem a hegemonia política frente aos demais grupos e sobre as classes subalternas, além de permitir a compreensão do modo pelo qual um grupo, no processo de dominação, elabora a sua auto-imagem, relacionando-a com a imagem da própria região.

O estudo das disputas políticas locais, que é, basicamente, o objeto de minha pesquisa, procurará evitar, por um lado, as generalizações abstratas e, por outro, a visão particularista, meramente dedicada à compilação e narrativa dos acontecimentos específicos. Daí a necessidade de se estabelecer constantemente a relação entre as ações locais e os movimentos a nível nacional, não perdendo jamais a perspectiva do todo social, para não enveredar por um ponto de vista fragmentado e isolacionista. Ciro Flamarion Cardoso nos diz que é preciso manter “a posição conseqüente de que o social é um todo estruturado e cognoscível, e partindo-se de uma teoria desta globalidade, o estudo monográfico de temas restritos - na verdade de *qualsquer* temas relativos ao homem em sociedade - não somente será iluminado pela noção que se tenha acerca da totalidade do social, como expressará, ao nível de cada tema, tal totalidade, ajudando a revelá-la, a corrigir quando necessário a visão teórica que dela se tenha”⁴.

A análise do particular, assim, não se faz à revelia do geral, mas também não deve ser encaminhado no sentido de revelar uma realidade local como mero reflexo de uma estrutura mais global. “Não se trata de difusão, mas de conflito”⁵, como indica Carlo Ginzburg ao interpretar a história da arte italiana como um processo resultante das relações conflituosas entre os centros hegemônicos difusores de uma arte dominante em determinados períodos históricos e as regiões periféricas, tradicionalmente vistas como

simples receptoras dos estilos produzidos nos pólos centrais. Ginzburg reforça que “o nexo centro/periferia não pode ser visto como uma relação invariável entre inovação e atraso. Trata-se, pelo contrário, de uma relação móvel, sujeita a acelerações e tensões bruscas, ligada a modificações políticas e sociais...”⁶. Combatendo o estigma de provincianismo e atraso que permeia a imagem a respeito das cidades e regiões interioranas, o autor ressalta a possibilidade de realizações autônomas por parte dos setores periféricos. A concepção de *circularidade cultural*, inspirada na contribuição teórica de Mikhail Bakhtin, embasa os trabalhos de Ginzburg, na direção de considerar como recíprocas as influências entre os grupos sociais dominantes e os subalternos.

No caso de meu trabalho, em particular, tais considerações são preciosas, pois contribuem para que a relação centro/periferia apareça de maneira a exprimir uma constante circulação de idéias políticas e não a simples subordinação da realidade local aos interesses e decisões do centro político hegemônico. As ações dos indivíduos e grupos em Nova Friburgo, deliberadas e conscientes, se inserem na luta pela hegemonia do poder local, articuladas que estão à tentativa de fazer valer as diferentes concepções de mundo e de cidade que os acompanham.

Percebem-se, portanto, as imensas possibilidades que oferece o estudo centrado na ótica regional, fazendo aflorar o específico e o particular, de explorar os conflitos e as diferenças evidenciadas nas ações humanas no nível da história política. Fica aberto o caminho na construção de uma história que não seja apenas descrição de fatos passados, mas que some no sentido da explicação de aspectos fundamentais da realidade social e política nacional, particularmente no que tange à ação autoritária e excludente das classes dominantes brasileiras, análise que considero de extrema necessidade para quem almeja contribuir de alguma forma no processo de transformação efetiva dessa realidade.

2 HISTÓRIA POLÍTICA

A história política experimentou um longo período de ostracismo. O grupo de historiadores que fundou a Revista dos *Annales* na França em 1929 e que tornou hegemônica a sua perspectiva teórico-metodológica junto à Academia nos anos 1940, considerava ultrapassado o estudo centrado nas questões políticas. Este grupo fez alavancar o seu ponto de vista junto ao *stablishment* dos historiadores partindo da crítica feroz ao tipo de historiografia praticado até então, que justamente privilegiava a história

política, através da narração dos feitos dos “grandes homens” nas batalhas ou nas realizações de seus governos, numa época de formação das grandes histórias nacionais. Seria uma história factual, preocupada, acima de tudo, com a compilação de acontecimentos considerados importantes na versão dominante.

As correntes mais atacadas pela Escola dos *Annales* foram a dos positivistas e a do historicismo conservador na Alemanha, à frente Leopold Von Ranke. Passou a ser dominante entre os historiadores a noção que ligava a história política a um estudo superficial da sociedade, ou mesmo à ausência total de uma análise mais profunda de determinada realidade social. Esta posição foi radicalmente assumida por Fernand Braudel, que rejeitava a história breve dos acontecimentos (*histoire événementielle*), preferindo centrar o foco na longa duração das estruturas econômicas, sociais e geográficas. Dos fundadores dos *Annales*, Lucien Febvre também havia sido taxativo no ponto de negar a importância da história política, cabendo a Marc Bloch fugir um pouco a esta postura, ao estudar a sociedade feudal e o papel simbólico desempenhado pelo poder monárquico em *Les Rois Thaumaturges*, por exemplo.

O interesse pelo estudo das questões políticas, seja ele dedicado à história do poder ou das idéias políticas, ressurge, a partir dos anos 60, com a chamada terceira geração dos *Annales*, menos ambiciosa com respeito à possibilidade de construir uma história total e explicativa e mais afeita ao levantamento de fenômenos sociais localizados, no nível da região, do cotidiano, das minorias. A preponderância anterior de assuntos vinculados à história econômica era substituída pela preocupação com questões de ordem cultural, política ou no campo das mentalidades. Tratava-se de uma reação a Braudel e ao marxismo, acusados de deterministas e de colocar no nível econômico praticamente toda a responsabilidade pelas mudanças ocorridas em sociedade⁷.

A nova tendência, de certa forma, já se evidenciava também entre historiadores cuja formação teórica tinha uma forte base marxista, como os ingleses da *New Left Review*, interessados no levantamento minucioso de fatos patrocinados, não mais pelas classes dominantes, mas pelos homens e mulheres do povo, uma história empírica por excelência, voltada agora para a participação ativa dos “de baixo” na construção das sociedades modernas. É um estudo que privilegia os aspectos culturais e políticos na ação revolucionária ou de resistência por parte de camponeses, operários, mulheres, etc., numa aproximação metodológica com a Antropologia. Mas, longe da história produzida no século XIX e dominante até as primeiras décadas do século XX, na maioria das vezes mera coletânea de acontecimentos filtrados de documentos oficiais a traduzir a

posição ideológica dos detentores do poder, passa-se a produzir “uma história que se esforça no sentido de relacionar fragmentos de explicação no interior de uma interpretação total”⁸. Ou, como afirma Hobsbawm, “o acontecimento, o indivíduo, e mesmo a reconstrução de algum estado de espírito, o modo de pensar do passado, não são fins em si mesmos, mas constituem o meio de esclarecer alguma questão mais abrangente, que vai muito além da estória particular e seus personagens”⁹.

O universo político passa a ser compreendido como uma instância com autonomia própria, *locus* privilegiado para o entendimento da forma pela qual os grupos e indivíduos se relacionam em sociedade, posicionando-se conforme os interesses específicos, tenham estes origem de ordem econômica, religiosa, cultural, etc. É possível perceber que nem tudo, na esfera política, pode ser explicado buscando-se razões estreitamente determinadas pelos outros níveis sociais. Sem querer afirmar a total independência do político, muito menos a sua primazia frente à “base” ou “infraestrutura”, é preciso estabelecer que há situações de especificidade que não respondem necessariamente a uma lógica deduzível de imediato. De fato, há que se buscar, nas análises dedicadas aos temas políticos, uma relação dialética entre as atitudes e idéias assumidas pelos grupos ou indivíduos em conflito e as questões estruturais.

Jacques Julliard cita os esquemas desenvolvidos por René Remond como capazes de “introduzir na história política uma dialética da continuidade e da transformação, da estrutura e da conjuntura, dialética que faltava até aqui”. Não haveria, desta forma, contradição alguma entre a descrição minuciosa de fatos e a análise mais generalizante do estrutural, pois “a minúcia do pormenor concreto, a investigação empírica, a preocupação de correlacionar a ordem de permanência e a ordem da transformação são a marca que distingue a história”¹⁰. O acontecimento político, continua Julliard, não pode mais ser encarado como mero produto de uma estrutura globalizante, mas deve ser visto também como gerador de outros fatos e mesmo de novas estruturas, numa perspectiva inscrita na longa duração, que encara a temporalidade tanto sob o signo da mudança quanto da permanência. Isto proporciona à história política “uma respiração mais profunda, mais ampla, em lugar da respiração curta a que parecia destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos”¹¹, já que ficam assim estabelecidas as bases para uma análise verdadeiramente dialética entre o social e o político.

Aprofundando o estudo do campo político, há que se recorrer à análise de conceitos-chave para o entendimento da formação dos grupos e de seus projetos

hegemônicos, para o que as contribuições de Antonio Gramsci e de Pierre Bourdieu tornam-se imprescindíveis.

3 HEGEMONIA E PODER SIMBÓLICO: PARA UM ESTUDO DO CAMPO POLÍTICO

É necessário enfatizar a significativa contribuição do filósofo italiano Antonio Gramsci para o pensamento político, acompanhando uma tendência percebida entre os “marxistas ocidentais” após o período da I Guerra Mundial, quando, então, as análises produzidas no campo do materialismo histórico passam a se dedicar mais ao estudo das superestruturas. Além de Gramsci, podem ser citados Lukács, os integrantes da Escola de Frankfurt e, mais tarde, Althusser e Poulantzas como pensadores do marxismo que passaram a se preocupar com as questões relativas à arte, à cultura e ao poder político.

Interessa-me centrar o foco sobre a obra de Gramsci, cujo conceito de pensamento político está essencialmente vinculado à atividade humana. A simples redução do pensamento político à filosofia ou à ideologia, como fez Althusser, por exemplo, converteria a história dos homens em mera história das idéias, deixando de se considerar um conjunto de práticas e relações sociais. O pensamento político inscreve-se no mundo da *práxis*, relacionando-se com o mundo das idéias sem reduzir-se a um exercício puramente intelectual ou retórico, pois faz parte da experiência política. A idéia transforma-se em atividade ao ser incorporada à ação política, a partir de escolha realizada em função de considerações feitas sobre o campo da própria realidade política e social existente. Não sendo mero reflexo do meio social no qual se inscreve, a prática política sofre as limitações impostas pela realidade, impedindo que prevaleça unicamente a vontade ou o arbítrio imaginativo. Não basta a intenção de concretizar, com base na ideologia ou na filosofia, determinados princípios políticos. Leis e instituições políticas não se tornam hábito por decreto. É a própria experiência da atividade política que indicará o campo de atuação possível, sugerindo o caminho a ser percorrido, o modo pelo qual se podem alcançar os fins pretendidos. “O *logos* político é, dessa forma, não o prefácio, mas o pós-escrito da atividade política, como experiência”¹².

O que há, em primeiro lugar, a ser destacado na contribuição teórica de Antonio Gramsci é a sua concepção dialética da história, pela qual a contradição, o conflito, a luta de classes enfim, promovendo o choque entre visões de mundo antagônicas, é o que

movimenta na direção das mudanças sociais, políticas e culturais. Gramsci privilegia o estudo dos conflitos no processo histórico, evidenciando o papel ativo do sujeito na construção das relações humanas e das mudanças sociais. Debruçando-se sobre as possibilidades de transformação da sociedade capitalista de seu tempo, o filósofo desenvolveu uma teoria que viabilizasse a ocupação metódica e sistemática, pelos trabalhadores, dos espaços estratégicos existentes, numa “guerra de posições”, entendida como um processo de ampliação da sociedade civil perante a sociedade política organizada em torno do Estado, que permitisse a conquista do poder político pelo proletariado.

A obra do autor italiano, como realça Carlos Nelson Coutinho, “é marcada decisivamente pela idéia da centralidade da política”¹³, com a diferença, frente aos pensadores tradicionais da política, como os chamados “teóricos das elites”¹⁴, de que Gramsci não enxerga a atividade política como simples manifestação da existência de governantes e governados, muito menos percebe a dominação como algo previamente dado, um fenômeno “natural” ou perene, sobre o qual se deva adotar uma atitude de aceitação do fato *a priori*. Gramsci entende a divisão da sociedade em dominantes e dominados como fruto da sua divisão em classes antagônicas, uma relação histórica, não natural. Por isso combate a explicação da existência do domínio político pela simples existência da “vontade de poder” ou de “prestígio”, como se inerente aos homens e às nações, uma explicação tautológica e a-histórica a querer constatar, de forma acrítica, o fato de o poder ser algo enraizado na natureza humana.

Para um estudo aprofundado das relações de poder, o filósofo italiano entende ser necessária uma crítica inscrita na análise da totalidade histórica, mesmo quando se trata de estudar realidades empiricamente demonstradas. A esfera política, ao contrário do que pensavam os “elitistas”, como Pareto, Mosca ou Michels, e resgatando o princípio marxiano de totalidade, não pode ser pesquisada isoladamente do restante dos níveis sociais. É preciso que se examinem as relações sociais de produção, terreno sobre o qual se desenvolve a ação política.

3.1 O Conceito de Hegemonia em Gramsci

Dentro da constelação teórica marxista, sem dúvida Gramsci se destaca no interesse em discutir os fenômenos de ordem política no mundo contemporâneo. E o faz de modo original ao desenvolver os conceitos de Estado ampliado e de hegemonia. Seu

ponto de vista parte de uma concepção ampliada do Estado, segundo a qual, nos países capitalistas avançados, ao tempo da consolidação da ordem liberal burguesa, a sociedade civil inclui instituições complexas e organizações de massas com participação ativa no seu cotidiano. O Estado não se apresenta apenas como um aparato político-militar pelo qual a classe dominante organiza a coerção sobre o conjunto dos indivíduos, mas como uma entidade que, além de deter o monopólio da repressão e da violência, é capaz de fazer valer os interesses dominantes através do convencimento, da persuasão, da conquista do consentimento por parte dos dominados, para o que muito contribuem os *organismos privados da sociedade civil*, como a escola, a Igreja, os sindicatos, os meios de comunicação etc, na elaboração e difusão da ideologia burguesa. No entanto, tais “aparelhos” não podem ser identificados apenas como reprodutores do discurso dominante, pois em seu seio dá-se, mesmo que em escala reduzida, a mesma luta ideológica que se trava no conjunto da sociedade, podendo, portanto, haver tanto a difusão da ideologia dos “de cima” quanto a circulação de idéias e projetos que apostem em uma alternativa para os “de baixo”.

A hegemonia seria a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas. Tal concepção articula-se perfeitamente com a visão de Estado ampliado, pois, nas condições do capitalismo contemporâneo, uma classe mantém a dominação se for capaz de exercer uma liderança moral e intelectual, fazendo certas concessões a seus aliados, numa perspectiva não economicista, a ultrapassar os interesses meramente corporativos.

A hegemonia do grupo dominante, portanto, é construída dentro de um processo que articula instituições, relações sociais e idéias, no que se destaca a ação de intelectuais comprometidos em elaborar e difundir a visão de mundo a ser “universalizada”, os chamados *intelectuais orgânicos*. Seu papel é fundamental no estabelecimento do consenso “espontâneo” a ser dado pelas massas à orientação da facção dominante para a vida social, procedimento favorecido pela posição de prestígio historicamente conquistada pelo grupo em virtude do seu lugar de destaque no mundo da produção. Segundo Gramsci, a atividade intelectual aparece diferenciada, em dois níveis, basicamente. Num primeiro plano, a dos intelectuais orgânicos, nascidos com o

desenvolvimento da vida urbana sob o capitalismo, a confundirem-se cada vez mais com o estado-maior da produção industrial, integrados no trabalho de elaboração e difusão da ideologia dominante, no processo de construção da hegemonia política e cultural. Num nível secundário, há os intelectuais *tradicionais*, surgidos na formação sócio-econômica anterior, com uma atuação mais vinculada ao mundo rural, também responsáveis por uma mediação política entre a administração estatal e a população camponesa; são os membros do clero, os advogados, professores, tabeliães, etc. Luciano Gruppi afirma que tal distinção entre intelectuais orgânicos e tradicionais tende a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, os segundos sendo absorvidos pelos primeiros¹⁵.

O fundamental a ser ressaltado é a percepção, da parte do filósofo italiano, da ação política e cultural como central para a configuração de um bloco histórico que almeja a conquista e a manutenção do poder, num processo que não se reduz à legitimação de uma “falsa consciência” ou à simples instrumentalização das massas. A dominação política não é vista apenas como coerção verticalizada por parte dos aparelhos de poder, numa via de mão única, mas como uma relação difundida pelo conjunto da sociedade civil, pela qual os dominados não surgem como meros agentes passivos, pois, em diversos momentos, assumem como sua a ideologia dominante ou, pelo contrário, organizam resistência e oposição a ela.

A hegemonia pressupõe, além da ação política, a constituição de uma determinada moral, de uma concepção de mundo, numa ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade, ao invés de se tentar impor a ideologia com o silêncio das consciências. O pensamento político e ideológico, dessa forma, apresenta-se como uma realidade prática, em oposto à visão de falsa consciência, pois, ao ser “apoderado pelas massas”, torna-se poder material, independentemente de ser verdadeiro ou não no sentido epistemológico. Temos, então, um quadro que espelha um terreno aberto de lutas e conflitos políticos e ideológicos, ainda que limitado por certa organização econômica e social, a restringir em muito as ações políticas de determinados grupos.

3.2 A Questão Ideológica

Partindo, pois, do princípio de que é através da luta político-ideológica, a envolver aspectos de ordem cultural, que uma classe ou fração de classe exerce a hegemonia sobre as outras, enfocar um pouco mais amiúde o conceito de ideologia torna-se uma exigência. O trabalho de Pierre Ansart muito contribui para este ponto de vista, já que, seguindo a linha gramsciana, pretende “restituir à luta ideológica e às ideologias sócio-políticas toda a sua nitidez, buscando o ... essencial nessa produção discursiva: sua relação complexa e permanente com os conflitos que atravessam a sociedade em seus diferentes níveis”¹⁶. O caminho trilhado por Ansart também se coloca na direção contrária à do pensamento liberal e da tradição intelectualista ocidental, que tendem a enxergar a ideologia como fenômeno de pouco valor científico, preso à esfera das simples opiniões ou das teorias carregadas de “segundas intenções”, produções “suspeitas”, fatalmente ligadas a movimentos extremistas.

Sua abordagem sobre o tema evita a conotação essencialmente negativa do termo, presente em “*A Ideologia Alemã*”¹⁷, que identificava ideologia apenas com a representação dos interesses da burguesia, a impor a dominação política sobre o conjunto da sociedade através da distorção e da manipulação dos dados da realidade. Ansart acompanha a perspectiva aberta por Lenin e aprofundada por Lukács e Gramsci, que rejeitaram esta concepção negativa. A ideologia passa a ser consciência política ligada aos interesses de determinada classe, uma **visão de mundo**, portanto, presente nas atitudes dos atores políticos. Mais que um sistema de idéias, relaciona-se com a capacidade de inspirar e orientar a ação política, de acordo com o imaginário de cada grupo social. Segundo o próprio Gramsci, é “o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc”¹⁸.

Pierre Ansart destaca os traços psicológicos existentes no processo de embate político. Por isso entende que a ideologia, no momento em que se trava o debate ou o conflito social aberto, é vivida intensamente pelos atores políticos com um caráter marcante de verdade. Cada ideologia é uma verdade interiorizada por quem a defende, é o sentido comprovado, a intencionalidade da ação. Renovaria, assim, a função tradicional dos mitos e das religiões, qual seja, a de garantir o consenso social por meio da construção de um paradigma a designar as posições sociais, ao mesmo tempo em que as justifica. Somente aos olhos da posteridade, segundo Ansart, passado o momento da exaltação, é possível enxergar o caráter contraditório da ideologia, a carregar consigo

diferentes funções: o mesmo discurso pode ocultar aos sujeitos o sentido objetivo da ação; concretizar um projeto político, como a tomada de poder; ou iludir as classes dominadas. A ideologia, conclui o autor, não pode ser confundida apenas com uma simples ilusão ou distorção da realidade:

*A ideologia política possui precisamente a especificidade de não ser um discurso verdadeiro nem falso no sentido científico da palavra, e sim fundir na mesma lógica a verdade e a ocultação polêmica, as instituições vivas e as distorções. É precisamente essa especificidade que faz da linguagem ideológica uma força simbólica historicamente criadora.*¹⁹

Afinal, toda ideologia política comporta em seus traços essenciais também realizar distorções, ocultação de certas relações ou experiências sociais, nem sempre por existir o intuito deliberado da dominação, mas porque toda visão de mundo traz no seu bojo uma forma muito específica de apreender a realidade social, própria de um determinado grupo. Conforme já enfatizara Marx, lembrado por Ansart, “todo grupo particular, toda classe que visa defender sua existência e seus interesses, produz um saber parcial, ligado à sua própria particularidade”²⁰.

Pierre Bourdieu dá especial contribuição ao debate, quando defende que a Sociologia deve dedicar-se não só ao estudo da realidade social objetiva, mas “deve incluir uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo”²¹. No processo de construção do espaço social pelos sujeitos históricos, a apreensão do mundo e a conseqüente elaboração de uma certa visão de mundo se dão de maneira ativa, mas são operadas sob um conjunto de coações estruturais. O subjetivismo e a vontade presentes na ação humana deparam sempre com determinadas barreiras impostas pela realidade objetiva, previamente estruturada.

Bourdieu, ao trabalhar com o pressuposto da mediação entre o agente social e a sociedade, compreende que há diferentes modos pelos quais os agentes interiorizam as estruturas do mundo social. E isto se dá em virtude da posição ocupada pelo sujeito no espaço social, que o faz defender determinados interesses de grupo ou de classe e não outros, e segundo seu *habitus*, ou seja, “o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e ideologias características de um grupo de agentes”²². O *habitus* “é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital ... indica a disposição incorporada, quase postural”²³ do agente, mas aponta para o seu agir no mundo, realça o

lado ativo do sujeito que dispõe de um certo saber pragmático, de uma “razão prática” que lhe permite atuar na realidade social.

As representações sociais, portanto, se baseiam nas posições ocupadas pelos agentes e na forma pela qual, em função disto, apreendem a realidade, orientando suas ações e criando valores, normas, estilos de vida, escolhas e gostos. O mundo social se apresenta como um sistema simbólico organizado segundo a lógica da diferença estabelecida pelos indivíduos ou grupos conforme a distribuição das suas propriedades específicas no campo social, isto é, conforme o **capital** econômico, social ou cultural adquirido pelos sujeitos e que fazem a distinção de uns frente aos outros, criando diferentes estilos de vida e grupos de *status*. Tudo isto nos leva a entender a existência de uma pluralidade de visões de mundo, constituídas pelas diferentes formas de percepção da realidade social, e que protagonizam as lutas simbólicas na disputa pela primazia da visão de mundo legítima, ou seja, dominante.

3.3 Luta Simbólica e Formação de Grupos: a Contribuição de Bourdieu

Os atores sociais, sejam eles individuais ou coletivos, travam uma luta concorrencial a traduzir seus interesses específicos no espaço social, tentando fazer valer uma determinada forma de perceber a realidade e de nela intervir. O lugar onde ocorre esta luta concorrencial entre os atores sociais, de acordo com sua área específica de atuação, é o que Bourdieu designou de **campo**. Neste campo (político, intelectual, artístico, científico, etc) manifestam-se relações de poder, numa permanente luta de posições a exprimir a disputa pela possibilidade de um dos atores ser a voz legítima deste campo e de exercer, portanto, a dominação simbólica. A dominação acontece não porque haja simplesmente uma ação coercitiva ou uma propaganda francamente orientada no sentido da imposição simbólica (no sentido da “manipulação”, da “distorção da verdade”), mas porque as representações sociais não são mera subjetividade, são objetividade interiorizada, são carregadas das estruturas objetivas do mundo social, permitindo a aceitação de certo ponto de vista. A dominação simbólica é o processo pelo qual se conquista o “monopólio da nomeação legítima”, através do qual se produzirá o senso comum, a visão dominante, a “ortodoxia”. Uma vez dominante, o indivíduo ou grupo busca a preservação de suas posições, ao passo que os dominados lutam por sua transformação, até o momento que conseguirem fundar uma nova ortodoxia.

Na luta travada entre classes ou frações de classe diferentes pela imposição de uma forma específica de entender o mundo e de nele intervir, conforme os interesses próprios desta classe ou fração, disputa-se o “monopólio da violência simbólica legítima”, pelo qual se poderá difundir e inculcar certos pontos de vista arbitrários, mas ignorados como tais, pois coletivamente apropriados como “verdadeiros”, universais, e não como representativos de interesses particulares. A dominação simbólica prevê o *desconhecimento* por parte dos dominados desta relação de força, pela qual é imposta a visão dominante como “natural”, capaz que é de converter propriedades sociais em propriedades naturais. O poder simbólico, “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for ... ignorado como arbitrário”²⁴, garantindo, desta forma, a imposição da voz legítima, a crença na legitimidade das palavras e da própria pessoa que as pronuncia. O poder simbólico é, por excelência, o poder de fazer grupos, entendidos como aqueles que já se estabeleceram e precisam se manter, ou como os que querem se firmar. Os grupos estão no seu constante *fazer-se*, em permanente processo de autoprodução e de legitimação.

Por isso, o poder simbólico depende ainda de, ao menos, duas condições essenciais. A primeira seria estar fundado em um capital simbólico adquirido pelo grupo dominante durante o processo de sua institucionalização, como se fosse um crédito que garanta o reconhecimento da liderança, do mandato legítimo para falar em nome de um coletivo e impor a visão dominante. Em segundo lugar, haveria a condição de o ponto de vista que se quer transformar em ortodoxia estar o máximo possível alicerçado na realidade, permitindo, então, a identificação dos indivíduos ou grupos com as palavras professadas. “Nesse sentido, o poder simbólico é ... um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem”²⁵. Ou seja, seria impossível elaborar uma visão de mundo, uma ideologia que fosse completa construção imaginária, uma invenção totalmente desconectada do espaço social do qual faz parte objetivamente. Se as idéias não são mero reflexo do mundo material, tampouco são construções aleatórias, extemporâneas.

Em suma, as idéias definidoras de certa perspectiva ideológica precisam estar preenchidas de valor de verdade, mesmo que boa parte de sua força resida na capacidade de vender certas proposições como verdades, como necessidades para todo o grupo. A institucionalização de grupos deve-se, na maioria dos casos, ao processo de autoconsagração de mandatários que foram capazes de produzir junto ao coletivo a própria necessidade de suas proposições, criando, também, o problema que somente ele

e suas idéias poderiam resolver. Dessa maneira, as *palavras de ordem* definidoras dos projetos centrais do grupo, idéias-força que detêm o poder da mobilização, revelam exatamente a concretização do convencimento, expresso até no silêncio consentido e, muito mais ainda, na ação militante e apaixonada. “A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade”²⁶.

Tanto mais verdadeira será a proposição quanto maior for a capacidade de o grupo torná-la historicamente verdadeira, mobilizando as forças necessárias para a sua concretização, numa ação que pode ser identificada a uma *profecia auto-realizável*. Neste processo, a palavra e os atos do *porta-voz* do grupo são fundamentais, se capazes de despertar o reconhecimento dos mandantes e a força simbólica necessária à mobilização para a ação concreta. De fato, é o porta-voz quem *faz* o grupo, não o contrário. O grupo representado não existiria em sua plenitude se não houvesse a figura do mandatário para representá-lo, construída através de uma ação simbólica que garante a identificação do grupo para com ele, numa relação circular que assegura a “ilusão” na delegação política. Bourdieu trabalha a noção de “fetiche político”, referenciando-se em Marx e em seu conceito de fetichismo (“produtos da cabeça do homem que aparecem como que dotados de vida própria”) para afirmar que o processo de delegação, da forma apresentada, acaba por se configurar no princípio da alienação política. “Essa é a própria definição de carisma, essa espécie de poder que parece ter origem em si mesmo”²⁷.

O *crédito* adquirido pelo mandatário do grupo em seu processo de autoconsagração é o seu **capital político**, uma das formas de capital simbólico imprescindíveis no exercício da hegemonia, já que é dessa forma que o homem político conquista a confiança que o grupo deposita nele. O “poder mágico” exercido sobre os mandantes está na crença destes na representação que o mandatário confere ao grupo e que passa a ser a representação do grupo em si, pois há a identificação dos agentes com a sua liderança e com as suas palavras. O mandatário deve ser capaz de falar em nome de todo o grupo, dando a entender que não há, de sua parte, interesses particulares em jogo, mas tão somente o interesse do coletivo. Ao empreender um ato de força simbólica, o mandatário “universaliza o seu interesse particular” e legitima, então, o ato da usurpação, ao fazer crer que encarna efetivamente a vontade dos mandantes e que, de mero substituto simbólico do grupo, passa a ser o próprio grupo.

Segundo Bourdieu, há distintas espécies de capital político, como o capital pessoal de *notoriedade*, produto de lenta e contínua acumulação durante toda a vida pelo homem político, que consiste na aquisição de certas qualificações pessoais e profissionais, como a “boa reputação” e certos “bens culturais” de que dispõem os profissionais liberais, por exemplo, donos ainda de um relativo tempo livre para a dedicação à atividade política. Veremos, quando analisarmos especificamente a história política de Nova Friburgo, a forte presença de médicos como lideranças de grupos políticos, refletindo exatamente este acúmulo de capital cultural adquirido pela profissão e o capital pessoal de notoriedade que o exercício das atividades do médico proporciona, quando este médico, ao mesmo tempo homem político, dedica boa parte de seu tempo à filantropia, a atender pacientes pobres de forma gratuita, a fazer constantes visitas às famílias na periferia.

Outro tipo de capital político apresentado é o “carisma”, que seria fruto da ação precisa do homem político no momento de crise das instituições, ao saber ocupar o espaço vazio através das palavras de ordem necessárias à mobilização dos agentes visando dar solução à crise. Não há como não pensar em Getúlio Vargas e na acumulação inicial de seu capital político, quando, nos estertores da República Velha, mobiliza importante parcela da população, além de grupos sociais e políticos em torno de seu projeto hegemônico, inaugurando um novo e singular momento na conjuntura política nacional.

A contribuição teórica de Antonio Gramsci, no que tange à discussão em torno do conceito de hegemonia, e a metodologia empregada por Pierre Bourdieu quanto à formação de grupos, destacando-se o papel do poder simbólico, auxiliarão sobremaneira no estudo da constituição de grupos políticos na cidade de Nova Friburgo e da disputa pela afirmação de seus projetos hegemônicos.

CAPÍTULO 1

A CAMINHO DO “PARAÍSO”: GALDINO DO VALLE FILHO E O PROJETO LIBERAL

O primeiro grupo a ser analisado constituiu-se a partir da ação política desenvolvida, no início do século XX, pelo médico Galdino do Valle Filho, um dos principais responsáveis pela construção da imagem de Friburgo como uma cidadela do “progresso” e da “civilização”, erigida em meio ao “atraso” dominante na maior parte das regiões do Estado e do país, em virtude da formação social baseada no latifúndio escravocrata e na monocultura para exportação. A nova ordem capitalista e burguesa emergente com a industrialização e o desenvolvimento urbano iria encontrar em Friburgo, junto ao grupo liderado por Galdino do Valle Filho, sua correspondente defesa em termos da propaganda ideológica e de um projeto posto em prática, efetivamente, com a instalação das primeiras fábricas na década de 1910. A afirmação e posterior consolidação deste projeto fizeram parte de uma estratégia política formulada e concretizada na luta travada pelo grupo para desbancar do comando político do município a facção de grandes proprietários ligados à economia do café então decadente.

Durante todo o século XIX, a economia cafeeira foi responsável pelo desenvolvimento da região oriental do Vale do Paraíba do Sul, sob a liderança de Cantagalo. Nova Friburgo organizou sua economia como abastecedora dos gêneros necessários à região e tornou-se, a partir da segunda metade daquele século, o principal produtor de alimentos da região. Na década de 1870, com a criação da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, passava a intermediar o café oriundo de Cantagalo em direção ao porto do Rio de Janeiro e os produtos da Capital rumo à região do Paraíba Oriental. O município cresceu e surgiram novos estabelecimentos comerciais, hotéis, escolas (como o Colégio Anchieta e o Colégio das Dorothéas) e indústrias do ramo da construção civil, logo se constituindo no centro urbano da região, onde os “barões” do café, como Antônio (pai) e Bernardo Clemente Pinto (o filho, posteriormente, Conde de Nova Friburgo), possuíam diversas propriedades e acabavam por influir decisivamente na política local. Foi Antonio, inclusive, quem recebeu do Imperador Pedro II, em 1857, a

concessão para a construção da estrada de ferro que ligaria o Rio de Janeiro a Cantagalo, somente inaugurada em 1873.

O fato é que, nos primeiros anos do século XX, a região em torno de Nova Friburgo sofria o instante derradeiro de uma economia que se sustentara, até fins do século anterior, sobre o latifúndio escravista. Em contrapartida, assistia-se ao crescimento comercial e urbano de Friburgo, onde já havia diversas oficinas ligadas ao setor de vestuário (alfaiatarias e sapatarias) e à fabricação de ferramentas, pequenas fábricas de alimentos (cerveja e café), além de um intenso comércio ambulante. A população crescia, e Nova Friburgo já se constituía, segundo o Censo de 1900 (IBGE), na terceira cidade do centro-norte fluminense, com 16.117 habitantes, atrás apenas de Cantagalo (29.856 habitantes) e Itaocara (17.305). Durante os vinte anos seguintes verificar-se-ia o aprofundamento desta tendência, com o célere crescimento da população de Friburgo em cerca de 78% (em 1920, são 28.651 habitantes, segundo o Censo do IBGE), paralelamente ao esvaziamento progressivo das cidades da periferia, que viviam a crise da economia cafeeira. Nova Friburgo, tendo se tornado sede de vários empreendimentos ligados ao comércio e à indústria, mesmo que ainda incipientes, foi se afirmando, na virada do século, como um pólo de atração para estes contingentes populacionais em fuga das então adversas condições de vida no campo.

Com o advento da República, veio a transformação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo em município e o seu desmembramento de Cantagalo, numa medida que fazia parte da estratégia de Deodoro da Fonseca para a consolidação de seu poder político nos Estados. Esta mudança política não representou uma ruptura no quadro político local, que continuou hegemônico pelos setores ligados à grande propriedade, com destaque para os coronéis Galiano das Neves (pai e filho) e o médico Ernesto Brasília, os quais ocuparam a presidência da Câmara Municipal e, por extensão, o governo da cidade, de 1890 a 1910, quando então surgia o movimento de oposição encabeçado por Galdino do Valle Filho.

Galdino, nascido a 24 de setembro de 1879, filho de um proeminente homem político do município, Dr. Galdino Antonio do Valle, também médico, pertencente a uma família de fazendeiros em Sapucaia, começou sua ação política partindo de uma situação vantajosa quanto ao capital pessoal de notoriedade acumulado: de um lado, por ser filho de renomado homem público e, de outro, por ser médico recém-formado, numa região carente, à época, de tais serviços. Sua atividade profissional rendeu um reconhecimento inicial por parte da população, o que facilitou a sua projeção na vida

política, impulsionado por seu pai. Mas o que fez dele uma destacada liderança política foi a capacidade de forjar um novo e influente grupo político, responsável pela construção da nova hegemonia em Nova Friburgo, elaborada a partir do projeto renovado de cidade, calcado na visão de mundo que pregava, acima de tudo, o advento do progresso e da civilização que somente a indústria seria capaz de trazer para o município.

Entusiasmado pelas teorias científicas e pelas idéias evolucionistas que conformavam o pensamento hegemônico da época na Europa, com reflexos no Brasil, e com as quais, com certeza, entrou em contato na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde foi colega de Azevedo Amaral e Carlos Chagas, Galdino representou, na cidade, os interesses de renovação social no sentido de aprofundar o processo de urbanização e caminhar rumo à industrialização. Não era mais possível, para as mentes identificadas com os ideais de progresso e civilização tão caros à considerada necessária e urgente modernização da cidade, conviver com os resquícios de uma sociedade em decadência, representada pelo que restava da economia cafeeira escravista. Era preciso, pois, desencadear a mobilização da sociedade friburguense (ou de sua parte interessada) no sentido da substituição do grupo político então dominante, formado por representantes dos fazendeiros do café. Galdino tornou-se o porta-voz do projeto modernizador e progressista que, através das páginas do seu Jornal *A Paz*, fundado em 1906, pregava a grande transformação da cidade, capaz de elevá-la ao plano da “civilização ocidental”, rompendo em definitivo com o “atraso” e a decadência. Somente a instalação de indústrias em Nova Friburgo, patrocinando novos empregos e produzindo lucro e riqueza, poderia de fato promover a cidade à condição do progresso segundo os padrões da Europa, modelo a ser imitado, conforme o ideal de mundo dominante à época.

O primeiro passo para o sucesso de sua estratégia foi a conquista, por 631 votos, de uma cadeira na Câmara de Vereadores de Nova Friburgo, em 1909, para o triênio 1910/1912, onde se destacou, então, na oposição ao governo de Galiano das Neves Jr. Também concorreu e foi eleito para a Assembléia Legislativa do Estado, para o mesmo período legislativo, já que, à época, não havia incompatibilidade entre os cargos de vereador e deputado. Neste período se travavam conflitos decisivos para a redefinição do jogo político da cidade.

1 “UM BANDO DE IDÉIAS NOVAS” NA VIRADA DO SÉCULO

Podemos inserir a visão de mundo abraçada pelo grupo de Galdino do Valle Filho à ideologia liberal, que, na verdade, está na raiz das idéias evolucionistas de tipo spenceriano e do darwinismo social, tão em voga no início do século XX, segundo as quais haveria uma seleção natural na sociedade, expressa na luta pela vida, na concorrência, a premiar os mais capazes e a deixar para trás os incompetentes. Liberalismo e evolucionismo caminhavam de mãos dadas no Brasil desde a segunda metade do século anterior, através das propostas reformistas defendidas pelos abolicionistas e por aqueles que vinham pregando um regime baseado na indústria, na pequena e média propriedade e no trabalho assalariado, passo inicial para integrar o Brasil ao mundo “civilizado”.

1.1 “Razão, Ciência, Progresso e Liberalismo”

“Era o drama do *progresso*, a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si, satisfeito, mas acima de tudo inevitável”²⁸. Assim Hobsbawm caracteriza a segunda metade do século XIX, a “era da burguesia triunfante”, em virtude do vertiginoso avanço da economia capitalista em escala mundial, do célere processo de industrialização que, partindo da Europa e dos Estados Unidos, invadia os outros continentes, com produtos industrializados, máquinas, estradas de ferro, empréstimos, novas tecnologias e muita violência. Violência física para garantir a exploração da mão-de-obra barata e violência simbólica, com a qual se efetivava a conquista de corações e mentes “primitivos” para a nova ordem social dominante no mundo ocidental. O capitalismo industrial, por meio de seus agentes sociais, consolidava a nova hegemonia que, a depender da vontade da confiante burguesia, deveria prevalecer no conjunto do planeta, através das “idéias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo: na razão, ciência, progresso e liberalismo”²⁹.

A ideologia do progresso e da ciência como panacéias para os males do mundo impunha-se então, acompanhando o fortalecimento do poder burguês, constituído em torno de uma nova ética, pela qual não tinham mais efeito o poder e a influência derivados de privilégios de nascimento ou de *status*, como nos tempos do Antigo Regime. A nova moral estabelecia que o indivíduo, para se destacar na sociedade burguesa, tinha que ser um *self-made man*, que amealhava riqueza por seu próprio

esforço, iniciativa e desprendimento. A vida em sociedade revelava-se através da competição entre os indivíduos, na qual a vitória ou mesmo a sobrevivência traduziam a capacidade moral e o mérito do vitorioso, numa “seleção natural” a colocar à margem os derrotados, vistos como seres “incapacitados”, “degenerados”, “preguiçosos”. Assim se justificava a ordem desigual e perversa do capitalismo, para o que foram de grande valia as teorias de cunho cientificista como o darwinismo social, o positivismo e o evolucionismo de tipo spenceriano, antes de tudo, ideologias tentando enquadrar as relações sociais nos modelos das leis físicas, “naturais e invariáveis”.

O *habitus* burguês incorporava o sentido de superioridade, o qual, segundo as teorias citadas, era o resultado de uma seleção natural, transmitida geneticamente e transformando todo membro da burguesia em um ser biologicamente superior à média dos mortais, os quais “permaneciam no equivalente cultural ou histórico da infância ou, no máximo, adolescência”³⁰. Isso fazia do burguês não apenas um capitalista, ou seja, um possuidor de capital, um empresário em busca de lucro, um ser ativo por excelência, mas, ao mesmo tempo, um “senhor”, um homem com o monopólio de comando, com inquestionável direito de dominar, seja em sua casa ou na empresa, tratando seus subordinados (mulher, filhos ou empregados) como inferiores.

O direito de propriedade, tão caro ao pensamento liberal, aparecia como indissociável ao direito de dominação, pois era necessário impedir quaisquer ameaças que pudessem surgir contra a propriedade, principalmente da parte dos trabalhadores, que deveriam se portar como “leais e satisfeitos”, a exemplo das mulheres e filhos. Assim completa Hobsbawm:

*A burguesia dos penúltimos 25 anos do século XIX era esmagadoramente ‘liberal’, ... num sentido ideológico. Acreditava no capitalismo, empresa privada competitiva, tecnologia, ciência e razão. Acreditava no progresso, numa certa forma de governo representativo, numa certa quantidade de liberdades e direitos civis, desde que compatíveis com a regra da lei e com o tipo de ordem que mantivesse os pobres no seu lugar.*³¹

Tais eram, portanto, as idéias que prevaleciam no universo cultural burguês, tendo a Europa como seu principal centro irradiador. O mundo ocidental devia enxergar na Europa o modelo de civilização a ser imitado e, para tal, a assimilação dos pontos de vistas e teorias então em voga naquele continente era uma condição *sine qua non*. Essas idéias passavam a ser hegemônicas no Brasil da virada do século, sendo filtradas pela

fração intelectual dominante de acordo com as preocupações que a envolviam na tentativa de explicar e encontrar respostas objetivas que dessem conta dos problemas brasileiros. Não se tratava, pois, de mera imitação ou cópia das teses formuladas pelos europeus, mas uma escolha, dentre as teorias disponíveis, daquelas idéias que, na ótica dos intelectuais, melhor correspondessem às necessidades internas brasileiras, dando conta de temas candentes à época, tais como a abolição do trabalho escravo e a mudança do regime político, de monarquia para república. Mas é inegável que o pensamento liberal burguês penetrava de forma intensa, passando a ser referência para novas atitudes e demandas políticas, a acompanhar as mudanças processadas no campo sócio-econômico, a partir da efetiva incorporação de relações capitalistas de produção.

O *novo liberalismo*, segundo expressão de Joaquim Nabuco para designar movimento surgido nos estertores da Monarquia, encabeçado por políticos, jornalistas, intelectuais, propunha reformas centradas na abolição do braço escravo e na mudança das regras eleitorais. O movimento reformista visava então romper o “atraso” do país frente às nações mais “adiantadas”, dentro de um programa que representaria um “meio-termo entre o *regresso* e a *revolução*”.³² A crise política, insuflada por “um bando de idéias novas”, nas palavras de Sílvio Romero, acabaria por empurrar o país para a solução republicana. Travar-se-ia, então, uma batalha política entre aqueles que visavam substituir o modelo do velho Império oligárquico e escravista. De um lado, o “positivismo ortodoxo”, com Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Benjamin Constant, abraçava o projeto de um Estado centralizante, racionalizador e, no limite, tutelar. De outro, o evolucionismo de tipo spenceriano, de um Sílvio Romero, por exemplo, “pendia para o liberalismo clássico e acreditava na sabedoria da seleção natural que, mediante processos de concorrência, premiaria os mais capazes”³³.

Liberalismo e autoritarismo, “no frigidus dos ovos”, iriam conviver durante a República. A Constituição federalista de 1891 adequava-se perfeitamente aos interesses dos grupos dominantes agrário-exportadores, garantindo a total liberdade para a gestão de seus negócios. O liberalismo, aqui, combinava-se a uma concepção mercantil da vida social. Também os donos de indústrias viam-se livres de quaisquer obrigações para com seus empregados, o inverso não tendo correspondência, como só podia ser com uma legislação que garantia total liberdade à atividade empresarial e tratava a reivindicação operária como caso de polícia, exigindo aí a pronta ação coercitiva do Estado. Como indica Gizlene Neder:

O autoritarismo sempre esteve presente nas relações sociais basilares da formação histórica brasileira. A despeito dele, a concepção liberal do Direito, justificada a partir dos princípios fundantes da sociedade liberal européia, insiste na formulação de um conjunto de preceitos que vão sustentar o processo de reestruturação do Estado no Brasil sob a República.³⁴

O autoritarismo político convivía, então, com um arcabouço jurídico liberal copiado das constituições liberais européias e norte-americana, que mascarava a realidade social excludente, no momento de constituição de um mercado de trabalho capitalista, após a abolição do trabalho escravo. Uma das preocupações centrais da classe dominante brasileira, composta, principalmente, pelos setores de grandes proprietários de terras, foi a de manter o controle social, antes exercido dentro das fazendas e, naquele instante, nas cidades, mais difícil de ser praticado. Houve a opção clara pela tentativa de controle social absoluto, através da "limpeza", da "varredura" étnica e cultural, com a repressão sendo exercida centralmente sobre o negro e o mestiço. A administração pública convivía, portanto, com leis de inspiração liberal e práticas repressivas de controle social, num momento em que a idéia de Nação estava sendo construída e se confundia ainda com o aparato do Estado.

1.2 As Forças Hegemônicas da República

A República brasileira fundava-se basicamente sobre três forças sociais, decisivas na construção da nova ordem social e política e na legitimação do projeto moderno-conservador: a Igreja, as camadas médias emergentes lideradas pelos militares positivistas, e os grandes proprietários de terras, por sua vez, sob a hegemonia dos latifundiários paulistas.

O conservadorismo clerical, sustentado na 3ª Escolástica, que, desde 1879, retomava com vigor o pensamento aristotélico-tomista³⁵, entende o universo como uma construção *ordenada* de Deus, em que prevalece uma hierarquia, somente se reconhecendo a existência de um ser se este pertence ao todo. Esta visão se transfere para o quadro social, em que a inclusão do indivíduo é feita dentro de uma concepção hierarquizada, que acaba por se tornar excludente. Ou seja, o indivíduo só é aceito se "reconhece o seu lugar". Na visão de Roberto Romano, o trabalho ideológico da Igreja "reabilita, incessantemente, essa miragem de um social uno e harmonioso"³⁶, numa perspectiva não conflituosa de sociedade. O pensamento ibérico pretendia, pois,

conformar a integração absoluta da sociedade, através da não existência de conflitos ou luta de contrários, elegendo-se os excluídos para a construção dessa unidade. No caso do Brasil republicano, o *outro* à revelia do qual se constitui a unidade da sociedade é o ex-escravo, com a aquiescência da mesma Igreja Católica que, durante todo o processo de exploração colonial perpetrado por Portugal, corroborou com a escravidão africana.

Ao pensamento conservador do clero se associou a ideologia positivista de Auguste Comte, disseminada junto aos militares por Benjamin Constant, favorável à instituição de uma república ditatorial, necessária para garantir a ordem e evitar a qualquer custo a "anarquia" social. A filosofia de Comte, forjada na esteira contra-revolucionária que se segue a 1848 na Europa, caía como uma luva na realidade brasileira da virada do século. O século XIX, no continente europeu, se caracterizara pela ação da burguesia no sentido de consolidar o seu poder político frente ao conjunto da sociedade, para o que se desenvolveram teorias cuja preocupação central estava em **conservar** a ordem social capitalista dando fim aos movimentos revolucionários do período anterior. A Sociologia positivista de Auguste Comte e Émile Dürkheim estruturava-se como oposição “às perigosas teorias **negativas**, críticas, destrutivas, dissolventes, subversivas, em uma palavra, **revolucionárias**, da filosofia das Luzes, da Revolução Francesa e do socialismo”³⁷.

Os positivistas realçavam a idéia de ordem, sem a qual seria impossível a conquista do progresso material da sociedade. "A idéia de ordem está ligada à idéia de hierarquia como subordinação rígida da parte ao todo, do inferior ao superior, do processo ao resultado e isso dá a chave da famosa divisa: pelo progresso à ordem"³⁸. A sociedade passava a ser encarada como regida por leis naturais invariáveis e independentes da ação humana, impenetrável, portanto, a qualquer tipo de ação transformadora. A *física social* positivista teria o papel de colaborar com a consolidação da ordem pública, através do desenvolvimento de uma “sábria resignação”.

Dürkheim deu continuidade e aprofundou a teoria inaugurada por Comte, ao tratar os fatos sociais como coisas, do que decorre serem os fenômenos sociais submetidos a leis naturais. Estas não poderiam ser interrompidas pela vontade humana, o que faria das revoluções acontecimentos tão impossíveis quanto quaisquer milagres. A conclusão imediata que se tira de tais ilações é a intenção de se caracterizar como naturais as desigualdades sociais aprofundadas pela estrutura capitalista. A comparação que Dürkheim promoveu entre a sociedade e um corpo físico, justificando a existência

de setores sociais privilegiados em relação a outros, só faz corroborar esse ponto de vista³⁹.

Os positivistas brasileiros, ao difundirem a idéia de uma República que bancasse o progresso do país dentro da ordem, através da presença de um Executivo forte e intervencionista, atraíram o interesse de boa parcela dos militares, para quem também despertava atenção a ênfase dada pelos positivistas à ciência e ao desenvolvimento industrial, devidamente controlados pela ação do Estado. Este, visto como instrumento da promoção do bem comum, teria ainda o papel de garantir a integração harmoniosa da sociedade, evitando os conflitos de classe. O autoritarismo tecnocrático encontrava nos militares a vanguarda não ideal, nos moldes positivistas ortodoxos, mas a possível, dentro do quadro social brasileiro, para a adoção de uma república que garantisse o bem estar promovido pelo progresso capitalista, numa perspectiva não-conflituosa. Os militares foram, então, chamados a assumir o papel de "salvadores da pátria" e de garantidores da ordem social.

Vemos, portanto, como a ideologia positivista, no Brasil se amalgamou à perspectiva tomista de integração social e serviu aos interesses das classes dominantes brasileiras na conformação do regime republicano. Roberto Romano nos mostra como os dois discursos se interagiram naquele momento histórico, apontando o núcleo autoritário presente nos mesmos, que refletia uma concepção sobre a natureza da sociedade e da política: "em ambos está presente a afirmação da infalibilidade do poder e de seu caráter vertical"⁴⁰, poder este a ser legitimado como se partisse da vontade dos dominados, como se houvesse uma sujeição voluntária do indivíduo à dominação, "reproduzindo a miragem da comunhão mística das consciências, fundada pela autoridade"⁴¹. Para os positivistas brasileiros, a ausência da "aridez protestante" e, no seu lugar, a existência do caráter emocional proporcionado pela "tradição católica", facilitaria a difusão de suas idéias junto ao povo brasileiro, já marcado "pelo sentimento feminino, passivo" e "a salvo do sentimento iluminista de autonomia", fundando a tese da "cordialidade" e da "concórdia" preestabelecida dos brasileiros face às mudanças sociais a serem promovidas pelas classes dominantes, através do Estado. Afinal, tanto para a Igreja Católica quanto para a filosofia de Comte, "o erro do mundo moderno foi ter erigido o indivíduo em absoluto. Assim, só um poder acima dele lograria ordenar os interesses da Nação"⁴².

A este ideário uniam-se os interesses dos proprietários de terras, à frente os fazendeiros do café paulistas, foco principal do republicanismo modernizador, que

pretendia introduzir novas técnicas no campo e aprofundar a relação de trabalho assalariado, com vistas a consolidar o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. O aumento da produtividade dos empreendimentos agrários, através do que se promovia o tão almejado “progresso”, seria efetivado com a concomitante garantia da manutenção do monopólio sobre a propriedade da terra e com o controle social dos trabalhadores. Conforme aponta Sonia Regina de Mendonça, naquele momento, os grandes proprietários denunciavam a desorganização social provocada pela abolição da escravidão, acusando a falta de braços, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, responsabilizando por este estado de coisas o "**tipo de homem** produzido pela escravidão: *ignorante, vadio e indisciplinado*"⁴³. Tal argumentação, no caso dos paulistas, serviu para exigir do Estado uma ação efetiva no sentido da importação da mão-de-obra européia, considerada mais qualificada que o trabalhador "nacional", base necessária para a reorganização da produção nos moldes capitalistas. Para os setores agrários das áreas menos dinâmicas, o trabalho do “brasileiro”, sendo o único possível de ser incorporado, exigia ações coercitivas ou educativas no sentido de evitar possíveis conflitos sociais, já que o mundo rural era visto como o espaço da “barbárie”, habitado por aqueles a quem era preciso “domar” ou “iluminar”.

Ao discurso modernizador daquele instante, capaz de garantir a produção ampliada dos excedentes (tanto em nível de mercado externo quanto interno), unia-se a preocupação central com a inviolabilidade da propriedade da terra, permitindo-se apenas uma crítica tímida à monocultura de exportação e ao latifúndio. A crescente necessidade de abastecimento do mercado interno, a acompanhar o processo de industrialização e urbanização, alimentava propostas de diversificação da produção agrícola e de questionamento da grande propriedade, vista por alguns como fonte do atraso e da crise por que passava a agricultura brasileira. Mas o que unificava o conjunto dos discursos pronunciados pelos proprietários ou por seus representantes era identificar no passado escravista a origem maior dos males, por ter contribuído para a formação de uma “população de incapazes”, cheia de “doenças, vícios, malandrice, ignorância”⁴⁴.

Sem sombra de dúvida, esse conjunto de idéias, acompanhando as transformações sócio-econômicas que sacudiam as velhas estruturas do Brasil oligárquico e que foram responsáveis pela queda da já cambaleante Monarquia e sua substituição pela República, influenciou os jovens homens políticos da época, como um Galdino do Valle Filho. O discurso de uma fração da classe dominante de Friburgo incorporava-se, então, a um projeto modernizante existente a nível nacional,

hegemonizado pelos grandes proprietários paulistas, mas que, em termos do Rio de Janeiro, também tinha seus representantes, como Alberto Torres, conforme veremos adiante. Tanto o discurso nacional quanto o local enalteceriam a mão-de-obra imigrante européia como capaz de forjar uma nova nacionalidade, uma “nova raça”, apagando em definitivo os vestígios do “atraso” causado pela escravidão negra e trazendo o progresso.

No caso dos friburguenses, lamentar-se-ia que o restante do país não tivesse tido a oportunidade de adotar o mesmo projeto que teria sido posto em prática no século XIX em Nova Friburgo, quando da implantação da colônia suíça por D. João VI, projeto este fundador de uma sociedade “próspera” e “civilizada”, pois baseada no trabalho do europeu livre e na pequena propriedade. Este aspecto da ideologia elaborada pelo grupo de Galdino com respeito às origens da cidade de Friburgo será trabalhado de forma mais aprofundada adiante, quando tentaremos analisar o “mito da Suíça Brasileira”. Cabe adiantar que a construção da ordem liberal em Friburgo não abriria mão, a exemplo do processo a nível nacional, do controle social a ser exercido sobre a classe trabalhadora, através tanto da repressão policial quanto de uma política voltada à propaganda ideológica, para o que o discurso com referência aos suíços seria providencial, no sentido de realçar os traços “civilizados” do povo helvético, como o “amor ao trabalho”, a “disciplina”, o “espírito de iniciativa”, etc. O chamamento à ordem esteve sempre acompanhando a afirmação do progresso, como asseverava a cartilha positivista, cujos preceitos seriam constantemente citados em editoriais e artigos dos jornais que circulavam na cidade.

2 GALDINO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE FRIBURGO

A fim de concretizar sua estratégia política e garantir a instalação de indústrias em Nova Friburgo, Galdino liderou, por meio de seu jornal *A Paz*, campanha em prol da entrega da concessão para a exploração de energia elétrica no município ao empresário alemão Julius Arp, condição exigida por este para instalar a Fábrica de Rendas em Friburgo. Travou-se uma verdadeira guerra na cidade, com manifestações públicas que redundaram na “Noite do Quebra-Lampiões” e em “quebra-quebra” na Câmara Municipal, a 17 de maio de 1911. O Legislativo Municipal era contrário às pretensões de Galdino, pois a concessão da energia elétrica, de sua competência, havia sido dada, em 1906, ao Coronel Antônio Fernandes da Costa, ligado à facção política dominante.

Além disso, a Câmara era presidida pelo Coronel Galiano Emílio das Neves Júnior, representante do grupo dos fazendeiros do café, contra o qual lutava Galdino. Ao negar a concessão da energia elétrica ao Grupo Arp, a Câmara provocou o descontentamento de parte da população, já ganha pela perspectiva de desenvolvimento e de novos empregos que a indústria daria à cidade. Os velhos lampiões da iluminação pública foram quebrados e, em seguida, o prédio do Legislativo foi apedrejado e invadido por uma multidão de quinhentas pessoas.

A estratégia de Galdino terminou por se fazer vitoriosa, com a Câmara, pressionada pela ação popular, sendo obrigada a rever a antiga concessão e a passá-la aos alemães. Logo, durante as décadas de 10 e 20, Friburgo via instaladas as primeiras fábricas têxteis (Fábrica de Rendas Arp - MARKEIS SINJEN & CIA. - 1911; Fábrica Ypu - MAXIMILIAN FALCK & CIA. - 1912; Fábrica Filó S/A - principais acionistas: Gustav Siems e seu filho, Ernst Otto Siems - 1925) e outras, além da criação da Companhia de Eletricidade, com capital privado do grupo Arp, o qual, por sinal, teria ações em todas essas fábricas, constituindo-se no principal representante dos capitais alemães em Friburgo. Este conjunto de embates políticos e a compreensão de que o processo de urbanização e industrialização de Friburgo fez parte de toda uma luta mais ampla pela hegemonia do poder local foram muito bem trabalhados pelo Professor João Raimundo de Araújo em seu trabalho⁴⁵, que, além disso, nos oferece um detalhado painel, com dados estatísticos e preciosa documentação, da instalação das primeiras indústrias no município.

Galdino do Valle Filho chegava à frente do poder municipal no ano de 1913, sendo eleito presidente da câmara de vereadores, cargo que acumulava também as funções do prefeito. Higiene e saúde pública foram um capítulo especial de seu governo, no ataque às doenças infecciosas, como o tifo, a tuberculose e o alastrim, enfrentando o problema das águas, preservando a zona da represa de abastecimento e adotando campanha de vacinação, além de isolamento dos doentes em prédio próprio (o Lazareto). Foi criado ainda o Serviço de Obras, que reconstruiu o leito das ruas e criou novos jardins públicos. O grupo de Galdino, nesta hora, buscou consolidar-se como dominante e iria representar, daí por diante, em primeiro lugar, os interesses dos empresários donos das indústrias, ao capitanear todo um projeto de construção de cidade nos moldes modernizantes da época, contribuindo sobremaneira para a afirmação de uma mentalidade liberal e dando ênfase ao progresso econômico trazido pelas indústrias.

O jornal *A Paz*, no período, seria o principal veículo a divulgar o pensamento do grupo, a exemplo do artigo intitulado “*Friburgo Industrial*”⁴⁶, que traduzia de maneira precisa o sentimento triunfante na vitoriosa estratégia industrialista adotada no município. A começar por fazer apologia ao trabalho dos imigrantes, representados como uma humanidade ativa (“ninguém vem viver na América para se divertir e sim para trabalhar”), em contraposição ao trabalhador nacional, mostrado como passivo e parasita. As fábricas de passamanaria e de rendas que, segundo o artigo, inteligentes e esforçados elementos alemães mantinham, onde os ruídos das máquinas entoariam uma canção em honra ao trabalho, pareciam combinar perfeitamente com a paisagem das montanhas e com o clima evocativos da Europa, onde “os dínamos vão transformando a Suíça em nação industrial, e as solidões alpestres do Tirol se cobrem de manufaturas”. O quadro romântico ilustrado no artigo acabava por conclamar ao regozijo com o progresso trazido pelos alemães, responsável pela instalação da iluminação elétrica, de uma passamanaria (M. Falck & Cia.) e de uma fábrica de rendas (Arp) que, tendo começado com 60, contaria então com 150 teares em atividade constante. É interessante destacar, no texto, a alusão à iniciativa individual, apresentada como a vara mágica que impunha leis até à natureza, e que seria gerada pela ambição, pelo interesse, a retratar com fidelidade o “espírito” liberal burguês do grupo agora dominante, o qual não se importava em ufanar-se da empresa estrangeira, numa atitude pragmática: “afaguêmo-la, mesmo alienígena, ... porque ... os capitais e os dotes não têm pátria”. Dessa forma, cantando loas à indústria e ao trabalho organizado nos moldes capitalistas, o grupo de Galdino ia se afirmando, naqueles anos, como hegemônico no município, não sem enfrentar novas adversidades políticas, causadas, principalmente, por suas alianças a nível estadual e nacional.

Além de, por várias outras vezes, Galdino ter assumido a presidência da Câmara Municipal, foi eleito deputado estadual e federal e prefeito, após a criação deste cargo em 1916 e o estabelecimento de eleições para o mesmo em 1922. Marieta de Moraes Ferreira⁴⁷ nos aponta as articulações políticas estaduais nas quais se situava Galdino, desde 1914 na oposição a Nilo Peçanha, líder político que exerceu o domínio do poder estadual dos primeiros anos do século XX até 1923, quando da intervenção federal no Estado em represália à candidatura oposicionista de Nilo à Presidência da República em 1922 e de todo o movimento conhecido como “Reação Republicana”.

Dentre os vários momentos do conflito entre Galdino do Valle Filho e o grupo nilista, destacou-se o instante da criação de novas prefeituras no Estado, em 1916, com

a clara intenção de esvaziar as funções administrativas das câmaras municipais em que houvesse o domínio de grupos não submetidos ao controle do nilismo, como era o caso de Nova Friburgo. Neste ano já havia sido travada intensa batalha jurídica em torno da eleição para a câmara de vereadores, ganha pelo grupo de Galdino, o que lhe garantiria a continuidade à frente do poder político municipal. Nilo Peçanha interveio no processo e conseguiu, momentaneamente, mudar o resultado junto ao Tribunal de Apelação estadual, nomeando, então, um interventor. Mais adiante, Galdino conseguiu reverter o quadro junto ao Supremo Tribunal Federal, ao que Nilo respondeu com a criação da Prefeitura de Nova Friburgo em 19 de agosto de 1916.⁴⁸

Deste ano até 1922, quando seriam conquistadas as eleições diretas para o cargo de prefeito, o Executivo municipal ficaria em mãos de Sílvio de Fontoura Rangel, deputado estadual com base eleitoral no município de Vassouras, nomeado interventor em Friburgo por Nilo Peçanha. Galdino passou, então, a liderar campanha pela autonomia municipal, através de eleições diretas para o cargo de prefeito. Outro momento de importante conflito ocorreu em 1919, quando Galdino Filho conseguiu eleger a totalidade dos vereadores friburguenses, e, em represália, Sílvio Rangel entrou com recurso no Tribunal de Relação, obtendo a anulação do resultado e mantendo o domínio do poder local, o que teria provocado inúmeros choques armados.⁴⁹

Algumas importantes divergências em nível de projetos econômicos distintos para o Estado também envolviam as disputas travadas pelos grupos em questão. Estas diferenças foram postas com maior nitidez durante a campanha eleitoral de 1922 para a Presidência do Estado, quando ainda era hegemônica a posição de Nilo Peçanha, o qual lançou candidato Raul Fernandes, estando na outra chapa Feliciano Sodré, indicado pelas Forças Reunidas da Oposição Fluminense. Ao passo que a corrente nilista apresentava um programa econômico eminentemente direcionado para um desenvolvimento agrarista, onde a policultura seria a pedra angular, o grupo de Sodré, no qual se inscrevia Galdino do Valle Filho, propunha o estabelecimento de uma alternativa econômica com a criação de atividades voltadas para um desenvolvimento industrial e urbano.

Na verdade, poucas foram as propostas de ordem reformista no Estado do Rio que se dedicaram a abordar projetos para além dos limites da questão agrária, como bem analisa Marieta de Moraes em trabalho recente⁵⁰. As proposições reformistas aglutinaram-se em torno de uma série de idéias que circulavam mais intensamente na virada do século, difundidas pela Sociedade Nacional de Agricultura, entidade na qual

articulavam-se os proprietários rurais interessados em discutir propostas alternativas no sentido de uma regeneração da agricultura por meio da diversificação da produção. Estas idéias surgiam na tentativa de solucionar a crise provocada, segundo os proprietários, pela abolição da escravatura e pela ausência de mão-de-obra capacitada a integrar um projeto capitalista no campo. Alberto Torres se destacava, naquele momento, como intelectual e político com idéias de renovação econômica, apontando os males causados pelo latifúndio e pela monocultura de exportação, propondo, como alternativa, a ampla difusão e apoio à pequena propriedade e a diversificação da produção agrícola, voltando-se prioritariamente para o mercado interno.

Tanto entre os adeptos da chapa de Nilo quanto entre os da oposição, essas idéias circulavam, com os dois grupos querendo se apresentar como defensores de uma proposta “moderna” para a economia do Estado, sendo que somente o grupo no qual se inscrevia Galdino apontava claramente no sentido de uma alternativa industrializante. Não podemos deixar de relacionar esta posição do grupo galdinista à peculiar história de Nova Friburgo, de uma economia justamente voltada para o mercado interno, em que a pequena propriedade foi sua base fundamental, o que pode ter favorecido sua rápida urbanização e precoce industrialização nas primeiras décadas do século XX, ao passo que a grande maioria dos outros municípios fluminenses continuava a se dedicar primordialmente à grande lavoura monocultora de exportação. Tais propostas, no entanto, esbarraram em uma série de obstáculos, centralmente na posição dos grandes proprietários de terra, produtores de café ou açúcar, pouco interessados na diversificação da agricultura, menos ainda em mudanças no caráter da propriedade. A mentalidade dos proprietários fluminenses prendia-se a uma tradição plantacionista, em que o prestígio social era assegurado pela posse da terra e da grande lavoura, sendo que a produção de alimentos para o mercado interno era vista como atividade menor, além de pouco lucrativa.

Conquistadas as eleições para o Executivo municipal no ano de 1922, Galdino se elegia prefeito. Neste mesmo ano era também eleito para o cargo de deputado federal. Desta data até a Revolução de 1930, o grupo de Galdino do Valle Filho comandaria o poder político em Nova Friburgo, representando, em primeiro lugar, os interesses dos grandes empresários e comerciantes locais, que, desde 1917, estavam organizados na Associação Comercial de Nova Friburgo e influíam nas decisões tomadas pela Prefeitura. O posicionamento do grupo de Galdino ficava explícito em vários artigos publicados no jornal *A Paz*, porta-voz da corrente liberal, quando assumia a defesa dos

empresários, por ocasião de movimentos de luta contra os baixos salários ou por melhores condições de trabalho, organizados pelos operários das fábricas.

O grupo conseguiria mais um ponto a favor de seu projeto industrializante no ano de 1925, quando se instalou em Friburgo a Fábrica Filó S.A., produtora de bordados, transferida da Alemanha, devido à crise econômica do pós-guerra, que obrigava seu proprietário, Gustav Siems, a buscar condições mais favoráveis aos seus negócios. A indústria têxtil, no Brasil, à época, atraía investimentos estrangeiros em virtude dos baixos impostos e da mão-de-obra barata, que incluía muitas mulheres e crianças, além de trabalhadores oriundos do campo. Nova Friburgo multiplicaria o número de empresas instaladas, tanto no perímetro urbano quanto na área rural, pulando das 243 existentes em 1921 para 354 em 1927. Tanto é que, devido a este crescimento, a usina hidrelétrica, construída em 1911 com 300 kw de força, já não comportaria a demanda em 1925. A concessionária, então, conseguiria aprovar proposta para construir nova usina, com 1800 kw, além de obter da Câmara Municipal outras concessões, como o adiamento da reversibilidade para o município da antiga usina e a não reversibilidade da nova. Esta ficaria pronta em 1925, sendo criada a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (CENF), para gerí-la⁵¹.

Ao saber tirar proveitos políticos do processo de industrialização em Friburgo nas décadas de 1910 e 1920 e capitaneando todo um projeto de construção de cidade nos moldes modernizantes da época, esta facção política abriu caminho para a formação de uma mentalidade liberal, dando ênfase ao progresso econômico por meio da instalação das indústrias. No ideal de cidade construído pelo grupo seriam realçados os elementos particulares da formação histórica friburguense como constituintes de um modelo *sui generis* de município no Brasil, uma ilha de “civilização” em meio ao “atraso” causado pelo latifúndio e pelo trabalho escravo.

Na elaboração do modelo de cidade ideal que deveria ser Nova Friburgo, e que se tornou hegemônico ao fazer parte do processo mais amplo de afirmação da nova ordem burguesa, destacou-se toda a construção ideológica definidora de uma identidade cultural que correspondesse ao projeto modernizante. Foi-se buscar no passado de Friburgo, ligando-o à colonização suíça encaminhada por D. João VI em 1818, a origem de um burgo “europeu”, como sinônimo de cidade “civilizada” e “progressista”. A imagem de moderna cidade do início do século XX, inserida no processo de industrialização, casava-se perfeitamente com um passado original de região colonizada por europeus, onde a pequena propriedade trabalhada pelos imigrantes brancos e

“civilizados” não teria permitido a presença do latifúndio e da mão-de-obra escrava e negra, símbolos de um país decadente, em vias de ser ultrapassado e esquecido.

3 O MITO DA “SUÍÇA BRASILEIRA”

A construção idealizada do passado de Friburgo, integrada, portanto, ao projeto hegemônico liberal e capitalista do início do século XX, seria cuidadosamente elaborada quando das comemorações pelo centenário de Nova Friburgo, em 1918, pelas autoridades e pela imprensa locais, momento em que seriam criados os símbolos da “Suíça Brasileira”, como o Hino e a Bandeira de Nova Friburgo, além de se realizar uma Sessão Solene na Câmara Municipal, no dia 19 de maio, com palestras professadas por personalidades de fora da cidade, como um representante do Instituto Histórico-Geográfico Fluminense, Luiz Palmier, e o jornalista Agenor de Roure, “filho ilustre de Friburgo” que ocupava o cargo de redator de atas na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Estas autoridades, dentre as quais vários representantes do governo de Estado, de câmaras dos municípios vizinhos e um Ministro da Suíça, vinham, com seu peso intelectual e institucional (capital cultural e simbólico, segundo Bourdieu), dar legitimidade ao projeto que se desejava construir.

Destacava-se a presença de Agenor de Roure, de quem se pode dizer ter sido um dos grandes ideólogos, ou mesmo, o grande ideólogo do mito da “Suíça Brasileira”. Agenor de Roure, que, em 1921, viria a ser o secretário particular do presidente da República, Epitácio Pessoa, já em 1915 apresentara às autoridades friburguenses a proposta de comemoração do centenário de Nova Friburgo, firmando a data de 16 de maio de 1918 para o evento, quando faria cem anos a assinatura do decreto de D. João VI confirmando o projeto de colonização. A escolha de tal data, mais tarde, seria motivo de polêmica entre escritores e historiadores em Friburgo, pois muitos argumentariam que faria mais sentido comemorar o aniversário do município tomando por base o ano de 1820, quando os suíços chegaram efetivamente à fazenda do Morro Queimado e assentaram simbolicamente a fundação da Vila de Nova Friburgo.

Galdino do Valle Filho abraçaria integralmente a idéia do Centenário e defenderia a imediata mobilização dos friburguenses no sentido de sua organização, conclamando, em particular, que as futuras autoridades municipais fizessem das comemorações a sua preocupação máxima, o “objeto capital do seu escopo, a sua bandeira enfim!”⁵². Não fazia parte dos planos de Galdino, no entanto, que, em 1918,

estaria ocupando o governo municipal seu adversário político, Sílvio Rangel, representante do grupo nilista em Friburgo. De qualquer forma, estando Galdino, naquele ano de 1915, à frente do Executivo por ser o presidente da Câmara, seu nome, dentre os homens políticos do município, ficaria marcado como um dos principais idealizadores do projeto do Centenário.

3.1 Agenor de Roure e o “Plano de D. João VI”

Importa realçar, então, a tese de Agenor de Roure sobre a fundação de Nova Friburgo, a qual se ajustaria perfeitamente ao projeto modernizador de Galdino do Valle Filho e de seu grupo. Segundo Agenor de Roure, a criação de Friburgo teria feito parte de uma “nobre e elevada preocupação” de D. João VI em dar uma nova orientação ao povoamento do país:

A fundação da Colônia Suíça do Morro Queimado tem uma alta significação na história do povoamento do Brasil. Ela representa ... o início da execução de um plano inteligente de D. João VI.

Mudada a Corte de Lisboa para a Bahia e depois para o Rio de Janeiro, o Rei teve ocasião de verificar o erro dos governantes portugueses no povoamento da terra de Santa Cruz.(...)

Imaginou naturalmente, como recurso contra o erro fatal da instituição do trabalho escravo e do tráfico africano, a fundação de colônias européias, núcleos de homens livres, em diversos pontos do país. Mandou ceder terras a irlandeses no Rio Grande do Sul; mandou vir famílias açorianas para ocuparem lotes de terras; fundou a Colônia Suíça de Friburgo, com o propósito de mandar vir outras famílias de suíços e instalar novas colônias de homens livres.

Tivesse ele podido levar por diante o seu plano, e nós não estaríamos sofrendo as conseqüências da nefasta influência que o trabalho escravo exerceu sobre a nossa formação étnica e sobre a nossa organização econômica. Dezenas, centenas mesmo de núcleos de europeus industriais, espalhados pelo país, teriam diminuído aquela influência, teriam preparado o país para a transformação do trabalho escravo em trabalho livre.

(...) Assim a fundação da Colônia Suíça do Morro Queimado, cujo centenário comemoramos hoje, não é um fato histórico interessando apenas ao nosso Município, porque traduz o início de um belo plano de organização de trabalho livre e adiantado em contraposição ao trabalho escravo, em todo o Brasil. Interrompida a execução desse plano, o trabalho escravo venceu, entravando o progresso e o desenvolvimento econômico do país e invadindo as

próprias colônias organizadas exclusivamente com homens livres.
(...)⁵³

A sua palestra na Câmara Municipal de Nova Friburgo⁵⁴ apresentava a fundação da Colônia do Morro Queimado como a fazer parte de um amplo projeto de D. João VI, visando corrigir a formação étnica brasileira, a qual teria sido perturbada e viciada pelo sistema de povoamento adotado até então. À “influência nefasta” da escravidão, responsável pela caça aos indígenas e o “roubo” de negros na África, teria vindo somar-se negativamente o processo de transferência, para o Brasil, de criminosos e degenerados da Europa, transformando a Colônia em depósito da “escória” europeia, segundo ele, arrebanhada nos “antros da vadiagem” das grandes cidades marítimas, processo este que teria continuado após a Independência, com a imigração subvencionada.

A intenção de D. João VI teria sido a de, introduzindo colonos brancos e livres, apontados como homens capazes, industriais e agricultores, promover o rápido progresso do país e, com o tempo, forjar uma nova nacionalidade, com caracteres de uma “raça perfeitamente definida”. Através de “cruzamentos” étnicos, a partir da instalação de colônias suíças, alemães, irlandesas, açorianas, promover-se-ia a substituição dos núcleos de povoamento iniciais, formados por “homens sem vontade, sem liberdade e sem instrução”, incapazes de gerar uma “alma nobre”, de “ter iniciativa, lutar e vencer, progredindo e civilizando-se”. Tão logo a nacionalidade estivesse formada, com os novos traços culturais e étnicos, as linhas principais deste novo caráter seriam perpetuadas por meio da hereditariedade, conservadas “sem mais cruzamentos”⁵⁵.

Percebe-se aí a intenção de ligar ao “plano de D. João VI” uma política de branqueamento da população brasileira. Somente a imigração europeia teria podido levar o Brasil à condição de país civilizado, apagando a indesejável marca da cor negra, além de propiciar o seu desenvolvimento econômico, graças à “laboriosa” mão-de-obra dos europeus, mais “capaz” e “inteligente”. A ideologia do branqueamento do povo brasileiro era uma das propostas pertencentes àquele “bando de idéias novas”, hegemônicas em fins do século XIX e início do século XX, a que nos referimos anteriormente.

Conforme nos indica Renato Ortiz⁵⁶, as teorias raciais formuladas por autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha trabalhavam dentro da

perspectiva evolucionista desenvolvida na Europa pelo positivismo comtiano, o darwinismo social e o spencerianismo. A história brasileira era apreendida em termos deterministas, com o clima e a raça servindo como aspectos definidores de seu “atraso”. Começava a ser elaborado o “mito das três raças”, atribuindo ao elemento branco uma posição de superioridade na constituição da população brasileira, ao passo que o negro e o índio eram apresentados como entraves ao processo civilizatório. Assim aponta Ortiz:

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro ... O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das ‘raças inferiores’, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente.⁵⁷

Fica evidente que tais idéias, hegemônicas no Brasil na virada do século, embasavam ideologicamente a interpretação histórica elaborada por Agenor de Roure. Era um aspecto central dentro das suas preocupações, assim como para a maioria dos intelectuais do período, a questão da formação étnica brasileira, pois estava se discutindo a própria concepção de nação brasileira. Dentro deste campo, surgiam com igual força temas ligados ao fator mão-de-obra, tais como a abolição, o aproveitamento do escravo como assalariado, a imigração européia. O intelectual friburguense já havia abordado o tema da abolição em palestra proferida na Sala das Sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 14 de maio de 1918. Exaltando a promulgação da Lei Áurea, contrapunha-se àqueles que somente viram no fim da escravidão a desorganização do trabalho, pois, para ele, não havia trabalho organizado com a escravidão. Atacava os “vícios de origem” da colonização brasileira, responsáveis por uma herança nefasta, que obstaculizava o progresso econômico no país, apontando a alternativa que, se adotada, teria conduzido a outra realidade social:

A fundação da Pátria Brasileira teria sido mais rápida e assentaria desde logo em bases sólidas, se em vez da doação de capitanias a felizes protegidos do Trono, houvesse Portugal alicerçado a construção econômica da colônia no trabalho livre, na fácil conquista de lotes de terras, na entrada de colonos estrangeiros, que para aqui viessem e se instalassem livremente

*como nos Estados Unidos, constituindo seus lares como núcleos de uma Pátria futura...*⁵⁸

A conclusão a que chegava Agenor de Roure, tanto na palestra dada no Instituto quanto na conferência proferida em Friburgo, era a de que, se D. João VI não tivesse sido obrigado a retornar a Portugal, seu plano, iniciado através de colônias de povoamento no Sul e em Nova Friburgo, teria sido adotado em todo o país, mudando por completo os rumos da prejudicial colonização de origem, calcada no latifúndio e no trabalho escravo. O exemplo exaltado era o dos Estados Unidos da América, cujo processo de povoamento teria constituído, em tempo relativamente curto, uma “raça forte”, transformando aquele país em uma potência econômica. O conferencista omitia o fato de que também nos Estados Unidos havia se desenvolvido o sistema de *plantation*, baseado na grande propriedade escravista e na monocultura de exportação.

Importa perceber que a sua interpretação acerca do “plano de D. João VI” inscrevia-se na perspectiva liberal burguesa do início do século XX, a propagar idéias alternativas no campo da economia, a exemplo da defesa da diversificação na produção agrícola, estimulando a pequena propriedade e o trabalho assalariado do imigrante europeu, conforme vimos anteriormente. Também fazia parte deste ideário a promoção do progresso através da industrialização e do fomento do livre comércio. Não foi à toa que Agenor de Roure, em sua palestra, apresentou D. João VI como um “rei liberal”, por este ter aberto os portos brasileiros ao comércio das “nações amigas”, dando fim ao monopólio da metrópole sobre a colônia. O “plano de D. João VI”, na verdade, foi a maneira pela qual Agenor de Roure, um intelectual orgânico do liberalismo, fez a defesa de um projeto de nação brasileira, nos moldes liberais burgueses, utilizando-se de pretensos fundamentos históricos, para ele inteiramente válidos, e que mais funcionavam como capital simbólico a ilustrar as idéias em torno das quais erigia o seu projeto de Brasil.

No momento das comemorações pelo centenário de Friburgo, portanto, estavam sendo criadas as tradições que passariam, anos mais adiante, a fazer parte do calendário oficial da Cidade de Nova Friburgo. Estas “tradições inventadas”, para utilizar a expressão de Eric Hobsbawm⁵⁹, passando a fazer parte do imaginário social criado pelas classes dominantes friburgueses, transformadas em ideologia, viriam a ser amplamente difundidas e incorporadas pela maioria da população friburguesa. Isso porque a tradição inventada estabelece a ligação da comunidade com um passado histórico

apropriado, que não pode ser totalmente artificial, pois há que permitir aos agentes identificarem-se como elos de continuidade a um processo histórico original, ao momento apontado como o da gênese do grupo social. Como diz Hobsbawm, “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”⁶⁰.

Outro fator, além do étnico, era utilizado nos argumentos que ajudariam a consolidar o mito da Suíça Brasileira: o clima da região serrana fluminense. A comparação com a Europa tornava-se inevitável e permitia a que Galdino do Valle Filho empunhasse a bandeira a favor da cultura do trigo, que, segundo ele, não era praticada em extensão digna de nota no Brasil, a não ser no Rio Grande do Sul. Defendia que, em decorrência da Primeira Grande Guerra, era urgente que os lavradores fluminenses, mormente os de Nova Friburgo, cujo clima seria igual ao da Europa, passassem a se dedicar à produção do cereal, para suprir as necessidades internas, antes abastecidas através da importação. Salta aos olhos uma das principais justificativas apontadas por ele, em prol da cultura do trigo:

*...base principal da alimentação do homem civilizado e indício tão sabido do seu progresso que, já o disse alguém, pelo cultivo do trigo, se pode determinar na carta geográfica a marcha triunfal da civilização pelo mundo.*⁶¹

Mais uma vez, a ideologia do progresso dizia presente, para indicar que Nova Friburgo era uma das poucas regiões no Brasil a ser abençoada por estar incluída no rol dos “civilizados”, quanto não mais em virtude de seu clima frio, a possibilitar o fomento de atividades características do mundo desenvolvido.

O enaltecimento ao trabalho livre e ao espírito de iniciativa individual, traços característicos dos “avançados” povos da Europa e dos Estados Unidos, imprescindíveis para integrar o país ao desenvolvimento capitalista, eram inerentes ao discurso desse grupo de intelectuais e políticos burgueses, no qual incluímos as figuras de Agenor de Roure e Galdino do Valle Filho. Por isso o mito criado em torno da Suíça Brasileira casava-se tão perfeitamente com o projeto mais geral de uma política econômica que trilhasse o caminho da industrialização e da urbanização, ao mesmo tempo em que incentivasse a produção agrícola diversificada, com estímulo à pequena propriedade e ao trabalho livre.

3.2 Uma Comunidade Política Imaginada

Tais visões elaboradas sobre Nova Friburgo são elementos definidores da cidade como uma “comunidade política imaginada”, segundo a expressão utilizada por Benedict Anderson em suas discussões a respeito dos conceitos de *nação*⁶². Afinal, para ele, toda a comunidade maior que uma aldeia primitiva, em que todos os seus habitantes se conhecem, deve ser pensada como uma comunidade “imaginada”, porque seus membros jamais terão condições de conhecer a maioria dos seus compatriotas, “embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”⁶³. Ou seja, existem fortes vínculos a ligar diferentes indivíduos, que se consideram pertencentes a uma dada comunidade, por razões que não são naturais, mas culturalmente construídas através de uma história comum. Também Hobsbawm e Ernest Gellner não consideram a nação uma entidade social originária ou imutável, mas fruto de um período histórico específico e, na verdade, recente. Na sua formação, há que se destacar “o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social”⁶⁴ que serão, em última análise, responsáveis de fato pela construção da sua identidade. E é justamente este processo de elaboração que vai criar os mitos necessários à “naturalização” da dinâmica histórica, transformando-a em “destino político”.

O historiador e filólogo francês Ernest Renan entendia que a nação moderna era resultado de fatos históricos convergindo para um mesmo sentido, sendo relativos, na sua formação, componentes tais como a língua, a religião, a etnia, a cultura, a geografia, etc. Ou melhor, estes seriam aspectos importantes, sem dúvida, mas jamais poderiam ser vistos, isoladamente, como definidores da identidade nacional, para a qual também contribuiria, de forma decisiva, uma história comum aos indivíduos. Mais importante, no entanto, seria a existência de uma vontade comum. A nação se transformaria em um indivíduo no concerto internacional dos povos, pois representaria uma vontade coletiva em ação, “um plebiscito de todos os dias”⁶⁵, uma “consciência moral” mantida em função de uma história e de uma vontade comuns, elementos construídos ou imaginados pelos indivíduos, portanto.

Na construção dessa “consciência moral”, ou, segundo expressões de Renan, da “alma”, do “princípio espiritual” que traduzem a nação, o culto dos ancestrais seria o mais legítimo. Um passado heróico de grandes homens e de feitos gloriosos é o capital social mais importante sobre o qual se assenta a idéia de nação. Seriam condições fundamentais para a formação de um povo o fato de os indivíduos possuírem glórias

comuns no passado e uma vontade comum no presente, de terem feito coisas grandiosas juntos e de ainda querer fazê-las. Por isso, conforme pensava o historiador francês, a essência de uma nação é que seus membros tenham muitas coisas em comum e que também tenham esquecido muitas coisas. A construção de uma memória coletiva, de uma história comum, incluiria, como estratégia necessária à formação da identidade, o esquecimento de determinados acontecimentos considerados negativos, desabonadores, no presente, para a nação que se imagina ideal.

Da mesma forma, a Nova Friburgo industrializada e “progressista” do início do século XX não poderia, para a facção política liberal, ser identificada a um passado de escravidão e de pobreza. Por isso sua fundação era contada como um feito de heróicos desbravadores, a cumprirem o destino de transformar as adversidades encontradas em sucesso, promovendo o progresso e erigindo uma cidade “paradisiaca”, para o que teria sido essencial a formação étnica e cultural daqueles indivíduos. Vários aspectos “negativos” presentes na história do município seriam esquecidos pelos homens políticos responsáveis pela elaboração da sua identidade, assim como a verdadeira desventura que representou a chegada dos suíços em 1820, a contribuição dos negros e a presença da escravidão na história do município. O passado, manipulado em função dos interesses do presente, não seria mostrado em sua totalidade, promovendo-se a “ocultação dos aspectos não-oficiais do acontecimento escolhido, notadamente, das provações e lutas dos setores populares”⁶⁶.

Mesmo não tendo igual peso que os municípios vizinhos, cujas economias eram cafeeiras e escravistas, a exemplo de Cantagalo, a escravidão negra fez parte da formação histórica de Nova Friburgo. Como demonstra Gioconda Lozada⁶⁷, o negro escravo teve papel importante seja no campo (vários colonos suíços e alemães eram proprietários de escravos) ou na zona urbana, através de documentação que comprova a existência de considerável população de escravos em Friburgo. O Censo Demográfico de 1872 (fonte: IBGE) indicava a existência de 897 escravos em meio à população de 6.303 habitantes da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, perfazendo cerca de 14% da população. Nas paróquias, onde se fixava a grande maioria da população, suplantando em muito (70% do total do município) a área urbana, esta percentagem era bem maior, já que representavam regiões dedicadas à lavoura do café. Em São José do Ribeirão, futuro município de Bom Jardim, os escravos equivaliam a 39% da população da paróquia (3.072 contra 7.962), enquanto que, em N. Sra. Conceição do Paquequer

(futuro município de Sumidouro), representavam 54% dos habitantes do local (2.167 escravos em meio a 4.015 moradores)⁶⁸.

Há também que se desmistificar a visão idílica que envolve a vinda dos imigrantes europeus, a começar pelo fato de boa parte dos imigrantes ser de indivíduos considerados “indesejáveis” na Suíça, obrigados a fazerem parte de uma “operação limpeza” ou de escaparem da fome e da miséria que grassavam em várias regiões do país. A trágica viagem, durante a qual morreu um em cada seis emigrados, e as condições adversas encontradas na fazenda do Morro Queimado, cujas terras distribuídas eram de qualidade desigual, muitas das quais incultiváveis e localizadas em encostas e picos escarpados, completam o quadro de uma situação nem um pouco idílica. Pintados como valentes desbravadores e "colonizadores", na verdade, os suíços enfrentaram imensas dificuldades para se estabelecerem na colônia, não encontrando a mínima infraestrutura ou os recursos prometidos pelo governo de D. João VI. Acalentando o sonho do enriquecimento rápido e fácil, os imigrantes depararam-se com outra realidade: pequenos lotes de terra e vias de escoamento dos possíveis produtos excedentes em péssimas condições.

Em cerca de dez anos, após a fase inicial, quando os colonos foram mantidos pelos subsídios enviados pela Corte Portuguesa instalada no Rio de Janeiro, a população de 1.631 suíços instalados caía para cerca de 600, os mil restantes tendo emigrado em busca de melhores condições no Rio, em Macaé e, principalmente, em Cantagalo, onde o café proporcionava o sonho de riqueza imediata. Ficaram em Nova Friburgo aqueles que conseguiram vencer as adversidades na lavoura, dedicando-se à agricultura de subsistência. Além disso, já se vinha verificando uma progressiva ocupação luso-brasileira da região, cujos integrantes teriam maior participação na vida econômica local e assumiriam de fato a direção político-administrativa da Vila. Pode-se arriscar, segundo historiadores especializados no tema em questão, que os suíços acabariam “marginalizados”, casando-se entre si e constituindo pequenos núcleos concentrados nas imediações da Vila⁶⁹.

A esperança dos emigrados, expressa em seu canto de partida da Suíça, segundo o qual buscavam a “vantagem de ser burgueses para sempre”⁷⁰, não encontrou o terreno desejado, mas sua imagem ilusória inicial acabou por ser resgatada, um século mais tarde, pelos homens políticos interessados em constituir uma identidade cultural para a cidade, dentro de uma nova realidade social vivenciada. Já no final do século XIX, o retrato primeiro da experiência colonizadora, desenhado como um retumbante fracasso,

vinha sendo aos poucos substituído pela pintura de um quadro mais favorável, onde a cidade já aparecia como símbolo de prosperidade (trazida pela estrada de ferro, pelo desenvolvimento do comércio e pelo crescimento urbano) em meio à situação de declínio da economia cafeeira em todo o Estado e, particularmente, na região vizinha de Cantagalo.

Seguindo a mesma linha de pensamento inaugurada por Agenor de Roure, no ano de 1919 era publicado o *Álbum de Nova Friburgo*, livreto editado por Julio Pompeu, que, dando seqüência às comemorações do centenário, apresentava um quadro geral do município, com seus pontos turísticos, praças, ruas, principais estabelecimentos comerciais, colégios, sítios e fazendas, além das personalidades históricas e lideranças políticas de então. A referência à colonização suíça aparecia, destacando a ação dos fundadores como essencial para a formação da “cidade civilizada e bela” do presente, uma cidade “singular” dentro do cenário brasileiro. Eram realçadas as “virtudes cívicas” do povo helvético, assim como o seu “grande amor ao trabalho”, símbolos também da singularidade, dando a entender que se tratava de qualidades raras no Brasil de então:

Foi aquele grupo de louros filhos das montanhas, trabalhadores e virtuosos, e os brasileiros, deles nascidos, que, da modesta colônia de criadores e cultivadores, fizeram a cidade civilizada e bela de hoje, essa Friburgo tão singular entre nós, pelos vestígios das raças dos seus fundadores e tão poeticamente encantadora, com o seu aspecto de pequena cidade européia, vestida dos esplendores das nossas matas, do nosso céu e das nossas cachoeiras.

Na alma dos friburguenses existe ainda uma grande ternura e veneração pelos fundadores da sua urbe ... o núcleo dos inteligentes e tenazes colonizadores, que trouxeram, com um grande amor ao trabalho, um fundo de virtudes cívicas, próprias do povo helvético, e são o patrimônio inextinguível da população de Nova Friburgo.⁷¹

3.3 Suíços X Alemães

Naqueles anos que precederam a década de 1920, a presença de descendentes suíços já era bastante reduzida entre os friburguenses, estando circunscrita quase que exclusivamente às famílias de pequenos proprietários rurais nos distritos, como o de Lumiar. Além disso, o Censo de 1920 indicava existirem 1.475 estrangeiros num total de 28.651 habitantes. Dentre os estrangeiros, naquele momento, adquiriam grande

importância os italianos e alemães. O Censo de 1872 já havia apontado a existência de 1.081 estrangeiros entre 6.303 habitantes da Vila de Nova Friburgo (zona urbana do município), assim distribuídos: 595 portugueses, 228 africanos (17 livres), 98 alemães, 66 suíços, 37 franceses, 24 espanhóis, 19 italianos, etc.⁷² Italianos e portugueses estavam à frente de vários estabelecimentos comerciais, ao passo que a presença negra se fazia sentir nas ruas da cidade, junto ao comércio ambulante⁷³.

Quanto aos alemães, cuja primeira leva migratória já havia acontecido em 1824, sua importância para a vida da cidade evidenciava-se na instalação das fábricas, cujo capital empregado foi, basicamente, o alemão. A possibilidade de os alemães influírem nas decisões políticas locais era muito mais efetiva em função do capital (no sentido empregado por Bourdieu) econômico de que dispunham, como de fato ocorreu, no momento mesmo da implantação das fábricas. A facção liderada por Galdino, por sinal, seria a grande defensora dos interesses do grupo alemão na arena política municipal. Mas, como demonstra João Raimundo em sua dissertação, o prestígio dos germânicos estava em baixa justamente por causa do posicionamento da nação alemã durante a Grande Guerra na Europa. Era necessário fazer sobressair outro referente, que não o alemão, como constituidor da população local, para o que os suíços serviram muito bem:

Nesse momento, portanto, teria sido mais interessante ressaltar as origens não alemães da antiga colônia do Morro Queimado. Para isso, o elemento suíço prestaria de forma bastante adequada a construção do ideal de cidade européia montada em pleno seio de um mundo tropical. Nova Friburgo tornar-se-ia um pedaço da Suíça - leia-se, país adiantado, civilizado, moderno - no meio de um mundo dos trópicos, onde predominava uma população de origem portuguesa ou africana - leia-se, regiões atrasadas, não civilizadas.⁷⁴

Este ponto de vista pode ser comprovado por um artigo publicado no jornal **Cidade de Friburgo**, de propriedade do então Prefeito Sílvio Rangel, às vésperas das comemorações do centenário do município, que tiveram do veículo uma ampla cobertura. Citando cláusulas do contrato promovido entre a Coroa portuguesa e o representante suíço, Nicolau Gachet, para a fundação da colônia, o artigo ressaltava as promessas relativas à concessão de propriedades e à garantia de todas as condições necessárias para o estabelecimento das famílias suíças, traduzindo ainda o entusiasmo dos organizadores da empreitada com respeito à “terra de pasmosa fertilidade” e à

“benignidade do clima”. O autor do artigo chegava a afirmar tratar-se do próprio “Canaan bíblico”, deixando de se referir aos enormes problemas enfrentados pelos colonos e o abandono do local, por parte da maioria dos imigrantes suíços, anos após a inauguração da colônia. Era preciso enumerar apenas os aspectos positivos do projeto, além de incensar as figuras dos suíços como responsáveis pelo “sucesso” do empreendimento, os quais teriam se adaptado perfeitamente à terra e à nova nacionalidade, em contraposição ao exemplo dos alemães:

(...) A coroação do menino imperador em 1841 viu a antiga colônia transformada num formoso e próspero município, tendo realizado o caldeamento e a conseqüente nacionalização de sua descendência. No transcurso do período romântico, que vai da coroação ao início da guerra contra o Paraguai, Nova Friburgo aparece como um centro laborioso, com exportação de cereais e gêneros de primeira necessidade considerável, progredindo sob os influxos duma população em que a sobriedade de maneiras afirma a existência de uma moral austera. Nunca, nos seus cem anos de existência, a colônia de suíços deu mostras de repugnância à nacionalidade adotiva. Os exemplos de rebeldia e conquista extravagantes estariam reservados às colônias suspeitas dos alemães, que se encaminharam no rumo do sul, quando ninguém conhecia ainda os seus processos secretos (...).⁷⁵

O retrato dos alemães era pintado de forma oposta ao dos suíços: estes apareciam como forjadores de uma população na qual se encontrariam uma “sobriedade de maneiras” e uma “moral austera”, em contraste com os “suspeitos” alemães, os quais teriam sido ingenuamente aceitos em solo brasileiro, pois se desconheciam os seus verdadeiros propósitos, “processos secretos” tardiamente descobertos. Era um discurso que fazia sentido em meio à conjuntura da época, ao final da Primeira Guerra Mundial, quando os alemães eram execrados pela opinião pública internacional e nacional. Note-se que, no artigo, não era sequer citada a vinda dos imigrantes alemães para Nova Friburgo, em número de 324, no ano de 1824, ocupação organizada pelo Ministro José Bonifácio de Andrada, justamente para tentar reativar a Vila, cuja decadência e esvaziamento já eram evidentes desde o retorno de D. João VI a Portugal, quando cessaram os subsídios reais à colônia.

Esta caracterização extremamente negativa a respeito dos alemães foi sendo construída no desenrolar da guerra, tornando-se mais acintosa a partir de 1916, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal, e francamente virulenta em 1917, após o

torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, o que levou o Brasil a declarar guerra à Alemanha. Por esse motivo, inclusive, o Sanatório Naval de Friburgo, funcionando desde 1910, recebeu, como prisioneiros, 226 oficiais e marinheiros de um navio da Marinha Mercante alemã, que se encontrava aportado em Recife naquele ano. Os prisioneiros ali ficaram durante o restante da guerra, sendo que alguns deles foram contratados pelas fábricas Ypu e Arp, que aproveitaram seus conhecimentos de técnicos em máquinas e de administradores. Finda a guerra, boa parte deles retornou à Alemanha, mas outros se mantiveram em Friburgo, engrossando a colônia alemã já existente. De qualquer forma, a presença dos prisioneiros em Friburgo, naquele momento, só poderia contribuir no sentido da caracterização negativa dos alemães.

No final do ano de 1917, o jornal *O Pharol* publicava artigo sob o título “*Os Mandamentos da Guerra contra a Alemanha*”, conclamando a população a ver em todo alemão um inimigo, a não comerciar com os súditos, casas ou empresas alemãs, porque o dinheiro ganho por eles se transformaria em armas, explosivos e matérias incendiárias. Aconselhava ainda a não se contratar o serviço de um alemão, ou a ele confiar a educação dos filhos, porque haveria sempre o risco de se ter em casa um espião, que, como educador, formaria almas alemãs e não brasileiras. Concluía afirmando que “atrás de suas maneiras amáveis está o bote de felino e a garra do abutre”⁷⁶. O jornal *A Cidade de Friburgo* já havia transcrito artigo de Miguel Lemos, fundador da Igreja Positivista do Brasil, intitulado “*Os positivistas e o perigo alemão*”, do qual destacamos os seguintes trechos:

(...) o conflito atual, provocado pela Alemanha, que o preparava há quase meio século, veio pôr mais em evidência os perigos que resultam da mistura, espontânea ou sistemática, de elementos mais afastados da nossa nacionalidade, isto é, das nossas tradições históricas.

(...) Dentre esses elementos menos próximos de ‘nossa origem ibérica’, o mais perigoso de todos, o menos capaz de ser assimilado, aquele cuja influência direta menos nos convém, é sem dúvida o germânico. Na hierarquia das nações ocidentais estabelecida por Augusto Comte, ocupa esse elemento o último lugar. E aos fundamentos históricos, intelectuais, morais e sociais dessa hierarquia, estão os motivos por que a imigração alemã é a menos desejável para os países de origem latina como o nosso (...).⁷⁷

Este artigo viria a ser reproduzido no mesmo jornal a 24 de agosto de 1919, e, na edição de 18 de janeiro de 1920, o editorial ainda aludia à influência germânica entre nós como muito nociva, propugnando não ser aconselhável aceitar de braços abertos o alemão como elemento colonizador, pois sua incapacidade de assimilação social seria inata.

Acreditamos que este ataque aos alemães, persistindo nas páginas do jornal mesmo após o término da guerra, estivesse vinculado à luta política local, travada, de forma bastante acirrada naqueles anos, entre os partidários de Sílvio Rangel, de um lado, e os defensores de Galdino do Valle Filho, de outro. Isto porque o jornal *A Paz*, de Galdino, constituía-se em porta-voz dos interesses dos donos das fábricas, cujo capital acionário dominante era o alemão. Por extensão, *A Paz* vinha advogando também a defesa da colônia alemã em Friburgo, o que pode ser verificado através de uma série de artigos favoráveis e, mesmo, simpáticos às ações da Alemanha quando eclodiu a guerra. Em agosto de 1914, o jornal estampava como manchete principal: “*A GUERRA DAS POTÊNCIAS - A Europa Conflagrada - O Kaiser, novo Napoleão desafia o mundo*” e, num longo artigo, analisava o conflito, buscando situar cada país europeu dentro dele, tendendo, no entanto, a posicionar-se de forma favorável aos alemães, afirmando, dentre outras coisas:

*(...) a aguerrida Alemanha, com a heroicidade de um leão, entra resolutamente na peleja, chamando sobre si todo o conflito, dominando a ação! O Kaizer, ídolo de um grande povo, toma a si o papel de Napoleão desafiando a Europa (...) é impossível ocultar a admiração, o assombro mundial em face da suprema coragem desse Monarca e desse povo!*⁷⁸

Outras matérias de *A Paz* voltariam a tecer elogios ao Kaiser, o qual, segundo o jornal, personificava a Alemanha em tudo que ela possuía de grandioso e belo e porque ele teria criado um povo de fato, uma nacionalidade forte em todas as manifestações da inteligência humana. O periódico ressaltava não estar prestando uma ode à guerra, mas uma homenagem ao mentor de uma possante nacionalidade e fazendo jus à colônia alemã da cidade, pelos benefícios que vinha auferindo, com seu labor e operosidade, à população friburguense⁷⁹. Em outro artigo, aludia aos feitos históricos dos alemães pela unificação de seu território e pela transformação da Alemanha em grande potência, a partir do que estaria levando a todo o mundo sua influência e prestígio, por meio de esforços que representariam a competência e a tenacidade de um operário superior.

Após o intróito, o texto passava a se referir à presença alemã no Brasil, onde a expansão germânica, depois da América do Norte, mais se fazia notar, através de “indícios vigorosos na raça, nos usos e costumes do Brasil meridional”⁸⁰. Quanto a Nova Friburgo, o artigo chegava a afirmar que o município praticamente devia à colônia alemã a sua fundação de fato, porque os primeiros habitantes, de origem suíça, haviam abandonado a cidade à procura de melhor fortuna, no interior. A vinda dos alemães, no século XIX, teria sido responsável por evitar o desaparecimento da cidade e por inaugurar o período verdadeiramente progressista de Friburgo.

Por tais artigos percebe-se que, caso o desfecho da Primeira Guerra tivesse sido outro, dando a vitória aos alemães, talvez a construção da imagem de Nova Friburgo como a Suíça Brasileira não chegasse a se consolidar. Pelo menos por parte do jornal *A Paz* havia uma tendência em considerar fundamental a presença da colônia alemã para o povoamento e desenvolvimento de fato de Friburgo, o que também refletiam interesses ligados ao momento histórico em que tais ilações eram feitas, interesses atados à presença das fábricas alemãs na cidade. Mesmo considerando que Galdino do Valle Filho havia abraçado com entusiasmo a idéia do Centenário propagada por Agenor de Roure em 1915, pela qual o destaque da formação histórica de Friburgo recaía sobre os ombros dos suíços, não há como fechar os olhos para o fato de que, para o grupo de Galdino e seu projeto hegemônico industrializante, era também necessário fazer a defesa da colônia alemã, defesa esta que somente perderia a razão de ser com o progressivo desenrolar dos acontecimentos em torno da guerra, até o desfecho final, totalmente desfavorável aos alemães.

Ainda assim, quando o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha em 1917, o jornal *A Paz* alertava para o perigo de se atacar indiscriminadamente os alemães residentes em solo pátrio, como os de Friburgo, cujas empresas proporcionariam benefícios à cidade, produzindo benesses e garantindo emprego a centenas de trabalhadores brasileiros. Da postura francamente simpática aos alemães e seus chefes militares desde o início da guerra, o jornal passava a uma posição defensiva, buscando, de um lado, colocar-se ao lado do governo brasileiro, o que era inevitável naquele instante, e, de outro, preservar a colônia alemã e seu patrimônio material de possíveis retaliações na cidade: “Não é a patriotada barulhenta e arruaceira que atira pedras aos edifícios o que o Brasil precisa e espera de seus filhos nesta emergência horrível...”⁸¹, completava.

Enfim, a idealização de Nova Friburgo como a Suíça Brasileira terminava por se configurar extremamente conveniente aos homens políticos de Friburgo naquele momento histórico específico, “varrendo para debaixo do tapete” as contradições sentidas à flor da pele. Os “fantasmas” dos alemães ficavam de fora da “gênese de Nova Friburgo”, e todas as energias seriam canalizadas para as comemorações do Centenário de fundação da colônia suíça no ano de 1918, dando prosseguimento, então, à definição do município como espaço privilegiado, dentre as várias cidades brasileiras, para o desabrochar da “civilização” e do “progresso”, por ter, como núcleo fundador, um povo de origem européia. Nada mais propício, portanto, que este povo viesse a ser o helvético, identificado tão somente com os ofícios e as artes de manejar as ferramentas de trabalho, jamais as armas de guerra.

CAPÍTULO 2

DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO ESTADO NOVO:

PEDRAS NO CAMINHO DOS LIBERAIS

Quando da polarização política que tomou conta de todo o país por ocasião da campanha sucessória à Presidência da República em 1922, que deflagrou o levante tenentista do Forte de Copacabana, o então deputado Galdino Filho denunciou da tribuna da Câmara Federal o envolvimento de políticos seguidores de Nilo Peçanha na revolta dos tenentes. Em 1923 deu-se a intervenção federal no Estado do Rio, marcando a debacle da corrente de Nilo Peçanha no comando político estadual e o conseqüente fortalecimento das antigas oposições, à frente Feliciano Sodré, Manuel Duarte e Oliveira Botelho, lideranças com as quais se articulava Galdino. Com a morte de Nilo Peçanha em 1924, a facção por ele liderada acabou por entrar em franco declínio até nova reviravolta no cenário político nacional em 1930.

O novo grupo situacionista fluminense alinou-se ao governo federal e apoiou Washington Luís nas eleições de 1926. Em 1927, o grupo lançou a candidatura de Manuel Duarte, líder da bancada fluminense na Câmara dos Deputados, à Presidência do Estado, lançamento feito através do Jornal *A Paz*, de Galdino do Valle Filho. Quando das eleições de 1929 para a Presidência da República, o grupo manteve o alinhamento com o governo federal, apoiando a candidatura de Júlio Prestes, indicado por Washington Luís. Este alinhamento explícito e a acirrada campanha no Estado, em que os partidários da Aliança Liberal (formada pelas lideranças políticas regionais em oposição a Washington Luís e ao viciado esquema político que vinha garantindo o domínio de São Paulo na presidência da República) resgataram a figura de Nilo Peçanha, custaram ao grupo situacionista o desalojamento do governo do Estado e a perseguição às suas lideranças políticas após a Revolução de 1930, quando as correntes estaduais dissidentes, sobretudo a gaúcha e a mineira, tomaram o poder em resposta à derrota eleitoral.

O governo fluminense colocou-se contra os revoltosos, organizando "legiões patrióticas" em vários municípios, como em Nova Friburgo, sob a liderança de Galdino do Valle Filho, e em Niterói. A exemplo do que ocorria em São Paulo, onde os grandes grupos industriais posicionaram-se ao lado de Washington Luís, Galdino arregimentou

forças em defesa do governo federal junto às fábricas em Friburgo, cujos donos recrutaram os trabalhadores para a luta, segundo depoimento de José Pereira da Costa Filho⁸², na época, operário da Fábrica de Rendas Arp. Assim, o grupo acabou selando sua própria queda. Manuel Duarte foi deposto, e vários interventores foram nomeados em diversos municípios fluminenses. Em Nova Friburgo assumiu uma Junta Governativa nomeada pelo Capitão Luís Braga Muri, à frente o Dr. Galiano das Neves e Carlos Alberto Braune, destituindo o grupo identificado com a liderança de Galdino Filho, que só voltaria a ocupar o poder municipal nos anos 40, ao fim do Estado Novo.

1 A DERROCADA DE GALDINO E A ESCALADA AUTORITÁRIA

Conforme depoimento de seu filho, Afrânio Veiga do Valle⁸³, Galdino partiu para um exílio em Portugal em 1930, quando até mesmo um busto seu, inaugurado em 31 de dezembro de 1929, ao final do mandato do Prefeito Carlos Balthazar da Silveira, seu aliado, foi retirado da praça central de Friburgo pelos partidários da Revolução. Retornou ao Brasil no ano seguinte, em virtude de dificuldades financeiras, fixando residência em Niterói, onde abriu consultório. Com a dissolução da Câmara Municipal e a suspensão do jornal *A Paz*, viveu um período no ostracismo político, sendo visto como um inimigo do regime.

Galdino encontraria algum espaço para expor suas idéias no jornal *O Nova Friburgo*, fundado em 05 de março de 1931 pelo jornalista Juvenal Marques. Este havia ocupado o cargo de redator-secretário de *A Paz*, do qual saíra no final de 1929, ao ser convidado a fazer parte do governo de Arnaldo Pinheiro Bittencourt, ex-promotor público de Nova Friburgo, alçado à condição de prefeito com a bênção de Galdino, cujo cacife eleitoral, durante a década de vinte, era soberano: seu grupo havia feito todos os sucessores na prefeitura. *O Nova Friburgo* faria, a princípio, tímida oposição ao regime varguista e a seus comandados no município, devido à dura repressão que se abatera sobre os partidários de Washington Luís, como demonstrariam as prisões de Galdino e correligionários na Casa de Detenção de Niterói, em outubro de 1931 e em junho de 1932.

A situação, para o grupo, complicou-se com a explosão da “Revolução Constitucionalista” em julho de 1932, que arregimentou em armas os grupos descontentes com o governo de Vargas, à frente as classes dominantes paulistas, a propagandear a restauração do estado de legalidade e do regime liberal, como vias para

a retomada do poder político central perdido com a Revolução de 1930. Num gesto de ousadia, *O Nova Friburgo* publicaria, em sua primeira página, a íntegra do manifesto divulgado no dia 24 de julho por João das Neves Fontoura, dirigente político gaúcho que aderira ao movimento rebelde. O texto atacava duramente o Chefe do Governo Provisório, pintando-o como “reacionário, inimigo das liberdades públicas, apóstolo indulgente do empastelamento de jornais”⁸⁴.

Na mesma edição, Galdino do Valle Filho assinava artigo rejubilando-se com o que ele denominou de movimento de alto civismo que havia explodido em São Paulo. Apoiava sem disfarces as hostes do “exército constitucionalista”, a lutar pelo Brasil emancipado e redimido de Getúlio Vargas e da ditadura que, segundo ele, oprimia e ofendia a todos os brasileiros. Finalizava, bradando que, de um lado, situava-se a Nação e, do outro, apenas um indivíduo. Mais uma vez, Galdino abraçava a orientação do velho Partido Republicano Paulista, que marchava na oposição a Getúlio Vargas desde 1929 e inquietara-se ainda mais com a indicação do tenente João Alberto para a interventoria em São Paulo, cujas promessas na área trabalhista (como a garantia de 40 horas semanais) assustaram os industriais⁸⁵.

Por conta da ousadia, o diretor do jornal, Juvenal Marques, foi de imediato intimado a comparecer à delegacia da cidade, onde o delegado, em nome do Chefe de Polícia do Estado, fê-lo sentir que não mais permitiria a publicação de notícias ou artigos assinados que aludissem ao movimento rebelde. O jornal, no entanto, continuaria fazendo oposição ao governo de Vargas e ao interventor no município, engajando-se na campanha pela convocação de uma nova Constituinte após a derrota do movimento de São Paulo. Por essa razão, Juvenal Marques ficaria preso por mais de vinte dias em Niterói, sendo libertado com a interferência da Associação Brasileira de Imprensa.

O Nova Friburgo também daria continuidade, naqueles primeiros anos da década de 1930, à linha editorial do jornal *A Paz*, no que tange ao discurso de exaltação ao progresso trazido pelas indústrias e o decorrente alinhamento com os empresários friburguenses. Em artigo de página inteira, enalteceria a presença da fábrica de casemiras Rio Branco, instalada em um casarão da Rua Mac-Nívem, próxima ao Bairro Ypu, de propriedade do português José Martins Ferreira de Mattos, empresário procedente do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, tratava-se de um verdadeiro “atleta do progresso” que vinha se somar aos maiores benfeitores de Friburgo, ou seja, os grandes industriais, conselheiro Julius Arp, Maximiano Falck, Henrique Lage, E. Otto Siems e aos donos dos empreendimentos que, no comércio e na lavoura, seriam os grandes

responsáveis pela fase de progresso por que passava a cidade, a qual estaria “profundamente reconhecida pelos benefícios recebidos e pelos melhoramentos com que foi dotada”⁸⁶.

Do outro lado do *front* político, ***O Friburguense*** (fundado em 1881, foi o primeiro jornal a circular em Friburgo), sob a direção do jornalista Augusto de Souza Cardoso, dava apoio às interventorias e ao governo de Vargas, assumindo a posição de porta-voz do grupo que se dizia seguidor da antiga facção nilista no município, à frente a família Braune e o advogado Comte Bittencourt, ex-diretor do jornal ***A Cidade de Friburgo***⁸⁷. ***O Friburguense*** atacara a revolta de São Paulo, estigmatizando-a como uma tentativa de tomada incruenta do poder, um trabalho reacionário a representar quebra de disciplina e, no fundo, a ambição do mando, a “nostalgia da vida fácil de nababo” que teria desfrutado o Estado de São Paulo antes da Revolução de 1930, impedido por esta de fazer, uma vez mais, “o feitor do povo brasileiro”⁸⁸. Os ataques ao que o jornal considerava falta de patriotismo dos paulistas vinham acompanhados de uma crítica a uma pretensa benevolência excessiva e tolerância com que o Governo Provisório vinha tratando os adversários políticos, através de uma também inexistente liberdade sem limites concedida à imprensa.

Dentre os colaboradores do jornal, destacava-se o articulista Hélio de Araújo Maia⁸⁹, cujos textos realçavam a necessidade de uma ação mais impositiva por parte do governo Vargas, traduzindo um pensamento político que vinha se consolidando como novo pensamento hegemônico, no Brasil, desde a década anterior. Tal realidade acompanhava uma tendência já predominante na Europa, com a ascensão do nazifascismo e a proclamação de ditaduras em vários países.

A ideologia liberal entrava em franca decadência, mormente após a quebra na Bolsa de Nova Iorque e a grande depressão econômica que atingia o mundo capitalista e, de roldão, arrastava para o banco dos réus as chamadas democracias liberais e os parlamentos, acusados de perderem tempo com infrutíferas discussões, impedindo ações mais efetivas por parte dos governos. Hélio Maia assinaria o editorial intitulado “*Ditadura demais? Não. Ditadura de menos*”, pelo qual defendia a adoção de uma ditadura integral, capaz de livrar o Brasil da “anarquia” que ainda o ameaçaria, como seria exemplo a insurreição em São Paulo. Usava o argumento de que, em todo o mundo, proliferavam as experiências de governos que impunham a sua vontade através da ordem e da disciplina, acima dos interesses de partidos políticos e dos congressos:

*A Humanidade nos ensina através da vida dos povos, que estes sempre apelaram para a fórmula discricionária - juntas, triunviratos, ditadores - nas épocas difíceis de sua vida, como recurso supremo, capaz de livrá-los do caos ou da anarquia, conduzindo-os ao porto seguro da salvação e do progresso.*⁹⁰

Elencava, então, os exemplos da Itália de Mussolini, segundo ele, a gozar uma época ímpar de paz e prosperidade; de Portugal, onde o governo do Sr. Carmona e de Salazar garantiria igualmente um momento de tranqüilidade; da Turquia, que teria se salvado da destruição completa e da anarquia graças ao pulso de ferro de Mustaphá-Kemal; da Polônia, que teria ressuscitado pelas mãos do marechal Pilsudski. Falava ainda da Rússia de Stálin, a assombrar o mundo com suas reformas e planos de produção quinquenal e agrícola, e da Alemanha, onde Hitler e os *nazis* subiam e, em breve, fariam tombar a constituição e o parlamento.

O editorialista apregoava o advento de uma nova idade histórica, a ultrapassar os velhos princípios econômicos, sociológicos e morais, que não mais se adaptariam às necessidades e ideais do mundo contemporâneo. Tais princípios, atados ao liberalismo clássico, não mais corresponderiam à realidade daquela hora, e o Brasil não poderia ficar à margem do processo evolutivo mundial. Por isso aplaudira a Revolução de 1930 quando fechara o parlamento, cujos membros, para ele, se comportavam em face dos grandes problemas nacionais, não em função das idéias que traziam na cabeça, mas pelo lugar das bancadas nas quais se posicionavam.

O discurso antiparlamento passava a ser lugar-comum entre políticos e intelectuais do período, conforme será tratado adiante. O Congresso e os deputados identificar-se-iam com interesses mesquinhos e egoístas dos grupos locais, a prejudicar a ação do governo em prol da “vontade nacional”. Tal retórica tornava-se cada vez mais constante no Brasil de então, a representar o descontentamento de amplos setores sociais com a antiga forma de dominação política e a apregoar a necessidade de reformas no campo econômico e social, lançando mão, sem pruridos, de poderes francamente autoritários. Assim ia se constituindo um novo pensamento político hegemônico.

1.1 A “Ideologia de Estado”

Na década de 1920, a lenta decadência dos negócios vinculados à exportação do café, o acirramento dos conflitos políticos entre as frações da classe dominante, a emergência de novos atores sociais, com as greves operárias e o movimento tenentista ocupando a cena política, haviam preparado, aos poucos, a ascensão de uma formulação ideológica claramente identificada com preceitos e argumentos antiliberais e autoritários, que procurava responsabilizar centralmente a Constituição de 1891 e a excessiva autonomia política dos estados pela nova crise institucional. O descontentamento com a dominação exercida pelas frações rurais agro-exportadoras, centralmente do eixo São Paulo - Minas, levou à aglutinação de diversas forças sociais e políticas em torno de alternativa que contemplasse a nova realidade sócio-econômica do país, destacando-se os interesses da crescente burguesia industrial, a fração agrária não exportadora e as camadas médias, representadas estas, principalmente, pelo movimento tenentista.

O movimento tenentista propunha uma intervenção mais efetiva do Estado por reformas sociais, buscando “abolir a enorme distância existente entre o país real e o legal”⁹¹. Os tenentes passaram a defender uma orientação definitivamente centralizadora por parte do Estado, mormente na área econômica e social, em contraposição ao “liberalismo utópico e desvirtuador da República Velha”⁹². Somente eliminando-se os vícios liberais do sistema político brasileiro, forjadores de práticas que atendiam apenas a interesses localizados e particulares, seria possível alcançar a “democracia” idealizada pelos setores que iriam hegemonizar o movimento político-militar de 1930. Esta “democracia” era entendida como a conquista efetiva de reformas econômicas e sociais e não como a garantia de direitos políticos individuais, já que não havia cidadania no Brasil, onde o povo era “manipulado” pela “fictícia” liberal-democracia consagrada no texto constitucional de 1891, instituidor do sufrágio universal, direito que, na verdade, era exercido por ínfima parcela da população, sem falar na existência dos “currais eleitorais” a impingirem a dependência pessoal e o clientelismo.

A **democracia social**, proposta política antiliberal embasada em grande parte no pensamento de Alberto Torres, revestir-se-ia de propostas francamente autoritárias na solução dos problemas sociais brasileiros e na formação de uma nova consciência política, necessária, segundo os grupos emergentes, ao estabelecimento de uma sociedade “revolucionária”. Configurava-se, nesta hora, com a contribuição teórica de

outros pensadores brasileiros, como Oliveira Vianna, uma nova ideologia, buscando traduzir, a partir de análises originais a respeito da formação histórica nacional, o singular momento político e social por que passava o país nas primeiras décadas do século XX.

Tal proposta política, de fato, não representava uma alternativa antagônica aos interesses dos grupos agrários dominantes, cuja atividade econômica permanecia vital, tampouco significou ter levado a burguesia industrial a exercer o controle do poder político, mas interesses específicos desta classe seriam encaminhados pela nova formação estatal. O Estado brasileiro continuava a garantir a propriedade da terra como um monopólio dos latifundiários, a expropriação em massa do trabalhador rural, liberando mão-de-obra para as indústrias e mantendo a preocupação com o controle social, numa aliança que expressava, desta forma, o caráter modernizante e, ao mesmo tempo, excludente do novo Estado. Este passava a intervir de forma direta no conjunto da sociedade, desenvolvendo ação de destaque junto ao próprio processo produtivo, ao implantar um setor de bens de produção, cujo objetivo era a instalação de um núcleo capitalista no país, para fornecer bens e serviços baratos ao capital privado. O Estado, assim, passava à condição de investidor na economia, não mais de mero coordenador, fato que também pode ser explicado pela ausência de capitais externos disponíveis para investimento nos países periféricos, desde a crise de 1929.⁹³

A **ideologia de Estado**, conforme expressão de Bolívar Lamounier⁹⁴, referindo-se às idéias pregadas pelos críticos da Primeira República, baseou-se em uma visão singular da formação histórica brasileira, cuja realidade política e social gerada desde a colônia exigiria a ação racional e integradora do Estado para promover o “progresso dentro da ordem”, contra as tradicionais tendências desagregadoras regionais, para o que as concepções e práticas liberais ortodoxas nada tinham a oferecer, pois não surtiriam efeito algum. Percebe-se claramente como a ideologia positivista se fez presente neste tipo de raciocínio político. Daí que somente o Estado era pensado como capaz de promover as reformas necessárias ao país, na perspectiva de atender ao “interesse nacional” e não às reivindicações isoladas dos grupos privados e “ideologicamente” comprometidos.

O alvo principal a ser atingido pelas reflexões dos ideólogos do autoritarismo, como um Francisco Campos, era o sistema democrático-liberal, incapaz, a seu ver, de responder aos conflitos de seu tempo. Esta incapacidade residiria no fato de tal modelo fundar-se no pressuposto de que as decisões políticas precisariam ser tomadas mediante

processos racionais de deliberação, após um embate de idéias no parlamento, como em uma pugna forense. A decisão política, dentro deste modelo, seria um processo puramente intelectual, tendo sido ultrapassado pela nova conjuntura, pois, segundo Campos, o clima das massas seria o das grandes tensões políticas, que “não se deixam resolver em termos intelectuais, nem em polêmica de idéias”⁹⁵. Na sua visão, o processo político seria irracional por natureza, pois o determinante de uma ação política seria a vontade e não a razão. Com a ascensão das massas, ele tornar-se-ia ainda mais irracional, transformando de latente a ostensivo o estado de violência, até aquele instante dissimulado pelas ideologias racionalistas e liberais.

Estaria se dando um divórcio entre democracia e liberalismo, pois, cada vez mais, a seu ver, os regimes ditos democráticos lançavam mão de processos irracionais de integração política, ao imputar aos centros de vontade política, ou seja, os governos, as decisões mais importantes, abandonando paulatinamente as discussões “estéreis” dos parlamentos. A democracia ia, assim, nos dizeres de Campos, perdendo o seu caráter relativista e cético, conseqüência da “fortuita associação com a doutrina liberal”⁹⁶, passando a utilizar progressivamente os instrumentos ditatoriais de decisão política. Os regimes totalitários, portanto, seriam conseqüência, nunca a causa, da crise do liberalismo no seio dos sistemas ditos democráticos. Isto porque, no seu modo de ver, o jogo político-partidário liberal traduzia apenas a disputa entre interesses localistas e ambições pessoais, ausentes os conteúdos programáticos e a expressão ideológica verdadeira, tornando-se mero instrumento de manipulação eleitoral. O interesse do Estado teria ficado à mercê das competições entre grupos privados, que não passariam de uma “guerra civil organizada e codificada”⁹⁷, com a imposição da força legitimada a partir da conquista da maioria eleitoral. O Poder Legislativo, dominado pelos interesses das clientelas regionais, que, entre outras coisas, dedicavam-se a organizar os orçamentos visando os favores a serem trocados por votos, teria se constituído em órgão “votado à abulia e à inação”⁹⁸, obstruindo as ações “realmente úteis” que partiam do Executivo.

Todo este quadro apontava para a necessidade de viabilizar uma **democracia substantiva**, nas palavras de Campos, em oposição à democracia formal dos liberais. Tratava-se, fundamentalmente, de dar condições ao poder político central de agir no sentido de servir à coletividade, tornando acessível à maioria os benefícios das conquistas tecnológicas. Ao exercer, de modo efetivo, o controle do conjunto das atividades sociais, estivessem elas ligadas à economia, à política ou à educação, o

Estado estaria aplicando, na prática, um novo conceito de democracia, adaptado ao contexto histórico surgido após as profundas transformações advindas da Segunda Revolução Industrial. Enquanto nos séculos XVIII e XIX as constituições consideradas democráticas eram aquelas que garantiam direitos e garantias individuais, visando limitar-se o poder do Estado, numa atitude de revolta contra a ordem estabelecida, a nova realidade vinha a exigir a garantia, para os cidadãos, de “uma justa participação nos bens da civilização e da cultura”⁹⁹. Somente um Estado forte estaria preparado para exercer a correta arbitragem na distribuição destes bens, neutralizando e reprimindo interesses privados de peso, já que o princípio de liberdade louvado pelos regimes liberais teria, segundo os autoritários, redundado no fortalecimento dos grupos mais poderosos, em termos econômicos, principalmente.

Tal perspectiva ideológica, que ia se afirmando como dominante no nível nacional e internacional, seria encampada pelos editoriais do jornal *O Friburguense*, cujo principal articulista, Hélio de Araújo Maia, caracterizaria da seguinte forma a luta que, na sua concepção, se travava na conjuntura política imediatamente posterior à Revolução de 1930:

*... a peleja é entre a velha guarda dos políticos da direita, Borges, Bernardes, Pilla, democráticos e liberais de triste história, aliados à casta plutocrática paulista, e os jovens políticos e militares da extrema esquerda, que querem um Brasil novo e forte.*¹⁰⁰

É interessante ver aí a denominação do movimento “revolucionário” encabeçado por Getúlio Vargas como sendo de “extrema esquerda”. A presença das massas no cenário político internacional, através das grandes manifestações e comícios que se viam na Europa, parecia impressionar setores da intelectualidade brasileira que, de alguma forma, contrapunham-se às mazelas do capitalismo, mesmo que as alternativas políticas ao sistema, naqueles primeiros anos da década de trinta, não se apresentassem ainda, diante de seus olhos, com a nitidez das diferenças ideológicas existentes entre elas. As palavras *socialismo*, *trabalhismo* e *nacionalismo* surgiam como conceitos ainda tênues e nebulosos a exprimir, em essência, a oposição à ordem liberal capitalista, que, no Brasil, confundia-se com o poder, destronado por Getúlio, das velhas “oligarquias” regionais, identificadas quase sempre com os políticos e proprietários paulistas.

Novo artigo do mesmo autor, sob o título “*Nacionalismo e Socialismo*”, continuava a tecer loas à ditadura varguista, identificando-a com “uma força

invencível ... na sua marcha progressiva a bem do desenvolvimento econômico e socialista” do Brasil¹⁰¹. Hélio Maia exultava com a manifestação que reunira milhares de operários em apoio ao decreto de Vargas estabelecendo a jornada de oito horas de trabalho. Aquela manifestação teria tornado inútil o “arreganhar de dentes do capitalismo perrepista” diante das medidas governistas. O que ele denominava de “esquerdas revolucionárias”, a representar, basicamente, o movimento tenentista, teriam conseguido uma importante vitória contra a mentalidade conservadora e retrógrada que ainda punha freios à nova mentalidade em curso, imbuída na “evolução e transformismo mundial, rumo ao trabalhismo e ao socialismo”¹⁰².

O articulista concitava ao combate aos regionalismos, ao que ele denominava de sentimentos pequenos, ao nativismo e ao provincialismo representados nos interesses das “plutocracias” estaduais. Conclamava ainda operários, lavradores, advogados, médicos, intelectuais à união em torno dos sindicatos, argumentando que a época do indivíduo havia terminado e que o homem passava então a valer menos pelo que era do que pela classe que representava. Junto à defesa aberta de medidas autoritárias que brecassem o “regionalismo doentio” mantido pelos “políticos a serviço dos ricos de S. Paulo”¹⁰³, firmava-se uma posição de apoio às causas dos trabalhadores, cujos direitos iam sendo aos poucos definidos em lei sob a tutela do Estado varguista (lei de férias, salário mínimo, interdição do trabalho de crianças e mulheres nas fábricas, etc.).

2 ENTRA EM CENA O TRABALHADOR

O discurso voltado aos trabalhadores representava a tentativa dos grupos políticos de adequarem-se à nova realidade social, dentro da qual não era mais possível ignorar a presença do movimento operário, atuante, no caso de Friburgo, desde a instalação das primeiras fábricas. Na segunda metade da década de dez e durante os anos vinte, já haviam ocorrido várias manifestações dos operários¹⁰⁴, pequenas paralisações a greves maiores, em protesto contra os baixos salários, as desumanas condições de trabalho, a disciplina “prussiana” no interior das fábricas e as regalias reservadas aos funcionários de origem alemã, cujos salários eram superiores aos dos brasileiros, porque aqueles ocupavam, via de regra, os principais quadros de direção dentro das fábricas, como gerentes, mestres e contramestres, além de estarem entre a mão-de-obra especializada, a dos técnicos fabris¹⁰⁵.

Nova Friburgo chegava à década de 1930 como uma das principais cidades do interior do Estado, com uma população de 37.067 habitantes, dos quais cerca de 19 mil (mais da metade) fixavam-se no primeiro distrito, sede do município¹⁰⁶. Além das indústrias Arp, Ypu, Filó e Rio Branco, estavam instaladas as fábricas Beauclair, dos Srs. Lima, Jaccoud e Cia. Ltda, Villela, de Domingos Villela, Novo Destino, de Elias Caputo, além da fábrica de carbureto de cálcio de Henrique Lage e de dezenas de pequenas empresas, arregimentando um total de, aproximadamente, cinco mil trabalhadores¹⁰⁷. Expandia-se também o comércio e o setor de hotelaria e turismo. Já se cogitava a construção de uma quarta usina geradora de eletricidade para atender à crescente demanda na área urbana do município.

Em 1935, foi inaugurada a nova estação de passageiros da Leopoldina Railway, em cujo prédio funciona atualmente a Prefeitura Municipal. Dois anos mais tarde, a primeira indústria do ramo metalúrgico foi instalada: a Fábrica de Ferragens Hans Gaiser (HAGA), de propriedade dos engenheiros alemães Hans Gaiser e Frederico Sichel. Tais fatos atestavam o então desenvolvimento econômico de Friburgo, que se transformava em pólo dos municípios do Centro-Norte fluminense, atraindo moradores das cidades vizinhas, as quais, dedicadas à agricultura, enfrentavam um processo de esvaziamento. A visita de Getúlio Vargas a Nova Friburgo em novembro de 1932, quando a comitiva presidencial excursionara por vários municípios do interior do Estado, era uma prova do interesse político que a cidade despertava, em função da razoável concentração de operários.

O movimento operário viveu um momento de ascenso nos primeiros anos da década, com a criação dos primeiros sindicatos, impulsionada pelo Ministério do Trabalho, após o decreto de Getúlio regulamentando a sindicalização das classes patronais e operárias, em 1931. Neste ano, com a presença de um alto funcionário do Ministério do Trabalho, foram criadas, em primeira instância, a Aliança dos Trabalhadores das Fábricas de Tecidos de Nova Friburgo e a União Friburguense dos Trabalhadores em Construção Civil¹⁰⁸. Os operários das indústrias têxteis formalizaram, no dia 1º de novembro daquele ano, a fundação do sindicato, batizado então de União dos Trabalhadores das Fábricas de Tecidos de Nova Friburgo. Um ano mais tarde foi criada a União dos Empregados em Padarias em Nova Friburgo, na sede da Sociedade Humanitária¹⁰⁹.

As direções dos sindicatos eram controladas pelos trabalhadores pró-Getúlio, os “amarelos”, no jargão dos comunistas. Em contrapartida, paralelamente à estrutura

sindical oficial, o Partido Comunista, estruturado em Friburgo desde 1929, organizava a Fração Sindical, a orientar a atuação dos seus militantes dentro dos sindicatos. Conforme depoimento de dois velhos militantes comunistas, José Pereira da Costa Filho e Francisco de Assis Bravo, em entrevista a mim concedida, o Partido Comunista vinha tentando se organizar na cidade desde 1925, através dos padeiros italianos Elpídio e Maradey, ligados a Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, no Rio. Os dois reuniram trabalhadores de fábricas e de outros setores na sede da Banda de Música Campesina, onde discutiram sobre a vida na União Soviética e sobre os ideais do Partido. No entanto, somente quatro anos mais tarde, uma segunda reunião no bairro da Vilage, com a presença, além dos italianos, de um “assistente” de Niterói¹¹⁰, concretizou a criação do PC no município, com a eleição de uma direção. A Revolução de 1930 pegou de surpresa o Partido, paralisando suas ações. Os comunistas somente desenvolveram uma atuação mais organizada quando da fundação dos primeiros sindicatos de trabalhadores na cidade. José Costa era um dos diretores do Sindicato dos Têxteis, enquanto Francisco Bravo, pedreiro, atuava junto aos trabalhadores da Construção Civil, vindo a exercer, mais tarde, durante vários mandatos, a presidência do Sindicato.

Os comunistas, pressionando as diretorias dos sindicatos a uma ação mais firme contra os patrões, que burlavam os direitos recentemente conquistados, como as leis de férias, lançaram, então, uma Carta de Reivindicações, com a intenção de mobilizar os trabalhadores a partir de propostas “avançadas para a época”, segundo o militante José Costa, tais como “trabalho igual, salário igual”, visando a igualdade de salários para homens, mulheres e crianças. Propunham reajuste salarial de 25% para os adultos homens e 50% para crianças e mulheres, além de licença-maternidade de quatro meses (dois meses antes do parto e dois meses depois) e creches nos locais de trabalho. As duas últimas reivindicações eram consideradas absurdas pelos próprios operários: “Que besteira é essa? O operário tem o filho e o patrão é quem vai pagar?”¹¹¹.

A Carta não obteve resultados práticos, em termos de conquistas efetivas, mas serviu para provocar discussões entre os trabalhadores e iniciar uma mobilização. Aos quatro dias de janeiro de 1933, estourou uma greve que canalizou as atenções de toda a cidade, preocupando, inclusive, as autoridades estaduais. O movimento, iniciado na Fábrica de Rendas Arp, propagou-se de imediato para as outras indústrias têxteis: Filó, Ypu, Rio Branco e Beauclair. Os operários dirigiram-se à Praça Paissandu, onde realizaram uma manifestação e, depois de ouvirem vários oradores, partiram em passeata pelo centro da cidade. A movimentação meteu medo nos grupos políticos

dominantes, que, segundo José Costa, temiam por uma revolução. Dentre as providências imediatas tomadas pelas autoridades esteve a retirada de armas (fuzis) depositadas no Colégio Modelo, onde se realizavam os treinamentos do Tiro de Guerra, e a sua transferência para a Fábrica de Rendas. No dia seguinte, chegavam em Friburgo representantes do Ministério do Trabalho e o Chefe de Polícia do Estado. A repressão policial redundou na morte de um jovem operário da Fábrica Arp, Licínio Teixeira, que participava das manifestações junto com outros catorze companheiros, todos feridos pelos disparos dos soldados. Conforme explicou Francisco Bravo, os soldados teriam atirado para o chão, com a intenção de dispersar os manifestantes, mas as balas ricochetearam e provocaram estilhaços nos paralelepípedos, atingindo os operários. Bravo conta ainda que ele e outros companheiros encarregaram-se de pintar uma faixa convocando a população para um ato de protesto contra a repressão policial e a morte de Licínio. Escreveram na faixa, com tinta vermelha: “O SANGUE DE LICÍNIO CLAMA POR VINGANÇA”, e, segundo Bravo, as pessoas acreditaram que os dizeres haviam sido pintados com o próprio sangue de Licínio.

O jornal *O Nova Friburgo*, em extensa cobertura sobre a greve, afirmava que os operários da Rendas Arp tinham razões de sobra para entrar em greve, mas os trabalhadores das outras firmas “somente aderiram aos grevistas por um dever de solidariedade”, pois nelas “reinava entre patrões e empregados a máxima cordialidade”¹¹². Fazendo as devidas ressalvas a respeito de tal comentário, já que os trabalhadores têxteis de Friburgo encontravam-se bastante insatisfeitos com seus salários, conforme os movimentos anteriores já haviam demonstrado, o caso da Fábrica de Rendas Arp podia ser entendido como mais grave em função da ação despótica exercida pelo seu gerente, Sr. Richard Hugo Otto Ihns. Segundo vários grevistas, entrevistados pelo jornal, além de freqüentemente admoestar e humilhar os empregados, sem razão justificável e com palavras ásperas, Hugo Otto Ihns abusava dos descontos sobre os salários pagos a cada quinzena, sem lhes dar qualquer explicação. O tratamento especial dado aos funcionários de origem germânica era outro motivo de intensa revolta, a exemplo da demissão provocada de seis operários, para colocar no lugar, com o salário assim obtido, um seu compatriota.

A situação chegara a tal ponto que, durante a greve, os trabalhadores conseguiram que fosse realizada uma acareação ao Sr. Richard Ihns pelo representante do Ministério do Trabalho, na presença de vários operários e do proprietário, Conselheiro Julius Arp. Um operário demitido após quase vinte anos de fábrica

afirmava que o gerente da firma alemã nutria pelos brasileiros “um ódio satânico e profundo”¹¹³. Uma comissão formada por 16 operárias acusavam-no de grosseiro e descortês para com os empregados, e exigiam sua substituição. Outro grupo de mulheres denunciava a sobrecarga da produção sobre um número menor de trabalhadoras, já que, antigamente, catorze empedeiras produziam 600 peças e, naqueles dias, apenas cinco produziam 1.000 peças, recebendo salários inferiores aos daquelas. Acusava ainda o gerente Ihns de adotar o critério da diminuição dos salários sempre que a produção aumentasse.

Enquanto se estigmatizava a figura do gerente, percebe-se, na reportagem de *O Nova Friburgo*, a intenção em isentar da responsabilidade pelos acontecimentos o proprietário Julius Arp, apresentado como um homem honrado, respeitável, dos maiores benfeitores da cidade, cuja história não se dissociaria de seu nome. O jornal pedia a cabeça do Sr. Richard Ihns, dizendo não servir de argumento contra sua demissão os seus 14 anos de casa, já que a fábrica despedira um operário que ali trabalhara quase vinte anos. Enfatizava tratar-se de um mau gerente, habituado, quando comandante de navio, a maltratar os seus subordinados e que, por isso, entendia de fazer o mesmo com os operários friburguenses¹¹⁴.

Se o resultado final da contenda acabou por não reverter em grandes ganhos para os trabalhadores¹¹⁵, a sua mobilização foi suficiente para causar pavor aos detentores do poder, que, naquele mesmo ano, através dos jornais e organizando conferências públicas, passaram a alertar os operários para os perigos da radicalização e da “sedição comunista”. Logo após o conflito, *O Friburguense* publicava artigo intitulado “*Greves Pacíficas*”, noticiando o espoucar de greves em diversas cidades do Sul do país, motivadas por questões ligadas à sindicalização e aos salários. O recado, no entanto, era o de que, partindo de um “operariado muito laborioso e independente”, aquelas greves teriam se realizado em completa ordem e serenidade, permitindo o entendimento entre patrões e empregados, dentro de um “espírito leal de cooperação e bom senso”¹¹⁶. O mesmo jornal registrava, em fevereiro, a realização de uma conferência proferida pelo advogado Alfredo Sertã no Salão da Associação Comercial, para esclarecer o que era o comunismo, como havia aparecido e os péssimos resultados que estaria dando, principalmente na Rússia. Do evento também teria participado o padre Paulo Bannwarth, diretor da Associação Católica da Juventude Friburguense. Os palestrantes fizeram um apelo aos chefes de família, aos trabalhadores, aos “amigos da ordem e aos

verdadeiros patriotas”, para que formassem uma liga, preparando uma barreira à invasão do que consideravam ser tão terrível inimigo.

Por sua vez, *O Nova Friburgo*, nas edições de 02 e 09 de fevereiro de 1933, publicava editoriais alertando os operários contra a ameaça representada pela “efervescência subversiva” e pela “matreira campanha comunista”. As mensagens, dirigidas ao operariado friburguense, apelavam ao patriotismo e à religiosidade deste para rechaçar o “maldito Credo Vermelho” e dele fugir “como o Diabo da Cruz”. Lembrando as palavras pronunciadas pelo ex-presidente Affonso Penna - “Deus, Pátria, Liberdade e Família”, as quais deveriam ser “o apanágio de todo homem de bem”, advertiam contra os que instigariam a “violência”, a “desordem” e a “arruaça”. Os artigos reafirmavam a preocupação de se agir “dentro da Ordem e da Lei, sem estabelecer antagonismos e disparidades entre o trabalhador e o capital”. Conclamavam o capital a ser mais razoável, ao passo que os operários deviam ser cordatos, pois o comunismo representaria uma ameaça de morte a ambos, assim como à Pátria e à Família.

Preciosa em um desses artigos era a citação a um discurso de Adolf Hitler, segundo o qual catorze anos de marxismos teriam arruinado a Alemanha, referindo-se à experiência da República de Weimar. O Chanceler alemão era apontado como representante de uma Alemanha sadia, a pôr em prática medidas que asseguravam a ordem e a tranqüilidade naquele país, sem o que não poderia haver progresso nem bem estar.

3 DE NOVO A QUESTÃO ALEMÃ

Na verdade, matérias fazendo apologia a Hitler e à Alemanha de então já eram veiculados na imprensa friburguense desde 1932, a exemplo de um artigo assinado por Edmundo Weber, membro da colônia alemã do município, em que deixava claro, na sua exaltação a Hitler, os fundamentos do pensamento antiliberal que ia se afirmando como dominante à época:

... milhões de alemães vêem em Adolf Hitler o grande homem que salvará a pátria do abismo em que ela e aliás a humanidade inteira está prestes a cair, devido aos conceitos errados que foram impostos à humanidade pela revolução francesa de 1789, a ‘liberdade’ que acabou na escravidão de milhões de seres

*humanos sob o jugo do capitalismo e a 'igualdade' que não existe e nunca existiu, pois não há igualdade entre as raças da humanidade, nem entre os indivíduos dentro de uma nação; abismo ao qual deram o nome de 'comunismo' e cuja realização, como a tragédia russa demonstra, será capaz de pôr termo à nossa civilização humana.*¹¹⁷

Em Nova Friburgo, a presença de uma ativa colônia alemã, socialmente influente graças à importância das fábricas de capital alemão para a vida econômica da cidade, respaldaria o fortalecimento das idéias e movimentos nazi-fascistas, através das festas e atividades culturais promovidas pela Sociedade Alemã. A Sociedade Alemã de Escola e Culto fora criada em 1921, em reunião organizada pelos proprietários das fábricas, Julius Arp e Maximilian Falck, com o intuito de facilitar a integração à cidade de um novo contingente de imigrantes, famílias de operários alemães, no mês de junho daquele ano. A Sociedade se constituiu em um “centro aglutinador e difusor da cultura teutônica”¹¹⁸, onde funcionava a Igreja Luterana e uma escola para os filhos dos operários, na qual imperava rígida disciplina, além de servir como centro recreativo e cultural. Mas também exercia a função de controlar a oferta de trabalho nas fábricas, privilegiando a seleção de operários com sobrenomes alemães e reunindo informações sobre o conjunto da força de trabalho industrial na cidade, o que redundava na dificuldade encontrada por operários despedidos de conseguirem novo emprego¹¹⁹. Este controle pode ser confirmado pela quase ausência de negros trabalhando nas fábricas. Segundo o líder operário Francisco Bravo, existia apenas um negro, limpador de latrinas, na Fábrica de Rendas. A Fábrica Filó é que teria fugido um pouco a esta regra, aceitando negros em suas dependências.

Nos anos 30, a colônia alemã de Friburgo se reunia com frequência na sede da Sociedade para comemorar o retorno de seu país natal à condição de potência européia, recuperando-se da situação por eles considerada humilhante ao fim da Primeira Guerra Mundial. A ascensão de Hitler era entendida como reação à crise econômica e social decorrente das indenizações de guerra, dos empréstimos contraídos com os banqueiros norte-americanos e dos reflexos do *crack* de Nova Iorque, que provocaram grande onda de desemprego. O nacional-socialismo, trabalhando sobre as idéias de nação e raça, teria reconquistado a unidade e coesão do povo alemão, ao libertá-lo, a um só tempo, das “garras do capitalismo estrangeiro” e da “praga comunista”, eliminando as lutas entre capital e trabalho¹²⁰.

Muitas foram as referências, na imprensa local¹²¹, às atividades da Sociedade, como as festas político-sociais organizadas pelos “admiradores de Hitler”, os quais conseguiam reunir “numerosa e seleta assistência”, notando-se a presença de muitos brasileiros e de uma comitiva da colônia italiana, uniformizada a caráter para representar o partido fascista de Mussolini. Música, dança, números humorísticos animavam os presentes, dentre os quais se destacavam, na organização dos eventos, o capitão aviador Edmundo Weber, autor do artigo citado anteriormente, Emílio Cleff e Max Küenzel, diretores da Fábrica Ypu, que representavam o Grupo Friburguense do Partido Nacional Socialista Alemão. Estes proferiam discursos enaltecendo a personalidade e os ideais de Hitler, louvado pelo combate ao comunismo e como continuador da obra iniciada pelo “inesquecível estadista Otto Bismarck”. Eram ouvidos os hinos alemão, brasileiro e italiano e diversas vezes aclamados os nomes de Hitler e de Mussolini.

Tanto *O Nova Friburgo* quanto *O Friburguense*, na análise da conjuntura internacional, externavam simpatia aos movimentos nazi-fascistas, apesar de situarem-se como adversários nos embates políticos municipais. Artigo publicado pelo segundo atacava a imprensa européia e americana, que estaria promovendo uma campanha de calúnias contra o governo alemão, sob comando de dirigentes marxistas e financistas judeus, ao divulgarem as “pretensas” perseguições de judeus na Alemanha. À “ambição e o egoísmo extremados e inescrupulosos da raça judia”¹²², de quem dizia necessitar do mundo inteiro para satisfazer sua sede de dinheiro e poder, o texto contrapunha um sentido moral de coletividade, próprio das “raças não-semitas”, que implicava na sujeição do interesse privado ao interesse coletivo. Esta seria uma qualidade presente no povo brasileiro, a qual se deveria estimular. Outro artigo, intitulado “*A vida cultural na Alemanha de Hitler*”¹²³, versava sobre a instituição do Dia da Arte Alemã, segundo um manifesto lançado ao povo alemão, do qual *O Friburguense* extraíra longo trecho. Por ele percebe-se a importância dada pelo nazismo à arte, entendida como um santuário moral e psíquico de um povo, a revelar a sua alma, tornando palpável e visível a sua capacidade cultural e civilizatória, e a cumprir função destacada naquela hora de reerguimento da nação, ao substituir as superficialidades do materialismo que a teriam dominado antes da ascensão de Hitler. O artigo concluía afirmando a necessidade de se seguir o exemplo alemão para que também o Brasil se erguesse, tornando-se verdadeiramente uma nação culta e civilizada.

Em *O Nova Friburgo*, Henrique Zamith, antigo colaborador do periódico, também externava sua admiração pela Alemanha nazista, ao fazer um estudo comparativo entre Paris, Londres e Berlim¹²⁴. A sua análise apresentava a primeira cidade como “farrista”, “doidivanas”, onde o gozo e a voluptuosidade imperariam desbragadamente. Londres era vista como a cidade fria, calculadamente comercial. Já Berlim era a “colméia”, a cidade voltada para o trabalho, onde seus habitantes, ao invés de se dedicarem exclusivamente aos seus próprios interesses, preocupavam-se com a pátria e a humanidade, mostrando ao mundo que a cultura, o estudo e a ciência valiam mais que a ambição a cobiça e a avareza. O paralelo entre as mais representativas cidades da Europa Ocidental, como foi feito, representava a defesa de um projeto contrário ao individualismo burguês, que contemplasse valores ligados ao trabalho, à cultura e à ciência. A Alemanha da época aparecia aos olhos de muitos intelectuais como uma sociedade integradora, a anular os conflitos provocados pelos particularismos individuais ou de classe, vícios do capitalismo, que também era responsável por transformar em mercadoria toda produção humana, até mesmo a arte. Seria preciso, pois, recuperar determinados valores transformados em reles objetos pela sociedade capitalista.

O valor dado ao trabalho surgia em diversos discursos proferidos em outros momentos festivos, como quando da comemoração do 1º de maio em 1935, registrada por *O Friburguense* na edição impressa e distribuída naquela semana. As maiores indústrias organizaram grandes festas para seus operários, com jogos, distribuição de brindes, comes e bebes. Os gerentes das principais fábricas discursaram, rendendo homenagens tanto ao trabalho intelectual quanto ao manual, rejubilando-se com o fato de o Brasil não ter sentido, com a mesma intensidade que outros países, os reflexos da depressão econômica que assolava o mundo capitalista. O gerente da Fábrica de Filó, Ernest Otto Siems, enaltecia o trabalho como única atividade capaz de promover o desenvolvimento e o progresso de um país, garantindo-lhe o merecido lugar na comunidade das nações. Na Fábrica de Rendas Arp, o Sr. Richard Ihns, que fora promovido a diretor-geral, apesar de todas as reclamações feitas durante a greve de 1933 contra a sua forma de tratar os operários, também proferiu discurso em honra ao trabalho. O discurso de Ihns concitava a comemorar aquela data não como expressão da luta entre as classes, mas dentro da nova compreensão das coisas que, segundo ele, passava a prevalecer no mundo, almejando-se o entendimento e o interesse mútuo e deixando-se de lado as lutas ferozes e as demonstrações hostis. O ponto alto das festas

promovidas pelas indústrias era o pagamento aos operários do salário correspondente àquele dia, seguindo o exemplo praticado na Alemanha de Hitler, que, desde 1933, instituíra o 1º de Maio como o “dia oficial nacional do trabalho”, como estratégia de atração do proletariado para o seu projeto político¹²⁵.

Tais acontecimentos davam mostra da forte influência exercida pela colônia alemã em Friburgo, congregando mais de cem associados na Sociedade Alemã, cujos dirigentes eram os donos, diretores e gerentes das principais fábricas. Estes forneciam constantemente à imprensa friburguense, como se pôde notar pelos vários artigos publicados, muito material de propaganda em prol da Alemanha nazista. Nas solenidades da Sociedade Alemã ou nas comemorações do 1º de maio organizadas pelas fábricas estavam sempre presentes destacadas figuras da comunidade friburguense, tais como representantes da Igreja Católica e entidades a ela ligadas (Associação Católica da Juventude Friburguense, Colégio Anchieta), diretores da Associação Comercial e da Liga dos Proprietários, autoridades municipais, jornalistas e até membros dos sindicatos de trabalhadores.

Assim havia sido quando se deu a comemoração do 46º aniversário de Hitler no dia 20 de abril de 1935, na sede da Sociedade Alemã, cujo presidente de então era Frederico Witte, gerente da Fábrica de Rendas. Dentre as personalidades de destaque convidadas estavam J. Nunes da Rocha e José Mastrângelo, representando a Associação Comercial e a Liga de Proprietários. O discurso do primeiro dedicou-se a valorizar a contribuição dos alemães para o progresso da cidade:

*... Friburgo com os alemães se transformou de uma cidade de modesto veraneio em centro industrial de bom relevo, dos que possui o Estado do Rio de Janeiro. Julius Arp, primus inter pares, Maximilianus Falck, Otto Siems, compõem a trindade teutônica, fundadora dessas colméias de trabalho que para aí estão e são as fábricas de Rendas, de S. Clemente; a Ypú, da Ponte da Saudade; e essa Filó, da Vila Amélia, mostrando bem alto quanto vale a tenacidade, a inteligência, o descortino deste primoroso povo germânico.*¹²⁶

O convidado reconhecia nas fábricas pioneiras o papel de terem aberto caminho para a instalação de outras indústrias de mais modesto alcance nos anos seguintes, fazendo valer um movimento que se espalhava por 491 estabelecimentos comerciais. O desejo de imputar aos alemães a responsabilidade maior pelo desenvolvimento econômico do município era tão grande que Nunes da Rocha chegou a incorrer em uma

impropriedade histórica, ao afirmar que os mesmos seguiam o exemplo deixado pelos primitivos colonos de Nova Friburgo, identificados por ele como suíços alemães, quando, na verdade, os fundadores da cidade eram, em sua maioria, suíços francófonos¹²⁷.

O erro histórico acabou por ser desfeito em discurso lido por Frederico Witte, um mês depois, em solenidade de lançamento das pedras fundamentais para a construção dos edifícios que iriam abrigar a Escola Alemã e a sede social da Sociedade, na Avenida Rui Barbosa. O presidente da entidade, remontando às origens da colônia no município, lembrou da chegada dos primeiros 300 alemães à Vila do Morro Queimado em 1824. Também nesta festividade se viu a força política dos alemães, que conseguiam reunir diversas autoridades judiciárias e policiais, o prefeito municipal e vários de seus auxiliares, representantes de diversas associações locais e membros das colônias portuguesa, italiana e síria.

Não foi à toa que o Prefeito Hugo Motta, naquele ano de 1935, decretou feriado municipal para o dia 25 de julho, instituído pela colônia alemã do sul do país como o “Dia do Colono”, representando a data da chegada dos primeiros alemães ao Rio Grande do Sul em 1824. Nova comemoração se fez na sede da Sociedade Alemã neste dia, tendo o Sr. Witte lembrado, em seu pronunciamento, que os primeiros colonos alemães chegados ao Brasil, na verdade, foram os que se destinaram a Nova Friburgo, em maio de 1824. No ano seguinte, criado o Círculo de Nova Friburgo da Federação 25 de julho, que teve como presidente o próprio Frederico Witte¹²⁸, o Dia do Colono foi comemorado em grande estilo, no salão nobre da Escola Alemã, reunindo grande número de participantes. No palco do auditório, conforme foto estampada pelo jornal *O Nova Friburgo* em 06/08/36, pontificavam as bandeiras da Suíça, do Brasil e da Alemanha nazista, com a suástica em destaque.

4 O REFORÇO DO AUTORITARISMO E A OPOSIÇÃO LIBERAL

Todo o quadro descrito no ponto anterior evidencia que, em Nova Friburgo, desenvolveu-se um campo fértil para a propagação das idéias autoritárias e para o fortalecimento de grupos claramente identificados com tais propostas. É interessante perceber como a divulgação das idéias autoritárias contou com as colônias de imigrantes na cidade como fortes centros irradiadores. Já foi visto o papel desempenhado pela colônia alemã, assim como se pôde notar a ativa presença dos italianos ligados ao

fascismo. Também o Grêmio Português, centro social que congregava a colônia portuguesa no município, passou a exercer um papel de destaque naqueles anos, após a chegada a Nova Friburgo de uma grande comitiva proveniente de Portugal, representando a União Portuguesa Oliveira Salazar. Os cerca de 350 portugueses foram recepcionados, no dia 17 de junho de 1934, com muita festa, pelo Grêmio Português e pelas autoridades municipais.

Não constitui surpresa o fato de que a Ação Integralista Brasileira, formada de dissensões do tenentismo e pregando um exacerbado nacionalismo associado à implantação de uma ordem ditatorial, nos moldes do fascismo europeu, iria fundar em Friburgo um forte núcleo de militantes e simpatizantes. Sob a liderança do Professor Júlio Ferreira Caboclo, autor de vários artigos em *O Nova Friburgo*, os integralistas participaram de várias das atividades promovidas pela Sociedade Alemã, além de organizarem os seus próprios eventos e comícios. Por algumas vezes esteve em Friburgo o chefe nacional da AIB, Plínio Salgado, e não foram poucos os embates entre integralistas e comunistas, os quais evidenciavam o clima de radicalização política e ideológica existente à época, em que eram comuns as provocações e os entreveros, nas ruas, entre os dois grupos.

Em outubro de 1934, por exemplo, era esperado que ocorresse um conflito armado entre os dois grupos, quando, dois dias após a realização de um comício com a presença do chefe integralista no coreto em frente à Igreja Matriz, no Centro de Friburgo, no qual os comunistas foram desafiados a nunca mais pisarem o chão daquela praça, estes compraram o desafio e promoveram evento no mesmo espaço, contando com a participação de militantes do Partido Socialista Fluminense, que então abrigava os membros do clandestino PCB. Cercados pela força policial local, reforçada por uma turma de soldados e investigadores de Niterói, os oradores discursaram atacando o nazifascismo e os integralistas, sendo, por várias vezes, interrompidos pelo Chefe de Polícia do Estado, Pereira Gestal, quando se fazia alusão aos países estrangeiros. A tensão era tão grande que o comércio em redor da praça fechou suas portas, chegando a ocorrer um fato curioso: ao cerrar a cortina de aço de seu estabelecimento, o proprietário do Bar Central provocou um barulho parecido com a rajada de uma metralhadora, fazendo com que grande parte dos manifestantes se abaixasse e outra parte saísse correndo dali.¹²⁹

De fato, o período transcorrido entre a Revolta Constitucionalista de 1932 e o golpe que instituiu o Estado Novo, em 1937, foi marcado pela tentativa de consolidação

da nova ordem política inaugurada com a Revolução de 1930, o que provocou o enfrentamento a diversas situações impostas pela radicalização ideológica e pela crescente mobilização das massas. Aqueles anos assistiram o acirramento das disputas ideológicas na cidade, promovendo, além das brigas entre comunistas e integralistas, a tradicional luta política entre os partidários de Galdino do Valle Filho e os antigos nilistas, agora agrupados em torno das lideranças pró-Getúlio, dentre as quais se destacou a de Dante Laginestra.

Em 1933 e 1934, ocorreram as primeiras eleições após a Revolução de 1930, com vistas à Assembléia Nacional Constituinte e à renovação do Congresso e das Assembléias Legislativas. Deram-se, assim, os primeiros embates entre o grupo de Galdino, abrigado no Partido Evolucionista, e os getulistas, acomodados no Partido Radical Popular. Tratava-se de partidos com caráter eminentemente regional, organizados em torno de algumas lideranças políticas de expressão no Estado. A situação em campos opostos estava o apoio ou a oposição ao governo de Getúlio e às suas interventorias. O Partido Evolucionista chegaria a obter uma vitória apertada sobre o Partido Radical (841 votos sobre 808) nas eleições de outubro de 1934, refletindo a força política que Galdino ainda possuía em Friburgo.

Apesar disso e do resultado final da Constituinte, reconhecido como favorável em boa parte aos grupos liberais, por causa de várias das propostas aprovadas, a tendência mesmo da conjuntura política foi o reforçamento do autoritarismo, como se viu com a decretação da Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935, que dava maiores poderes a Getúlio Vargas, eleito presidente constitucional na Assembléia de 1934. A ofensiva governamental nessa direção contou ainda com a repressão policial utilizada contra o movimento operário e as organizações de esquerda, sendo a Aliança Nacional Libertadora, uma frente que reunia ex-tenentes, socialistas e comunistas, a mais atingida. Em Nova Friburgo, a ANL teve pouquíssimo tempo de vida, pois, instalada em junho de 1935, integrando a esquerda local e alguns suboficiais e cabos do Sanatório Naval, foi fechada por Vargas em julho. A tentativa frustrada de revolta armada conduzida pelo PCB em novembro daquele ano, cunhada de Intentona Comunista pelo governo, acabou por servir a Vargas como o pretexto desejado para a decretação do estado de sítio, artifício autoritário que seria renovado, sucessivamente, até 1937. Em Friburgo, “onde nada se verificou de anormal”¹³⁰, vários daqueles que haviam integrado a linha de frente da ANL na cidade foram presos e enviados a Niterói. Eram eles: Jorge El-Jaick, José Navega, Joaquim Naegle, Ricardo Leite, José Costa,

Jacob Goltemberg, Manoel Bezerra dos Santos, Themistocles de Freitas Brito, etc¹³¹. Francisco Bravo, um dos mais ativos militantes esquerdistas, conseguiria escapar da polícia, refugiando-se no distrito de Amparo.

José Costa conta que ficou preso com outros companheiros durante cerca de um mês, sendo que, inicialmente, por alguns dias, na cadeia municipal (onde hoje está instalado o Centro de Arte), que funcionava no porão do antigo prédio da Prefeitura, atualmente sede da Câmara Municipal. Depois foram encaminhados ao DOPS, em Niterói. Costa ficou preso com o maestro Joaquim Naegle, da Banda Campesina, também um destacado militante comunista. Na cadeia, o maestro compôs a sinfonia “Voz do Cárcere”, inspirado nos lamentos produzidos de forma ininterrupta ao longo da noite, como uma ladainha, pelos doentes mentais de um hospício, cujo salão fazia comunicação, através de uma grade, com o prédio do presídio. Saindo da prisão, Naegle resolveu fazer uma apresentação, com a banda, em praça pública, da sua composição, que representava um libelo contra toda a espécie de repressão, em particular aquela que já era empregada pelo regime de Vargas contra os comunistas. Foi preso novamente. Na prisão, Costinha também havia sofrido ouvindo o desespero de garotos, presos por furtos, sendo espancados até a morte. Quando liberado, ainda teve pernas para, junto com outro companheiro da Fábrica de Rendas, Luiz de Oliveira, voltar a pé de Niterói a Nova Friburgo, ao longo da linha de trem, levando um dia e meio para completar a incrível travessia, já que estavam sem dinheiro para a passagem¹³².

Ainda ao final do ano, Dante Laginestra, ex-delegado de Polícia e filho de italianos, era alçado à condição de interventor na Prefeitura de Friburgo. Fora um dos fundadores do Partido Radical Popular, que se apresentava como “ex-Partido Nilista” e tinha como representantes da região na Assembléia Legislativa do Estado os deputados Humberto Teixeira de Moraes e Júlio Vieira Zamith. No ano seguinte, foram realizadas as eleições para a Câmara Municipal e para a prefeitura, para a qual Dante foi indicado a candidatar-se em nome da facção governista, saindo-se vencedor em disputa com o candidato de Galdino do Valle Filho. Este, impedido de candidatar-se devido ao decreto que tornava inelegíveis os parlamentares de 1930, apoiou a candidatura de Aristão Jaccoud a prefeito de Nova Friburgo, pelo Partido Evolucionista.

Estas eleições, ocorridas no momento em que o município possuía 5.675 eleitores, dentre seus quase 40 mil habitantes e os 204.973 eleitores do Estado¹³³, se deram em meio a um clima de intensa disputa política, com o grupo de Galdino acreditando na possibilidade de retomar o controle do poder local. Dante Laginestra era

apontado por seus adversários como um homem “bronco” e “alfabetizado”, não estando à altura, portanto, de dirigir os destinos da cidade. *O Nova Friburgo* encampou a campanha em prol do candidato galdinista, enquanto *O Friburguense* apoiava Dante.

A vitória do interventor por diferença de 584 legendas foi festejada pelos getulistas como a representar o fim da carreira política de Galdino, pela primeira vez derrotado nas urnas. Sua derrota era relacionada ao fato de ele ter se “incompatibilizado moralmente” com a Revolução de 1930, liderando a “reação passadista”, ao passo que “alguns moços ardentes de civismo, entusiastas da transformação revolucionária”, organizavam-se em torno de um “partido popular”¹³⁴. Segundo seus adversários, o resultado eleitoral não teria sido aceito por Galdino, que chegaria a afirmar ter encontrado a população friburguense estupefata diante de uma audaciosa mistificação. Este comentário era ridicularizado com a afirmativa de que Galdino não era capaz de enxergar as mudanças realizadas pela Revolução de 1930, que teria sepultado a velha política dos “coronéis” e a mentalidade dos que estavam acostumados ao sistema de opressão e corrupção dominante nos últimos quadriênios da República Velha.

O quadro político municipal sofreria algumas mudanças, a começar com o posicionamento assumido pelos editores dos jornais locais. Ainda em dezembro de 1936, enquanto *O Friburguense* deixava de circular em virtude da morte de seu proprietário, Augusto Cardoso, *A Paz* era reaberto por Galdino, que novamente teria um jornal dedicado por inteiro à concretização de seus objetivos políticos. *O Nova Friburgo*, dirigido por Juvenal Marques, parecia não mais enquadrar-se no esquema de Galdino, o que ficaria confirmado a partir de 1937, quando o periódico passou a fazer a defesa do governo de Dante Laginestra. A raiz da desavença pode estar situada na série de artigos simpáticos ao integralismo e ao nazifascismo publicados pelo jornal, que incluiu até a divulgação da *Epístola sobre os deveres*, de Plínio Salgado¹³⁵, com o que Galdino não concordava, pois se mantinha fiel ao ideário liberal. O mais provável, no entanto, é que o afastamento entre os dois lados tenha se dado em função do resultado eleitoral e do fato, mais palpável ainda, de que, com o fechamento de *O Friburguense*, a prefeitura necessitava de outro veículo para a publicação de seus atos oficiais. *O Nova Friburgo* passou a cumprir este papel, o que pode ser comprovado pela leitura de suas páginas a partir da posse de Dante. Por certo a verba proveniente da prefeitura, com freqüência e regularidade, acabou pesando mais para a manutenção do jornal do que a preservação da postura política anterior.

A Paz se constituiria, portanto, na grande tribuna dos adversários do regime, e, em suas páginas, seriam estampadas as críticas mais ácidas à administração Dante Laginestra e às medidas discricionárias de Getúlio. Duas questões a nível municipal mobilizaram centralmente os ataques de Galdino ao governo municipal: o abastecimento d'água e o fornecimento de energia elétrica.

Galdino responsabilizava o prefeito pela grande epidemia de tifo que atingira a cidade em dezembro de 1935, matando dezenas de pessoas, dando continuidade às críticas iniciadas em *O Nova Friburgo*¹³⁶. Acusava o então interventor de negligência porque a epidemia era prevista, já que, na bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, logo acima da represa em Mury, bairro situado na entrada da cidade, novas habitações eram erigidas, dentre as quais três hotéis, várias casas comerciais e uma estação da Leopoldina, transformando a represa em esgoto. Além disso, o serviço de cloração da água fora suspenso, agravando ainda mais a situação. O caso somente foi resolvido em 1939, com a inauguração da adutora de Debossan, construída acima da velha represa, e com a extensão da rede de encanamentos. Até lá, Galdino manteve as baterias ligadas contra o prefeito, acusando-o, inclusive, de solicitar à Câmara, em 1936, a aprovação de um pedido de empréstimo desnecessário junto à Caixa Econômica Federal, no valor de mil contos de réis, para a construção da adutora, quando, no máximo, bastariam cerca de 400 contos, já que, segundo ele, a prefeitura arrecadava o suficiente para bancar parte da obra.

O caso da energia elétrica era mais complexo, tendo a polêmica se iniciado em 1934, quando a Companhia de Eletricidade solicitou à Municipalidade a realização de um novo contrato, que, majorando os preços da luz cobrada aos usuários, desse condições à empresa de aumentar a sua capacidade produtiva com a construção de uma nova usina, pois a demanda crescera após a instalação da fábrica de carbureto na cidade. O prefeito de então, Hugo Motta, aceitara a proposta, mas o grupo de Galdino de imediato iniciou violenta campanha de oposição à mesma, argumentando que, de acordo com o contrato anterior, a Companhia se via obrigada a suprir todas as necessidades do município com respeito ao abastecimento da energia elétrica, não tendo o direito de repassar ao consumidor os custos de uma obra que seria de sua exclusiva responsabilidade. A polêmica se arrastaria por vários anos, sem encontrar solução a contento, opondo, de um lado, a Companhia e os sucessivos prefeitos, e, de outro, o grupo galdinista e a Associação Comercial, que, nas suas freqüentes reuniões, aprovou diversos ofícios para pressionar as autoridades municipais, estaduais e nacionais que

interviessem no sentido de se concluir um acordo favorável aos comerciantes e usuários em geral.

Interessante é que, nos seus inúmeros artigos em *A Paz* abordando o fato, Galdino e seus colaboradores, os engenheiros Samuel de Paula Castro e Santos Werneck, tenham evitado a todo o custo atacar a figura de Julius Arp, proprietário da Fábrica de Rendas e da Companhia de Eletricidade, preferindo responsabilizar seus subordinados pelo impasse. Com certeza valia a pena tentar conservar a velha aliança política que, graças justamente ao monopólio da energia elétrica na cidade, havia possibilitado a instalação da Fábrica de Rendas e o início de todo o processo de industrialização do município. Era preciso, portanto, manter a oposição cerrada aos governos getulistas, evitando o confronto direto com o Conselheiro Julius Arp e tudo o que ele representava.

Durante o ano de 1937, as atenções se voltaram para as campanhas dos candidatos à Presidência da República, cujas eleições estavam marcadas para o ano seguinte. Galdino abraçou sem pestanejar a candidatura oposicionista de Armando Salles de Oliveira, lançada pelo Partido Constitucionalista de São Paulo e representando basicamente os interesses da burguesia paulista, mas agregando também dissidentes do regime. Já os partidários do prefeito, pelas páginas de *O Nova Friburgo*, fizeram a campanha do ex-ministro da Viação e Obras Públicas, o paraibano José Américo de Almeida, oriundo das hostes tenentistas. Este era apresentado como perfeitamente identificado com a terra brasileira, desejoso de realizar através das possibilidades genuinamente nacionais, sem alarde nem presunções. Era anunciado como “o homem pobre”, “conhecedor profundo do sofrimento e das necessidades do povo”, a lutar contra o candidato “dos sindicatos estrangeiros que erigiram o Brasil o seu *El-dorado*”, “capitalizado por montões de ouro”, o “nababo” Armando Salles de Oliveira, no ouvido de quem “nunca chegaram os gemidos dos infelizes”¹³⁷. O periódico assumia mesmo o discurso dos getulistas, em prol dos pobres e contrário às “elites” econômicas representadas no candidato paulista, num ataque àqueles que teriam por objetivo reeditar, nas palavras do jornal, o velho “capitalismo perrepista” derrotado em 1930.

Apesar de, nos seus editoriais, pregar uma opção dentro dos marcos da “liberal democracia”, rechaçando a alternativa Plínio Salgado, cuja vitória decretaria o suicídio da República, por causa de suas idéias com raízes no fascismo¹³⁸, o semanário de Juvenal Marques continuava a publicar artigos e reportagens favoráveis ao integralismo, tendo incluído uma “Página Integralista” em algumas de suas edições e divulgado

comícios dos “camisas-verdes” na região¹³⁹. Também mantinha o espaço concedido aos membros da Federação 25 de Julho e da Sociedade Alemã, que continuavam a exaltar a formação do povo alemão, sua cultura, sua língua, sua “raça”, como a semear o progresso nas terras por onde se fixava, e a colônia alemã de Nova Friburgo, “preciosa sementeira” que teria erigido “magníficos poemas de pedra” representados nas suas fábricas. Um dos artigos retomava a antiga proposta de branqueamento do povo brasileiro, desta feita sob a forma de sua “germanização”, condição fundamental para a conquista definitiva do progresso em todo o país:

*Daqui a uns cinqüenta anos, se muito, que hão de chegar pela imutabilidade da lei, a alma alemã, caldeada à alma das populações brasileiras, mostrará ao mundo o progresso de um povo e o valor de uma raça. E a mesma poesia alar-se-á aos céus no vozear das sirenas e nos flóculos de fumo das chaminés, símbolos da glória e da fartura, da paz e do trabalho.*¹⁴⁰

Na contramão de tais idéias, o jornal de Galdino não tergiversava no ataque aos integralistas, acusando-os de serem servis ao fascismo e ao nazismo e de apelarem para a emoção e o sentimentalismo do povo brasileiro para fazerem passar suas idéias totalitárias. Desta vez, ao contrário do que ocorrera durante a Primeira Grande Guerra, *A Paz* não mais divulgava as atividades da colônia alemã no município, coerente com a linha editorial antifascista. Na véspera do Dia do Colono, em 1937, por exemplo, publicou matéria de página inteira sobre a fundação de Nova Friburgo pelos suíços, traduzindo artigo publicado na revista “*L’Illustré*”, de Lausanne, doada a Galdino pelo ex-presidente Washington Luís. Nenhuma linha havia acerca dos alemães, a quem, afinal, o dia 25 de julho homenageava.

Os editoriais de Galdino dedicavam-se à defesa das liberdades democráticas e do sufrágio universal, batendo de frente contra a conjuntura política de então, com o país submetido, desde a revolta comunista de 1935, ao estado de guerra. O político liberal acusava tal estado de coisas como fruto de uma lamentável invenção de Getúlio Vargas, que teria declarado guerra ao Brasil para se manter no governo, mantendo a situação por quase dois anos em função do que Galdino considerava ter sido uma reles “quartelada”, nada mais que um golpe de audácia tentado por um grupo de descontentes com a Revolução de 30. E atacava o exagero das medidas governistas com ironia:

Houve então as prisões em massa, descobriram-se ligações subterrâneas e ameaças de convulsões telúricas que abalariam os Andes. Os ‘processos’ se multiplicariam erigindo um outro Andes de papel almaço e os presídios regorgitaram de milhares de infelizes que passaram fome e que morreram de maus tratos e de inanição!¹⁴¹

A edição de 02 de outubro de *A Paz* expressava a indignação de Galdino com o decreto governista impondo novo estado de guerra, após ter sido divulgado o Plano Cohen, através do qual integralistas e militares forjavam um “plano comunista” de assalto ao poder. O ato de Getúlio era apontado como “uma manobra de pura politicagem com os intuits de asfixiar a opinião”, às vésperas de um pleito presidencial. E finalizava desta forma: “Eu não acredito nesse comunismo!”

As inquietações de Galdino com a situação política do país se confirmaram no dia 10 de novembro, ao ser fechado o Congresso e promulgada a nova Constituição, que, inspirada no fascismo, daria plenos poderes a Getúlio Vargas. *A Paz* renunciara o golpe na edição de 06 de novembro, publicando a parábola “*A Morte de Dona Mocinha*”, na qual previa a “triste sorte” da personagem, a simbolizar a Constituição, a República ou a Democracia brasileira. Seu principal algoz, “Dulio Perenne” (Getúlio Vargas), deixava o campo livre às hostes de “Romano Salino” (Plínio Salgado), que lhe desfecharam estocadas mortais. No dia 20, o jornal dava continuidade ao pequeno conto, anunciando, por fim, “*O Enterro de Dona Mocinha*”. Para fugir à censura, institucionalizada junto com o anúncio do Estado Novo, além das metáforas utilizadas nestes artigos, Galdino traduziu, em página inteira, “*A Onda Ditatorial*”, do livro *Discurso aos Surdos*, de Guglielmo Ferrero. Com tais artifícios tentava, de alguma forma, dar continuidade à defesa de seu ideário liberal, atacando a “doença da ditadura” que avançava sobre a América, após ter grassado na Europa, onde se atribuíram aos regimes parlamentares e à democracia a fraqueza e a inércia dos governos, a responsabilidade, enfim, pela intensa crise social vivida. De fato, era este um dos mais fortes argumentos utilizados para justificar a implantação do Estado Novo no Brasil.

4.1 Apogeu e Declínio do Estado Novo

Conforme entrevista concedida por Francisco Campos logo após o golpe de 1937, este teria resultado de um “imperativo de salvação nacional”¹⁴². O ato capitaneado por Getúlio representaria a necessária complementação ao processo

iniciado com a Revolução de 1930, a qual teria se desvirtuado de suas intenções originárias ao adotar a Constituição de 1934, fazendo retornar os vícios políticos da velha ordem liberal da Primeira República. O sufrágio universal era execrado como uma medida democrática ilusória, pois, da parte dos eleitores não adviria qualquer preocupação com a coisa pública, mas apenas com seus problemas pessoais, perspectiva que repetia considerações já levantadas por Oliveira Vianna¹⁴³. Assim, esvaziava-se por completo o poder dos parlamentos, vistos como “inúteis” e palco para as querelas de horizonte restrito e particular.

Em contrapartida, dava-se o superdimensionamento do poder estatal, conferindo-se ao presidente da República poderes extraordinários. Francisco Campos argumentava que apenas uma **personalidade carismática** à frente do Estado estaria capacitada, no mundo moderno, a ordenar a cada vez maior presença das massas no cenário político, tornando-se o centro da integração política, através do recurso à ditadura. O presidente da República, colocado em contato direto com o povo, buscava sempre ser por ele apoiado e prestigiado, apelando constantemente à opinião pública quando tomasse decisões de relevo.

O Estado Novo aparecia, aos olhos dos ideólogos autoritários, como a alternativa eficaz para a realização da “democracia substantiva”. A ampliação do “quadro da representação popular” junto ao governo seria conseqüência da criação das organizações corporativas, “através das quais o povo-massa e o povo-burguesia, o povo que trabalha e o povo que faz trabalhar podem partilhar, *diretamente* - sem necessidade de delegações ou mandatos conferidos a castas políticas - do governo e da administração dos negócios públicos”¹⁴⁴. Autarquias administrativas, instituições para-estatais, conselhos de caráter consultivo e técnico absorveriam, “diretamente”, as solicitações das “classes e profissões organizadas”, afastados os partidos políticos, “pequenas oligarquias políticas” a trabalharem em prol apenas de seus negócios eleitoreiros, nunca no “interesse nacional”. As reivindicações particulares e de classe seriam consideradas se cobertas pela manta do “interesse coletivo”, partindo dos sindicatos patronais ou de trabalhadores e das associações profissionais, dirigidos, sem intermediação de grupos políticos, ao Estado, juiz “imparcial” dos possíveis litígios, pois real tradutor da “vontade nacional”.

A pedra de toque para o sucesso da estratégia corporativista, e que realmente só iria funcionar ao fim do Estado Novo¹⁴⁵, seria a “personalidade carismática” de Getúlio Vargas, incensado, tanto por Campos quanto por Vianna, como a personificação deste

projeto de **democracia social**, “substantiva” e “direta”, na qual prevaleceria “*uma tendência visível e definida do Estado a identificar-se com o povo e do povo a identificar-se com o Estado*”¹⁴⁶.

Apesar dos rearranjos promovidos no aparato estatal, responsável, naquele momento, por dirigir a modernização econômica e por assumir a missão industrializante, mantinha-se, na essência, o sistema político e social. “O caráter excludente do sistema político é dissimulado na fórmula corporativa, abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado”¹⁴⁷. Este era apresentado, pelo novo grupo dominante, como um Estado benfeitor, que se posicionava acima das classes sociais, pois representaria a “vontade nacional”, disfarçando, desta feita, os interesses particulares que de fato abrigava. Com a definição de uma política sindical e trabalhista que, dentre outras coisas, fixou o salário mínimo (segundo Francisco de Oliveira¹⁴⁸, instrumento de acumulação urbano-industrial, nivelando por baixo o preço global da força de trabalho), buscava-se evitar o confronto entre capital e trabalho, no melhor espírito de “colaboração entre as classes”, ao passo que se garantia a ampliação do papel do Exército e de todo o aparato repressivo.

Em 1937, com Amaral Peixoto no comando político do Estado, Dante Laginestra era conservado no cargo de prefeito de Nova Friburgo, novamente como interventor. Destacou-se pelas obras de infraestrutura na cidade, como o calçamento das ruas (Friburgo, nessa época, teria ocupado o primeiro lugar, dentre os municípios fluminenses, em calçamentos realizados), a dragagem do Rio Bengalas, a construção de galerias de águas pluviais e da represa do Rio Debossan, estendendo a rede de encanamentos e conseguindo, assim, eliminar o tifo¹⁴⁹. Naquele mesmo ano foi promovido o “Natal dos Pobres”, com distribuição de alimentos doados por comerciantes e industriais, confirmando, a nível municipal, a estratégia assistencialista do “Estado benfeitor” a que se referiu anteriormente.

O jornal ***O Nova Friburgo*** assumia, a partir de então, a dócil condição de divulgador dos feitos governistas, assim o fazendo logo após o golpe do Estado Novo, quando destacou o ato de Getúlio ao promulgar a nova Constituição como “mais um capítulo de acentuado civismo nas páginas da nossa história”. Pedro Cúrio, um novo colaborador que, dois anos depois, assumiria a direção do semanário, escrevia, repetindo uma das argumentações mais utilizadas pelos defensores do golpe, que o Estado Novo vinha facilitar a missão dos governos municipais, “abolindo as igrejas políticas, onde nasciam a discórdia e a intriga”¹⁵⁰. O espaço anteriormente dado pelo

jornal às idéias e atividades dos integralistas deixava de existir com o decreto que dissolvia todos os partidos políticos e proibia o uso de símbolos, gestos e uniformes característicos, forma pela qual a ditadura getulista livrou-se da já incômoda companhia dos “camisas verdes”. Estes acabariam por provocar seu enterro político, ao tentarem organizar um levante armado no início de 1938, reprimido de pronto pelo Exército.

As atividades políticas das colônias de imigrantes também deixariam de ser divulgadas, por causa do decreto instituído naquele ano pelo Ministério da Justiça, proibindo que os estrangeiros radicados no país exprimissem idéias partidárias ou se organizassem em associações que tivessem sede no exterior. A publicação de artigos, comentários ou entrevistas com teor político ou doutrinário na imprensa ficava igualmente impedida. Tais medidas atingiram em cheio os núcleos de imigrantes em Friburgo, particularmente a Sociedade Alemã, dentro da qual a representação de nazistas se organizara. Amaral Peixoto designou interventores para a entidade dos alemães e para a Casa di Itália, e diversos membros destas agremiações foram presos e conduzidos à Casa de Detenção de Niterói. Alemães foram hostilizados por parte da população de Friburgo, sendo que a sede da Av. Rui Barbosa chegou a ser alvo de depredações, permanecendo fechada por longo período.

Com isso, a associação afastou o grupo nazista e iniciou, de imediato, o processo de sua nacionalização, completado no ano seguinte, quando uma assembléia dos associados aprovou os novos estatutos sociais e renomeou a entidade, que se chamaria Sociedade Teuto-Brasileira. Os seus objetivos principais passavam a ser o incremento dos esportes, a realização de reuniões de caráter cultural e estético e o estímulo às relações de amizade entre brasileiros e alemães. Em 1941, haveria nova mudança no nome da agremiação, para Sociedade Alemã de 1921 (referente ao ano da sua fundação) e, no ano seguinte, para Sociedade Esportiva Friburguense (seu nome atual), ficando restrita às atividades sociais e desportivas, separando-se da Escola e da Igreja Luterana. O número de alemães associados ao clube cairia vertiginosamente na segunda metade dos anos 40, limitando-se a 1/3 do total de agremiados¹⁵¹.

Com o golpe de 1937, Galdino do Valle Filho voltava a encarar a rotina das prisões e das intimações para depor¹⁵². Em maio de 1938, foi obrigado a declarar de público que nunca havia aderido ao integralismo, muito menos ao comunismo, após uma das incursões à Casa de Detenção em Niterói para prestar depoimento. Em carta publicada em *A Paz* no dia 28 daquele mês, asseverava:

*... sempre entendi, e ainda agora, e cada vez mais, que a felicidade do continente americano não pode ser buscada nas extremidades contundentes dessas ideologias, aparentemente antagônicas e paradoxais, mas no fundo da mesma polpa autoritária e ditatorial.*¹⁵³

Aproveitava para reeditar a sua profissão de fé na liberal democracia, fazendo referência à “mentalidade rooseveltiana” daquele momento histórico. Seu posicionamento político fez do seu jornal um veículo propagandista do alinhamento com os Estados Unidos, no instante em que o Estado Novo patinava, com respeito à política externa, na definição do aliado preferencial. Lembrando as já estreitas relações comerciais com os americanos, os quais consumiam cerca de 60% do café exportado pelo Brasil, Galdino fazia apologia da doutrina Monroe, entendida como a “salvaguarda coletiva da América”¹⁵⁴. Defendia que a paz e o trabalho, no continente americano, podiam coexistir com a liberdade e o direito, numa crítica velada ao regime ditatorial. A partir do ano seguinte, durante todo o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e até o seu término, *A Paz* não deixaria passar um número sequer sem dedicar artigos ao conflito, atacando as ambições totalitárias do nazifascismo e defendendo os preceitos liberais, identificados, naquele momento, com os Estados Unidos da América.

Havia, no entanto, a preocupação, por parte de Galdino, em não provocar, com seus artigos, o rompimento da velha aliança política com os donos das fábricas em Friburgo. Daí que defendia a manutenção das relações de amizade e cortesia com as “nobres colônias italiana e alemã”¹⁵⁵ radicadas no município, sem prejuízo da posição adotada pelo Brasil na guerra. Considerava ser uma contradição tremenda ter que assumir atitude hostil contra italianos e alemães, cujas ciências e artes tanto influenciaram a intelectualidade brasileira e cuja presença física no país, através das colônias de imigrantes, havia colaborado sobremaneira para o progresso e o desenvolvimento material da nação. Enfatizava que a hostilidade deveria ser dirigida contra os regimes de arbítrio, as teorias raciais e expansionistas e a prepotência dos ditadores que oprimiam aqueles povos, e não contra os membros daquelas nacionalidades que aqui habitavam.

Tal preocupação ressurgiu com maior força a partir do momento em que o Brasil entrou na guerra ao lado dos aliados, quando, então, Galdino procurou, a todo custo, isentar a maioria dos alemães radicados em Friburgo de quaisquer ligações com grupos nazistas, recusando para eles a pecha de traidores. Em resposta a informações

veiculadas pela imprensa brasileira que denunciavam a existência de um vasto triângulo territorial dentro do qual se instalara o “quartel-general dos 5^a-colunas” no Brasil (os vértices do triângulo seriam compostos pelas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, com um de seus lados - a linha Rio-Belo Horizonte - passando por Juiz de Fora e Nova Friburgo), Galdino insurgiu-se contra a inclusão de sua cidade neste gráfico, afirmando que o fato de nela haver um grande núcleo de alemães não era motivo para considerá-la um centro de propagação das idéias nazistas. Utilizava o exemplo do Conselheiro Julius Arp como o do homem que simbolizava a colônia ali instalada desde o século anterior, responsável por ter criado “na linda cidade um surto de progresso de que o Estado se orgulha”, afirmando, categoricamente: “naquele peito hoje octagenário não medraria jamais o germe do *colunismo* de geração recente”. E indagava: “Serão todos nazistas os alemães que elegeram Friburgo como sua segunda Pátria?”¹⁵⁶. Percebe-se a perseverança de Galdino em tentar resguardar os laços políticos estabelecidos entre seu grupo e os donos das fábricas de capital alemão, para o que, naquele exato momento, era preciso até escamotear a participação dos mesmos nas atividades promovidas pelos defensores do nazifascismo, quando, na década anterior, o movimento viveu sua fase ascendente.

No início da década de quarenta, a conjuntura política dava mostras preliminares de uma reviravolta. A entrada dos Estados Unidos na guerra, após o episódio de Pearl Harbour, empurrava o governo brasileiro cada vez mais para sair da posição ambígua assumida até ali, indeciso entre formalizar seu alinhamento com a opção totalitária, cujo ideário estava no cerne da implantação do regime político vigente no país, e a sobrevivência das relações econômicas mantidas com os norte-americanos. A tendência já apontava para a segunda solução, o que acabou por se confirmar após o ataque da marinha de guerra alemã a navios brasileiros.

Internamente, a campanha pró-participação na guerra ao lado dos aliados estava nas ruas, também pressionando Getúlio Vargas a adotar aquela posição. As idéias que advogavam uma alternativa francamente autoritária para a sociedade brasileira, pouco a pouco, foram sendo estigmatizadas, formando-se, em contrapartida, uma nova onda em defesa dos pressupostos liberais, corrente que se faria preponderante em todo o mundo ocidental, após a vitória das forças aliadas sobre o nazifascismo. O Estado Novo, acuado pelo movimento liberal e democrático, ia chegando ao fim.

CAPÍTULO 3

A DEMOCRACIA DÁ SINAIS DE VIDA

A adesão do Brasil ao bloco democrático internacional fortalecera internamente o movimento de oposição ao Estado Novo, agregando representantes dos diversos setores sociais perseguidos pela ditadura, da burguesia liberal a militantes sindicais e de esquerda. Em agosto de 1942, já havia se realizado um ato público na Praça Quinze de Novembro¹⁵⁷, no centro da cidade, em protesto contra o ataque alemão aos brasileiros e de solidariedade à atitude tomada pelo governo, que declarara guerra aos alemães. A manifestação reuniu “incalculável multidão”¹⁵⁸, que ouviu atenta os discursos inflamados de oradores das mais diversas tendências políticas: o promotor público, o chefe dos Correios, o advogado e jornalista de esquerda Jorge El-Jaick, o presidente da Associação Serrana de Esportes Atlético, Lima Brandão, o diretor do Colégio Modelo, Prof. Messias de Moraes Teixeira, o dirigente sindical e líder comunista Francisco de Assis Bravo, etc. O evento representava o corolário da mobilização de diferentes setores sociais contra o nazifascismo e a favor de urgentes medidas internas visando a remoção do “entulho” autoritário e a conseqüente “redemocratização” do país.

1 A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS NACIONAIS APÓS O ESTADO NOVO

Com o fim da guerra, a ditadura do Estado Novo também deixou de existir, permitindo a aglutinação de novas e velhas forças políticas, que, no ano de 1945, se organizaram em torno de partidos políticos com estrutura e representatividade em níveis nacionais, diferenciando-se entre si pelos grupos sociais que buscavam representar e pelos discursos ideológicos adotados. Os partidos funcionavam como privilegiados aparelhos privados de hegemonia, nos dizeres de Gramsci, atuando como aglutinadores dos homens políticos identificados com determinadas visões de mundo e, especificamente, com certas idealizações da cidade de Nova Friburgo, em torno das quais se davam os embates em torno do poder no município.

Dentro desta guerra de posições pela afirmação das idéias dominantes na sociedade, a acompanhar a luta pelo controle dos meios de produção e do poder político,

contribuíam de forma decisiva os meios de comunicação de massa, centralmente os jornais. Em Nova Friburgo, será visto que cada partido político utilizava um jornal como correia de transmissão de suas idéias, propostas e visões de mundo e de cidade. Como nos indica Dênis de Moraes, Gramsci já percebia a imprensa como a instituição mais dinâmica da sociedade civil, ao trabalhar, de forma abrangente e, pode-se dizer, total, a questão da ideologia¹⁵⁹. Um jornal é pura ideologia, pois tem como objetivo principal influir diretamente sobre a opinião das pessoas, impondo o ponto de vista do grupo ou classe social que representa. Por meio destes veículos, os discursos ideológicos cumprem a função de cimentar o conjunto das práticas sociais, englobando as práticas políticas e econômicas. No entanto, aparentam ser meros intérpretes da realidade, eludindo sua condição de transmissores de ideologias. Assim nos assevera Dênis de Moraes:

Na verdade, os media são privados não apenas por pertencerem a patrimônios pessoais, mas por fazerem parte de um círculo particular de interesses, cujo objetivo é validar idéias de indivíduos e grupos nas negociações com os demais sujeitos sociais.¹⁶⁰

Já vimos como a imprensa teve atuação destacada em diversos momentos da história política de Nova Friburgo. Veremos adiante como alguns jornais assumiram abertamente a condição de porta-vozes de projetos políticos específicos de partidos criados ao final do Estado Novo, ao conquistarem maior liberdade de ação no interregno entre a queda da ditadura varguista e o golpe militar de 1964, quando o Brasil viveu um razoável período de tempo sob o regime democrático. Para tal, é necessário conhecer como se estruturaram os partidos políticos e seus projetos ideológicos, percebendo que, em Nova Friburgo, algumas situações surgiram como bastante peculiares, se comparadas com o quadro político historicamente constituído a nível nacional.

1.1 A UDN: da Resistência Liberal a Partido das “Elites”

A hegemonizar os setores da sociedade que empunharam bandeiras liberalizantes e de “redemocratização” no final do Estado Novo estava a União Democrática Nacional (UDN), partido que se organizou, em 1944, como uma frente de oposição a Vargas e a seu legado político, arregimentando, quando de sua fundação, um

elenco heterogêneo de militantes, que se mantinham unidos pela luta comum contra o getulismo e por liberdades democráticas. Muitos haviam sido perseguidos pela ditadura varguista e se mobilizavam, naquele instante, contra a censura à imprensa, pela anistia, por eleições livres e pelo sufrágio universal. Dentre os diversos grupos que compuseram os quadros da UDN quando de sua fundação, estavam as facções de grandes proprietários destituídas pela Revolução de 1930, ex-aliados de Getúlio e que dele se afastaram, os grupos liberais com bases políticas regionais e até mesmo alguns representantes das esquerdas, como indica Maria Victoria Benevides¹⁶¹. A autora demonstra que, em seu início, a UDN se caracterizou como um movimento, ainda não um partido, a aglutinar vários grupos sociais que lutavam contra o Estado Novo desde os primeiros anos da década de 40 e que, com o fim da guerra e a vitória dos Aliados, dedicavam-se a intensificar a campanha pela “redemocratização” do país, movimento que acabou por desembocar na candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes a presidente.

Podemos identificar basicamente a existência de dois grupos dentro desta grande frente oposicionista: o liberal conservador, composto pelos bacharéis e representantes das facções políticas dominantes nos estados e municípios, e um grupo mais à esquerda, formado pelos estudantes engajados na UNE, escritores e jornalistas. Ficavam de fora os setores populares, hegemonzados pelos sindicatos e associações fiéis à política trabalhista de Vargas ou à liderança comunista de Luiz Carlos Prestes.

Em Nova Friburgo, além do grupo que seguia a liderança de Galdino do Valle Filho, havia uma turma de intelectuais, professores, jornalistas e alguns estudantes que reuniam-se nos bares e buscavam expressar seu descontentamento com a ditadura varguista dos mais variados modos. Dentre eles destacava-se a figura do poeta J. G. de Araújo Jorge, recém-chegado à cidade. Assim comenta o escritor maranhense Tarcísio Tupinambá, que, entre os anos de 1943 e 1947, atuou em Friburgo como inspetor federal de ensino, designado pelo Ministério da Educação:

*J. G. logo concentra em torno de si figuras sedentas de liberdade. Mas o grupo não pôde fazer muito. A opressão era grande. Inspirada no nazismo alemão. Diante disso, as formas de resistência passaram a exigir táticas inteligentes, sutis, de luta. Panfletos misteriosos, poesias satíricas ridicularizando a ditadura circulam de mão em mão. (...) Galdino do Valle Filho, generoso e valente, abriu seu jornal ao grupo, mesmo correndo perigo. Felizmente a censura era fraca em Friburgo. ‘A Paz’ publicava poesias libertárias de J. G. de Araújo Jorge sem maiores problemas.*¹⁶²

A última observação de Tupinambá não é procedente, já que, ao menos duas vezes durante o Estado Novo, *A Paz* sofreu a censura do DIP. Na primeira vez, recebeu um telegrama daquele órgão proibindo que o jornal continuasse a campanha para que o governo municipal tomasse providências contra as enchentes anuais do Rio Bengalas. Nem mesmo se podia mencionar a palavra “enchente”. Em outubro de 1944, o jornal foi novamente punido, por causa de um artigo de Galdino criticando a política de desvalorização do café através da queima da produção excedente. A medida punitiva adotada foi suspender a concessão de direitos aduaneiros sobre o papel com linha d’água, utilizado pelo jornal. O periódico circulou, então, com papel nacional, mais caro, sendo que o exemplar de 21 de novembro daquele ano foi todo confeccionado com o papel que se conseguiu obter, inclusive o usado para embrulhos de secos e molhados, no intuito de protestar contra a punição do DIP sem citar o fato, pois o órgão repressivo impôs também a censura prévia¹⁶³.

A turma de intelectuais friburguenses ou “grupo anárquico”, para usar expressão de Tupinambá, chegou a tomar forma orgânica, ao fundar uma sociedade cultural, intitulada Centro Friburguense de Arte e Cultura, com J. G. na presidência e Maria José Braga, Francisco dos Santos Werneck, Jamil El-Jaick, Nicolau Noé, Tarcísio Tupinambá, Ernesto Affonso Tessarollo e Pedro Cúrio, dentre outros jovens “agitadores culturais” da época, fazendo parte da diretoria. O Centro não pretendia realizar atos políticos contrários à ditadura, mas, através de atividades culturais, “conseguir um pouco de oxigênio da liberdade” a todos vedada. Mesmo assim, teve vida curta e foi fechada pela polícia política.¹⁶⁴

Segundo ainda o depoimento de Tupinambá, em 1945 surgia outra entidade de resistência e luta, com a finalidade de reivindicar soluções para problemas do cotidiano da cidade. A União de Amigos de Nova Friburgo (UANF), tendo à frente os professores Jamil El-Jaick e Messias de Moraes Teixeira, teve como importantes colaboradores o próprio Tarcísio Tupinambá e Lucy Bastos da Silva, de quem o escritor maranhense afirmou tratar-se de uma verdadeira revolução naquele comitê popular, figura dominante na organização, pela sua coragem, determinação e pronto raciocínio, tendo sido lamentada sua morte prematura em 1947.

Outros integrantes do movimento que se afirmaram na luta reivindicatória foram Joaquim Naegele, maestro da Banda Campesina Friburguense, comunista, que participara da Aliança Nacional Libertadora e fora preso várias vezes durante o Estado

Novo, e seu irmão, o poeta José Naegele. Fortes aliados da associação foram ainda o radialista Aloysio de Moura, dono da Rádio Sociedade de Friburgo, que também cumprira papel de resistência na ditadura, e o Prof. José Côrtes Coutinho, ex-integrante do “grupo anárquico” que, na conjuntura pós-Estado Novo, abriria as páginas do jornal *A Voz da Serra*, criado pelo PSD, para as atividades da UANF. As raízes da Academia Friburguense de Letras também remontam a esta época, fundada que foi pelo mesmo grupo de intelectuais, acrescido de outros (Messias, Coutinho, Rudá Brandão Azambuja, Oscar Goulart Monteiro, Luiz Malheiros, Jamil e Tuffy El-Jaick, Tupinambá, etc.), em 1947. Tarcísio Tupinambá fazia a ponte entre a elite de letrados do município e os operários, pois passara a integrar os quadros do PCB desde que chegara a Nova Friburgo, sendo companheiro de Francisco Bravo, José Costa e do açougueiro Manoel Leite, “Lilito”.

Destes grupos de “agitadores culturais” e de embrionários organizadores de associações de moradores, saíram indivíduos prontos a cumprir papel de destaque na política municipal após o fim do Estado Novo. A maioria deles perfilou-se ao lado de Galdino do Valle Filho, identificando neste o homem político que assumira a vanguarda da luta de resistência liberal à ditadura varguista. Este setor, do qual fazia parte Messias Teixeira, Ernesto Tessarollo, Tuffy e Jamil El-Jaick, juntou-se aos componentes de ponta da Associação Comercial, cujas reuniões periódicas durante o regime de exceção, discutindo assuntos da cidade, como o renitente problema da força e luz, assumiram, segundo seus integrantes, a função antes reservada à Câmara Municipal. Daí surgiria o diretório local da UDN, assim que aquele movimento oposicionista inicial de que nos falava Maria Victoria Benevides se transformaria em partido político nacional.

As “elites liberais” já haviam divulgado, em 1943, o “Manifesto dos Mineiros”, que reivindicava liberdades formais e maior participação nas decisões políticas para os próprios grupos dominantes, tentando antecipar-se a Getúlio na iniciativa de conduzir o processo de redemocratização. É um documento considerado histórico em termos da articulação dos interesses e principais palavras de ordem que estão presentes na formulação do programa liberal conservador da UDN, quando esta estrutura-se efetivamente como partido.

A UDN se apresentou como a “legítima herdeira da tradição liberal no Brasil”¹⁶⁵, remontando à campanha civilista de Rui Barbosa de 1910, à Reação Republicana encabeçada por Nilo Peçanha em 1921 e à Aliança Liberal dos grupos dissidentes ao esquema dominante na Velha República. Esta tradição não se apresentou contraditória a

uma atitude ideológica excludente e autoritária, a exprimir uma visão de mundo característica das classes dominantes brasileiras. Como afirma Maria Victoria Benevides:

Estava em causa a defesa de uma ordem social regida pelos valores da autoridade, da hierarquia e da disciplina, na defesa de um 'Estado forte', para a consolidação de uma 'democracia robusta'. (...) A defesa do livre jogo de economia de mercado e da propriedade privada, somada à concepção clássica do liberalismo dos direitos individuais - estas, as constantes do liberalismo udenista - não corresponde, como se sabe, à democratização da sociedade. (...) O liberalismo udenista permanece, sem dúvida, marcado por um profundo elitismo. Um dos aspectos mais interessantes desse elitismo se refere à crença inabalável na presciência das elites. O corolário dessa tese se enraiza na convicção de que o povo jamais será politicamente responsável; no máximo poderá ser 'politicamente educado' ou 'guiado'.¹⁶⁶

Em breve a UDN assumia claramente a luta pelo poder político, no que passava a identificar-se propriamente com um partido, cujo programa estreitava-se no sentido de representar interesses mais nitidamente definidos, no caso, dos grupos vinculados à propriedade agrária e ao empresariado. Seu discurso ficou marcado pela oposição sistemática ao getulismo, ao comunismo e às ações “subversivas” dos sindicatos de trabalhadores. Além disso, opunha-se à intervenção estatal na economia e brandia constantemente contra a corrupção nas hostes governistas.

1.2 O PTB: Trabalho para Evitar o Comunismo

No outro lado do jogo político, situavam-se os partidos criados por Getúlio Vargas em 1945, como o Partido Trabalhista Brasileiro, fundado no intuito de atuar, junto ao operariado, como anteparo ao Partido Comunista, que conquistava sua legalidade embalado no prestígio conquistado pela União Soviética, por sua participação na Segunda Grande Guerra. O trabalhismo fincava suas teses políticas na proposta de uma “democracia substantiva”, de claras tendências autoritárias, como já visto, a ser implementada através de reformas sociais patrocinadas por um governante com forte personalidade carismática, a fazer a ponte diretamente com o povo. Como afirma Angela de Castro Gomes, “é fundamental observar que o PTB, tal como os sindicatos no Brasil, nasceu sob a chancela de um Estado autoritário, para atuar num

regime não mais autoritário, mas certamente ainda conservador”¹⁶⁷. Embora forjado nos estertores do Estado Novo, quando o ideário liberal assumia novamente a condição de pensamento político hegemônico a nível mundial, o partido tinha suas raízes ideológicas no pensamento autoritário e no objetivo de manter o controle sobre o movimento social.

Em Nova Friburgo, o PTB, quando de sua criação, não conseguiu arregimentar muitos sindicalistas, boa parte dos quais acompanharam os militantes comunistas. Os trabalhistas tiveram em *O Nova Friburgo*, dirigido por Pedro Cúrio, seu principal veículo de divulgação, a publicar artigos em defesa dos trabalhadores e de seus movimentos, com ressalvas e duras críticas à atuação dos comunistas. A aliança “de curto prazo”¹⁶⁸ que chegou a unir PTB e PCB na campanha “Queremos Getúlio”, a propor a realização da Constituinte de 1946 com Vargas no poder, funcionou apenas durante o ano de 1945, de forma precária, pois os interesses de cada partido eram muito conflitantes. Deixou de existir depois do golpe que retirou Getúlio de cena e do resultado eleitoral extremamente positivo obtido pelo PCB para o Congresso Constituinte, impulsionador de seu crescimento em termos de filiados e de representantes nos legislativos municipais e estaduais. O crescimento dos comunistas junto aos trabalhadores assustava os setores dominantes e pressionava no sentido de o PTB buscar a todo custo inserir-se nas bases operárias para evitar que a massa de trabalhadores urbanos aderisse *in totum* ao comunismo.

De fato, no imediato pós-guerra, o movimento operário voltaria a viver um momento de ascenso, e diversas greves ou mobilizações espoucariam em todo o país, com destaque para a atuação dos comunistas em seu meio. Em Friburgo a situação não seria diferente, com os operários das principais fábricas têxteis voltando a se manifestar, após mais de uma década de silêncio. Nos anos de 1945, 1946, 1947 e 1948, seriam constantes as lutas travadas contra os patrões por melhores salários e condições mais favoráveis de trabalho.

No final do ano de 1945, irrompia um movimento dos trabalhadores da Fábrica Filó, insatisfeitos com as condições de trabalho e com o favorecimento, em termos de gratificações, aos alemães, mestres e contramestres. A luta avançou pelo início de 1946, com a exigência de melhores salários. A 03 de fevereiro, o Jornal *A Voz da Serra* anunciava a greve dos industriários e também dos bancários, num movimento unificado. A greve envolvia, principalmente, os operários das três maiores representantes da indústria têxtil e ganhava de *O Nova Friburgo* a seguinte manchete: “6000 BRAÇOS CRUZADOS NUM DUELO EMPOLGANTE COM OS MAGNATAS DA INDÚSTRIA

*FRIBURGUENSE!*¹⁶⁹. Pelo que se depreende da matéria, a diretoria do Sindicato foi praticamente atropelada pelo movimento encabeçado pelos comunistas, organizados em torno do MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores), a frente sindical do PCB. A intransigência dos patrões em não receberem os trabalhadores para a negociação acabou provocando a paralisação, a qual duraria oito dias. O advogado Benigno Fernandes, comunista, há pouco tempo radicado na cidade, teria atuação destacada no apoio aos grevistas, assim como o consultor jurídico do Sindicato, o socialista Jorge El-Jaick.

A greve terminaria em assembléia da qual participou um representante do Ministério do Trabalho, mas o acordo somente seria assinado em 1º de março, em condições bem inferiores ao que fora pedido pelos trabalhadores, sendo que, em 18 de agosto, o jornal ainda publicaria nota do sindicato exigindo a concretização do mesmo. Por conta do não atendimento, por parte dos empresários, das principais reivindicações dos trabalhadores, novas greves ainda ocorreriam nos anos seguintes, comprovando novamente a intransigência dos patrões, os quais se recusaram até mesmo a comparecer a uma reunião convocada pelo Prefeito César Guinle, que tentava intermediar o conflito, no ano de 1948. Uma das principais exigências dos operários na época era a extensão do abono de Natal, concedido pelas fábricas apenas a um grupo seletivo de seus empregados (mestres e contra-mestres, centralmente). O movimento sindical lutava por transformá-lo em abono de Natal permanente, o que somente seria conquistado mais tarde, quando, por ocasião da onda de greves e mobilizações promovidas pelos sindicatos no início da década de 1960, foi assinada, em 1963, a lei instituindo o 13º salário pelo Presidente João Goulart.

Conforme nos conta Francisco Bravo e José Costa, uma figura de grande expressão na luta operária e sindical desta época foi o também comunista Arquimedes de Brito, que, mesmo ocupando o cargo de encarregado de seção na Fábrica Filó, não compactuava com os patrões, muito pelo contrário, era o principal quadro dos movimentos reivindicatórios e paredistas citados acima. Certa vez, sua prisão pela polícia, que o foi buscar na fábrica, provocou a paralisação imediata dos operários, os quais exigiram sua soltura, afirmando: “Não estamos fazendo reivindicações, não trabalhamos enquanto o Arquimedes não voltar”¹⁷⁰. Naquela noite mesmo, Arquimedes voltava à Fábrica abraçado pelos companheiros.

Nesta época, o Partido Comunista conseguia a sua legalização, chegando a arregimentar, a nível nacional, cerca de 200 mil filiados, elegendo, para a Assembléia

Nacional Constituinte de 1946, catorze deputados federais e o Senador Luís Carlos Prestes, o qual recebeu expressiva votação em todo o país. Em Nova Friburgo, o PCB instalava sua sede na Rua Uruguaiana, nº 03, no Bairro Paissandu, e, em março de 1947, convocava os trabalhadores para uma palestra do deputado Lincoln Oest, na sede da Banda Euterpe Friburguense, em atividade que comemorava os 25 anos de fundação do Partido. No entanto, dois meses depois, o registro do PCB era cassado pelo governo Dutra, em decorrência da perseguição ideológica provocada pelos reflexos da Guerra Fria no país, obrigando os comunistas friburguenses a participarem das eleições municipais daquele ano (realizadas em setembro) na legenda do PSP, através da qual ainda conseguiram eleger o advogado trabalhista Benigno Fernandes, comprovando seu prestígio junto ao movimento sindical. Benigno seria voz isolada na Câmara Municipal na oposição à cassação dos direitos políticos dos comunistas e ao rompimento, por parte do governo brasileiro, das relações diplomáticas com a União Soviética. Manteve o vínculo com a luta sindical, o que lhe garantiria a eleição, em 1949, para deputado estadual, desta feita na legenda do Partido Socialista Fluminense, em chapa da qual Francisco Bravo também participou como candidato.

O movimento operário retomava suas atividades, e trabalhistas e comunistas disputavam a sua hegemonia. Nas assembleias da greve, os sindicalistas ligados ao PTB, percebendo a condução do movimento escapar cada vez mais para as mãos dos comunistas, usavam a tática de pronunciar constantemente o nome de Getúlio Vargas, momento em que os operários os aplaudiam com entusiasmo. Era uma forma de, mantendo viva a lembrança do fundador e líder máximo do trabalhismo no Brasil, indicar a presença do PTB no movimento paredista. De igual modo, *O Nova Friburgo*, controlado então pelos dirigentes do PTB, teve a importante função de divulgar as “vantagens” do trabalhismo, em contraposição ao “perigo” comunista, por meio de uma série de artigos e reportagens.

Além de Pedro Cúrio, o periódico petebista contava com o Prof. Luiz Malheiros como um de seus principais articulistas¹⁷¹. Durante o ano de 1946, vários foram os editoriais que explicitavam o ponto de vista dos trabalhistas com respeito às relações sociais, buscando estabelecer as diferenças, por um lado, com o ideário liberal e, de outro, com a ideologia comunista. Neste ano iniciava-se o processo de perseguição interna aos comunistas, como reflexo da Guerra Fria, utilizando-se como pretexto as declarações de Luiz Carlos Prestes quanto a preferir aliar-se à URSS no caso de uma eventual guerra entre o Brasil e aquele país socialista. Ao mesmo tempo em que *O*

Nova Friburgo dava destaque ao assunto, abordando a “repulsa” nacional à “impatriótica atitude” de Prestes, Luiz Malheiros escrevia a respeito da “nova estrutura social” que se desenhava nos debates e anteprojetos apresentados na Assembléia Constituinte então reunida. Segundo ele, assistia-se à morte do princípio individualista que tantos germes de discórdia social havia legado aos brasileiros. A nova conjuntura mundial exigiria a adoção de uma política social que contemplasse uma justiça com mais amplas relações entre o capital e o trabalho, combatendo o individualismo, que insuflava entre ambos um conflito permanente, “fermento de revoluções sangrentas e guerras fratricidas”¹⁷². A luta de classes como consequência da injustiça social provocada pelo regime liberal e que levava ao desfraldar da bandeira do comunismo, apontado como uma nova forma de opressão, era uma visão que dava continuidade aos argumentos utilizados pelos ideólogos do autoritarismo nas décadas anteriores. A alternativa aos dois regimes estaria na colaboração entre as classes, na harmonização entre capital e trabalho, visando o bem comum, o bem de toda a Nação.

Seguindo tal perspectiva, o mesmo autor escreveu sobre a necessidade de os políticos da época trabalharem para a construção do Estado brasileiro calcados na realidade geográfica, econômica, étnica e humana do país, coisa que teria sido esquecida ao tempo do “Estado Liberal”. Citando Oliveira Vianna, “o genial pensador pátrio” que então criticara a ausência de um “caráter brasileiro, um rumo brasileiro nos destinos do país”¹⁷³, afirmou ser preciso que todos se deixassem arrastar por uma preocupação de “brasilidade”, afastando-se cada vez mais dos modelos impingidos de fora. Este pensamento foi sendo aprofundado com artigos posteriores, como o intitulado “*CLASSES COLABORADORAS*”, no qual o autor apontava o modelo de Estado ideal, essencialmente preocupado em estabelecer a dignidade da “pessoa humana”, um Estado que fosse o meio termo entre um governo fraco e impotente e um regime prepotente e avassalador: “o Estado disciplinador e controlador que intervém para restabelecer a ordem e para assegurar a concórdia entre os homens”¹⁷⁴. Ou seja, um equilíbrio entre o liberalismo e o comunismo, para se combater, com eficácia, o problema social e, desta forma, estancar a onda de “subversão” asfixiante, que, segundo Luiz Malheiros, era a marca da época, uma subversão em todos os campos, na economia, nos costumes, valores e princípios. Para ele, o Brasil já havia cruzado a estrada rumo ao equilíbrio, ao estabelecer, com Vargas (implicitamente citado), leis de proteção ao fraco e ao oprimido, mas era preciso que o governo fizesse sentir não haver “classes dirigentes”,

mas “colaboradoras”, orientadas para a obra de reconstrução nacional, urgente naquele instante.

A linha de raciocínio completava-se com a referência ao problema da autoridade, que, ao ver do articulista, acompanharia sempre o término das guerras ou revoluções. O mundo do pós-guerra estaria vivenciando um instante de desequilíbrio, após a derrota dos “tiranos” na Europa, pois pairaria no ar o perigo grave de se substituir o poder ilimitado das ditaduras pela prática da liberdade absoluta, abrindo caminho àqueles que se serviam da “anarquia e do desprestígio do Estado para conseguirem seus intentos criminosos”¹⁷⁵. Deveria haver um limite para a liberdade: o bem comum, a ser conquistado pela colaboração entre as classes e não através de uma revolução ideológica. O “liberalismo rousseauiano”, para Malheiros, teria sido o grande culpado em substituir a idéia de “Bem-Comum” pela de “Vontade Geral”, trazendo graves conseqüências aos países, como o Brasil, em que a ilusão de uma democracia com base no individualismo acabaria promovendo o personalismo e corrompendo a liberdade, ao entregar os destinos da sociedade ao arbítrio de, segundo ele, políticos habilidosos e sem escrúpulos.

Tais ilações acompanhavam o discurso dos setores alinhados ao getulismo, a defender o Estado promotor do bem comum e da justiça social, através de ações que preservassem a autoridade dos governos, necessária à manutenção da ordem e da harmonia social. Os conflitos em sociedade jamais seriam resolvidos por meio da luta de classes, mas, ao contrário, pela colaboração entre elas. Assim seria possível atingir-se o equilíbrio entre as posições antagônicas vividas no mundo do pós-guerra, combatendo-se, ao mesmo tempo, a alternativa liberal e individualista, responsável pelas injustiças e pela pobreza, e a opção totalitária e “anticristã” do comunismo. Estes eram os pressupostos da chamada “democracia substantiva”, única capaz de promover a “verdadeira” democracia, a social, por intermédio da ação do Estado e de uma “personalidade carismática” que presidisse a relação direta do governo com o povo.

O jornal somente não conseguiria reverter a condição do PTB de partido com pequena inserção no eleitorado do município, a figurar, via de regra, como terceiro colocado nas disputas eleitorais, pois, segundo o próprio periódico, a sua direção local não conseguia identificar-se com as massas. De fato, os principais dirigentes municipais do partido não provinham do operariado ou do sindicalismo, eram elementos de “classe média”, como o médico do Sanatório Naval Silva Araújo Filho e o arquiteto e construtor Henrique Sampaio Leal. Talvez por essa razão, o PTB adotaria, até a eleição

de 1962, uma postura política ambígua, ora aliando-se ao PSD, ora à UDN, marchando, no mais das vezes, de forma isolada nas contendidas eleitorais. Acabaria tendo de contentar-se com as sobras dos votos disputados “para valer” entre os dois grandes grupos políticos municipais: a UDN e o PSD.

1.3 O PSD: entre o Liberalismo e o Trabalhismo

Do legado varguista ainda fazia parte o PSD, partido igualmente criado por Getúlio em 1945, com o intuito de garantir, a seu lado, o apoio de importante parcela dos grandes proprietários de terras e das lideranças políticas do interior, para o que formou esta agremiação com os antigos interventores estaduais e municipais da Revolução de 30 e do Estado Novo. Em Nova Friburgo, sua constituição esteve ligada aos representantes do getulismo e àqueles que seguiam a liderança de Amaral Peixoto, ex-interventor estadual. Sua maior liderança, à época, era o Prefeito Dante Laginestra, que ocupara o executivo municipal até o fim do Estado Novo.

Com o intuito de continuar no comando político do município e de obter resultado favorável nas eleições marcadas para 02 de dezembro de 1945, com vistas à escolha do futuro presidente da República e dos componentes da Assembléia Constituinte, Dante Laginestra fundou um novo jornal na cidade, *A Voz da Serra*, com o apoio do comerciante Américo Ventura Filho¹⁷⁶. O jornal, de imediato, mostrou a que veio, ao criticar acidamente a adesão à UDN do ex-deputado Humberto de Moraes, antigo correligionário de Dante nos anos 30, que chegara a ocupar o cargo de interventor, durante o Estado Novo, na Prefeitura de Cachoeiras de Macacu, cidade vizinha a Nova Friburgo. O artigo fazia um breve retrospecto da vida política no município, há anos dividida entre dois grupos nitidamente constituídos:

A política em Friburgo não se mistura. É água e azeite, dois elementos que a química não conseguiu ainda combinar.

De um lado, o chamado Galdinismo, corrente oposicionista, chefiada pelo velho político fluminense, Dr. Galdino do Valle Filho, médico de alto conceito, mas um inábil político, apesar da idade.

De outro lado, os elementos que pertenceram sempre, há mais de 30 anos, à corrente política do grande Nilo Peçanha e aqui chefiada por Ernesto Brasília, Coronel Galiano das Neves, Alberto Braune, Comte Bittencourt e Sílvio Rangel, cujos exemplos de civismo foram a bandeira sob a qual nos acolhemos.

É de ontem a luta gloriosa de 1936 quando, tendo como um dos nossos chefes o dr. Humberto de Moraes, alcançamos sobre o Galdinismo a mais estrondosa vitória eleitoral de que há memória na vida política do município.

Trabalhando pelo maquiavelismo do tenebroso alquimista, o dr. Humberto transpôs a linha divisória dos dois campos, ingressando no Galdinismo. Vai, porém, só, ou quase só...¹⁷⁷

A vitória eleitoral de 1936, emblemática para os getulistas em Friburgo, pois havia representado um momento ímpar, em que a facção galdinista fora desalojada do poder pelo voto, voltaria ainda a ser mencionada quando publicado o resultado das eleições de 1945, tendo-se sagrado vencedor o PSD, em todos os níveis, uma conquista considerada verdadeiramente espetacular¹⁷⁸ pelos pessedistas. Estes sugeririam a Galdino que seguisse o exemplo de Washington Luiz e reconhecesse que sua época já havia passado, coisa que, entretanto, não se confirmaria nas eleições municipais de dois anos depois, conforme será visto.

A Voz da Serra havia encampado, desde a primeira hora, a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra para presidente, adotando também o mote “marmiteiros” x “grã-finos”, criado pelo dirigente nacional do PTB, Hugo Borghi, assim que os trabalhistas, sob a orientação de Getúlio, definiram-se pelo apoio ao candidato do PSD, temendo uma vitória do udenista Eduardo Gomes¹⁷⁹. Este bordão foi aproveitado pelo jornal para combater os representantes da UDN no município, na defesa dos “marmiteiros” das fábricas contra os abusos cometidos pelos empresários friburguenses, em sua maioria, filiados àquele partido. Adotando a mesma linha editorial desenvolvida pelo jornal do PTB, o periódico pessedista pugnava, no entanto, pelo bom entendimento entre as classes e pela justiça social e trabalhista, “semente” lançada por Getúlio Vargas com vistas a promover a “harmonia entre o capital e o trabalho”¹⁸⁰. Apesar da convergência ideológica existente entre os dirigentes dos dois partidos fundados por Getúlio, havia, em Nova Friburgo, uma relação nada amistosa entre estes grupos no período posterior ao Estado Novo.

O pomo da discórdia era a própria liderança de Dante Laginestra no município, naquele momento contestada pelos trabalhistas, que a consideravam ultrapassada e vinculada exclusivamente à interventoria e às medidas autoritárias do Estado Novo. *O Nova Friburgo* criticara a possibilidade de Dante ser reconduzido ao comando da prefeitura, de onde se afastara ao fim da ditadura. O seu possível retorno, que não se concretizou, era considerado uma imposição à população da cidade, da qual teriam

partido fortes reações contrárias. O jornal petebista contabilizava a perda de prestígio do ex-prefeito no próprio seio do PSD local, que não se esforçava no sentido de sua nomeação, afirmando, inclusive, que não se poderia pensar no resultado das eleições de 1945 em Nova Friburgo como reflexo da atuação política de Dante, já que a “vitória foi retumbante em todo o Brasil”¹⁸¹. Na verdade, os trabalhistas haviam depositado o sucesso do PSD naquelas eleições na conta do ex-presidente Getúlio Vargas, cujo apoio a Dutra ficara marcado pelo *slogan* “Ele disse: Vote em Dutra”.

As críticas a Dante invadiam o campo pessoal, com *O Nova Friburgo* acusando o ex-prefeito de já ter sido “régia e nababescamente recompensado com um Cartório”¹⁸² em Friburgo, devendo, por isso, desistir da vida política. Foi também noticiada a fragorosa derrota política sofrida por Dante Laginestra na reunião do diretório local do PSD que indicou o nome de Friburgo a concorrer às eleições estaduais marcadas para 19 de janeiro de 1947, o que foi comemorado pelo periódico petebista como a formação da ala “anti-dantesca” no PSD friburguense e o fim de uma “dinastia de 12 anos”¹⁸³, referindo-se ao tempo ocupado por Dante à frente da prefeitura como a um reinado de prepotência e arrogância.

Estas refregas entre os grupos que reivindicavam o legado getulista em Nova Friburgo, com destaque para os problemas internos vivenciados pelo partido “carro-chefe” daquela posição, o PSD, eram um indício das dificuldades enfrentadas pelo bloco situacionista por não contar, em tal momento, com uma liderança capaz de reunir as agremiações afins e granjear as simpatias do eleitorado. Tal situação ficaria evidente com a vitória obtida pela UDN nas eleições municipais, realizadas em 28 de setembro de 1947, quando PTB e PSD concorreram em chapas separadas, chegando mesmo a ser ventilada, no início da campanha, uma coligação PTB-UDN. Além disso, a campanha pessedista, carregando o ônus considerado negativo das administrações municipais sob Dante, não teve êxito na repetição do mote “marmiteiros” x “grã-finos”. No fundamental, o projeto do PSD para a cidade não era claro, o partido parecia não ter uma identidade bem definida, estando, no essencial, ligado ao momento autoritário que se desejava esquecer, sem contar com uma liderança capaz de, despertando o necessário reconhecimento e carisma, superar as diferenças internas e as deficiências programáticas existentes. Ficava a meio caminho do liberalismo elitista da UDN e do “queremismo” trabalhista centrado na figura de Getúlio, com o agravante de não ter conseguido desenvolver, durante as interventorias, um discurso que identificasse o

grupo com a cidade de Nova Friburgo. Tal realidade somente seria alterada mais tarde, nos anos 50.

Apesar disso, Dante terminou por ser indicado a concorrer pelo PSD regional, conquistando a cadeira de deputado estadual nas eleições de janeiro de 1947, quando o PSD mostrou a sua força no Estado, fazendo 24 deputados e o governador, Cel. Edmundo Macedo Soares¹⁸⁴. Em Nova Friburgo, a UDN, ainda demonstrando seu cacife, também elegeu deputados o ex-getulista Humberto de Moraes e Claudio do Valle, filho de Galdino.

2 1947/50: O BREVE DOMÍNIO UDENISTA

As eleições municipais ocorridas em setembro de 1947 não confirmaram as previsões pessedistas sobre o fim do “galdinismo”. A UDN foi a grande vitoriosa, sufragando nas urnas o nome do candidato a prefeito César Guinle, empresário e grande proprietário de terras na cidade, pertencente a “uma das dez famílias de milionários brasileiros”¹⁸⁵. Este fora lançado originalmente na tentativa de consumir uma aliança entre UDN e PTB, tendo em vista derrotar o candidato apontado por Dante Laginestra no PSD, Carlos Alberto Braune, de tradicional família friburguense¹⁸⁶. Estava em jogo derrubar em definitivo a “oligarquia Laginestra” na cidade, segundo expressão de ***O Nova Friburgo***, combatida tanto à direita quanto à esquerda. O acordo, entretanto, não vingou, pois César Guinle não aceitou vincular seu nome ao de Getúlio Vargas, vindo então a ser apoiado somente pela UDN. Ao PTB restou lançar o nome pouco expressivo de Henrique Sampaio Leal.

O fraco desempenho deste partido no pleito seria analisada pelo jornalista Pedro Cúrio como um corolário da falta de confiança nos dirigentes do diretório petebista, vistos por ele como figuras sem expressão no cenário político, que teriam permitido, segundo suas palavras, o fato de um eleitorado “essencialmente trabalhista” como o de Friburgo ter aderido ao “candidato do capitalismo”¹⁸⁷. De qualquer forma, seu jornal exultava com a derrota do grupo de Dante Laginestra, por ter representado o fim de “um poder discricionário que transformou Friburgo em propriedade privada”¹⁸⁸. Do lado do PSD, o inesperado fracasso no pleito era mal digerido e ficava sem explicação, a não ser por meio de considerações como esta: “da mesma forma que o coração, o *eleitor tem razões que só a sua razão conhece*” ou de comentários sobre a abstenção de 25% do eleitorado naquelas eleições: “É que o povo perdeu a fé nos políticos”¹⁸⁹.

A vitória udenista levou ainda à conquista da maioria esmagadora na Câmara Municipal¹⁹⁰. A UDN ocupou quatro dos cinco cargos da Mesa Diretora da Casa, fazendo presidente o empresário Augusto dos Santos Spinelli, da Associação Comercial. Ao contrário do PSD e do PTB, os udenistas parecem ter conseguido apresentar um projeto político mais bem delineado para administrar a cidade, além de contar com o reforço da história da resistência liberal encabeçada por Galdino durante o Estado Novo, que, no mínimo, lhes caracterizava como oposição à ditadura estadonovista e aos governos dos interventores no município. O grupo liberal havia conseguido forjar um discurso que o ligava à cidade, tanto com referência ao seu passado histórico quanto à apresentação de propostas concretas para seus problemas cotidianos, através do jornal *A Paz* e de entidades que tiveram atuação destacada durante e ao fim do Estado Novo, como a recém-fundada União de Amigos de Nova Friburgo e, principalmente, a Associação Comercial.

Esta chegava ao ano de 1947 com modificações realizadas em seus estatutos que permitiram atrair para os seus quadros os industriais e proprietários rurais do município, passando, então, a se denominar Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Nova Friburgo (ACIANF), nome que mantém até os dias de hoje. Congregava, naquele instante, 193 associados comerciantes e industriais e 325 do setor agrícola, o que demonstrava o seu crescimento orgânico, a espelhar o próprio desenvolvimento econômico da cidade¹⁹¹. A entidade tivera participação ativa nas campanhas pela construção da Estrada Rio-Nova Friburgo, para a solução do caso “força e luz” e pela erradicação das epidemias, como a tuberculose. Não era por menos que o Poder Legislativo, sem sede própria, realizava suas sessões no prédio da Associação Comercial.

Dentre as idéias defendidas pelos seguidores de Galdino nas páginas de *A Paz*, durante a ditadura estadonovista, estava a proposta de elaboração de um Plano Diretor para o desenvolvimento da cidade, baseada na constatação de que Friburgo vinha crescendo de um modo desordenado. Segundo este ponto de vista, por todos os bairros (eram citados Cônego, Lagoinha, Duas Pedras, locais relativamente próximos ao centro da cidade) iam “se disseminando as habitações irregularmente, sem qualquer plano, constituindo *favelas* na encosta dos morros, sórdidos agrupamentos à margem dos córregos”, configurando “núcleos anti-higiênicos e antiestéticos”¹⁹². Estas considerações mostravam-se coerentes com a visão liberal e moderna de cidade, a desejar o seu burgo limpo, ao menos nos bairros vizinhos ao centro, da presença física dos miseráveis em

seus agrupamentos habitacionais, vistos pela burguesia como um espetáculo imagético de mau gosto, desagradável, feio, antiestético.

Completando a visão acerca da cidade ideal, vinha a proposta para a transformação de Nova Friburgo em um ponto turístico de destaque no Estado. Tomando por base o exemplo da Suíça, que, há muito, segundo ele, fizera da organização turística a sua principal fonte de riqueza, Galdino do Valle Filho defendia que a Prefeitura Municipal adotasse medidas para fazer do turismo uma grande fonte de propaganda e de rendas, divulgando as belezas naturais abundantes no município. Para Galdino, os impedimentos anteriores à concretização de uma política como esta não existiam mais: já havia sido construída a rodovia ligando Friburgo ao Rio de Janeiro, e a cidade possuía um hotel confortável (o “Sans-Souci”) para receber os turistas “dinheirosos”¹⁹³.

Com a vitória da UDN, algumas medidas iniciais foram tomadas pela Prefeitura com vistas à concretização destas idéias. De imediato, foi aprovado o Código Tributário, regulamentando os impostos e as novas construções no perímetro urbano. O Plano Diretor era também anunciado, para o que encaminhou-se, de princípio, a construção de duas avenidas às margens do Rio Bengalas para ligar o centro da cidade à localidade de Conselheiro Paulino, na divisa com o Município de Bom Jardim, ao norte. No entanto, muitos viam com desconfiança a possibilidade de concretização de tais planos, devido à falta de verbas na prefeitura. O jornalista Pedro Cúrio, por exemplo, demonstrava não acreditar na execução do que ele chamava “piramidal plano de obras”¹⁹⁴. De fato, o Plano Diretor de Nova Friburgo somente ficaria pronto dez anos mais tarde, na administração do Prefeito Feliciano Costa.

Em contrapartida, o projeto turístico contou com desdobramentos mais imediatos, concentrando-se em torno das festividades comemorativas do 130º aniversário de fundação do município. Veremos como estas comemorações, de forma comparada àquelas realizadas por ocasião do Centenário, em 1918, tiveram um caráter simbólico importante a cumprir no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial.

2.1 O 16 de Maio e o Retorno às “Origens”: Recordar é Preciso

Já em maio de 1947 a cidade voltava a celebrar a sua “data máxima”, que, desde o Centenário, deixara de ser comemorada. O jornalista Nelson Kemp Larbeck¹⁹⁵, natural

de Niterói e então se radicando em Friburgo, onde passara a colaborar com artigos para *A Voz da Serra* e *A Paz*, encabeçara o Movimento Pró-Friburgo, criado para “cumprir um programa de resgate das omissões do passado”¹⁹⁶, com vistas a reparar o que se considerava ser um “esquecimento criminoso”. Tratar-se-ia do “retorno ao pagamento de uma dívida sagrada” para com os próprios friburguenses, para o que era preciso relembrar “a confiança e as esperanças dos Suíços” que em Friburgo chegaram com “a certeza de que aportavam à terra da promessa!”¹⁹⁷. À frente dos festejos e do Movimento Pró-Friburgo estavam os jornais *A Paz* e *Voz da Serra*, o Parlamento Estudantil, entidade representativa dos estudantes secundários, a Associação Comercial e representantes do magistério. Foram realizadas palestras sobre a fundação da cidade pela Rádio Sociedade de Friburgo, além de missa campal e desfile escolar, animado pela Banda Euterpe Friburguense.

No ano seguinte, as comemorações foram oficializadas pelo governo da UDN, que declarava feriado municipal o dia 16 de maio, abrindo crédito especial para as solenidades e decretando o encerramento do expediente nas repartições municipais nos dias 13, 14 e 15¹⁹⁸. Haveria, portanto, uma semana inteira de festividades, organizada por uma Comissão de Turismo indicada pela Prefeitura Municipal. Presidida pelo prefeito, a comissão foi composta pelos presidentes da Associação Comercial e da Câmara, por industriais e comerciantes, pelo Diretor da Companhia de Eletricidade, pelo Delegado de Polícia, pelo Monsenhor Teixeira, representando a Igreja Católica, e outras entidades, como o Movimento Pró-Friburgo, a Liga de Esportes, a Sociedade Friburguense de Turismo, o Parlamento Estudantil, além dos jornais e da Rádio. Em suma, a “nata” da sociedade friburguense, excluídos os trabalhadores, estava representada na comissão organizadora do evento, evidenciando a preocupação com que ficasse sacramentada a data de fundação da cidade no imaginário de toda a população. Os festejos, dentre inúmeras atividades, tiveram como um dos pontos altos a “Grande Parada”, desfile pela avenida principal da cidade, com a participação dos colégios, a Liga de Esportes, clubes sociais, etc, e culminaram na “romaria aos túmulos dos fundadores e das pessoas de relevo da vida friburguense”¹⁹⁹.

A importância atribuída ao evento pelo grupo liberal, vanguarda na preparação e organização das festividades, ficaria explícita no discurso proferido por Galdino do Valle Filho e transmitido pela Rádio Sociedade de Friburgo no dia 13 de maio. Galdino começaria por dizer que desejava estender à “Velha Helvécia” a gratidão dos friburguenses:

... aos compatriotas de Guilherme Tell, a nossa gratidão secular pela contribuição do sangue que é o nosso sangue, plasma que cristalizou e robusteceu a nossa raça, exemplo que moldou as nossas atitudes e inspirou nossos anseios, gratidão eterna e incorruptível pelo ensino que perdura e não se dissipará jamais, do culto à Liberdade e de Amor à Democracia!

Se nos fosse dado ainda hoje escolher no mundo conturbado de nossos dias uma raça para modelo e paradigma de nossos destinos, tenho a firme convicção que se voltaria para a velha Suíça a nossa preferência unânime e entusiasta.²⁰⁰

O discurso, a exemplo daquele proferido trinta anos antes por Agenor de Roure, mantinha a abordagem raciológica, identificando nos suíços a “raça modelo” a servir de “paradigma” na construção dos destinos da cidade, mas havia algo de novo despontando das entrelinhas: a vinculação do povo suíço a uma tradição de cultivar a liberdade e a democracia, palavras mágicas naquele período posterior à Segunda Guerra Mundial. Em seguida, vinha a afirmação de que, enquanto o mundo inteiro se destruíra e se esvaçava na guerra, somente a Suíça teria se mantido incólume e respeitada. Se, nos idos de 1918, quando estava em jogo afirmar o processo de industrialização e urbanização de Nova Friburgo, a imagem elaborada em torno dos fundadores do município buscava ressaltar o “amor ao trabalho”, o “espírito de iniciativa”, o dinamismo e a perseverança responsáveis pela conquista do “progresso” e da “civilização” em condições adversas, após a Segunda Grande Guerra procurava-se enfatizar aspectos ligados à temática ora dominante na conjuntura política mundial e nacional: a reafirmação da democracia liberal e a condenação aos regimes totalitários.

A fala de Galdino ainda homenageava a figura de D. João VI, a cuja “feliz inspiração” ou “lúcida intuição”, segundo suas palavras, Friburgo devia seu nascimento. Mas sua homenagem visava enfatizar também o que ele denominava (copiando a tese de Agenor de Roure) de um plano verdadeiramente revolucionário para a época, o de instaurar em Friburgo a primeira colônia de homens livres, em regime de trabalho livre, que se fundou no Brasil. E completava:

Esse o motivo de nosso maior orgulho, o nosso brasão, a nossa glória indisputável - ser livres, trabalhar em liberdade, escolher livremente o nosso destino! Por isso somos contra todas as tiranias e nos insurgimos contra todas as prepotências!²⁰¹

Além do “amor à liberdade” os suíços teriam sido capazes de legar uma herança de inumeráveis virtudes aos friburguenses, sobre os ombros dos quais, segundo o orador, repousava imensa responsabilidade em dar prosseguimento a qualidades tais como a sobriedade e a abnegação, a austeridade e o conservadorismo, a firmeza nas convicções e crenças, a dedicação ao trabalho construtivo e ao árduo labor da terra, as mais nobres preocupações de probidade, lealdade e decência. Para Galdino, esse conjunto de virtudes representaria a viva tradição dos séculos e estariam na razão maior de o Papa, num gesto de simbolismo eloqüente e sugestivo, ter recrutado entre os suíços os soldados que compunham a guarda do Vaticano. Os descendentes daqueles “heróicos pioneiros”, segundo suas palavras, estariam em Nova Friburgo correspondendo plenamente aos imperativos daquela “gloriosa herança”, pois ele próprio estaria testemunhando, ao longo da primeira metade do século XX, uma evolução crescente e auspiciosa dos triunfos dos friburguenses, palmilhando os mesmos ideais.

Tamanho ufanismo com relação aos suíços tinha a razão de, uma vez mais na história de Friburgo, obliterar a contribuição dos alemães na formação histórica do município, muito mais marcante e incisiva que a dos primeiros. As ações, por toda a década de 30, do forte núcleo nazista estruturado no seio da colônia alemã precisavam ser apagadas da memória coletiva no momento em que já se tinha amplo conhecimento dos crimes cometidos por Hitler e seus seguidores durante a guerra. Os suíços, agora, eram enaltecidos por outras qualidades que não apenas às associadas ao trabalho, mas, principalmente, ligadas a uma “tradição democrática”, conforme pode ser visto em trecho de um artigo publicado em *A Voz da Serra*:

Nascido no século XIII, duma associação de comunidades autônomas, nunca a Suíça deixou de viver sob um regime de liberdades populares, que, na sua evolução, acabou por transformar a mais antiga democracia do Mundo num modelar Estado Federativo moderno. Além disso, o regime democrático e federalista suíço não é somente o fator preponderante do equilíbrio e da coesão internos dum povo, constituído, no fundo, por indivíduos de raças, línguas, credos religiosos e civilizações diferentes. É também, e cada vez mais, um elemento de estabilidade na vida internacional e um instrumento de paz no centro da Europa, mercê do corolário da neutralidade perpétua da Suíça - neutralidade máxima, pela qual este país renuncia a toda e qualquer política de força e se interdiz recursos à violência, exceto quando haja de assegurar sua própria defesa.²⁰²

Esta era a nova temática posta em realce com respeito aos suíços, apontados então como amantes da liberdade e da democracia, instrumentos a serviço da paz mundial, num evidente contraponto com os “belicosos” alemães, nunca mais citados pelos articulistas dos periódicos friburguenses, mas com certeza a rondar, feito fantasmas, suas consciências, agora predominantemente liberais.

O forte apelo de tais argumentos e imagens construídos sobre os “fundadores” da população friburguense acabaria por fazer hegemônica a concepção, originalmente trabalhada pela facção liberal, do mito da Suíça Brasileira. Mesmo os populistas, à frente do poder municipal durante toda a década de 50, tratariam a questão com base na mesma abordagem, fazendo com que a história de Nova Friburgo ficasse marcada como a história da colonização suíça, secundarizados ou totalmente ignorados outros fatores, como a marcante presença alemã. Até Oliveira Vianna, meses antes de sua morte em 1951, de passagem por Nova Friburgo, onde tinha uma casa, daria um parecer sobre o município que em nada fugiria da visão dominante. Disse ter subido às montanhas a fim de inteirar-se de como se comportaram, no planalto, as gerações de brasileiros oriundos dos colonos suíços:

Alguns colegas (e citou o nome de etnologistas americanos) são de parecer que esse elemento europeu degenerou em nosso meio físico e social ... Eu, porém, opino que nestas regiões serranas, o mesmo fenômeno se não verificou. Sou levado a acreditar que não somente não houve retrocesso do ponto de vista intelectual, como de qualquer outro por onde procuremos a realidade. Dêem a esses homens com que se instruírem e garanto que concluiremos pelo otimismo: evolução e progresso intelectual, e não involução. Eles representam inteligências e iniciativas que, não raro, permanecem estagnadas ou em estado latente, por falta de possibilidade de se desenvolverem. É o que pretendo provar.²⁰³

Impressiona o malabarismo intelectual do conceituado sociólogo no sentido de querer provar uma teoria a respeito da “evolução” e do “progresso intelectual” alcançados pelos descendentes dos suíços nas montanhas de Friburgo, enxergando nos friburguenses traços, ainda que “estagnados” ou “em estado latente”, portanto não manifestos, de uma “etnia superior”. Este tipo de análise, centrado nos aspectos da *etnia* e da *raça*, já não era muito aceito entre a intelectualidade do período, mormente após as contribuições de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Hollanda, que passaram a enfatizar os fatores culturais e históricos na formação das sociedades.

Apenas um homem, até os anos 60, em Friburgo, procuraria fazer uma abordagem contrária ao ufanismo reinante na análise do processo de formação do município: Pedro Paulo Cúrio, o jornalista responsável pela edição de *O Nova Friburgo*.

2.2 Pedro Cúrio: “Como Surgiu Friburgo” em Nova Versão

De fato, a única voz destoante em meio aos festejos do 130º aniversário do município foi a de Pedro Cúrio, a acusar, primeiramente, o “erro histórico” de se comemorar a fundação da cidade no dia 16 de maio, data em que haviam sido aprovadas, em 1818, por D. João VI, as obrigações, ou seja, o contrato para a vinda dos colonos. Assim afirmava Pedro Cúrio:

Se quisermos comemorar a data exata, real e histórica da fundação de Nova Friburgo, esta será o dia 13 DE JANEIRO, quando, por Alvará de 1820, El-Rei, declarou ‘Hei por bem crear em villa o logar de Morro Queimado, em que se acham estabelecidos aqueles colonos, com a denominação de VILLA DE NOVA FRIBURGO’.
Aqui, sim, com este documento é que foi fundado este município.²⁰⁴

O debate, entretanto, mantinha-se restrito a buscar definir qual dos decretos assinados por D. João VI deviam oferecer a data para comemorar a fundação da cidade, se o que aprovava o contrato com os suíços ou se o que fixava a criação da *villa*. Nos dois casos, discutia-se, na verdade, em torno de intenções partidas do Estado, não se levando em conta a experiência concreta dos habitantes, reais fundadores do município. Pedro Cúrio apontaria outra sugestão de data, contemplando as preocupações acima: a de 17 de abril de 1820, quando, conforme asseverava, solene e festivamente foi inaugurada a Vila, com a presença do Monsenhor Miranda Malheiros, do desembargador do Paço e inspetor da colônia, com discursos oficiais, vivas a El-Rei, casas iluminadas, enfim, quando os novos habitantes celebraram o começo da vida na cidade. O jornalista acabou por louvar a Comissão das Festas de 1948, entendendo que qualquer data era oportuna para se alegrar o povo, mas não deixava para menos a sua ponderação, considerando um desperdício os três dias de “festas exageradas,

perturbando a vida econômica, industrial, educativa, comercial e administrativa da cidade”²⁰⁵.

Como se vê, Pedro Cúrio não se entusiasmava com aquelas comemorações, e há para isto outras razões que não apenas as ligadas ao problema da data de aniversário do município. Anos antes, em 1944, o jornalista e historiador²⁰⁶ havia publicado o livro ***Como Surgiu Nova Friburgo***, no qual apresentava uma outra versão para o nascimento histórico da cidade, com aspectos diferenciados da visão que havia se tornado senso comum.

Cúrio baseou-se em estudos do historiador Afonso E. Taunay, divulgados através de artigos no ***Jornal do Commercio***, que, por sua vez, eram calcados na correspondência do abade Jacob Joye, capelão da colônia de Nova Friburgo. “*O Diário do Cura Joye*”, de Taunay²⁰⁷, relatava as agruras vividas pelos suíços na viagem para o Brasil, além de indicar que a escolha dos imigrantes não havia sido escrupulosa, pois teria sido grande o número de “maus indivíduos, sem fê, sem leis, sem instrução e sem costumes” a fazerem parte da colônia. Carta do Padre Joye denunciava que, entre os emigrantes, reinaria “tal imoralidade, tal escândalo, que nem mesmo Paris ... oferece maior espetáculo de corrupção ...”²⁰⁸. A impressão do abade a respeito do solo encontrado no Sítio do Morro Queimado também não era das melhores, ao considerar o terreno de difícil cultura pela sua configuração acidentada. Pedro Cúrio constatava que os maiores problemas no estabelecimento da colônia em Nova Friburgo deram-se em virtude da triplicação do número de famílias emigradas em relação ao combinado no contrato assinado pelo governo brasileiro, devido à falta de escrúpulos no alistamento dos emigrantes organizado pelo agente suíço Nicolas Gachet e da infelicidade na escolha do local destinado aos colonos, longe dos mercados consumidores. Por tudo isso e mais a anarquia administrativa, deu-se o abandono progressivo daquelas terras pelos suíços. Baseando-se ainda em relato do Padre Joye, Cúrio afirmava que, em maio de 1822, Nova Friburgo estava quase deserta, tendo concluído que:

Fica aqui bem patenteado que os infelizes emigrantes suíços, apesar do desejo ardente de construir no Brasil uma segunda Pátria, pouco ou quase nada conseguiram, pois a projetada ‘colônia de suíços’ transformou-se em ‘colônia cosmopolita’.

*Em todo caso, os que aqui permaneceram souberam ser dignos da nossa estima e da nossa gratidão, porque, se pouco construíram muito deixaram de honroso na prole laboriosa e modelar que chegou aos nossos dias.*²⁰⁹

O livro prossegue informando sobre a vinda dos alemães em 1824, a solução encontrada pelas autoridades da época para tentar fazer progredir a colônia. Por fim, há uma nota curiosa a respeito de um “movimento revolucionário” em setembro de 1831 na Vila, contra El-Rei, encabeçado pelo colono suíço Aleixo Torim, que exercia as funções de Juiz, mas “cuja conduta moral era péssima e por cúmulo não conhecia a língua portuguesa, deixando de atender os processos por não entender o seu conteúdo”²¹⁰. Além de assacar publicamente contra D. Pedro I e o Príncipe Regente, Torim previa em seu plano roubar o cofre da colônia, pelo que, então, foi preso e condenado pelo crime de “lesa-majestade”.

Percebe-se que a avaliação do jornalista percorria caminho inverso ao das análises anteriores, centradas no ufanismo triunfante e no mero enaltecimento dos colonos suíços, retratados como “heróis” e “desbravadores”. Mesmo fazendo questão de manter o elogio aos primeiros habitantes da Vila de Nova Friburgo, vistos como fundadores de uma “prole laboriosa e modelar”, Cúrio fixou seus comentários nas adversidades por eles enfrentadas e concluiu pela observação de que o projeto original não foi alcançado, tendo a maior parte dos suíços abandonado a colônia, a qual acabaria por se tornar “cosmopolita”.

É impossível desvincular a sua perspectiva da visão mais geral sobre o homem brasileiro que passara a predominar no seio da intelectualidade a partir dos anos 30, após os trabalhos de Gilberto Freyre. Na busca pela redefinição da identidade nacional, a ideologia do “branqueamento” vinha sendo substituída por outro mito: o da “democracia racial”, que passava a identificar no “mestiço” o traço humano característico e fundamental na formação étnica e cultural do brasileiro. Este novo ponto de vista, acoplado a toda uma preocupação em ressaltar os aspectos positivos do “nacional”, numa onda intelectual que faria do nacionalismo uma das principais bandeiras do Estado naqueles anos, são pontos que podem ter influenciado Pedro Cúrio no sentido de concluir ter Nova Friburgo, em seus primórdios, se transformado em uma “colônia cosmopolita” cheia de problemas, e não em uma “Suíça Brasileira”, sinônimo de “paraíso capitalista”.

Mas o entendimento de Pedro Cúrio sobre a história de Friburgo acabou por ficar ofuscado pelo ponto de vista que já havia se tornado dominante e que seria reforçado, anos mais tarde, pelo governo do udenista Heródoto Bento de Mello, guindado ao poder com o do golpe de 1964. É certo que os homens políticos do PSD, ao

longo das suas administrações à frente da prefeitura de 1950 a 1962, não tenham dado a mesma ênfase à questão do que a facção udenista, chegando, inclusive, a cortar as verbas municipais destinadas aos festejos de 16 de maio durante o governo de Amâncio Mário de Azevedo, em 1959, mas os discursos proferidos pelas autoridades ligadas a este partido, quando prestigiavam tais eventos, jamais deixaram de acompanhar o tom ufanista “tradicional” nas comemorações ao aniversário de fundação da cidade.

A visão de Pedro Cúrio sobre o momento presente da cidade vinculava-se à sua compreensão crítica a respeito do passado, pois ele dizia imperar no município um perfeito e organizado regime capitalista, com representação na Câmara Municipal e no Executivo. Seria um capitalismo prejudicial à coletividade, pois que insensível à questão social: não havia, segundo ele, obras de benemerência e de filantropia mantidas pelos capitalistas; poucos contribuíam com “ridículas parcelas” para as instituições de caridade e, quando o faziam, “trombeteavam nos alardes da propaganda”²¹¹; a infância desvalida permanecia abandonada, enquanto se construía um ginásio luxuoso ao qual raras crianças teriam acesso; um projeto de construção de casas populares não saíra do papel, por falta de subscritores, mantendo sem teto o operariado. Cúrio concluía não existir um autêntico espírito de humanidade naquele mundo capitalista, pois o idealismo, o progresso e o altruísmo estariam, para os capitalistas, na razão direta dos seus lucros.

Com o artigo “*Carrascos de hoje!*”, o jornalista dirigiria sua verve crítica diretamente contra os donos das principais fábricas têxteis da cidade, acusando os empresários alemães de derrotados que, tendo se aproveitando da complacência dos vencedores, sentiam-se senhores de uma terra hospitaleira, explorando e ridicularizando os brasileiros. Cúrio assim fechava o artigo:

*Se as democracias triunfaram. Se a liberdade impera neste sagrado torrão, Friburgo mais parece um pedaço de terra marcado para sofrer, ante a vida angustiosa de seus operários fabris, até agora subjugados à ambição desenfreada de seus patrões, que decididamente se negam suavizar um pouco seus poucos recursos financeiros.*²¹²

Em oposição, portanto, às considerações otimistas e triunfantes do grupo liberal a respeito da cidade, Pedro Cúrio provocava com sua análise crítica e pouco romântica, abrindo as páginas do seu jornal às queixas e à divulgação das atividades dos trabalhadores friburguenses, a pugnarem por melhores salários e condições mais dignas

de trabalho²¹³. Ligado inicialmente ao PTB, o jornalista, insatisfeito com a direção municipal deste partido, passou a apoiar as ações do PSD nos anos 50, elogiando, principalmente, o governo estadual de Ernani do Amaral Peixoto. Seu filho, Murilo Cúrio, um dos diretores do Colégio Modelo, saiu candidato a vereador pelo PSD em 1950, sendo eleito em 1954 como o mais votado da legenda e, por isso, assumindo a liderança do partido na Câmara. Os pessedistas, durante toda aquela década, reinariam absolutos no poder local, conseguindo derrotar sucessivamente os udenistas, a começar pelas eleições de 1950.

3 1950/62: A LONGA FASE “POPULISTA”

As eleições de 03 de outubro de 1950 deram ao PSD de Nova Friburgo uma vitória expressiva sobre seus adversários. Apesar de o governo de César Guinle ter sido considerado como um dos melhores da história da cidade, conforme atesta a opinião generalizada de diversos friburguenses²¹⁴, a UDN não foi capaz de conter a vaga política que arrastou de roldão resultados eleitorais em todo o Estado do Rio de Janeiro e que tinha como principais elementos propulsores os retornos de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete e o de Amaral Peixoto ao governo estadual.

Getúlio Vargas e Amaral Peixoto fizeram uma dobradinha imbatível, apesar das diferenças entre o PTB e o PSD, responsáveis pelo lançamento de chapas em separado para aquelas eleições: o PSD estava concorrendo com Cristiano Machado como seu candidato a presidente da República. Durante a campanha, os “cardeais” do PSD renderam-se às evidentes preferências do eleitorado e aderiram em massa à candidatura de Getúlio. Em Nova Friburgo, nos momentos que antecediam à consumação do pleito, o jornal *A Voz da Serra* passou a veicular com insistência a propaganda unindo Getúlio e Amaral, lembrando inclusive o fato de o segundo ser casado com a filha do primeiro²¹⁵. Além da vinculação ao nome de Vargas, a campanha do PSD contou ainda com uma propaganda massiva no sentido de apresentar a candidatura de Amaral Peixoto como a única capaz de salvar o Estado do caos em que se encontraria, segundo a avaliação pessedista. O então Governador Macedo Soares, um ex-aliado, agora era adversário, compondo o apoio ao candidato udenista, Prado Kelly, para o governo estadual²¹⁶. Amaral Peixoto era mostrado como o “comandante” que salvaria a nau então desgovernada do Estado do Rio. Sua experiência administrativa à frente do Estado

era lembrada com frequência e várias obras realizadas ou por se realizar em Friburgo eram apontadas como de sua autoria²¹⁷.

Quanto ao candidato a prefeito lançado pelo PSD, igualmente vitorioso, o empresário José Eugênio Müller, era apontado como exemplo de administrador, expressão de trabalho e dono de um incansável dinamismo a serviço do município, por ter ocupado a Prefeitura de Friburgo como interventor, nos instantes derradeiros do Estado Novo, em substituição a Dante Laginestra²¹⁸. Nos momentos finais da campanha, a vinculação de seu nome ao de Getúlio Vargas também foi destacada, lembrando-se que o mesmo havia sido “chefe da Revolução de 30 em Santa Catarina”²¹⁹.

Desta forma, o PSD local, agarrando-se com unhas e dentes ao prestígio de Getúlio Vargas e de Amaral Peixoto, ia configurando um discurso que se respaldava cada vez junto às camadas médias e populares da cidade. O fortalecimento do partido no município se dava em paralelo ao crescimento urbano verificado no período, quando, dos 47.755 friburguenses, 28.458 (60%) já se localizavam principalmente na cidade, invertendo a proporcionalidade existente em 1940, que era de 22.235 moradores (57%) localizados na zona rural, contra 16.975 (43%) das zonas urbana e suburbana, na década anterior. De 1940 a 1950, a população da área urbana crescera em 12.390 novos moradores, ao passo que a zona rural perdera 3.845 pessoas. O êxodo atingia a agricultura, ainda uma das principais atividades econômicas do município, que absorvia 6.783 braços em 1940, tendo baixado para 6.633 em 1950. Esta tendência manter-se-ia de forma significativa nos anos subseqüentes, conforme pode ser comprovado em um trecho de ata de uma das reuniões da Câmara Municipal:

*O vereador Santos Spinelli declara que, em várias oportunidades, teve ocasião de comentar o êxodo da população rural, que, nestes últimos anos, vem assumindo proporções catastróficas. Ainda hoje, diz, permanecendo durante duas horas apenas, à beira da estrada Teresópolis-Friburgo, pode verificar a passagem de 3 mudanças de lavradores, que vinham para a cidade; naturalmente, esse incremento do êxodo era consequência enganosa dos novos níveis do salário mínimo. Sente que o problema se agrava dia a dia (...)*²²⁰

Em contrapartida, as indústrias de transformação experimentavam um crescimento, passando a absorver 4.516 trabalhadores em 1950, 1.089 a mais que em 1940. Também se ampliavam consideravelmente os setores ligados ao comércio de

mercadorias e de imóveis e à prestação de serviços, além de aumentar o número de profissionais liberais²²¹.

Foi junto às camadas médias urbanas e a setores do pequeno e médio empresariado local em expansão que o PSD conseguiu ampliar sua inserção social, sem, no entanto, deixar de contar com um eleitorado cativo em alguns distritos da área rural. Mas o partido recrutaria suas principais lideranças entre os profissionais liberais, que se destacavam pela posse de um capital pessoal de notoriedade. Os médicos Amâncio Mário de Azevedo e Dermeval Barbosa Moreira, por exemplo, cumpriam um papel decisivo de apoio às candidaturas pessedistas, pois pontificavam no município como profissionais competentes e caridosos, prestando assistência gratuita aos mais pobres. Amâncio²²² estava terminando de cumprir seu mandato no Legislativo municipal e a nada concorrera nas eleições de 1950, mas continuava a exercer atividades que o mantinham estreitamente ligado às classes proletárias: era chefe do serviço de assistência médica dos operários têxteis, mantido pelo Sindicato dos Trabalhadores, e ocupava a presidência do Esperança Futebol Clube²²³. Já Dermerval jamais chegaria a se candidatar a algum cargo eletivo, mas as suas declarações de apoio tinham repercussão imediata junto às camadas populares, representando a força eleitoral necessária para eleger os candidatos de sua preferência. Além de Amâncio e Dermeval, um outro médico despontava nos meios políticos da época: Feliciano Costa²²⁴, que, nas eleições de 1950, sairia candidato a prefeito pelo PTB, obtendo a terceira colocação. No pleito seguinte, chegaria ao Executivo municipal, em dobradinha com Amâncio, pelo PSD.

A relação do PSD com a classe operária se fazia, em primeiro plano, por intermédio de tais práticas clientelistas, mas também se traduzia no discurso impresso nas páginas do jornal *A Voz da Serra*, que mantinha a linha editorial inaugurada quando de sua fundação, manifestando simpatia às reivindicações dos “marmiteiros” na desigual queda-de-braço travada com os grandes empresários do setor têxtil, sem, no entanto, deixar de pregar a conciliação entre as classes e a colaboração destas com o governo.

A velha liderança do também médico Galdino do Valle Filho vinha a ser ofuscada, então, pelos novos concorrentes vinculados ao populismo. O fato é que Galdino, desde a Revolução de 1930, fixara residência em Niterói, visitando Friburgo nos momentos decisivos, como nas campanhas eleitorais, de resto fazendo-se presente apenas através dos seus artigos no jornal *A Paz*. Talvez tenha concluído que poderia repetir, nas eleições de 1950, o feito de 1947, quando ajudou a eleger César Guinle sem

precisar contar com a presença física do candidato em todos os comícios de campanha (César Guinle ficou até conhecido como o “candidato invisível”, segundo seu próprio depoimento). Mas os tempos, agora, realmente eram outros, e a população de votantes parecia dar preferência às lideranças “visíveis”, acompanhando as indicações de voto dos médicos que viviam em Friburgo e tratavam cotidianamente dos seus doentes²²⁵.

O novo quadro político se repetiria nos momentos eleitorais subseqüentes, confirmando a supremacia do PSD na luta pelo poder municipal, para o que contribuiu de forma decisiva a situação criada em torno do suicídio de Getúlio Vargas, às vésperas das eleições de 1954.

3.1 1954: “Crime e Castigo” do PTB Friburguense

As diferenças entre o PTB e o PSD de Nova Friburgo não se arrefeceram durante o governo de José Eugênio Müller, fazendo com que, para as eleições de 1954, a direção petebista buscasse, inicialmente, uma composição com os udenistas. Estes lançaram o nome do Deputado Humberto de Moraes para concorrer à prefeitura, cabendo ao PTB indicar, como candidato a vice, o médico e ex-vereador (na Legislatura de 1947/50), Dr. Silva Araújo Filho. *O Nova Friburgo* denunciou o acordo, considerando esdrúxula e oportunista a possível aliança²²⁶.

A atitude do PTB, vista como traição ao trabalhismo, sofreu um violento revés com o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. No dia 26, *O Nova Friburgo* divulgava a retirada do apoio do PTB à candidatura udenista, em função da chamada “oposição antipatriótica da UDN” e da “sórdida campanha” contra Getúlio, em meio a virulentos ataques a Carlos Lacerda (nos dizeres do jornal, o líder udenista seria “a pena mais satânica que já denegriu a imprensa brasileira”, “o covarde”, “o sacrílego que se confessa diariamente para aumentar os pecados de suas calúnias”, “o causador direto do gesto trágico que levou Getúlio Vargas à morte”). O suicídio de Getúlio provocou uma comoção nacional, e, em Nova Friburgo, foi organizada uma carreata logo após o anúncio de sua morte, para a qual o PSD cedeu seus alto-falantes. Além de passeatas contando com a presença de centenas de operários, a reação popular ao episódio chegou a provocar a queima de faixas de propaganda dos candidatos udenistas, que, através do jornal *A Paz* reagiram, chamando os manifestantes de “moleques que vivem nos fundos dos botequins, crápulas, sem nenhuma moral, aproveitadores alguns, inveterados alcoólatras outros, e falsos amigos do Presidente extinto”²²⁷.

Os trabalhistas acabaram por lançar chapa própria, encabeçada por Silva Araújo Filho, apesar dos protestos de setores do partido, que desejavam a coligação com o PSD. O próprio presidente do PTB, Henrique Sampaio Leal, publicou manifesto chamando de falsos getulistas os que organizaram, em primeira hora, a aliança por ele considerada esdrúxula ao unir Humberto de Moraes e Silva Araújo e que teriam perdido a chance de se redimir, se apoiassem a chapa do PSD, representada pelos candidatos a prefeito e a vice-prefeito, os médicos Feliciano Costa e Amâncio Mário de Azevedo. Segundo o missivista, ambos seriam “fervorosamente getulistas”, não havendo motivos para o lançamento de candidatura própria por parte do PTB, a não ser a urdidura de uma “trama traiçoeira” com o objetivo de “dividir os votos getulistas beneficiando a UDN”²²⁸. Henrique Leal ainda anunciava sua dissidência no partido, conclamando os verdadeiros getulistas a marcharem ao lado do PSD naquelas eleições.

A 10 de outubro, *O Nova Friburgo* propagava “o verdadeiro fracasso” de um partido “essencialmente trabalhista” como o PTB, numa cidade “com 70% do eleitorado operário”. Realmente, dos cerca de 18 mil eleitores inscritos, o candidato a prefeito pelo PTB recebeu apenas 1.129 votos, e o partido fez apenas um vereador. A tentativa de coligação com a UDN não foi esquecida pelos eleitores getulistas, que manifestaram em peso sua preferência pelo PSD, sufragando os candidatos deste partido a prefeito e a vice e sete vereadores. Feliciano Costa teve 6.503 votos e Amâncio Azevedo, comprovando todo o seu carisma, fez mais: 6.797. A UDN, mostrando que, apesar de tudo, ainda possuía um eleitorado cativo, conquistou 4.464 votos para seu candidato a prefeito e 4.517 para o vice, César Guinle, conseguindo fazer a segunda maior bancada da Câmara, com seis edis.

3.2 Feliciano Costa: ambigüidades e personalismo

Desde o início do seu governo, Feliciano Costa enfrentou a oposição de diferentes setores da sociedade friburguense, principalmente em função da proposta de reforma do Código Tributário, através da qual pretendia aumentar a arrecadação do município, estipulando novos percentuais nos impostos cobrados sobre as empresas privadas. O Código sofreu ataques até mesmo da parte de Pedro Cúrio, que, anos antes, havia dirigido ácidas críticas aos capitalistas locais. No artigo intitulado “*Cidade Industrial*”, o jornalista passava a defender seus antigos desafetos, argumentando que Nova Friburgo era, em essência, uma cidade industrial, contrariamente à opinião de

alguns, que a imaginavam como uma cidade turística ou “de elite”. Entendia que, ao invés de se tolher o incremento das indústrias com ônus tributários absurdos, era preciso “conceder todos os favores e facilidades às antigas e novas fábricas, porque elas além de proporcionarem o aumento da população operária, trazem inegáveis recursos econômicos”²²⁹. Dizia não estar se referindo apenas às grandes fábricas, mas às novas que iam surgindo, principalmente nos setores de bebidas, cerâmica, móveis, fundição, tintas, etc. Considerava, portanto, profundamente injusto o projeto do Código Tributário elaborado pela Prefeitura, o qual viria a onerar a indústria local, segundo ele, numa proporção sem similar em todos os códigos tributários do mundo, estancando, na prática, o desenvolvimento do município.

Apesar de finalizar o artigo afirmando sua independência perante os senhores das indústrias, de quem dizia não receber favores de qualquer espécie, o fato é o filho de Pedro Cúrio, Murilo Cúrio, havia sido indicado novo administrador do SESI (Serviço Social da Indústria) em abril de 1954, com o apoio das fábricas. A partir daí, *O Nova Friburgo* passara a divulgar as atividades promovidas pela entidade, que comandaria a Festa de 1º de Maio daquele ano e dos seguintes. Segundo o jornal, o SESI de Friburgo estaria contribuindo para o estabelecimento do espírito de harmonia social entre os setores que atuavam na produção industrial. O ideal de “colaboração” e “harmonia” entre as classes continuava a presidir o discurso de Pedro Cúrio, que já havia sido, no entanto, mais incisivo no combate aos abusos cometidos pelas grandes fábricas de Friburgo contra os trabalhadores. Murilo Cúrio, mesmo na condição de líder do PSD na Câmara em 1955, acompanharia, na votação do Código Tributário, a opinião de seu pai, não a de seu partido.

Esta votação assumiu, a princípio, a característica de uma “queda de braço” entre o PSD, de um lado, e a UDN e os empresários, representados pela Associação Comercial, de outro. O líder da bancada udenista na Câmara, Vereador João Luiz de Aguilera Campos²³⁰, apoiou, na tribuna da Casa, os teores de um artigo do presidente da Associação Comercial, José Mastrângelo, publicado no jornal *Diário do Povo*, em que atacava pronunciamentos dos maiores líderes municipais do PSD, o Deputado Dante Laginestra e o Vice-Prefeito Amâncio de Azevedo, segundo os quais as grandes indústrias friburguenses não cooperavam para o bem e para o progresso da cidade. Aguilera Campos dizia não ter ligações com os industriais friburguenses, mas os defendia naquele caso, pois a razão estaria do seu lado. Foi, então, retrucado pelo Vereador Luiz Mastrângelo (PSD), filho do presidente da Associação Comercial, mas

de quem afirmava muito divergir, pois concordava com os “cardeais” do PSD, alegando que o papel desempenhado pelas fábricas e pela Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo nada mais vinha a ser senão o de entravar o progresso da cidade. O argumento utilizado era o de que o grupo Arp, dono da Fábrica de Rendas e acionista das outras grandes empresas (Ypu, Filó e Haga), ao exercer o controle sobre a distribuição da energia elétrica no município, através da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, o fazia de forma a garantir o suficiente para abastecer as indústrias já instaladas, impedindo a entrada de novas fábricas.

A cúpula dirigente do PSD, atirando de forma implacável nos grandes empresários da indústria têxtil, tinha o alvo mirado na UDN, a quem aqueles serviam como principal base de sustentação. Interessante é que o Prefeito Feliciano Costa não adotava a mesma atitude, sendo visto pelos udenistas, inclusive, como alguém a quem as “classes conservadoras” deveriam procurar ajudar, pois vinha se comportando como “apolítico e com grande tirocínio administrativo”²³¹. Com as alterações promovidas em sua redação original, o projeto foi, afinal, aprovado por unanimidade, continuando a sofrer, entretanto, restrições por parte da Associação Comercial, que enviara ofício à Casa chamando asperamente a atenção dos vereadores, conforme registrado na ata da reunião. Por conta disso, o jornal *A Voz da Serra* anunciava a aprovação do Código Tributário como a significar uma vitória sobre “os ‘tentáculos’ do poderio econômico”, “os homens do dinheiro de nossa terra”²³².

No episódio desta votação já se desenhava a estratégia da UDN em tentar atrair para o seu campo político o Prefeito Feliciano Costa, que, na verdade, não podia ser considerado um pessedista “de carteirinha”, o que se confirmaria mais adiante. Desde abril daquele ano, *A Voz da Serra* vinha publicando uma série de desmentidos com respeito a um possível desentendimento entre o prefeito e a direção local do PSD (mais especificamente, o Deputado Dante Laginestra)²³³. Em agosto, Pedro Cúrio, no artigo “*Previsão Acertada*” em *O Nova Friburgo*, acusava já ter alertado os dirigentes do PSD, quando da indicação de Feliciano à candidatura majoritária, tratar-se de “um cavalheiro sem qualquer credencial de capacidade administrativa, sem espírito partidário, indisciplinado nas atitudes e outras falhas mais”. O artigo fundava sua crítica sobre a reação explosiva do prefeito à rejeição, por parte da bancada pessedista, a dois vetos seus a resoluções anteriormente aprovadas na Câmara, imputando ao prefeito um “estado mórbido de autoritarismo” e uma “permanente excitação nervosa e auto sugestão de predomínio, absolutismo e até arrogância”²³⁴.

Em setembro, o mesmo jornal, após indicar que a UDN e *A Paz* “cortejavam” o prefeito, confirmava as especulações anteriores, anunciando o pedido de desligamento de Feliciano do PSD²³⁵. No final do ano, foi lida, na Câmara, íntegra da palestra proferida pelo prefeito na Rádio Sociedade, através da qual, prestando conta de seus primeiros 270 dias à frente do governo, afirmava exercer o mandato visando o bem da coletividade, “sem injunções de ordem política e de amizades, que muitas vezes não têm objetivos sadios”²³⁶. Feliciano ia deixando clara a sua intenção de governar sem ficar subordinado aos ditames do PSD local. Em junho do ano seguinte, o PSD oficializava seu rompimento com o Prefeito Feliciano Costa.

Em contrapartida, ia ganhando maior destaque no PSD a liderança de Amâncio Mário de Azevedo, o “médico dos pobres”, assim chamado por ocasião da campanha eleitoral de 1958, que o consagraria como uma das figuras mais populares do município, imbatível nas urnas enquanto vivo fosse. O PSD (e, após o golpe de 1964, o MDB) passaria a depender totalmente do carisma de Amâncio para enfrentar a arqui-rival UDN (depois ARENA). O seu governo no período 1959/62 representou o momento em que a prática populista deslanchou no município, por meio do atendimento a algumas das necessidades básicas da população carente, cujos locais de moradia foram priorizados na política implementada pelo prefeito, o líder que, concedendo tais “benesses”, colocava o Estado em contato direto com as massas populares, garantindo, assim, a presença do “povo no governo”.

3.3 Amâncio Mário de Azevedo: o “Médico dos Pobres” no Poder

As eleições de 1958 foram marcadas pelas várias dissensões havidas nas hostes do PSD. Desde o início daquele ano, em função das articulações para o pleito, diversos membros do partido abandonavam suas fileiras atirando contra o mandonismo da direção municipal, ferreamente controlada pelo deputado Dante Laginestra²³⁷. O fato é que o PSD, havendo se tornado majoritário no município, tinha, naquele momento, forte apelo popular e, em função disto, sofria uma crise de crescimento. Muitos de seus componentes desejavam galgar postos mais altos na política local e regional, mas esbarravam nos interesses daqueles que haviam conquistado o capital político necessário a mantê-los na condição de força hegemônica dentro do partido: Amâncio Mário de Azevedo, no auge de sua popularidade, e Dante Laginestra, que caminhava

para o seu quarto mandato na Assembléia Legislativa e mantinha relações estreitas com a grande liderança do PSD, Amaral Peixoto.

Os três principais candidatos ao Executivo terminaram saindo das fileiras do PSD: Amâncio Mário de Azevedo, único dos três a manter-se fiel ao partido; o ex-Prefeito José Eugênio Müller, que conseguiu ser indicado pela UDN, apesar dos protestos de boa parte de seus quadros, tendo recebido também o apoio do PTB e outras pequenas legendas; Murilo Cúrio, lançado pelo PSP, o partido de Adhemar de Barros, representado, no Estado do Rio, pelo deputado federal Celso Peçanha. Mesmo assim, Amâncio saiu-se como o grande vitorioso no pleito, conquistando metade dos votos válidos (8.058 votos dentre os 16.836 sufragados). José Eugênio Müller ficou em segundo (6.438 votos), e Murilo Cúrio teve uma votação inexpressiva (1.095 votos). No entanto, o PSD elegeu uma bancada de apenas cinco vereadores, contra quatro da UDN, dois do PTB, dois do PSP e um do PTN, ficando, portanto, em minoria na Câmara. O vice-prefeito veio das fileiras do PSP: o médico Vanor Tassara Moreira, filho do prestigiado Dr. Dermeval Barbosa Moreira, que também rompera com o PSD, indo buscar no partido de Murilo Cúrio espaço para lançar o filho na vida pública.

No nível regional, o resultado não foi favorável para o PSD: Roberto Silveira, do PTB, era o governador eleito, e Amaral Peixoto saía derrotado na eleição para o Senado. Dane Laginestra, reeleito, perdia em parte a sua principal fonte de prestígio, e, desta forma, o núcleo pessedista em Friburgo passava a depender quase que exclusivamente do carisma de Amâncio Azevedo. A sua posse, em plena Praça Getúlio Vargas, de frente para o monumento do “imortal” Alberto Braune (o “Pai dos Pobres” da Friburgo do início do século XX), para onde foi “conduzido por enorme massa popular”²³⁸, indicava o caminho trilhado na estratégia populista: sustentado no apoio das massas, Amâncio governaria praticamente sem oposição.

Seu governo foi marcado pela prioridade dada às obras realizadas nos bairros da periferia da cidade, onde se concentravam os trabalhadores e as camadas mais pobres da população, como Olaria, Conselheiro Paulino, Perissê, Duas Pedras. Ficou conhecido como o “prefeito dos calçamentos”, tendo transformado antigas ruas de chão de barro em artérias de paralelepípedos, além de promover o saneamento básico e o abastecimento d’água nestes logradouros. Em 1961, a Câmara Municipal transformava em lei (Lei Municipal nº 565) projeto que tornava isenta a cobrança de impostos as casas proletárias e as pequenas propriedades agrícolas. Amâncio ampliou a rede municipal de ensino, criando também a Secretaria de Educação e Cultura. Pensou ainda

em consolidar o apoio das camadas médias, criando a Faculdade de Odontologia, através da Autarquia Municipal de Ensino Superior. A antiga estação de trem Leopoldina virava sede da Prefeitura Municipal, que ganhava, assim, oponência e grandiosidade. Eram construídas, ainda, as rodoviárias urbana e interestadual, para atender ao crescente fluxo de passageiros no município. Consagrado pela administração popular, Amâncio saíria candidato a deputado estadual em 1962, elegendo-se com 5.671 votos dos friburguenses.

Conforme podemos perceber, em Nova Friburgo, graças à liderança popular do médico Amâncio Mário de Azevedo, o PSD construiu sua imagem e seu discurso ideológico no sentido da identificação com a população mais pobre, com os trabalhadores, assumindo, na prática, o lugar reservado ao PTB na esfera federal, em virtude da liderança exercida por Getúlio Vargas. O “populismo”, entendido como a relação política entre lideranças carismáticas e frações da classe trabalhadora não identificadas com a luta revolucionária, teve, em Nova Friburgo, sua expressão maior na figura de Amâncio. Por extensão, o PSD friburguense, diferentemente do que ocorreu a nível nacional, foi mais trabalhista que o PTB, produzindo discursos e ações políticas que, se, por um lado, enalteciam a colaboração entre as classes em lugar do confronto e da luta, igualmente combatiam mazelas do capitalismo, criticando a exploração do trabalho nas fábricas alemãs e o domínio destas exercido sobre a economia do município, além de atender algumas demandas sociais dos trabalhadores quando à frente do executivo municipal.

CAPÍTULO 4

A BURGUESIA VAI AO PARAÍSO

No ano de 1961, a 11 de maio, morria Galdino do Valle Filho, aos 82 anos. O velho líder liberal recebeu homenagens póstumas em Niterói, sendo velado em câmara ardente na Faculdade de Medicina da Capital do Estado e, trasladado para Nova Friburgo, foi sepultado no dia seguinte à sua morte, após velório na Câmara Municipal. O Prefeito Amâncio decretou luto oficial, e o jornalista Néelson Kemp, no jornal *A Voz da Serra*, descreveu o amigo como o “vanguardeiro do Progresso de Nova Friburgo, baluarte da Democracia, trincheira da Liberdade e intrépido soldado do Brasil”²³⁹. A UDN perdia o seu mais importante fundador e destacado líder político, mas outra liderança despontava nas fileiras do partido desde meados da década anterior.

Já nas eleições de outubro de 1954, havia brilhado a estrela de uma nova liderança política, que, em breve espaço de tempo, assumia a condição de líder maior da legenda, substituindo de fato o comando anterior de Galdino do Valle Filho. Naquele pleito, mesmo sendo derrotada em nível do executivo municipal, a UDN ainda conseguira fazer a segunda maior bancada da Câmara Municipal, elegendo seis vereadores. Esta *performance* foi creditada, em grande parte, ao desempenho do Eng^o Heródoto Bento de Mello na sua estréia como político, sendo o vereador mais votado, com 566 votos, apontado pelo jornal *O Nova Friburgo*, de Pedro Paulo Cúrio, como a verdadeira tábua de salvação da legenda²⁴⁰.

Descendente de portugueses e nascido no Rio de Janeiro em 1924, o engenheiro civil formado em 1947 pela Universidade do Brasil e sócio proprietário de empresa da área de construção civil²⁴¹ havia já, em menos de dez anos residindo em Friburgo, tecido uma considerável teia de relações com os setores empresariais da cidade. Fora um dos fundadores, em 1950, do Rotary Clube de Nova Friburgo, criado para aglutinar industriais e destacadas figuras da sociedade friburguense²⁴². Ali exerceria, por diversos anos, a presidência da Comissão de Serviços à Comunidade.

1 O UDENISMO RADICAL DE HERÓDOTO: OFENSIVA CONTRA O GETULISMO

Com o capital político adquirido nas eleições, Heródoto assumiu posição de destaque junto à direção do jornal *A Paz*, com a incumbência de imprimir ao veículo dos liberais a feição da *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda. Sua estréia como principal articulista de *A Paz*, analisando o resultado das eleições, foi bombástica:

*Fomos derrotados pela demagogia, pela corrupção, pelas caixinhas do jogo, pelos votos comprados com dinheiro desonesto, pelas cédulas ensopadas nas lágrimas hipócritas das viúvas compungidas.*²⁴³

Além do explícito ressentimento para com os eleitores que votaram sob a emoção causada pela morte de Getúlio, o artigo continha ainda acusações às lideranças dos partidos coligados à UDN e aos próprios chefes políticos udenistas, dentre eles Galdino do Valle Filho. Por tais considerações, Heródoto receberia o epíteto de “Lacerdinha de Friburgo”, sendo criticado pela maneira explosiva e infeliz com que tratou adversários e correligionários, “talvez empolgado com a preferência que merecera do eleitorado”²⁴⁴. O “jovem engenheiro”, como era chamado, se destacaria também por suas intervenções na Câmara Municipal, onde, inicialmente, liderou a batalha de seu partido e dos empresários contra a aprovação da reforma do Código Tributário proposta pelo Prefeito Feliciano Costa, que, visando aumentar a arrecadação, procurava taxar com maior rigor as empresas do município. Conforme já foi visto no capítulo anterior, a reforma acabou sendo aprovada, após diversas discussões e inclusão de emendas dos vereadores udenistas (Heródoto Bento de Mello, por exemplo, conseguiu aprovar 15 emendas ao projeto original), as quais abrandaram em parte o peso das tributações sobre as empresas já instaladas em Friburgo, além de ficar consignada a isenção de impostos, por dez anos, para futuras grandes empresas²⁴⁵.

Como também já vimos, ao longo do mandato, o Prefeito Feliciano Costa afastou-se do partido pelo qual foi eleito, o PSD, para o que muito contribuiu a ação do Vereador Heródoto. A aproximação de Heródoto com Feliciano, iniciada durante as

discussões sobre o Código Tributário, avançou por ocasião de dois vetos a resoluções aprovadas pela Câmara Municipal, quando o edil da UDN abraçara, quase só, a defesa dos argumentos do prefeito²⁴⁶. Este passou, então, a tratar a bancada da UDN como sua maior aliada na Câmara, além de convidar seus principais membros para colaborarem com projetos de peso desenvolvidos pelo governo municipal. Heródoto foi enviado ao Rio de Janeiro, a pedido do prefeito, para examinar, junto ao Departamento Geográfico do Estado, detalhes técnicos do Plano Diretor de Nova Friburgo, após ter sido chamado para chefiar a Comissão Especial de Engenheiros e Arquitetos responsável pela elaboração dos projetos do Plano Diretor e do novo Código de Obras da Cidade. Tais projetos faziam parte de uma das preocupações centrais levantadas pelo grupo liberal desde o final dos anos 30, conforme mencionado anteriormente. Assumiam caráter de essencialidade na visão de cidade esquadrihada pelo engenheiro Heródoto, que já havia apresentado projeto disciplinando o gabarito para as novas construções no município, visando atender as “necessidades urbanísticas” e promover “o progresso e a beleza da cidade”²⁴⁷. O seu modelo ideal de cidade também ficava explícito em debates nos quais externava seu descontentamento para com resoluções aprovadas na Câmara que permitiam a construção de prédios residenciais junto a lojas comerciais:

*Não tem cabimento que se construa em uma artéria, uma residência e um botequim, outra residência e um armazém e assim sucessivamente. A Câmara já permitiu que se construíssem prédios residenciais sem a exigência de recuo, isto é, no começo da rua, e hoje, estamos, além dessa aberração, criando mais outra.*²⁴⁸

Tanto o projeto de Plano de Diretor quanto o do novo Código de Obras tinham a marca de tais inquietações, com destaque para as propostas relativas às feições do centro da cidade, local que merecia de Heródoto os maiores cuidados, pois representava o cartão postal do município. Também era motivo de suas preocupações o nascimento de favelas no município, através do erguimento de loteamentos clandestinos, conforme já havia externado em uma discussão anterior, no início de 1955. Na ocasião alertara para o surgimento de uma favela no caminho de Conselheiro Paulino, dizendo ser maior a gravidade do problema pelo fato de o proprietário do terreno, Sr. Sanglard, estar levantando os barracões para alugá-los. Foi aparteado pelo seu colega de bancada, Pero de Oliveira, o qual afirmara ainda ser tempo de impedir que a favela criasse raízes²⁴⁹.

A aprovação do Plano Diretor foi festejada por Heródoto como o seu maior feito durante todo o mandato, pois, segundo suas próprias palavras, o plano era “a sua razão de ser vereador”²⁵⁰. Heródoto demonstrava, com tal discurso, a obsessão em deixar sua marca pessoal no traçado urbanístico da cidade, maneira pela qual indicava o que de mais importante deveria ser feito pelo homem público: ordenar a vida do município, enquadrando-a de molde a que o seu crescimento não descaracterizasse aquilo que melhor representasse a sua identidade. O seu projeto de cidade era capaz de reproduzir de forma fiel o ideal já proposto pela facção liberal desde o início do século XX, que enxergava Nova Friburgo como um burgo europeu: “civilizado” e “limpo”, ao esconder suas mazelas, como a miséria e a “falta de higiene” das favelas; “belo”, ao cuidar de sua “sala de visitas”, o centro da cidade; “progressista”, ao prever seu crescimento alargando ruas e recuando as construções. Dizendo-se profundamente satisfeito com a Casa, encerrou seu discurso anunciando ali o encerramento de sua carreira política, pois afirmava não desejar vir candidato nas próximas eleições. Na verdade, não foi naquele instante que Heródoto encerrou a vida política, já que tornaria a concorrer a cargo eletivo em 1962, para retomar os projetos que, a seu ver, foram abandonados pelo governo municipal durante o mandato de Amâncio Mário de Azevedo.

1.1 1962: Nova Estratégia Udenista e crescimento das esquerdas

A morte de Galdino, que até o fim da vida exerceu influência marcante nas decisões tomadas pelo diretório local da UDN e a insatisfação com as sucessivas derrotas eleitorais na cidade, levaram os dirigentes udenistas a adotar tática bastante distinta das implementadas até então nas campanhas para os pleitos municipais. Seguindo o exemplo da cúpula nacional do partido, que, nas eleições presidenciais de 1960, rendera-se ao populismo lançando Jânio Quadros a presidente da República, os udenistas friburguenses buscaram um candidato com o mesmo perfil, ou seja, que pudesse despertar o ânimo das massas e tirasse o grupo liberal do ostracismo. O nome indicado foi o de Vanor Tassara Moreira, então vice-prefeito, o qual levava a enorme vantagem de ser filho do Dr. Dermeval Barbosa Moreira, médico carismático tão reconhecido pelas camadas populares quanto o Prefeito Amâncio.

Se a estratégia adotada vislumbrava-se como plenamente capaz de obter sucesso, não deixaria de trazer sérios problemas. Em primeiro lugar, era o Eng^o Heródoto Bento de Mello quem desejava inicialmente sair como cabeça da chapa udenista, mas terminou

por aceitar a indicação a vice-prefeito, não sem restrições, como será visto. Em segundo lugar, Vanor não podia ser considerado um político confiável para a UDN, pois se dizia que, na verdade, somente respeitava a sigla DBM, ou seja, Dermeval Barbosa Moreira, seu pai e principal coordenador político de sua campanha. *O Nova Friburgo* pilheriava com a situação criada e, logo após a oficialização das candidaturas, anunciava: “*A UDN puxa os cabelos com raiva do Vanor!*”, o qual já se declarava cabo eleitoral de Badger da Silveira, candidato ao governo do Estado pelo PTB. O semanário de Pedro Cúrio afirmava ser coisa antiga o “temperalismo” de Vanor, que não se sujeitaria aos elos de qualquer corrente partidária e, de fato, “sempre foi um Jânio em miniatura ... jamais acreditando em siglas que o dominassem”²⁵¹, agindo por conta própria, rebelde aos partidarismos, indisciplinado aos programas e descompromissado com correligionários. O jornal admirava-se com o fato de a “velha UDN” não ter percebido antes o imbróglio que engendrara, pois Vanor, naquele instante, seria mais declaradamente trabalhista do que udenista e, no futuro, novos romances poderiam surgir em sua carreira, bastando para isto que houvesse um aceno ou um piscar de olho de algum novo pretendente político. A confirmar tais inquietações, o jornal *A Voz da Serra*, a respeito de Vanor, dizia ser um político de “temperamento voluntarioso e nem sempre tranqüilo em suas manifestações” e, além de “inexperiente”, era dado a “arroubos socializantes”²⁵².

A candidatura de Vanor provocou dissidências nos arraiais udenistas: o ex-deputado Humberto de Moraes se desligou do partido e acabou sendo apontado como candidato a vice-prefeito pelo PSD. Até Heródoto Bento de Mello abandonou seu companheiro de chapa, integrando a campanha de Geraldo Pinheiro, lançado pelo PSP a prefeito. Por conta deste fato, Vanor, dando como certa a sua vitória, fazia questão de proclamar que o vice Heródoto, se eleito, jamais botaria os pés na prefeitura, dando a entender que privilegiaria as relações com o PTB, cuja direção municipal também resolvera apoiá-lo. Assim, “lançado pelo DBM, apoiado pela UDN e bajulado pelo PTB”²⁵³, Vanor se elegeu ao final de 1962, obtendo 6.966 votos contra os 5.532 dados ao segundo colocado, o empresário Álvaro de Almeida, do PSD. Comprovava-se o acerto da tática udenista. No entanto, a UDN ganhava, mas não levava...

Heródoto Bento de Mello, apoiado pelos industriais e grandes comerciantes, tendo no Rotary Clube de Nova Friburgo e na Associação Comercial seus grandes aliados, conquistou votação mais expressiva que a do prefeito eleito: fez 7.597 votos, mais que o dobro das legendas obtidas pelo segundo colocado. Heródoto ampliara bastante sua rede de relações desde quando fora eleito vereador, em 1954: ocupara a

presidência do Rotary no biênio 1959/60, tornara-se proprietário de novas empresas, integrara a Comissão Diocesana de Edificações e Arte Sacra e o Conselho Administrativo da Diocese de Nova Friburgo da Igreja Católica, além de ter apoiado atividades culturais no município²⁵⁴. O jornal *A Paz* o apontava como futuro prefeito de Nova Friburgo nas próximas eleições, graças ao prestígio adquirido com a sua votação. Logo em seguida, anunciava a disposição do líder da bancada udenista na Câmara Municipal, João Luiz de Aguilera Campos, em apresentar projeto de lei que prestigiasse o cargo de vice-prefeito, criando um gabinete no Legislativo para esta autoridade. Justificava a idéia com os últimos acontecimentos nas várias esferas do poder (leia-se: renúncia de Jânio Quadros), os quais alertavam os vices a estarem prontos para, a qualquer momento, assumirem as funções do Executivo²⁵⁵. Os dirigentes udenistas, dentre eles o próprio Heródoto, iam preparando o terreno para que este chegasse à frente do poder municipal bem antes das próximas eleições, certos de que o prefeito eleito não representava os ideais e interesses do grupo.

A nível nacional, embates políticos de vulto anunciavam-se no início dos anos 60, resultado da crise provocada pelas condições criadas em função do modelo econômico adotado na década anterior, quando novo projeto modernizante se instalou no Brasil durante o governo de Juscelino Kubistchek. Em troca do modelo de *industrialização restringida*²⁵⁶, ainda dependente das divisas geradas pelo setor agrário-exportador, recorreu-se ao capital externo, através de empréstimos e investimentos diretos, num processo que alimentou um crescimento industrial acelerado, às custas da progressiva desnacionalização da economia brasileira. Como conseqüência mais aguda deste processo, observou-se uma célere generalização das relações capitalistas de produção, provocando vertiginoso aumento da população urbana, invertendo a relação campo/cidade por causa do êxodo rural, com a ampliação do contingente operário. Tais mudanças estruturais resultaram em uma onda inflacionária, na maior concentração da renda e no permanente endividamento externo. Os setores populares, organizados em torno dos sindicatos de trabalhadores e dos partidos nacionalistas e de esquerda, passavam a pressionar, com uma vaga grevista até então sem precedentes, por um conjunto de reformas sociais mais abrangentes do que havia sido estabelecido até então pelo pacto populista, ameaçando, assim, os privilégios das classes dominantes, que não tardariam a reagir.

2 1964: GOLPE CONTRA OS SETORES POPULARES

Os grupos conservadores, à frente a UDN e segmentos das Forças Armadas, brandindo a bandeira anticomunista, passaram a articular o golpe militar para “salvaguardar” a propriedade privada e garantir o aprofundamento do projeto capitalista, no interesse das várias frações burguesas que se sentiam ameaçadas com a ascensão das massas no cenário político. A violação das normas legais se fez, em 1964, como se fosse parte de uma estratégia de “salvação da democracia”, num “autoritarismo instrumental” que aparentava transitoriedade, mormente porque desde o fim da Segunda Guerra Mundial era cada vez mais difícil a defesa aberta de um regime francamente autoritário. A ditadura, então, se anunciava como a preparação da “verdadeira democracia”, a ser consolidada pela manutenção da ordem social, num sistema político a representar os anseios das classes dominantes, insatisfeitas já com as experiências populistas anteriores. A prática populista havia se tornado um entrave aos interesses da já poderosa burguesia industrial e financeira, que, com o golpe, articulava a redefinição do pacto de poder no país, buscando, na composição com os militares, a implantação da doutrina de segurança nacional, necessária à aplicação de um projeto econômico que atendesse à expansão do capital monopolista, nacional ou estrangeiro, nas terras brasileiras²⁵⁷. A situação agravou-se para os udenistas quando João Goulart assumiu a Presidência e passou a dialogar com os movimentos de esquerda, abrindo a perspectiva de adotar reformas sociais que assustavam as correntes conservadoras, como a reforma agrária. A justificação do golpismo seria feita em nome do liberalismo e da salvação da democracia “ameaçada” pelas reformas anunciadas.

Em Nova Friburgo, o crescimento dos grupos nacionalistas e de esquerda tornara-se mais visível com o resultado das eleições de 1962. A aliança da UDN com o PTB acabou sendo meramente formal, já que o núcleo udenista “radical”, ou seja, ideologicamente identificado com a história e o programa do partido, não arregaçara as mangas para a eleição do Prefeito Vanor Tassara Moreira. O PTB, com um discurso bem mais reformista que a sua trajetória anterior na cidade podia apontar, elegeu quatro vereadores, dentre os quais o mais votado no pleito, o comerciário Celcyo Folly, com 643 votos. A coligação UDN/PDC conquistou cinco cadeiras (três para a UDN, duas para o PDC), o mesmo número obtido pelo PSD. Ao lado dos trabalhistas, iriam se perfilar, em termos de uma maior identidade de princípios, os dois vereadores eleitos pelo PSP e o líder operário Francisco de Assis Bravo, único vitorioso pelo PST, o

partido de Tenório Cavalcanti, que abrisse suas portas para os comunistas²⁵⁸. Numa Câmara que, em virtude do Censo de 1960, ampliara o número de legisladores para 17, era inolvidável a presença de sete edis situando-se no campo do trabalhismo e do socialismo, sendo três deles representantes da classe operária (além do comunista Francisco Bravo, os operários da Filó, João Luiz Caetano, eleito pelo PSP, e da Ypu, Newton D'Ângelo, pelo PTB), aos quais se juntavam, na “frente de esquerda”, Sebastião Pacheco (funcionário do almoxarifado do Sanatório Naval, eleito pelo PSP, mas tendo se transferido para o PST no início do mandato) e Celcyo Folly²⁵⁹.

O movimento sindical friburguense revigorara-se após uma década de quase estagnação, em virtude do revés sofrido com a cassação dos comunistas. Na verdade, mesmo forçados à clandestinidade, os comunistas não haviam deixado de participar das lutas democráticas e populares da década anterior, despontando como um dos principais grupos organizadores da campanha “O Petróleo é Nosso”, o movimento nacionalista de maior participação popular na história do Brasil. Em Nova Friburgo, os comunistas estiveram na vanguarda da preparação de um comício no coreto em frente à sede da Prefeitura (atual Câmara Municipal), que a polícia tentou proibir. Conforme nos conta Francisco Bravo, um dos organizadores do evento, o Juiz Goulart Monteiro garantiu a realização do ato, comparecendo ao coreto, do início ao fim das falas.

Durante o governo de Juscelino, os comunistas viveram em uma situação de semilegalidade, podendo se apresentar publicamente sem serem perseguidos. Quando o Governador Roberto da Silveira esteve visitando a cidade, em março de 1960, uma comissão de trabalhadores capitaneada por Francisco Bravo e José Costa (então presidente da Associação de Aposentados) foi a ele denunciar as condições de insalubridade a que estavam submetidos os operários nas seções de tinturaria das fábricas têxteis. Costa relata que, na Fábrica de Rendas, o setor ficava num galpão com vinte ou trinta depósitos, as valetas abertas no chão, por onde escorriam os produtos químicos quando os depósitos eram esvaziados, produzindo gases tóxicos que estavam provocando doenças e matando operários. O encontro não representou a garantia de solução imediata para o problema, mas demonstrava a relativa força dos comunistas na cidade, ao sustentarem considerável influência junto aos sindicatos, o que acabou por refletir positivamente nas eleições municipais de 1962.

O novo ascenso do sindicalismo estava relacionado também ao próprio crescimento sócio-econômico do município, que chegara aos 70.145 habitantes em 1960, aprofundando-se a tendência anterior do êxodo rural: desta feita, 55.651

moradores (quase 80% da população) localizavam-se na área urbana, enquanto apenas 14.494 estavam fixados no campo. Novas fábricas foram instaladas, principalmente no setor metalúrgico, dando condições a que fosse criado o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos²⁶⁰. No entanto, mesmo que o crescimento industrial tenha se concentrado, no período, junto ao setor de mecânica e metalurgia, ainda eram as fábricas têxteis que empregavam maior contingente de trabalhadores.

A situação política nacional, somada ao revigoramento do movimento operário em Nova Friburgo, assustava os grupos dominantes locais. As campanhas do industrial Álvaro de Almeida e de Amâncio Azevedo, candidatos a prefeito e a deputado estadual pelo PSD, enfatizaram o caráter daquelas eleições como o da luta “da ordem contra a subversão; da democracia contra as ditaduras ideológicas; ... da vida com dignidade contra a morte humilhada nos paredons”²⁶¹. A Guerra Fria internacional, a depreciar as experiências socialistas como a da revolução cubana, fazia-se presente nas entrelinhas do panfleto, que, ao final, conclamava:

*Entre nesta luta. Não se omita. Defenda seu patrimônio, seu valor moral, sua independência, sua família, sua liberdade que é sagrada. Com todos os defeitos, o regime democrático é, ainda, o melhor regime do mundo. (...) Vote nos candidatos fiéis ao regime democrático.*²⁶²

Tamanha ênfase na defesa do regime democrático não se repetiria, da parte do PSD e de seu jornal, quando dos acontecimentos que redundariam no golpe de 1964. A estratégia golpista contou com a participação ativa da UDN, à frente o Vice-Prefeito Heródoto, de empresários e comerciantes, dos militares vinculados ao Sanatório Naval e com a postura no mínimo complacente dos demais partidos e da Câmara Municipal. Conforme aponta René Dreifus, houve a disseminação de núcleos do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) por vários municípios brasileiros, dentre os quais Nova Friburgo assumiria uma posição de destaque:

A criação de ‘Ipesinhos’ favorecia outras contribuições camufladas. A idéia consistia em organizar ‘seminários’ para as firmas contribuintes e para os membros individuais. Dez a vinte firmas por mês eram convidadas a participar desses ‘seminários’, aos quais pagavam taxas de comparecimento. As firmas estariam ‘pagando’ pelos ‘serviços técnicos’ prestados através de sua participação nos seminários. Esse engenhoso recurso foi experimentado pela primeira vez em Friburgo. A agência de

*Friburgo tornou-se, então, uma unidade permanente de seminário/recebimento de fundos.*²⁶³

É certo, porém, que a deposição do Prefeito Vanor foi bastante facilitada pelo quase completo isolamento político em que acabou por se colocar, em virtude de uma série de atitudes polêmicas e contraditórias que tomou à frente do Executivo. Logo após a posse de Vanor, a anunciada demissão em massa no funcionalismo municipal foi chamada, por Pedro Cúrio, de deliberação draconiana e altamente desumana, por tirar o sustento de muitos chefes de família, além de deixar transparecer algo de ilegal na administração de Amâncio, “seu respeitável antecessor, que deixou o cargo carregado pelo povo”²⁶⁴.

Outro motivo de críticas foi a pouca importância dada aos festejos do 16 de maio, quando a cidade comemoraria seus 145 anos de fundação. Na mesma edição em que era publicada nota oficial do prefeito saudando os trabalhadores friburguenses pela passagem do 1º de maio, pela qual exortava, num discurso de teor quase esquerdista, a “lembrança daqueles companheiros que, no passado e em todos os Países sacrificaram-se em benefício das classes trabalhadoras para melhor aprimoramento da justiça social”²⁶⁵, fazendo votos para que a classe conquistasse sua independência econômica em futuro próximo, *A Voz da Serra* queixava-se de que, até aquele momento, nenhuma providência havia sido tomada pela Prefeitura com vistas à comemoração do aniversário da cidade. Somente Pedro Cúrio se entusiasmava com a possibilidade de o prefeito ignorar aquela data, reconhecendo o “grande erro histórico dos seus antecessores, que vinham falsificando a certidão de idade” do município²⁶⁶, ao deixarem de considerar o dia 13 de janeiro de 1820 como o da “verdadeira” inauguração de Nova Friburgo. Mas o 16 de maio não seria esquecido pelo prefeito, apesar de a organização do programa oficial ter sido considerada como deixando a desejar, por restringir-se basicamente ao Desfile Escolar, em se tratando de “uma tradição caríssima aos friburguenses”²⁶⁷.

Em junho de 1963, o PTB anunciava o rompimento com Vanor, alegando como motivo as “críticas acerbas e públicas ao Governador Badger Silveira e ao Presidente Goulart”²⁶⁸. Vanor, que já contabilizava a ostensiva oposição dos ex-companheiros de chapa da UDN, ia se isolando cada vez mais, perdendo o apoio de quase toda a Câmara Municipal. Apenas o pequeno PST soltaria uma nota, em agosto, hipotecando irrestrito apoio a Vanor, denunciando a hostilidade e o desprezo sofridos pelo município por parte

dos governos estadual e federal, que se negavam a enviar à Cidade as verbas necessárias às melhorias.

Em novembro, a Câmara Municipal começou a hostilizar abertamente o prefeito, ameaçando entrar em recesso e deixar pendentes vários processos do interesse do Executivo, como a proposta orçamentária para o ano seguinte, se o mesmo não enviasse as informações solicitadas quanto ao estudo das matérias a serem aprovadas no Legislativo. Ameaçava-se até com o enquadramento de Vanor na “Lei de Responsabilidade dos Prefeitos” e o seu sumário afastamento do cargo. Os embates entre os dois poderes datavam já do início da legislatura, quando Vanor vetara vários projetos aprovados pelos vereadores que redundariam em aumento de gastos ou perda de receita para o Executivo. A Câmara Municipal havia aprovado a concessão do 13º salário aos funcionários da Prefeitura (19/04/63), aumento das subvenções às Casas de Caridade, concessão de verba para o Parlamento Estudantil (26/04/63) e redução da taxa de perpetuidade de sepulturas para o servidor municipal (07/05/64). A aprovação de alguns destes projetos foi combatida por membros da “ala esquerda” do Legislativo, tais como Newton D’Ângelo e Francisco Bravo, que, por exemplo, estranharam a decisão em aumentar, naquele momento, de subvenções às casas filantrópicas, já consideradas ínfimas desde 1951, tratando a medida como inoportuna, pois os gastos da Prefeitura teriam crescido muito com o pagamento do salário mínimo a todos os funcionários municipais²⁶⁹.

As desavenças se acirraram por causa do projeto de reestruturação administrativa da prefeitura, que pretendia a criação de novos cargos com altos salários, ao passo que o reajuste dos vencimentos dos antigos funcionários era considerado irrisório. Este projeto foi rejeitado pelos vereadores, que aprovaram substitutivo majorando em 60% os vencimentos de então do funcionalismo²⁷⁰. Vanor acabaria perdendo o apoio de seu líder na Câmara, Francisco Bravo, após os sucessivos choques entre o Legislativo e o Executivo e pela posição deste contrária a reajuste de salários e pagamento do 13º aos servidores. A partir do segundo semestre de 1963, apenas o Vereador Alencar Pires Barroso, eleito pelo PSD, assumiria a defesa do prefeito na Casa²⁷¹. Outro foco de conflitos foi o projeto do Executivo propondo aumento do imposto de indústrias e profissões para 0,7%, ao que a Câmara respondeu com aprovação de substitutivo, apoiado pelos industriais, estabelecendo a taxa de 0,4%²⁷². Seria bem outra a atitude de vereadores e empresários quando Heródoto Bento de Mello assumisse a prefeitura após o golpe de 1964.

Também *O Nova Friburgo*, reaberto²⁷³ pelo Diretório Municipal de PTB, que o comprou com a ajuda do governo estadual, entrou na briga contra Vanor, estampando a manchete: “*Uma Cidade e um Povo Emitem um S.O.S.!*”. O jornal comparava Nova Friburgo a um navio desgovernado, tendo como passageiros um povo angustiado, inquieto e já em sinais de desespero, sem saber o que fazer para que o prefeito municipal, um jovem em quem tantos haviam confiado, pudesse encontrar “o caminho da disciplina, da ordem, do respeito, da compreensão, da humildade, já que o orgulho é um dos seus defeitos”²⁷⁴. Sugeria que Vanor procurasse amparo nos políticos mais experientes e formasse um Conselho Consultivo responsável e sério, formado pelos mais variados setores da cidade, um órgão que fosse capaz de imprimir melhores rumos à prefeitura.

A crise se aprofundou ainda mais com a entrada do ano de 1964, quando *A Voz da Serra* acusou a administração municipal de inepta, no artigo “*Zero por todos os lados*”, denunciando os logradouros sujos e mal iluminados, a quase total falta de água, as calçadas cheias de lixo e detritos, as ruas do Centro invadidas de lama²⁷⁵. A Prefeitura atrasara o pagamento do 13º salário do funcionalismo e o repasse de verbas para a Câmara Municipal, provocando a greve dos servidores e a entrada na Justiça dos vereadores, os quais continuavam ameaçando Vanor com a possibilidade de aprovar o seu *impeachment*. O novo presidente da Câmara era Sidney Soares, da UDN, eleito a 06 de março por apenas um voto de diferença contra Celcyo Folly, do PTB, em sessão a qual compareceu a cúpula dirigente da UDN. Estavam presentes Heródoto Bento de Mello, Raphael Jaccoud, presidente da UDN e o Deputado César Guinle. O Vereador Ned Torres, da ala conservadora do PTB, votou a favor do candidato udenista, garantindo a vitória deste e provocando o desligamento de Celcyo Folly do PTB local.²⁷⁶ Na sessão de 17 de março, Ney Soares leu relatório sobre encontro de uma comissão de vereadores com o prefeito, na qual este teria desafiado que a Câmara levasse adiante o processo de seu impedimento, dizendo contar com o apoio dos sindicatos de trabalhadores.

O cerco se fechava em torno de Vanor, que foi apontado pelos meios de comunicação locais como a integrar a “causa comunista”. Com o golpe militar perpetrado na noite de 31 de março depondo o Presidente João Goulart, o prefeito foi chamado a depor no Sanatório Naval, a fim de prestar esclarecimentos a respeito de pretensas atitudes subversivas por ele consumadas no dia 1º de abril. Segundo o jornal

udenista *A Paz*, Vanor teria chegado ao desplante de tentar impedir, “armado de capangas”, que operários entrassem para trabalhar nas fábricas:

*Fazendo parte do esquema comunista em Friburgo, o Prefeito, que não é trabalhista nem janguista, foi cumprir as ordens dos seus patrões do CGT e, teleguiado, se postou nos portões das Fábricas de Friburgo tentando com a ameaça de metralhadoras, intimidar os operários.*²⁷⁷

A Voz da Serra fez igual denúncia, afirmando que Vanor havia entrado resolutamente na linha da “legalidade”, “dirigindo Comandos para interrupção do trabalho nas indústrias, metralhadora em punho”, após o que teria invadido a Rádio Sociedade de Friburgo “para apossar-se da estação transmissora” e, ao microfone, “aparentar uma liderança que nunca teve e nem teria se vitoriosa a causa comunista”²⁷⁸. O periódico do PSD teceu longos elogios à Marinha de Guerra, representada pela quarnição do Sanatório Naval sediada na Cidade, à qual chamaria de “Muralha da Democracia”, porque, “com tranqüilidade, com altíssima classe, ... sem aparatos bélicos, sem quaisquer resquícios de violência e consciência da missão que lhes estava outorgada”, teria garantido a “defesa dos friburguenses”²⁷⁹.

Houve a tentativa de paralisação das fábricas metalúrgicas e têxteis em Nova Friburgo no dia 1º de abril, como forma de opor resistência ao golpe militar, organizada pelos sindicalistas que empunharam a bandeira da “Legalidade” propagada por Leonel Brizola e pelos setores democráticos²⁸⁰. Vanor teria tido importante participação no episódio, cedendo um jipe da prefeitura para a locomoção dos ativistas, além de estar presente nas portas de fábrica e na ida à Rádio, retomando, na prática, a aliança com os sindicalistas e os comunistas, interrompida desde os entreveros com a Câmara Municipal.

Vanor foi então acusado, pelo Diretor do Sanatório Naval, de “incitamento à desordem, fechamento das fábricas à força e hasteamento do pavilhão nacional a meio pau”, conforme nota dos militares publicada na imprensa, acompanhada das explicações do prefeito a eles concedidas no dia 02, por meio de carta²⁸¹. Nesta, Vanor procurava desmentir as notícias levadas ao conhecimento dos militares, afirmando, pelo contrário, ter se preocupado com a manutenção da ordem no município, em virtude da precariedade do aparelho policial, o qual, segundo ele, seria insuficiente para conter manifestações populares contra a propriedade privada e pública, motivo pelo qual teria

se dirigido pessoalmente às portas das fábricas. Também teria comparecido à rádio local para pronunciamento em que buscava tranquilizar o povo friburguense quanto à garantia policial, ao mesmo tempo que esperava pela solução dos graves problemas nacionais dentro do “mais estrito cumprimento da Constituição”. Por fim, reconhecia ter mandado hastear a bandeira brasileira a meio pau, “em caráter sentimental” pelo sangue que poderia correr de irmãos brasileiros²⁸².

Também fez parte do IPM (Inquérito Policial Militar) instaurado contra ele a acusação de estar ligado aos ferroviários, categoria na qual era notória a força dos comunistas. Segundo o depoimento de Vanor, os militares mostraram-lhe fotos em que aparecia numa feijoada com ferroviários na antiga Estação Leopoldina, além de o interrogarem sobre o caso do “Trem da Vitória”, ocorrido quando o Congresso havia aprovado lei do deputado comunista Themístocles Batista, o “Batistinha”, beneficiando a categoria, ao mesmo tempo em que o Presidente João Goulart determinara a não extinção do ramal de Nova Friburgo. Os ferroviários, para comemorar, organizaram um comboio especial chamado Trem da Vitória, que entrara em Friburgo todo enfeitado de bandeiras e badalando os sinos sem parar, estando Vanor em um dos vagões, acompanhado de Batistinha. O golpe de 1964 acabou por desativar este, como diversos outros ramais ferroviários do Estado e do país, atingindo em cheio uma categoria de trabalhadores das mais combativas.

De nada serviriam suas explicações: pressionado, Vanor renunciava no dia 10 de abril, encaminhando ao presidente da Câmara Municipal ofício contendo os seguintes termos:

*Dada a situação de crise nacional por que passamos, considerando que as classes armadas têm por dever arcar com os destinos da Nação, nesta hora de crise para todos os brasileiros: considerando ainda que tal fato concorrerá para trazer maior tranquilidade política em nosso município, renuncio nesta data ao cargo de Prefeito de Nova Friburgo.*²⁸³

Até *A Paz*, ao publicar o texto, reconhecia que o prefeito viu-se em uma encruzilhada: “Renunciar ou ser impedido”²⁸⁴. O jornal dizia lamentar o acontecido, mas dava graças ao fato de que, em sua opinião, “havia um vice-prefeito à altura”, a quem seriam entregues, com desafogo, os destinos do município. Ainda há muitos pontos nebulosos a respeito da real participação do Prefeito Vanor nos episódios do dia 1º de abril em Nova Friburgo, mas pode-se depreender ter havido alguma tentativa de

resistência por parte de setores do operariado ao golpe militar. Naquele mesmo dia foi lido, na Rádio Sociedade de Friburgo, um manifesto assinado pelo engenheiro Ariosto Bento de Mello, irmão de Heródoto, “em nome dos democratas friburguenses”²⁸⁵. O discurso rejubilava-se com a ação dos militares (“Deus olhou por nossa Terra!”) e afirmava que só o regime democrático, no qual houvesse justiça, liberdade, e, sobretudo, pão para todos, deveria prevalecer, concitando os operários a que voltassem ao trabalho com alegria e satisfação. Afirmando entender que os sindicatos somente seriam livres se servissem realmente à causa dos trabalhadores, fazia um veemente apelo aos líderes sindicais de Friburgo para que se unissem em torno da grandeza do Brasil. Dizendo ainda estar vibrando de civismo com o que denominava ter sido a vitória da verdade sobre a mentira e da liberdade sobre a tirania, finalizava conclamando por uma pátria livre, democrática, onde imperasse a ordem, o trabalho, a justiça e o amor.

Este pronunciamento comprovava a participação de setores das classes dominantes locais na articulação golpista. *A Voz da Serra*, ao enumerar todas as providências tomadas pelo Sanatório Naval para enfrentar os “agitadores” e os piquetes de grevistas na cidade, apontou a ajuda que a guarnição recebera de um “Comitê Democrático Civil Revolucionário”²⁸⁶. Vanor acusaria, anos mais tarde, a perseguição contra ele perpetrada pelos grandes grupos econômicos. Quanto ao episódio ocorrido na porta da fábrica, teria sido Richard Ihns (“o nazistão, o fascistóide”, conforme suas próprias palavras), gerente da Fábrica de Rendas²⁸⁷, quem dissera ter ele empunhado uma metralhadora para impedir a entrada dos operários. Ao grupo Arp interessaria a sua queda porque Vanor teria defendido a encampação da Companhia de Eletricidade pela Prefeitura. Outra empresa envolvida seria a FAOL (Friburgo Auto Ônibus Ltda.), empresa de ônibus que, desde sua fundação em 1950, detinha o monopólio privado da exploração das linhas municipais e que teria ameaçado com *lock-out* à negativa de Vanor em conceder elevação das tarifas²⁸⁸.

Sendo assim, estava consumada a ascensão de Heródoto ao cargo de prefeito de Nova Friburgo, numa concorrida posse no dia 10 de abril, em sessão da Câmara Municipal à qual compareceram os principais representantes das frações de classe que articularam sua chegada ao poder e configurariam a base de sustentação de seu governo²⁸⁹. *A Paz* apresentava o novo prefeito com todas as qualidades inerentes a quem assumia a condição de líder maior da facção liberal: “udenista de primeira hora”, “antigo amigo do inolvidável Dr. Galdino do Valle Filho”, além das características

próprias de quem havia acumulado grande capital pessoal de notoriedade e virtudes consideradas essenciais pelo grupo em questão, naquele momento histórico, tais como “espírito dinâmico”, “profissional dos mais competentes”, homem “honesto, probo, trabalhador” e “exemplar chefe de família, religioso e, acima de tudo, patriota e democrata convicto”²⁹⁰.

A imprensa friburguense festejou a queda de Vanor como a representar o providencial retorno à ordem na cidade. *O Nova Friburgo*, além de considerar desculpa esfarrapada a nota explicativa do prefeito ao Sanatório Naval, deu destaque ao desmonte da “ameaça vermelha” que rondava o País e o município. O jornal petebista, lembrando ter alertado com frequência os leitores sobre a “infiltração comunista” nas mais respeitáveis agremiações políticas, apontava para o caso de Friburgo, onde os “vermelhos” haviam conseguido penetrar no PTB e “tramavam assenhorear-se da direção Municipal”²⁹¹. O jornal acusava os integrantes do “Centro Cívico Roberto Silveira” de abrigar os “comunistas infiltrados” no PTB, os quais teriam pretendido conquistar a direção do partido com a eleição de Celcyo Folly à presidência da Câmara Municipal. Dentro do PTB, duas alas se digladiavam: de um lado, a “conservadora”, à frente da Direção Municipal, presidida pela ex-vereadora Laura Milheiro de Freitas, à qual se ligava o Prof. Messias de Moraes Teixeira, egresso do PSD e o Vereador Ned Torres, um pequeno comerciante; de outro lado, a “de esquerda”, integrada pelos Vereadores Celcyo Folly e Newton D’Ângelo, além do suplente de deputado federal Humberto El-Jaick, ligados ao Deputado Bocayuva Cunha²⁹². Desfeita a trama, os trabalhistas conclamavam a que todos permanecessem vigilantes contra o comunismo, reafirmando seu compromisso com as reformas (“desde que se trate de reformas cristãs e dignas”²⁹³), pelas quais, segundo eles, os próprios chefes militares que lideraram o movimento armado se batiam. Somente o expurgo completo dos comunistas seria capaz de trazer o País de volta à normalidade institucional.

E o expurgo foi promovido, em Friburgo, através da cassação do Vereador Francisco de Assis Bravo no dia 14 de abril. A Resolução Legislativa nº 85 da Câmara Municipal, de 10 de abril, dizendo atender “às recomendações formuladas pelos representantes das Classes Armadas em Nova Friburgo, diretamente aos integrantes da Mesa”, afastava temporariamente o Vereador de suas funções, segundo o texto, para apuração de responsabilidades, o que deveria ser feito no prazo de 30 dias. No entanto, quatro dias depois, foi sumariamente aprovada a Resolução nº 86, nos seguintes termos:

Art. 1º - É cassado o mandato do vereador Francisco Assis Bravo, a partir desta data.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Friburgo, 14 de abril de 1964

*NEY SOARES - Presidente.*²⁹⁴

Dizeres tão frios tentavam esconder a tensão vivenciada pelos edis naqueles dias. A pressão exercida pelos homens do Sanatório Naval, que visitaram a Casa três vezes até conseguirem a cassação, dobrou a Mesa da Câmara, que não ofereceu maior resistência²⁹⁵. Assim era interrompida a trajetória do líder operário que, no Legislativo, destacara-se por suas intervenções firmes e ponderadas e por ter aberto diversas frentes de luta, como a fiscalização aos preços dos alimentos e à qualidade do leite, além da tentativa de organizar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por meio de várias reuniões no bairro de Conselheiro Paulino²⁹⁶.

2.1 Os Empresários no Poder

No poder, Heródoto Bento de Mello buscou dar vazão às suas mais caras preocupações com respeito à Cidade de Nova Friburgo. Uma das principais iniciativas adotadas foi a revigoração do Plano Diretor aprovado em 1958 e, desde então, paralisado. A administração de Amâncio, subsequente à sua aprovação, teria considerado o plano inexecutável, por exigir grandes somas em dinheiro para a desapropriação de diversos imóveis²⁹⁷. Heródoto retomava o projeto que havia sido a sua “razão de ser vereador”, decretando de utilidade pública todos os terrenos e edificações necessários à execução do Plano Diretor. Este continuava a ser encarado como o projeto por excelência da cidade, devendo prever o desenvolvimento da malha urbana, garantindo-se a preservação da natureza e do patrimônio paisagístico e “a distribuição desejável da população segundo suas atividades produtivas e sociais”²⁹⁸. A preocupação com a beleza e a limpeza da cidade mantinha-se na linha de frente, a prognosticar inclusive providências quanto ao controle sobre a distribuição dos diversos setores sociais do município, tentando-se afastar do centro urbano tudo o que fosse “indesejável”, “feio”, ou simbolizasse a ausência de “civilidade”.

Desta forma, remodelou por completo o centro da cidade, “realizando o milagre” de, em curto espaço de tempo, construir a Praça da Igreja Matriz (atual Dermeval Barbosa Moreira), reformar jardins e praças, como a Praça Marcílio Dias, no Paissandu,

alargar avenidas, abrir novas ruas e cuidar da iluminação pública. Os primeiros resultados da administração apareciam nas ruas capinadas, varridas, limpas e nas lâmpadas dos postes trocadas²⁹⁹. O lema “Cidade Limpa, Cidade Civilizada” anunciava a aquisição de uma frota de “carrinhos automáticos” para a coleta de lixo mais rápida e eficiente³⁰⁰. Também foram construídas escolas e estradas e implantadas redes de água e esgoto, para o que se criou, como entidade autárquica municipal, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto, com financiamento conseguido junto ao convênio DNOS-USAID. Heródoto promoveu uma reestruturação total nos quadros da administração municipal, instituindo novos órgãos e diretorias (Serviços Urbanos, Urbanismo e Obras, Assistência Social, etc), a Caixa de Previdência e a Fundação Educacional e Cultural de Nova Friburgo (esta, uma entidade de direito privado responsável pela manutenção dos principais colégios e da Biblioteca do município). A imprensa local parecia impressionar-se com o ritmo de trabalho febril imposto pelo novo prefeito, apontado como de temperamento ágil e trabalhador.

Para a concretização de seus objetivos, Heródoto fez aprovar na Câmara Municipal dois projetos polêmicos, que ganharam uma oposição manifestada por meio de críticas veiculadas pelos jornais *A Voz da Serra* e *o Nova Friburgo*, representando parcelas ainda atuantes do PSD e do PTB. O primeiro deles previa um aumento nos impostos municipais considerado bastante excessivo, por intermédio da completa reformulação do Código Tributário, que ganhava uma extensa e minuciosa redação³⁰¹. Desta feita, no entanto, não houve reação alguma da parte dos empresários locais, o que mereceu de *A Voz da Serra* o seguinte comentário:

Pela primeira vez, em toda a história, o anunciado aumento de impostos municipais está sendo muito bem recebido pela Associação classista que congrega as classes produtoras do município. Ao contrário do que anteriormente acontecia quando o poder público pleiteava majorações tributárias, tudo agora se processa sem reações coletivas, sem ameaças de greves, fechamento dos estabelecimentos etc. etc.

*O prefeito é dos mais autênticos representante (sic) da classe conservadora, disse-nos um líder do nosso comércio...*³⁰²

A associação prefeito - “classes produtoras” ficaria explícita em várias outras ocasiões, a exemplo da visita de Heródoto à Fábrica de Rendas Arp para tratar da implantação do serviço de água e esgoto com o Diretor Richard Ihns, quando foi recebido com festa pelos funcionários³⁰³.

O segundo projeto tratava da reestruturação do quadro do funcionalismo municipal e era considerado, pela oposição, nos dizeres do mesmo jornal, um “panamá”, um “trem da alegria”, a garantir a nomeação de vinte “marajás”, com salários “polpudos”³⁰⁴. O projeto do Executivo previa a criação de novos cargos de assessoria técnica a nível universitário, para atender a demanda com os serviços e obras previstos pelo Plano Diretor, com destaque para as áreas de engenharia, arquitetura e de arrecadação tributária³⁰⁵. Eram cargos considerados esdrúxulos e desnecessários, como o de paisagista, profissão aparentemente desconhecida dos jornalistas friburguenses³⁰⁶. O escândalo, para alguns, estava ainda na possível indicação, para tais empregos, de “dedos duros” que, na “revolução de abril”, por várias vezes foram ao Sanatório Naval denunciar “muita gente inocente”³⁰⁷. Com o voto contrário de apenas três vereadores, os projetos foram aprovados. Algumas reuniões adiante, os edis aprovavam também o aumento dos seus subsídios, após calorosos debates³⁰⁸.

Outro ponto assumido como de importância capital para Heródoto, seguindo a tradição inaugurada pela facção liberal no início do século XX, dizia respeito à comemoração do aniversário de Nova Friburgo, no dia 16 de maio. A novidade, naquele ano, além da realização dos festejos com o Desfile Cívico e outras atividades, como os Jogos Florais, foi a presença do Embaixador da Suíça no Brasil, que recebeu o Título de Cidadão Friburguense na Câmara Municipal, em homenagem na qual o prefeito fez “vibrante discurso”³⁰⁹. Logo em seguida foi instituída a Bandeira do Município nas cores azul, branca e preta, o azul e branco representando o Estado do Rio de Janeiro e o branco e preto, o Cantão de Fribourg, Suíça³¹⁰. Ventilou-se a fundação de um Museu Histórico de Nova Friburgo, que não se concretizou à época³¹¹, mas a criação do Serviço de Turismo e Certames pela Prefeitura e a construção do Centro de Turismo na Praça da Matriz, os quais cuidariam das festas e comemorações relativas à fundação da cidade, contribuíram sobremaneira para que o mito da Suíça Brasileira voltasse a ser intensamente trabalhado.

3 NASCE O PARAÍSO CAPITALISTA

Com o governo de Heródoto completou-se, então, um ciclo político aberto por Galdino do Valle Filho, visando a transformação de Nova Friburgo em uma “ilha de prosperidade”, “civilização” e “progresso”. Mesmo deixando a prefeitura em 1967 sem

conseguir fazer o seu sucessor, pois Amâncio Mário de Azevedo seria uma vez mais consagrado prefeito, Heródoto continuaria a imprimir a sua marca nos destinos da cidade, ao ser indicado pelo governador do Estado para ocupar o cargo de Diretor do DER (Deptº de Estradas de Rodagem), através do qual garantiria o prosseguimento das obras em Friburgo e pavimentaria rodovias em todo o Estado. Manter-se-ia em evidência nos anos 70 como Secretário Estadual de Transportes e Comunicação e como Deputado Estadual, eleito em 1978, pela ARENA. Voltaria à prefeitura em 1983, como candidato do PDS, após vencer concorrido pleito disputado com o sobrinho de Amâncio, o advogado Paulo Azevedo.

Neste mandato retomaria as preocupações com o planejamento urbanístico da cidade e desenvolveria toda uma política de relações diretas com o governo da Suíça, buscando consolidar em definitivo a imagem de Nova Friburgo como a Suíça Brasileira. O contato direto com os suíços foi estabelecido primeiramente através do encontro do irmão de Heródoto, Ariosto Bento de Mello, com o historiador suíço Martin Nicoulin, quando este iniciava suas pesquisas sobre a colonização suíça no Brasil, do que resultaria a visita de 300 suíços a Nova Friburgo em 1977. Após a morte de Ariosto, em 1980, Heródoto daria continuidade aos contatos e promoveria, em seu governo, a vinda de outra grande comitiva de suíços a Nova Friburgo, além de iniciativas que marcariam definitivamente a presença simbólica dos mesmos na Cidade: a construção de uma Queijaria-Escola em convênio estabelecido por meio da Associação Fribourg-Nova Friburgo, a produção de vasto material de pesquisa e propaganda sobre as raízes helvéticas do município, estímulo a que os friburguenses buscassem informações sobre suas árvores genealógicas no Deptº Pró-Memória da Prefeitura, além do fato de que as firmas de Heródoto passaram a construir imóveis cujos modelos arquitetônicos eram as casas da Suíça. Assim argumentava Heródoto a respeito:

.... O que eu acho é que se nós temos uma razão para promover culturalmente o povo de Nova Friburgo dentro dele mesmo, o próprio homem de Nova Friburgo por suas raízes culturais, de forma a desenvolver o povo, através dele, e se nós pudermos fazer isso utilizando origens, então nós vamos promover Nova Friburgo através de suas origens. E o que nós estamos fazendo de fato é promover Nova Friburgo na Suíça. O que estamos fazendo é dando uma nova dimensão a Nova Friburgo.³¹²

Também é desta época a elaboração do discurso que apresentaria a cidade como o “Paraíso Capitalista”, a espelhar o progresso alcançado graças à presença do capital privado nas principais atividades econômicas do município. Reportagem realizada pelo *Jornal do Brasil* em 18/09/83 apontava que Friburgo crescia “fiel à iniciativa privada”, pois:

*A Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo não é da Eletrobrás, mas da família Arp. A estação rodoviária não é da Coderte, e sim dos Quevedo. Lá não há os azulões da CTC, mas os ônibus dos Maia. Com uma previsão de faturamento este ano de Cr\$ 500 bilhões em seu parque industrial, o progresso do município está atrelado à iniciativa privada.*³¹³

A matéria do *Jornal do Brasil*, assinada por Romualdo Barros, dizia ainda que Nova Friburgo resistia aos avanços da estatização, indicando haver quem lamentasse, na cidade, o fim da Companhia Telefônica de Nova Friburgo, estatizada pela TELERJ. Outras evidências que associariam Friburgo a um “Paraíso Capitalista” seriam uma estação de TV (da Rede Sílvio Santos), um teleférico “privado” sobre a Praça do Suspiro, as indústrias metalúrgicas Hasenclever (de geladeiras comerciais tipo “frigobar”), Iwega (componentes de motores), Haga (fechaduras para residências e automóveis), têxteis, bebidas, etc., além das empresas de marcas conhecidas como a Triumph (confeções), Staedler (material de desenho), Teatcher’s (uísque), e de 32 hotéis. Ao final da reportagem, uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Vanélio Furtado, apresentava o outro lado do quadro: fechamento de 7 empresas nos dois anos anteriores e demissão de 1.500 operários, dos quais 500 somente naquele ano de 1983.

A matéria apresentava entrevistas colhidas junto a representantes do empresariado local, como Horst Garlipp, descendente de alemães, dono do Hotel Fazenda São João e criador de trutas e salmões para exportação, que afirmava categoricamente: “Nova Friburgo é um paraíso capitalista”, além de ser um “paraíso ecológico” a ser preservado. Garlipp era apontado como “um dos empresários que fazem diferente a história desse município fluminense, onde predomina a iniciativa privada”, a projetar uma renda *per capita* (para os cerca de 120 mil habitantes de então) “três vezes maior do que a renda média nacional”. A “história diferente” do município era contada através de um breve histórico da colonização suíça e alemã, em trecho iniciado com o subtítulo “Empresários no poder”. Outros entrevistados deram

depoimentos de mesmo teor, tais como Raphael Jaccoud (descrito como “engenheiro e historiador” e “um dos seis empresários” que assessoravam o Prefeito Heródoto), Edgar Arp, da Fábrica de Rendas, e o próprio Heródoto. Tais entrevistas traduzem emblematicamente o pensamento do grupo a respeito do que deveria ser a Cidade de Nova Friburgo. Assim dizia Heródoto:

Ganhei as eleições dizendo ao povo o quanto é bom ganhar dinheiro. Aqui as pessoas têm nível para entender isso. Nós prosperamos de acordo com a escola européia: trabalho, ordem, organização, limpeza. Nunca houve uma greve em Nova Friburgo. E tenho na Prefeitura um secretariado capaz de assumir o Governo do Estado.³¹⁴

O discurso remete às antigas formulações do grupo, do tempo em que Galdino do Valle Filho procurava estabelecer a vinculação da origem européia com o “progresso”, fruto do trabalho dentro da “ordem” e da “disciplina”, chegando Heródoto a recorrer à falsificação histórica para afirmar a não existência de greves em Friburgo, ou seja, a ausência do conflito expresso através da luta de classes. O modelo de “cidade civilizada” voltava a se manifestar também por meio de temas caros ao Engenheiro, como os da “organização” e da “limpeza”, recorrentes em vários momentos, como quando da confecção dos Códigos de Obras e do Plano Diretor do município. Mais uma faceta ideológica ficava explícita quando o então prefeito referia-se ao seu incentivo à criação de um distrito industrial nos municípios vizinhos de Cordeiro e Cantagalo, onde já existiam três fábricas de cimento:

Acho melhor criar empregos nas cidades vizinhas para preservar a nossa qualidade de vida. Aqui, estamos interessados, somente, em indústrias sofisticadas, que paguem salários acima de Cr\$ 100 mil, para elevar o nível de vida de nossa população. Nada de salário mínimo.³¹⁵

A imagem da “ilha de prosperidade”, tema central da campanha que animou seus comícios e sua propaganda eleitoral no pleito de 1982, também estava presente no comentário feito pelo então sócio majoritário da Fábrica de Rendas Arp e presidente da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, Edgar Arp³¹⁶:

*Sem dúvida, uma experiência bem-sucedida de capitalismo acontece em Nova Friburgo. Às vezes penso que isso deve ser protegido. Alguma coisa como uma muralha, cercando essa cidade que tem um clima e uma gente excepcional.*³¹⁷

Heródoto e seus correligionários traduziam com flagrante sinceridade a visão das classes dominantes a respeito de Nova Friburgo: a “bem-sucedida experiência de capitalismo”, construída pelo esforço individual de empresários cujo sucesso nos negócios era, por um lado, demonstrativo da competência e da capacidade pessoal de cada um e de seus “antepassados”, os primeiros industriais, pioneiros do progresso e da civilização na cidade. De outra feita, era igualmente responsável pelo alto nível de vida da população. Adam Smith não poderia ter melhores discípulos, a defenderem a ambição pessoal e a consciência de “quanto é bom ganhar dinheiro” como formas de tornar os homens mais industriais, fazer prosperar a economia e, como consequência natural, promover o bem-estar de toda a sociedade³¹⁸. O velho espírito do liberalismo econômico mantinha acesa a sua chama na Suíça Brasileira, símbolo de cidade “civilizada” a indicar o encontro do passado histórico singular (de uma comunidade européia em meio ao considerado crônico atraso brasileiro) com o individualismo burguês, forjando agora o mito do “Paraíso Capitalista”.

CONCLUSÃO

A “SUÍÇA BRASILEIRA” ENCONTRA O “PARAÍSO CAPITALISTA”

Nos dias de hoje ainda podemos encontrar, no município de Nova Friburgo, peças publicitárias em jornais, revistas, panfletos, comerciais televisivos, sejam elas oficiais ou não, ou mesmo matérias jornalísticas pretensamente sérias, que insistem em relacionar o “progresso” alcançado pela cidade à imigração dos suíços para a fundação da mesma, conforme um plano estrategicamente traçado por D. João VI na primeira metade do século XIX. Se perguntarmos a qualquer friburguense qual a história de sua cidade, ele nos responderá como sendo a história da colonização suíça.

Procurei demonstrar ao longo deste trabalho que esta imagem acerca de Nova Friburgo, claramente hegemônica até os dias atuais, é, acima de tudo, um mito, uma tradição inventada e cuidadosamente elaborada por intelectuais orgânicos da classe dominante local, em momentos especiais da vida política e do desenvolvimento econômico e social de Nova Friburgo. Não se trata de uma mentira simplesmente (até porque baseia-se em fatos históricos reais) ou de mera manipulação das consciências de seus habitantes, mas de ideologia, no sentido de uma visão particular de mundo e de cidade, calcada em interesses específicos (políticos, sociais e econômicos) de grupo.

É preciso desvincular o processo histórico real de desenvolvimento das relações capitalistas no município da influência de uma ou de outra etnia, de uma ou outra colônia de imigrantes. Nova Friburgo viu aprofundarem-se as relações de produção, a circulação de mercadorias, a instalação de pequenas indústrias, o surgimento de novas categorias sociais, a diversificação do setor de serviços, etc, não porque foi colonizada por suíços ou alemães, não porque os suíços ou os alemães eram laboriosos, empreendedores, devotados essencialmente ao trabalho, ou coisa que o valha. O “progresso” vivido por Nova Friburgo a partir da segunda metade do século XIX, após o fracasso inicial da experiência colonizadora (fato quase sempre obliterado ou camuflado pelos ideólogos da “Suíça Brasileira”), deveu-se, centralmente, às próprias novas condições trazidas pelo desenvolvimento da economia cafeeira na região. Deveu-

se basicamente ao fato de que Nova Friburgo situava-se, naquele momento histórico, como abastecedora de alimentos agrícolas para os municípios produtores de café e como a via de passagem do café produzido na região em torno de Cantagalo, a ser comercializado no porto do Rio de Janeiro, e, em contrapartida, dos produtos manufaturados vindos da capital para a região. Deveu-se, essencialmente, à instalação da estrada de ferro e de tudo o que isto representou em termos da ampliação e diversificação das atividades econômicas no município. Nesta hora a cidade ainda era, praticamente, um apêndice de Cantagalo, o principal município produtor de café da região. Aliás, é necessário ainda um estudo aprofundado demonstrando que, enquanto no restante do Estado do Rio de Janeiro a economia cafeeira já passava a vivenciar um processo de decadência, conforme apontam os diversos manuais e estudos historiográficos já clássicos sobre o assunto, Cantagalo continuaria a ser, até o final do século XIX, um importante pólo produtor de café. E Nova Friburgo crescia à sombra desta realidade sócio-econômica.

Um segundo momento em que Nova Friburgo experimentou crescimento econômico e social considerável, que redundou em significativas mudanças estruturais, ocorreu com a instalação das primeiras indústrias têxteis. Esta nova situação, que, para ser concretizada, contou com a decisiva atuação do grupo político liderado pelo médico Galdino do Valle Filho, conforme expusemos no primeiro capítulo deste livro, foi responsável pela transformação da cidade, em pouco tempo, no pólo econômico aglutinador da região, atraindo para as fábricas de tecido grandes contingentes de trabalhadores, expulsos, na maioria, da zona rural então decadente. Nova Friburgo, assim, suplantaria Cantagalo e passaria a ser, da década de trinta em diante, a principal cidade da região, levando-se em conta o número de habitantes e a produção econômica. Isto se deu não em função do laborioso povo alemão, cuja colônia, sem dúvida, crescera por conta da vinda das fábricas, cujo controle acionário era exercido pelo grupo empresarial Arp, de origem alemã. Responsável pelo crescimento da cidade foi a consolidação do processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, que transformou Nova Friburgo em pólo industrial, no lugar da cidade essencialmente dedicada à produção de hortifrutigranjeiros, ao comércio e aos serviços de hotelaria e turismo em que havia se tornado na segunda metade do século XIX em virtude do café e da estrada de ferro.

Portanto, a vinculação do “sucesso” que a cidade passaria a experimentar a partir da segunda metade do século XIX e, com maior ênfase, das primeiras décadas do século

XX em diante, ao fato de ter sido colonizada por europeus fez parte da tentativa de se forjar uma identidade cultural e política para o município, dentro do jogo político travado entre frações da classe dominante local. Uma imagem que marcasse a cidade como um burgo europeu por excelência, o que seria sinônimo de “progresso” e “civilização”, a se contrapor a um estado generalizado de “barbárie” e “atraso” que, segundo os ideólogos desta visão, predominaria no restante do Brasil e seria a principal razão de sua “incapacidade endêmica” para o desenvolvimento ou de sua “natural propensão” ao fracasso, enquanto perdurassem as “nefastas” influências da miscigenação étnica, ou seja, das contribuições de negros e índios na formação do povo brasileiro.

Associamos, neste trabalho, a montagem desta identidade cultural para Nova Friburgo à trajetória do grupo que denominamos liberal, vinculado historicamente à defesa dos interesses dos industriais e comerciantes que, na luta pela afirmação de seu projeto hegemônico no município, construiu tal visão de cidade cujo modelo encontrasse na Europa “civilizada” e “progressista”. Daí a ênfase dada às origens históricas da cidade fundada pela colonização suíça a partir de um plano “inteligente” e “visionário” de D. João VI, a prever a adoção do trabalho livre do imigrante europeu em todo o país, acoplada aí a perspectiva de “branqueamento” da população brasileira. Não tendo o plano se confirmado para o resto do país, Nova Friburgo (assim como outras poucas cidades ao Sul do Brasil) acabaria por se transformar em um “paraíso do progresso” em meio ao “atraso” de uma sociedade edificada no latifúndio e na escravidão negra.

Tal visão ideológica começou a ser elaborada no momento da afirmação do grupo no início do século, a sedimentar os primeiros passos no caminho da industrialização e urbanização do município. A construção da imagem de “burgo europeu” viveu a tensão entre privilegiar o instante mesmo da formação histórica ligada à colônia de suíços ou reconhecer a forte presença germânica na cidade, por causa das fábricas têxteis. A formulação do mito da Suíça Brasileira acabou se firmando como uma contingência do processo histórico mundial, abalado pelas duas grandes guerras, nas quais a participação dos alemães, ao final dos conflitos, ficou marcada como extremamente negativa. Por isso as comemorações em torno da data de fundação de Nova Friburgo (arbitrariamente definida como o dia em que D. João VI assinou o decreto aprovando a criação da colônia, dois anos antes da chegada efetiva dos imigrantes) se fizeram nos momentos imediatamente posteriores ao fim das duas

guerras (1918 e 1947), consolidando-se em definitivo a partir de 1948, quando o 16 de Maio foi oficializado feriado municipal.

O período intermediário, que abarca as décadas de 1920 e 30 e a primeira metade da década de 40, experimentou a estagnação de tal estratégia. Isso porque, primeiramente, nos anos 20, Friburgo viveu sob o signo da expansão industrial capitaneada pelo capital privado alemão, a deter o controle acionário das grandes fábricas de tecido e o monopólio da produção e distribuição da energia elétrica, o que deu ao grupo dos Arp um enorme poder de pressão junto à vida política do município. Em seguida, nos anos 30, a colônia germânica passou a atuar de maneira ostensiva na cidade, através da Sociedade Alemã, a promover atividades culturais que congregavam seus membros e serviam de correia de transmissão para a divulgação das idéias nazifascistas, em franca expansão na Europa. Somente após a Segunda Guerra Mundial, com o declínio das ideologias autoritárias em todo o mundo, justamente nos governos nitidamente identificados com a facção representativa dos interesses dos empresários locais (César Guinle - 1947/50; Heródoto Bento de Mello - 1964/67 e 1983/88) é que o mito da Suíça Brasileira voltou a ser retomado com intensidade.

Os dois governos udenistas, por sinal, foram apontados por Heródoto Bento de Mello como balizas do progresso em Nova Friburgo, representando marcas significativas na administração municipal, marcas dos que, treinados na iniciativa privada, estariam aptos a exercer o poder público com sucesso e competência. Heródoto afirmava categoricamente:

... porque éramos capazes, competentes e trabalhadores, vencemos e tivemos sucesso, sucesso que se exprime, evidentemente, por realizações empresariais - sinal de organização e fator de riqueza. (...) Marcas destes governos foram também a manifestação do autêntico espírito liberal udenista que levava a governar, acima das disputas partidárias, com isenção, sem perseguições, premiando e escolhendo os melhores mesmo que estes fossem adversários.³¹⁹

O seu governo, após o golpe de 1964, representaria, em suma, a retomada do projeto “liberal udenista” após o longo domínio populista na administração municipal desde 1950, assim como o governo de César Guinle havia significado a reconquista do poder usurpado do grupo galdinista pela Revolução de 1930 e o Estado Novo. A facção getulista, com raízes no antigo partido nilista e no movimento ideológico que advogava

uma alternativa de poder francamente autoritária e antiliberal, se caracterizara por adotar uma prática política centrada na personalidade carismática, a dirigir o apelo direto às camadas populares, numa relação que, se visava o controle das massas, convivia sempre com a possibilidade (e o perigo, dentro da concepção dos grupos dominantes) da mobilização popular efetiva, como se deu realmente em vários momentos, principalmente dos anos 50 em diante. Os governos populistas, ao priorizarem o atendimento de determinadas necessidades básicas da população dos bairros periféricos, teriam deixado de cuidar do planejamento urbanístico da cidade, permitindo, na visão dos udenistas, o seu crescimento desordenado, o proliferar de favelas, a descaracterização, enfim, de Nova Friburgo enquanto o “burgo europeu e civilizado” que deveria ser. Tal quadro se complicaria ainda mais no início dos anos 60, com a eleição de Vanor e sua administração pouco ortodoxa para os conservadores, ao menosprezar poderes tradicionais como o da câmara de vereadores e dos grupos econômicos, preferindo a aliança com sindicalistas e comunistas. A salvação do projeto burguês viria, então, com o golpe de 1964, articulado pelos udenistas, apoiado pelos empresários e perpetrado pela guarnição do Sanatório Naval na cidade.

O fundamental a resgatar de todo o quadro analisado neste trabalho é a compreensão da luta política como uma guerra de posições travada entre frações de classe pela afirmação de uma determinada forma de se apreender a realidade social, forma esta edificada segundo a visão de mundo que se manifesta em função dos interesses particulares de cada grupo. Os grupos e partidos políticos se constituem na ação pragmática que visa impor a um conjunto mais amplo de agentes sociais a legitimidade de seus pontos de vista. Afinal, o papel básico da ideologia é tornar universal aquilo que, na verdade, é particular. Ou, como afirma Bourdieu:

*... em muitos casos os interesses do mandatário e os interesses dos mandantes coincidem em grande parte, de modo que o mandatário pode acreditar e fazer com que acreditem que ele não possui interesses à margem dos interesses de seus mandantes.*³²⁰

A construção da hegemonia política, em suma, prevê a elaboração de projetos ideológicos capazes de serem abraçados como verdades pelos grupos sociais, levando à mobilização até tornarem-se realidade histórica. Não há, portanto, possibilidade de transformação social sem que haja, além das mudanças econômicas, mudanças no nível da cultura e das mentalidades. Para o que muito contribui a ação dos intelectuais

orgânicos de que nos fala Gramsci, a exemplo de homens políticos tais como Galdino do Valle Filho, Agenor de Roure, Heródoto Bento de Mello, cujas atuações, por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia (partidos políticos, meios de comunicação, associações classistas, etc.) foram determinantes na luta pela consolidação de um projeto hegemônico liberal, burguês, capitalista na cidade de Nova Friburgo, formuladores, neste processo, dos mitos que passaram a identificá-la à “Suíça Brasileira” e ao “Paraíso Capitalista”.

NOTAS

Amâncio não foi o único a desempenhar este papel; vários foram os homens políticos em Nova Friburgo que utilizaram, como condição fundamental para sua projeção política, o “capital pessoal de notoriedade” adquirido pelo fato de exercerem atividades associadas à medicina: desde o farmacêutico Alberto Braune, na virada do século, que ficou conhecido como “pai dos pobres”, passando por Galdino do Valle Filho, até os também médicos Feliciano Costa, Dermeval Barbosa Moreira e Vanor Tassara Moreira, nas décadas de 1950 e 1960.

² AMADO, Janaína - “História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços” in SILVA, Marcos A. da (org.) - República em Migalhas - História Regional e Local, SP, ANPUH/Marco Zero, 1990, p. 08.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy - “História Regional e Transformação Social” in SILVA, Marcos A. da (org.) - op. cit., pp. 68 e 69.

⁴ CARDOSO, Ciro F. - “Uma Nova História?” in Ensaio Racionalistas, RJ, Campus, 1989.

⁵ GINZBURG, Carlo - “História da Arte Italiana” in A Micro-História e Outros Ensaio, Lisboa/DIFEL e RJ/Bertrand do Brasil, 1989, p. 07.

⁶ Ibidem, p. 37.

⁷ BURKE, Peter - A Escola dos Annales (1929-1989) - A Revolução Francesa da Historiografia, SP, Ed. Unesp, 1991, p. 103.

⁸ JULLIARD, Jacques - “A Política” in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre - História: Novas Abordagens, RJ, Livraria Francisco Alves Editora, 1988, 3ª ed., p. 184.

⁹ HOBSBAWM, Eric - “O Ressurgimento da Narrativa: Alguns Comentários” in Revista de História nº 2/3, UNICAMP, 1991, p. 41.

¹⁰ JULIARD, Jacques - op. cit., p. 185.

¹¹ Ibidem.

¹² FAORO, Raimundo - Existe um Pensamento Político Brasileiro?, SP, Ática, 1994, p. 15.

¹³ COUTINHO, Carlos Nelson - Marxismo e Política - A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio, SP, Cortez, 1994, p. 105.

¹⁴ Cf. BOBBIO, Norberto - “Elites, Teoria das” in Dicionário de Política, Brasília, Ed. UnB, 1995, 8ª ed., vol. 1, pp. 385-391 e ALBERTONI, Ettore - Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites, RJ, Imago, 1990.

¹⁵ GRUPPI, Luciano - O Conceito de Hegemonia em Gramsci, RJ, Graal, 1991, 3ª ed., p. 82.

¹⁶ ANSART, Pierre - Ideologias, Conflitos e Poder, RJ, Zahar, 1978, p. .

¹⁷ MARX & ENGELS, A Ideologia Alemã, SP, Martins Fontes, 1989.

¹⁸ GRAMSCI, Antonio - Concepção Dialética da História, RJ, Civilização Brasileira, 1991, 9ª ed., p. 63.

¹⁹ ANSART, Pierre, op. cit., p. 196.

²⁰ Ibidem, p. 234.

²¹ BOURDIEU, Pierre - “Espaço Social e Poder Simbólico” in Coisas Ditas, SP, Brasiliense, 1990, p. 157.

²² _____ - “Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe” in A Economia das Trocas Simbólicas, SP, Perspectiva, 1992, 3ª ed., p.191.

²³ _____ - “A gênese dos conceitos de habitus e de campo” in O Poder Simbólico, Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1989, p. 61.

²⁴ _____ - “Sobre o Poder Simbólico” in O Poder Simbólico, Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1989, pp. 14/15.

²⁵ _____ - Coisas Ditas, SP, Brasiliense, 1990, p. 167.

²⁶ _____ - “A representação política - Elementos para uma teoria do campo político” in O Poder Simbólico, Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1989, p. 186.

²⁷ _____ - “A Delegação e o Fetichismo Político” in Coisas Ditas, SP, Brasiliense, 1990, pp. 189/190.

²⁸ HOBSBAWM, Eric - A Era do Capital, RJ, Paz e Terra, 1996, 5ª ed., p. 23.

²⁹ Ibidem, p. 21.

³⁰ Ibidem, p. 343.

³¹ Ibidem, pp. 340/341.

³² BOSI, Alfredo - “A Escravidão entre dois liberalismos” in Dialética da Colonização, SP, Cia. das Letras, 1993, p. 230.

³³ Ibidem, p. 237.

³⁴ NEDER, Gizlene - Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil, RS, S. A. Fabris Ed., 1995, p.39.

³⁵ GOMES, Pinharanda - A Filosofia Tomista em Portugal, Porto, Lello & Irmão Editores, 1978, p. 96.

³⁶ ROMANO, Roberto - Brasil: Igreja contra Estado, SP, Kairós, 1979, p. 44.

³⁷ LÖWY, Michael - Método Dialético e Teoria Política, RJ, Paz e Terra, 1985, 3ª ed., p.11.

³⁸ VERDENAL, René - “A Filosofia Positivista de Auguste Comte” in CHÂTELET, François (org.) - A Filosofia e a História 5, RJ, Zahar, 1981.

- ³⁹ LÖWY, Michael - As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen, SP, Ed. Busca Vida, 1988, 2ª ed., pp. 22/27.
- ⁴⁰ ROMANO, Roberto - op. cit., p. 127.
- ⁴¹ Ibidem, p. 133.
- ⁴² Ibidem, p. 138.
- ⁴³ MENDONÇA, Sonia Regina - “O Ruralismo Brasileiro na Primeira República: Um Debate de Idéias” in À Margem, Revista de Ciências Humanas, ano 1, nº 1/janeiro/1993, Niterói.
- ⁴⁴ Ibidem, p. 30.
- ⁴⁵ ARAÚJO, João Raimundo de - Nova Friburgo: o Processo de Urbanização da Suíça Brasileira, Niterói, 1992, dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense.
- ⁴⁶ Jornal A Paz, Nova Friburgo, edição de 28/03/1915.
- ⁴⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) - A República na Velha Província, RJ, Rio Fundo, 1989.
- ⁴⁸ Ibidem, p. 211.
- ⁴⁹ Ibidem, p. 229.
- ⁵⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes - Em Busca da Idade de Ouro, RJ, Ed. UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994, p. 59.
- ⁵¹ CORRÊA, Heloísa Beatriz Serzedello - Nova Friburgo: o Nascimento da Indústria (1890-1930), Niterói, 1985, dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense, p. 96.
- ⁵² Jornal A Paz, edição de 10/10/1915.
- ⁵³ Trecho de artigo escrito por Agenor de Roure, quando das comemorações referentes ao “Centenário” de Nova Friburgo, republicado em SOARES, Décio Monteiro - Terra Friburguense, Niterói, Imprensa Oficial, 1952, p. 122 e 123.
- ⁵⁴ A conferência de Agenor de Roure, proferida a 19 de maio de 1918, foi transcrita, em forma de artigo, na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1918, Tomo 83, pp. 243 a 266, sob o título “O Centenário de Nova Friburgo”.
- ⁵⁵ Trechos destacados do artigo citado na nota anterior.
- ⁵⁶ ORTIZ, Renato - “Memória Coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX” in Cultura Brasileira & Identidade Nacional, SP, Brasiliense, 1985.
- ⁵⁷ Ibidem, p. 21.
- ⁵⁸ ROURE, Agenor de - “A Abolição e seus reflexos econômicos” in Revista do IHGB, 1918, p. 317.
- ⁵⁹ HOBSBAWM, E. & RANGER, T.- A Invenção das Tradições, RJ, Paz e Terra, 1984.
- ⁶⁰ Ibidem, p. 21.
- ⁶¹ Editorial “O Trigo em Friburgo”, publicado no jornal A Paz, edição de 10/07/1915.
- ⁶² ANDERSON, Benedict - Nação e Consciência Nacional, SP, Ed. Ática, 1989, pp. 13/16.
- ⁶³ Ibidem, p. 14.
- ⁶⁴ HOBSBAWM, Eric - Nações e Nacionalismo desde 1780, RJ, Paz e Terra, 1991, p. 19.
- ⁶⁵ Cf. RENAN, Ernest - “Qu’est-ce qu’une Nation?” in AMIEL, Olivier - Agora - Les Classiques, Presses Pocket, 1992, p. 55.
- ⁶⁶ CHESNEAUX, Jean - Devemos fazer tábula rasa do passado?, SP, Ática, 1995, p. 31.
- ⁶⁷ LOUZADA, Gioconda - Presença Negra - uma nova abordagem de Nova Friburgo, RJ, EDUFF, 1991. Também é rico na análise da presença de escravos em Friburgo o trabalho baseado em estudos sobre o Código de Posturas de 1848, Inquérito sobre escravidão em Nova Friburgo (mimeo), de Jorge Miguel Mayer e Edson de Castro Lisboa, à disposição no Deptº Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.
- ⁶⁸ ARAUJO, João Raimundo de - op. cit., pp. 61 e 62.
- ⁶⁹ MAYER, Jorge Miguel & PEDRO, José Carlos - Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo (mimeo), Deptº Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. Trabalho baseado na análise dos registros de batismo e óbitos relativos ao período 1819-1831.
- ⁷⁰ Cf. NICOULIN, Martin - A Gênese de Nova Friburgo, RJ, Fundação Biblioteca Nacional/Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1996, p.
- ⁷¹ POMPEU, Julio - Album de Nova Friburgo, Petropolis, Oficinas Graphicas L. Silva & C., 1919.
- ⁷² Dados publicados em SOARES, Decio Monteiro - op. cit., p. 07.
- ⁷³ GUIMARÃES, Arthur - Um Inquérito Social em Nova Friburgo: ensaio de sociologia prática, RJ, tipografia do Jornal do Comércio, 1916.
- ⁷⁴ ARAUJO, João Raimundo de - op. cit., p. 215.
- ⁷⁵ Cf. artigo de Enoy Pontes no jornal A Cidade de Friburgo, Nova Friburgo, edição de 08/05/18.
- ⁷⁶ Jornal O Pharol, Nova Friburgo, edição de 30/12/1917.
- ⁷⁷ Artigo originalmente produzido em junho de 1915, transcrito no jornal A Cidade de Friburgo, edição de 24/11/1917.
- ⁷⁸ Jornal A Paz, edição de 16/08/1914.
- ⁷⁹ Jornal A Paz, edição de 23/01/1916, que anunciava a comemoração, organizada pela colônia alemã de Nova Friburgo, do aniversário do Imperador Guilherme II, a 27 de janeiro.
- ⁸⁰ Artigo intitulado “BRAZIL-ALLEMANHA - A Collonia Allemã em Nova Friburgo”, publicado no jornal A Paz, edição de 02/04/1916.
- ⁸¹ Jornal A Paz, edição de 11/11/1917.
- ⁸² Em entrevista a mim concedida no ano de 1991.

- ⁸³ In Notas Biográficas para Monografias - CADERNOS DE CULTURA da Diretoria de Desenvolvimento Cultural PRÓ-MEMÓRIA - Secretaria de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1985.
- ⁸⁴ Jornal O Nova Friburgo, edição de 04/08/32.
- ⁸⁵ Ver FAUSTO, Boris - A Revolução de 1930, SP, Brasiliense, 1995, 14ª ed., pp. 29/31.
- ⁸⁶ Jornal O Nova Friburgo, edição de 12/05/32.
- ⁸⁷ O jornal A Cidade de Friburgo circulou no exato período em que perdurou o domínio do grupo liderado pelo então Prefeito Sílvio Rangel, nomeado interventor do município por Nilo Peçanha, desalojando do poder local o partido de Galdino, entre 1916 e 1922.
- ⁸⁸ Jornal O Friburguense, edições de 05 e 17/07/1932.
- ⁸⁹ Médico, Hélio Maia viria a ocupar, durante a interventoria de Dante Laginestra no Estado Novo, o importante cargo de Diretor de Higiene e Saúde Pública da Prefeitura de Nova Friburgo. Em 1950, seria eleito Vereador pela legenda do PTB.
- ⁹⁰ Jornal O Friburguense, edição de 28/08/32.
- ⁹¹ VIANNA, Luiz Werneck - Liberalismo e Sindicato no Brasil, RJ, Paz e Terra, 3ª ed., p. 109.
- ⁹² GOMES, Ângela Maria de Castro - “Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)” in História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 3º volume, 1991, 5ª ed, p. 26.
- ⁹³ MENDONÇA, Sônia Regina de - Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento, RJ, Graal, 1988, pp. 22-26.
- ⁹⁴ LAMOUNIER, Bolivar - “Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação” in HGCB, Tomo III, 2º volume, 1990, 4ª ed.
- ⁹⁵ CAMPOS, Francisco - O Estado Nacional: sua estrutura; seu conteúdo ideológico, RJ, Livraria José Olympio, 1940, p. 21.
- ⁹⁶ Ibidem, p. 22.
- ⁹⁷ Ibidem, p. 39.
- ⁹⁸ Ibidem, p. 42.
- ⁹⁹ Ibidem, p. 55.
- ¹⁰⁰ Jornal O Friburguense, edição de 28/08/32.
- ¹⁰¹ Jornal O Friburguense, edição de 06/11/32.
- ¹⁰² Ibidem, idem.
- ¹⁰³ Ibidem, idem.
- ¹⁰⁴ Cf. ARAÚJO, João Raimundo de - op. cit., pp. 308/310.
- ¹⁰⁵ CORREA, Heloísa Beatriz Serzedello - op. cit., pp. 106/107.
- ¹⁰⁶ WANDERLEY, A. de Menezes - O Município de Nova Friburgo - dados históricos e physiographicos, 1930, Tipografia de “O Nova Friburgo”.
- ¹⁰⁷ Estes dados, cujo grau de precisão deve ser relativizado, encontram-se em publicação produzida pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, O Município de Nova Friburgo - aspectos antigos e modernos - informações - dados estatísticos, de 1933.
- ¹⁰⁸ Jornal O Friburguense, edição de 26/04/31.
- ¹⁰⁹ A fundação dos primeiros sindicatos contou com a participação decisiva do advogado e jornalista Comte Bittencourt. Positivista, com o trabalho realizado junto aos operários, tornou-se uma figura política de expressão, talvez o único membro do grupo getulista com cacife para enfrentar nas urnas o ainda poderoso adversário, Galdino do Valle Filho. Nos primeiros dias de 1932, entretanto, uma apendicite aguda o matou, nos seus jovens 36 anos. Natural de Pádua, Comte Bittencourt havia se transferido para Nova Friburgo em 1916, filiando-se ao partido do interventor Sílvio Rangel, líder da facção nilista. Foi secretário da Câmara Municipal e diretor do jornal A Cidade de Friburgo. Com a saída de Rangel do município, após a vitória de Galdino nas eleições para a Prefeitura em 1922, Comte assumiu a liderança do Partido Republicano do Estado, controlado por Nilo Peçanha e conduziu, em 1929, a campanha pró-Getúlio Vargas na cidade, apoiando, depois, a Revolução de 1930. Informações retiradas de reportagem sobre Comte publicada, quando de sua morte, no jornal O Friburguense, em janeiro de 1932.
- ¹¹⁰ Em entrevista ao jornalista Aristélio de Andrade, do Jornal A Voz da Serra, em 17 de dezembro de 1998, José Costa afirmava que tal assistente era ninguém menos do que Astrojildo Pereira, fundador e então Secretário-Geral do PCB.
- ¹¹¹ Depoimento de José Costa.
- ¹¹² Jornal O Nova Friburgo, edição de 12/01/33.
- ¹¹³ Ibidem, idem.
- ¹¹⁴ Explicam-se tais palavras pelo fato de que Richard Hugo Otto Ihns fora um dos prisioneiros de guerra alemães trazidos, em 1917, para o Sanatório Naval de Friburgo, tendo permanecido na cidade após o término do conflito, assim como fizeram muitos outros, quase todos absorvidos como mão-de-obra especializada ou ocupando funções de gerência nas fábricas. Richard Ihns tornou-se acionista e diretor da empresa a partir de 1947, quando a mesma foi transformada em sociedade anônima.
- ¹¹⁵ A disputa entre os operários e a direção Fábrica somente teria fim no dia 07 de janeiro, em assembléia realizada pelo Sindicato, após a intermediação de diversas autoridades, como o Chefe de Polícia do Estado, Joubert Evangelista da Silva, o Prefeito Municipal, Hugo Motta, o Promotor da Comarca, Euclides Solon de Pontes e representantes da Federação Proletária do Estado. O acordo firmado entre as partes estabeleceria 10% de aumento para os adultos e maiores vantagens para as crianças.

- ¹¹⁶ Jornal O Friburguense, edição de 29/01/33.
- ¹¹⁷ Jornal O Nova Friburgo, edição de 27/10/32. Era uma argumentação muito próxima da que um Francisco Campos utilizaria, mais tarde, para justificar a supressão das liberdades individuais quando da implantação do Estado Novo: a sociedade liberal, baseada na competição, teria estimulado a luta de classes e, em consequência, gerado ela própria o comunismo; seria preciso cortar o mal pela raiz, instituindo o regime autoritário.
- ¹¹⁸ SILVA, Luiz Henrique da - Um Mundo na Sociedade, N. Friburgo, Atlas Artes Gráficas, 1990, p. 35.
- ¹¹⁹ CORRÊA, Heloísa Beatriz Serzedello - op. cit., p. 107.
- ¹²⁰ Segundo palavras de Edmundo Weber em outro artigo publicado em O Nova Friburgo, na mesma edição em que foi publicado o “alerta” aos operários sobre a “ameaça comunista”, em 29/01/33.
- ¹²¹ Como nas edições de 22/12/32 e 03/05/33 do jornal O Nova Friburgo.
- ¹²² Artigo assinado por J. P. Mueller, membro da colônia alemã no município, intitulado “Aspectos e Judeus Internacionaes”. Jornal O Friburguense, edição de 30/04/33.
- ¹²³ Jornal O Friburguense, edição de 15/10/33.
- ¹²⁴ Jornal O Nova Friburgo, edição de abril de 1935.
- ¹²⁵ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence - A Invenção das Tradições, RJ, Paz e Terra, 1984, p. 294.
- ¹²⁶ Registrado pelo jornal O Friburguense, na edição de 28/04/35.
- ¹²⁷ Dos 2.006 suíços que deixaram sua terra natal em 1818, apenas 418 (20,8%) provinham de regiões na Suíça onde se falava o alemão, sendo que, destes, 50 morreram na viagem. Dos suíços instalados no Sítio do Morro Queimado, somente 369 (22,6%) eram oriundos da Suíça Alemã. Estes dados podem ser encontrados no livro, já citado, do historiador suíço Martin Nicolin.
- ¹²⁸ Frederico Witte, que, por vários anos, ocuparia uma das gerências da Fábrica de Rendas Arp, seria assassinado, em 1953, pelo operário José Alves Pinheiro, revoltado em virtude de sua demissão.
- ¹²⁹ Noticiado por O Friburguense na edição de 14/10/34, o episódio também faz parte do relato de Francisco de Assis Bravo, que estava entre os principais oradores do comício.
- ¹³⁰ Segundo nota de O Nova Friburgo, de 28/11/35.
- ¹³¹ Ibidem, idem.
- ¹³² Depoimentos de José Costa colhidos por mim em 15 de outubro de 1999, um mês antes de vir a falecer.
- ¹³³ Jornal O Nova Friburgo, edição de 25/06/1936.
- ¹³⁴ Segundo artigo assinado por J. E. Macedo Soares, publicado originalmente no Diário Carioca e transcrito no jornal A Voz da Serra, em 30/12/45.
- ¹³⁵ Jornal O Nova Friburgo, edição de 06/08/36. A 02 de julho do mesmo ano, já havia sido dada ampla cobertura à visita do chefe nacional do Integralismo a Nova Friburgo e à sua conferência no Cine Teatro Leal, realizadas no dia 23 de junho.
- ¹³⁶ A exemplo do artigo intitulado “S.O.S. - O CRIME DANTESCO”, publicado em O Nova Friburgo, edição de 12/03/36.
- ¹³⁷ Jornal O Nova Friburgo, edições de 04 e 11/07/37.
- ¹³⁸ Jornal O Nova Friburgo, edição de 27/06/37.
- ¹³⁹ Jornal O Nova Friburgo, edições de 25/04, 23/05, 20/06, 22/08/37.
- ¹⁴⁰ Trecho de artigo de Júlio Ferreira Caboclo sobre “O caráter psicológico da alma alemã”, publicado no jornal O Nova Friburgo em 23/07/37, na mesma edição que anunciava as festividades em comemoração ao Dia do Colono na cidade.
- ¹⁴¹ Jornal A Paz, edição de 19/06/37.
- ¹⁴² CAMPOS, Francisco - op. cit., p. 33.
- ¹⁴³ VIANNA, Oliveira - Instituições Políticas Brasileiras, BH/Itatiaia e Niterói/ EDUFF, 1987 (1ª ed.: 1949).
- ¹⁴⁴ _____ - Direito do Trabalho e Democracia Social, RJ, Record, 1955, p. 92.
- ¹⁴⁵ Cf. GOMES, Angela de Castro - A Invenção do Trabalho, RJ, Relume-Dumará, 1994, 2ª ed., p. 237.
- ¹⁴⁶ LAMOUNIER, Bolívar - op. cit., p. 98.
- ¹⁴⁷ VIANNA, Luiz Werneck - op. cit., p. 135.
- ¹⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco de - “A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista” in Seleções CEBRAP, nº 1, SP, Brasiliense, 1977.
- ¹⁴⁹ A adutora do Debossan foi inaugurada em grande estilo, em junho de 1939, com a presença do governador e de várias autoridades, não sem antes o Prefeito devolver as críticas de seu adversário político, acusando as administrações anteriores à Revolução de 1930, quando era hegemônico o grupo de Galdino, de serem as responsáveis de fato pelo descaso com o abastecimento de água em Friburgo e, em decorrência, pela epidemia de tifo. Jornal O Nova Friburgo, edições de junho de 1939.
- ¹⁵⁰ Jornal O Nova Friburgo, edição de 10/03/39.
- ¹⁵¹ SILVA, Luiz Henrique da - op. cit., pp. 37/38.
- ¹⁵² Assim relata seu filho Afrânio: “Ao menor pretexto, ou mesmo sem pretexto, era o Dr. Galdino detido e recolhido à prisão. Foi detido, tanto quando ocorreu a intentona comunista, em 1935, como quando por ocasião de levante integralista, em 1937, tal como havia acontecido tantas vezes anteriormente, como se sua conduta admitisse tais desvios de rumo. Nunca lhe disseram o motivo da detenção, a não ser certa vez, quando o Delegado da Ordem Política no Estado do Rio lhe dissera: ‘O Sr. anda fazendo comentários, nos cafês, contra o Governo’”. In Notas Biográficas para Monografias - CADERNOS DE CULTURA da Diretoria de Desenvolvimento Cultural PRÓ-MEMÓRIA - Secretaria de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1985.

- ¹⁵³ Jornal A Paz, edição de 28/05/38.
- ¹⁵⁴ Editorial do jornal A Paz, edição de 23/07/38.
- ¹⁵⁵ Jornal A Paz, edição de 29/04/39.
- ¹⁵⁶ Novo editorial assinado por Galdino, com o título “QUINTA-COLUNA”, publicado no jornal A Paz, em abril de 1942.
- ¹⁵⁷ Atual Praça Getúlio Vargas.
- ¹⁵⁸ Jornal A Paz, edição de 22/08/42.
- ¹⁵⁹ MORAES, Dênis de - O Imaginário Vigiado - a imprensa e o realismo socialista no Brasil (1947-53), RJ, José Olympio Ed., 1994, p. 27.
- ¹⁶⁰ Ibidem, p. 28.
- ¹⁶¹ BENEVIDES, Maria Victoria - A UDN e o Udenismo, RJ, Paz e Terra, 1981, pp. 28 e 29.
- ¹⁶² Tarcísio Tupinambá escreveu, em 1988, diversas passagens sobre a sua permanência em Nova Friburgo naqueles anos da década de 40, reunidas em trabalho ainda não publicado, intitulado “Do Calor Maranhense ao Frio Friburguense”, de onde foi retirado o trecho acima.
- ¹⁶³ Depoimento de Afrânio Veiga do Valle in op. cit., pp. 55/57.
- ¹⁶⁴ Conforme os escritos de Tupinambá, a entidade não passou de sua segunda reunião solene, quando, durante uma conferência do escritor Joaquim Ribeiro, cujo tema era “Momentos Decisivos do Pensamento Humano”, o palestrante foi enumerando os homens que, com sua palavra ou filosofia, haviam mudado os rumos da humanidade, tais como os filósofos gregos, Jesus Cristo, Voltaire, Rousseau, Marx, etc. Pronunciado o nome de Karl Marx, o auditório explodiu em aplausos entusiásticos. No dia seguinte, a polícia política fechava o Centro de Arte e Cultura.
- ¹⁶⁵ BENEVIDES, Maria Victoria - op. cit., p.
- ¹⁶⁶ Ibidem, pp. 245/252.
- ¹⁶⁷ GOMES, Angela de Castro - op. cit., p. 286.
- ¹⁶⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves - PTB - do Getulismo ao Reformismo - 1945/1964, SP, Marco Zero, 1989, p. 50.
- ¹⁶⁹ Jornal O Nova Friburgo, edição de 03/02/46. Há que se precaver quanto ao número de operários têxteis indicados pela reportagem como existentes em Friburgo na época, já que os censos de 1940 e de 1950 apontariam outros dados.
- ¹⁷⁰ Segundo palavras de Francisco Bravo.
- ¹⁷¹ Luiz Malheiros em breve deixaria as páginas de O Nova Friburgo, ingressando no PSD e passando a colaborar com A Voz da Serra. Seria um dos principais dirigentes do PSD local, sendo eleito como o vereador mais votado da legenda em 1950.
- ¹⁷² Jornal O Nova Friburgo, edição de 31/03/46.
- ¹⁷³ Jornal O Nova Friburgo, edição de 12/05/46.
- ¹⁷⁴ Jornal O Nova Friburgo, edição de 15/09/46.
- ¹⁷⁵ Jornal O Nova Friburgo, edição de 29/09/46.
- ¹⁷⁶ Dante entregaria a José Naegele a direção e a Juvenal Marques Filho (filho do antigo proprietário de O Nova Friburgo) a gerência do periódico. No ano seguinte, assumiria a função de diretor o Prof. José Côrtes Coutinho. De todos os jornais citados nesta dissertação, A Voz da Serra é o único que continua circulando até hoje em Nova Friburgo.
- ¹⁷⁷ Jornal A Voz da Serra, edição de 07/04/45.
- ¹⁷⁸ Dos 10.155 votos válidos apurados em Friburgo para as majoritárias, o PSD conquistaria 5.934 contra 3.681 da UDN, elegendo ainda o dr. Sílvio Henrique Braune, presidente do Partido, a deputado federal.
- ¹⁷⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves, op. cit., pp. 64/66.
- ¹⁸⁰ Jornal A Voz da Serra, edições de 23/12/45 e 13/01/46.
- ¹⁸¹ Jornal O Nova Friburgo, edição de 10/03/46.
- ¹⁸² Do total de dez convencionais, o ex-interventor recebeu apenas um voto, sendo preterido pelo pastor protestante Waldir Bezerra. Jornal O Nova Friburgo, edição de 01/12/46. Tais divergências, no entanto, não restringiam-se à cidade, podendo também ser percebidas como um reflexo das diferenças entre PSD e PTB a nível estadual e mesmo nacional. Os petebistas, além de não terem assimilado a deposição de Getúlio em outubro de 1945, que contara com a participação decisiva de Dutra, achavam-se desprestigiados pelo governo do general. A nível estadual, travou-se uma contenda entre o constituinte Abelardo da Matta, do PTB, e o então deputado Amaral Peixoto, por conta de episódios considerados atentatórios à pessoa de Vargas: a ordem, da parte do Secretário de Educação e Saúde do Estado, para retirar os retratos de Getúlio das repartições daquela secretaria, e o fato de o novo interventor, Cel. Hugo Silva, ter omitido o nome do ex-presidente na solenidade inauguratória de Volta Redonda.
- ¹⁸³ Jornal O Nova Friburgo, edição de 01/12/46.
- ¹⁸⁴ Foram eleitos ainda 14 deputados pela UDN, 8 do PTB, 6 do PCB, 1 do PR e 1 do PRP.
- ¹⁸⁵ Segundo o jornal A Voz da Serra, edição de 17/08/47. A família Guinle veio para Friburgo em 1912, adquirindo a propriedade dos herdeiros do Barão de Nova Friburgo, onde hoje está o Nova Friburgo Country Clube, no Parque São Clemente, e diversas outras propriedades.
- ¹⁸⁶ A família Braune teve como “patriarca” o médico João Henrique Braune, natural de Luebeck, Alemanha, tendo vindo para Nova Friburgo em 1855. Um de seus filhos, Alberto Braune, pai de Carlos Alberto, farmacêutico que clinicava e atendia os mais pobres, destacou-se na política friburguense como um correligionário de Nilo Peçanha, chegando a ser conhecido por “pai dos pobres”. In Notas Biográficas para Monografias - CADERNOS DE CULTURA PRO-MEMÓRIA - S.E.C. - P.M.N.F., 1985.

- ¹⁸⁷ Jornal O Nova Friburgo, edição de 05/10/47 (editorial “Descrença Trabalhista”).
- ¹⁸⁸ Jornal O Nova Friburgo, edição de 12/10/47 (coluna “Nos Bastidores da Política”).
- ¹⁸⁹ Jornal A Voz da Serra, edição de 05/10/47.
- ¹⁹⁰ Foram dados 5.882 votos a César Guinle, contra 3.073 a Carlos Braune e 1.240 a Henrique Leal. A UDN fez 9 vereadores, contra 4 do PSD, 1 do PTB e 1 do PSP, legenda esta que abrigou os comunistas, cassados pelo Governo Dutra. O advogado comunista Benigno Fernandes, com grande atuação junto ao movimento operário friburguense, foi o vereador eleito pelo PSP. Seria indicado presidente da Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara, destacando-se por suas constantes intervenções na tribuna do Legislativo em defesa dos trabalhadores, sendo o único a protestar contra a cassação do Partido Comunista e o rompimento do governo brasileiro com a URSS. Cf. Livros de Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo referentes à Legislatura de 1947/50.
- ¹⁹¹ Informações retiradas do Relatório das atividades da Associação, apresentado na sessão de 11/12/47 e publicado em O Nova Friburgo, edição de 11/01/48.
- ¹⁹² Jornal A Paz, edição de 02/04/38.
- ¹⁹³ Editorial “O Turismo no Estado do Rio”, A Paz de 03/12/38. Externando idênticas preocupações, há o artigo do Prof. Ernesto Tessarollo (assinado Tessar), “Cidade de Turismo”, publicado na edição de 06/05/39 do mesmo jornal.
- ¹⁹⁴ Jornal O Nova Friburgo, edição de 15/05/48.
- ¹⁹⁵ Nascido em 1884, Nelson Kemp, descendente de escoceses, elegeu-se Vereador em 1919 por Friburgo, cidade que passou a visitar desde 1903. Ajudou a fundar O Nova Friburgo, atuando na primeira fase do jornal, quando bancado por Alberto Braune. Foi eleito por três vezes deputado estadual, sempre como “avulso”(desvinculado de partidos). Por adotar uma postura por demais independente, caiu com a Revolução de 1930. Ao fim do Estado Novo, retomou as atividades políticas, radicando-se em definitivo em Nova Friburgo, onde dedicou-se à exaltação da história do município, pelos jornais e pela Rádio Sociedade de Friburgo. Morreu, aos 96 anos, em 1977. In Notas Biográficas para Monografias - Cadernos de Cultura, Pró-Memória, SEC-PMNF, 1988.
- ¹⁹⁶ Segundo o artigo “Reabilitação Histórica”, publicado em A Voz da Serra, em 14/03/48.
- ¹⁹⁷ Jornal A Voz da Serra, edição de 25/05/47.
- ¹⁹⁸ Resolução nº 021 (abril de 1948) - Livro de Leis da Câmara Municipal de Nova Friburgo.
- ¹⁹⁹ Jornal O Nova Friburgo, edição de 15/05/48.
- ²⁰⁰ Este discurso foi publicado, na íntegra, pelo jornal O Nova Friburgo, em 23/05/48.
- ²⁰¹ Ibidem, idem.
- ²⁰² O artigo, intitulado “A Suíça de hoje, Pátria dos nossos colonizadores”, foi publicado em 14 de maio de 1950 no jornal A Voz da Serra.
- ²⁰³ Trecho retirado do artigo “Os Colonos Suíços e seus Descendentes, no parecer de Oliveira Viana”, escrito por Alberto Maia, amigo do sociólogo, em 31 de maio de 1951 e publicado, em junho, no jornal A Voz da Serra.
- ²⁰⁴ Editorial de O Nova Friburgo, edição de 09/05/48.
- ²⁰⁵ Jornal O Nova Friburgo, edição de 15/05/48.
- ²⁰⁶ Pedro Cúrio havia participado do 1º Congresso Nacional de História, organizado pelo IHGB em 1914, tendo pertencido ao Instituto e apresentado a tese “Hospitalização Militar no Brasil”, incluída nos anais do congresso. Trabalhou com, segundo suas palavras, “mestre dos mestres em assuntos bibliográficos”, Prof. Vieira Fazenda. Era seu intento dar continuidade ao trabalho iniciado com o livro Como Surgiu Friburgo, através da publicação de um outro livro, Como Progrediu Friburgo, o que acabou não ocorrendo.
- ²⁰⁷ Artigo publicado em 06 de agosto de 1944 no Jornal do Commercio, Niterói, segundo assinala Pedro Cúrio em seu livro.
- ²⁰⁸ CÚRIO, Pedro - Como Surgiu Friburgo (Esboço histórico e episódico) - 1818/1840, Nova Friburgo, Gráfica de “O Nova Friburgo”, 1944, pp. 45 e 46.
- ²⁰⁹ Ibidem, p. 55.
- ²¹⁰ Ibidem, p. 141.
- ²¹¹ Pedro Cúrio ironizava: “É que ‘quem dá aos pobres, empresta a Deus’, porém, esses empréstimos não rendem juros...”. Editorial de O Nova Friburgo, edição de 04/07/48.
- ²¹² Jornal O Nova Friburgo, edição de 19/09/48.
- ²¹³ A redação de O Nova Friburgo receberia a visita de uma delegação de cerca de 80 operários, em agosto de 1948, em agradecimento ao apoio dado às reivindicações trabalhistas.
- ²¹⁴ César Guinle reestruturou a administração municipal, imprimindo-lhe uma organização mais profissional e implantando a cobrança mensal de impostos; remodelou várias estradas, como a Friburgo-Lumiar, antes uma “picada de burro”; retificou o trecho final do Rio Bengalas; modernizou a Companhia Telefônica, de propriedade de Raul Sertã, cujo sistema era o de magneto, com os telefones s manivela: a Prefeitura comprou 90% das ações e as revendeu; conseguiu minorar o velho problema da energia elétrica, etc. Cadernos de Cultura, série 3 - Memória Oral - Depoimentos - Entrevistas, Depto. Pró-Memória, SEC, PMNF, 1987.
- ²¹⁵ A edição de 24 de setembro de 1950 do jornal A Voz da Serra anunciava, com letras garrafais, o comício final da campanha pessedista para o dia 26, no coreto em frente à matriz, que contaria com a presença dos candidatos locais, de Amaral Peixoto e de Dona Alzira Vargas do Amaral Peixoto, apresentada como “representante de seu pai Getúlio Vargas”. A cobertura posterior do evento indicava ter havido grande adesão ao comício por parte dos operários das fábricas. As manchetes de 08 de outubro, pronunciavam: “Getúlio-Amaral - Duas Forças Políticas Indestrutíveis” e “Friburgo acompanha o Brasil e o Estado do Rio, com Getúlio e Amaral”. Getúlio Vargas conquistaria 6.701 votos

friburguenses, contra 3.821 dados a Eduardo Gomes, mais uma vez candidato da UDN. Amaral Peixoto chegaria aos 6.720 votos, contra 3.965 dados a Prado Kelly.

²¹⁶ Este era acusado, inclusive, de ter estabelecido ligações com os nazistas, segundo o jornal A Voz da Serra de 10/09/50.

²¹⁷ Sobre a retificação das margens do Rio Bengalas, por exemplo, concretizada na administração de César Guinle, A Voz da Serra de 13/08 fala: “A Retificação do Rio Bengalas, que nos livrou das enchentes periodicas, foi obra de ERNANI DO AMARAL PEIXOTO”, pelo simples fato de a draga utilizada pertencer ao DNOS. Durante a campanha também fora anunciada a construção da estrada de rodagem estadual direta Mury-Galdinópolis-Lumiar, por iniciativa do Deputado Dante Laginestra, com o “apoio” de Amaral Peixoto, e a definitiva pavimentação da Estrada Rio-Friburgo (projeto de lei de Amaral Peixoto e de Acúrcio Torres).

²¹⁸ Além de ter colaborado voluntariamente com o governo de César Guinle, conforme depoimento deste a Cadernos de Cultura - série 3 - Memória Oral - Depoimentos - Entrevistas, P.M.N.F., S.E.C., Depto. Cultura - Pró-Memória, 1987.

²¹⁹ José Eugênio Müller conquistaria 4.888 votos, contra 3.170 dados ao líder da UDN na Câmara, Tuffy El-Jaick, quando o município possuía 17.692 eleitores inscritos. O PSD faria cinco dos quinze vereadores, mas terminaria a Legislatura com uma bancada de sete edis, e Dante Laginestra seria reeleito deputado estadual, com 2.546 votos em Friburgo.

²²⁰ Ata da reunião da Câmara realizada em 14/07/54.

²²¹ Dados retirados das Sinopses Estatísticas do Município de Nova Friburgo publicadas pelo IBGE em 1948 e 1955, com respeito aos censos realizados em 1940 e 1950.

²²² Nascido em Botafogo, Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1917, Amâncio teria uma vida política marcada pelas vitórias eleitorais sucessivas, sendo eleito prefeito por três ocasiões, deputado estadual e federal. Morreu em 13 de dezembro de 1979, em consequência da doença radiodermite, produzida pela exposição direta na pele do raio X de seu consultório, responsável pela amputação de um dos braços. Informações obtidas no Arquivo do Deptº Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

²²³ O futebol, na época, em Friburgo, cumpria papel de destaque dentre as atividades de massa, contando com três clubes de expressão (Esperança, Friburgo e Fluminense), que disputavam os campeonatos estaduais sem fazer feio, fazendo com que os jornais acompanhassem *paripassu a performance* dos times, através dos cadernos esportivos. Esta situação representava um atrativo evidente para os políticos municipais, que buscavam integrar as diretorias dos clubes e promover os esportes na cidade. Prova do prestígio de Friburgo na arena esportiva foi o fato de o município vir a sediar a Seleção Brasileira nos preparativos para as Copas de 1954 e de 1962.

²²⁴ Feliciano Costa, nascido em 1902, no Rio de Janeiro, era médico da Marinha, tendo alcançado o posto de Capitão de Mar e Guerra. Veio para Friburgo em 1940, para chefiar a clínica do Sanatório Naval. A exemplo dos outros médicos-políticos, construiu sua popularidade atendendo de graça os pacientes pobres. De caráter personalista e por demais independente, infenso à disciplina partidária, filiou-se a diversos partidos, começando pelo PTB, do qual foi presidente até 1946, passando pelo PSD, PSP, Arena e PP. Elegeu-se prefeito duas vezes (1954 e 1970), assim como deputado estadual (1962 e 1974) e foi Secretário Estadual do Trabalho em 1963, na administração de Badger da Silveira. Veio a falecer em 1981. Dados fornecidos por anotações recolhidas junto ao Arquivo do Deptº Pró-Memória de Nova Friburgo.

²²⁵ Mesmo assim, o prestígio de Galdino era suficiente para fazê-lo ganhar a eleição para deputado federal, conquistando 2.661 votos em Nova Friburgo, além de apoiar a candidatura de César Guinle a deputado estadual, igualmente vitoriosa, com 2.208 votos dos friburguenses.

²²⁶ A edição de 18/07/54 do jornal O Nova Friburgo anunciava a “surpresa política”, que colocava em “situação humilhante” o então presidente da Câmara Municipal, Amadeu Villa, um dos dois vereadores eleitos pelo PTB em 1950, que, graças a um acordo com o PSD, ocupava a presidência do Legislativo.

²²⁷ Transcrito pelo jornal A Voz da Serra, na edição de 29/08/54.

²²⁸ O manifesto de Henrique Sampaio Leal, publicado em O Nova Friburgo de 19/09/54, seria lido na Rádio Sociedade de Friburgo e panfletado na cidade, provocando grande repercussão.

²²⁹ Jornal O Nova Friburgo, edição de 12/06/55.

²³⁰ Advogado e diretor-gerente de A Paz, Aguilera Campos cumpria seu segundo mandato como vereador pela UDN, tendo sido conduzido pela bancada à condição de líder por sua “experiência” e “moderação”, características contrapostas à “explosividade” e “inexperiência” do Engº Heródoto Bento de Mello, também cotado para o cargo, conforme se depreende do artigo “Quem será o líder da bancada udenista?”, publicado no jornal O Nova Friburgo, edição de 21/11/54.

²³¹ Trechos extraídos do Livro de Atas da Câmara Municipal, Sessão do dia 12 de julho de 1955.

²³² Jornal A Voz da Serra, edição de 17/07/55.

²³³ Jornal A Voz da Serra, edições de 03/04, 22/05, 05/06 e 10/07/55.

²³⁴ Jornal O Nova Friburgo, edição de 28/08/55.

²³⁵ Jornal O Nova Friburgo, edição de 04/09/55.

²³⁶ Transcrito no Livro de Atas da CMNF, sessão de 14/11/55.

²³⁷ Deixaram o PSD no período o ex-prefeito José Eugênio Müller, os vereadores Murilo Cúrio, Geraldo Pinheiro, Pio Francisco de Azevedo e João Baptista de Moraes, além de figuras de proa do pessedismo local, como José Antonio Alves, Herculano Knust, Paulo Cordeiro, Carlos Côrtes e Messias de Moraes Teixeira. Jornal A Voz da Serra, edição de 12/10/58.

²³⁸ Jornal A Voz da Serra, edição de 7/8 de fevereiro de 1959.

²³⁹ Jornal A Voz da Serra, edição de 12/05/61.

²⁴⁰ Jornal O Nova Friburgo, edição de 10/10/54.

²⁴¹ Heródoto é sócio fundador da SOTEC (Sociedade Técnica de Engenharia e Comércio Ltda.) em 1950; da CADIMA (Casa Distribuidora de Materiais Ltda.) em 1956; das Firms Conservas Friburgo Ltda. (Indústria de Alimentos) e Cidade Industrial Ltda. (Incorporação de Imóveis) e da FRIMETA (Indústria Friburguense de Metais Ltda. - metalúrgica) em 1962; da Firma Serra Mar (Turismo e Hotelaria) em 1968 e da Empresa CORA (Construção Racional Ltda.) em 1981. Fonte: jornal A Folha do Centro-Norte Fluminense, edição de 27/01/83.

²⁴² A primeira diretoria teria como presidente o Juiz de Direito Antônio Neder, tido como “amigo dos industriais”; o dono da metalúrgica HAGA, o alemão Hans Gaiser, na vice-presidência; o então delegado municipal do SESI, Alcindo Alves dos Reis, como secretário; Januário Caputo, da Indústria de Calçados Caputo; além de César Guinle, José Eugênio Müller (empresários eleitos Prefeitos de Friburgo), dentre outros, como diretores sem pasta. Jornal A Voz da Serra, 19/11/50.

²⁴³ Transcrito em O Nova Friburgo, edição de 31/10/54.

²⁴⁴ Jornal O Nova Friburgo, edição de 21/11/54.

²⁴⁵ A emenda mais importante, apresentada por Heródoto, propunha redução em 0,5% no imposto cobrado sobre construções, com a alegação de que não se deveria onerar excessivamente as pequenas construções. Segundo o autor da emenda, o próprio Prefeito, com quem havia conversado, era favorável à mesma. Esta foi aprovada, tendo a bancada udenista contado com o voto do líder do PSD, Murilo Cúrio. Livro de Atas da CMNF, sessão de 15/07/55.

²⁴⁶ Feliciano Costa vetara as seguintes resoluções aprovadas pelo Legislativo: a que autorizava construção no campo do Friburgo Futebol Clube e a que regulava o horário de funcionamento das padarias, permitindo folga aos empregados nos domingos. O veto à primeira resolução contou com a defesa intransigente de Heródoto, que usou seus conhecimentos de engenheiro para combater a obra, vista como um “mostrengo” a ferir o plano urbanístico da cidade, mas foi rejeitado por 13 votos a 2, o que pode ser explicado, inclusive, pelo fato de Heródoto ter declarado, na Rádio Sociedade, estar cercado de “ignorantes” na Câmara. O segundo veto, mesmo contando com a oposição da bancada pessedista, não conseguiu reunir os 2/3 necessários à sua rejeição, sendo mantido. Livro de Atas da CMNF, sessão de 19/08/55.

²⁴⁷ No projeto salientava-se a preocupação em permitir a construção de prédios com o máximo de dez pavimentos no lado par da Praça Getúlio Vargas e com sete pavimentos do lado ímpar da mesma e ao longo da avenida Alberto Braune, localizadas no centro da cidade, além de prever o alargamento progressivo das ruas, através do recuo obrigatório das construções. No mês seguinte à sua aprovação, a Resolução seria profundamente alterada, sob os protestos de seu autor, em virtude das reclamações de construtores por conta da obrigação ao recuo nos prédios, mantendo-se apenas o limite quanto aos gabaritos. Livro de Atas da CMNF, sessões de fevereiro e março de 1957.

²⁴⁸ Heródoto protestava contra a aprovação de projeto permitindo a construção de prédios residenciais e comerciais sem a exigência de recuo em ruas do bairro de Olaria, em adendo à Resolução 151/51, que fazia o mesmo em relação a ruas do centro da cidade. Livro de Atas da CMNF, sessão de 29/03/57.

²⁴⁹ Livro de Atas da CMNF, sessão de 28 de março de 1955. Onze anos mais tarde, o logradouro recebia a denominação de Bairro Sanglard, através da Lei Municipal nº 785, sendo hoje um populoso bairro operário.

²⁵⁰ Livro de Atas da CMNF, sessão de 10 de julho de 1958.

²⁵¹ Jornal O Nova Friburgo, edição de 07/07/62.

²⁵² Jornal A Voz da Serra, edição de 08/09 de dezembro de 1962.

²⁵³ Jornal O Nova Friburgo, edição de 18/08/62.

²⁵⁴ Fundou o Clube de Cinema em 1959 e o Centro de Arte de Nova Friburgo em 1961, sendo o seu primeiro diretor-executivo no biênio 1961/62. Também foi diretor e vice-presidente (desde 1962) da Sociedade Musical Campesina Friburguense (tradicional Banda de Música friburguense). Fonte: Jornal A Folha do Centro-Norte Fluminense, 27/01/83.

²⁵⁵ Jornal A Paz, edição de 03/11/62.

²⁵⁶ MELLO, J. M. Cardoso de - O Capitalismo Tardio, SP, Brasiliense, 1982.

²⁵⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de - Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento, RJ, Graal, 1988, 2ª ed., pp. 69-75.

²⁵⁸ Candidato ao governo do Estado, Tenório Cavalcanti obteria a incrível marca de 4.753 votos em Friburgo, ficando à frente do governador eleito, Badger da Silveira (4.219 votos), suplantado apenas por Miguel Couto, do PSD (5.813 votos).

²⁵⁹ Tais informações foram fornecidas, em entrevista a mim concedida, pelo ex-Vereador Celcyio Folly.

²⁶⁰ Fundado em 02 de dezembro de 1955.

²⁶¹ Publicado no Jornal A Voz da Serra, nas edições imediatamente anteriores ao pleito de 07/10/62.

²⁶² Ibidem, idem.

²⁶³ DREIFUS, René - 1964: A Conquista do Estado, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 78. A participação dos empresários friburguenses na preparação do golpe de 1964, seguindo a indicação inicial de Dreifus, necessitaria de um trabalho de pesquisa mais aprofundado, o que esta dissertação, infelizmente, ainda não será capaz de cumprir.

²⁶⁴ Jornal A Voz da Serra, edições de fevereiro de 1963. Pedro Cúrio passou a escrever, momentaneamente, sua coluna política “A Ordem do Dia”, no jornal do PSD, tendo em vista o fechamento de seu jornal, O Nova Friburgo, por falta de recursos financeiros, no segundo semestre de 1962. O jornal informava ainda que o Deputado Amâncio comandaria a

“Reação Legislativa” pelo restabelecimento dos direitos feridos dos “Barnabés injustiçados”.

²⁶⁵ Jornal A Voz da Serra, edição de 04/05 de maio de 1963.

²⁶⁶ Jornal A Voz da Serra, 11/12 de maio de 1963.

²⁶⁷ Jornal A Voz da Serra, 18/19 de maio de 1963.

²⁶⁸ Jornal A Voz da Serra, 29/30 de junho de 1963.

²⁶⁹ Livro de Atas da Câmara Municipal, 1º semestre de 1963.

²⁷⁰ Jornal A Voz da Serra, edições de novembro de 1963.

²⁷¹ O Vereador Luiz Caetano acusaria Alencar Barroso de apenas ter passado a ser o defensor do Prefeito em troca da readmissão de seu filho na prefeitura. Livro de Atas da Câmara Municipal, Sessão de 19/07/63.

²⁷² O Vereador Newton D’Ángelo ainda tentou uma proposta intermediária, tentando estabelecer uma variação progressiva para o imposto, mas não obteve êxito. Livro de Atas da Câmara Municipal, Sessão de 29/11/63.

²⁷³ Havia deixado de circular durante o segundo semestre de 1962 e o início de 1963.

²⁷⁴ Jornal O Nova Friburgo, edição de 07/12/63.

²⁷⁵ Jornal O Nova Friburgo, 25/26 de janeiro de 1964.

²⁷⁶ Livro de Atas da Câmara Municipal, Sessão de 06/03/64.

²⁷⁷ Jornal A Paz, edição de 04/05 de abril de 1964.

²⁷⁸ Jornal A Voz da Serra, edição de 04/04/64.

²⁷⁹ Ibidem, idem. Os elogios ao Sanatório Naval se repetiriam na edição de 18/19 de abril de 1964, quando o jornal, referir-se-ia ao órgão como “Muralha Cívica” na defesa da “Disciplina, da Ordem e da Hierarquia”, uma “elite” a fazer da instituição um “centro de Cultura e Ciência”.

²⁸⁰ Segundo depoimento do então operário da Sinimbu e militante comunista Antônio da Costa Cordeiro, que afirma, em entrevista a mim concedida, ter estado à frente, com Chico Bravo, do comando das paralisações, que foi de fábrica em fábrica convocando os trabalhadores a aderirem ao movimento.

²⁸¹ Jornal A Voz da Serra, edição de 11/12 de abril de 1964.

²⁸² Ibidem, idem. Vanor repetiria tais argumentos em entrevista concedida à Revista Zoom em 1986, quando afirmou: “Renunciei espontaneamente com uma metralhadora nas costas”.

²⁸³ Na mesma entrevista dada à Revista Zoom em 1986, Vanor afirmaria que o então diretor do Sanatório Naval, Dr. Mário Gregor, seu amigo, não suportara as pressões vindas diretamente do Ministro da Marinha, Almirante Guilhobel, que exigira da Câmara Municipal a cassação de seu mandato. Havia ainda os que iam ao Sanatório Naval pedir a sua prisão, dentre eles Heródoto Bento de Mello e o então presidente da UDN local, Raphael Jaccoud, os quais, segundo Vanor, eram os “chefes da comandita” em Friburgo. Também pressionado pelos pais (“Mamãe...na época hipertensa ... ajoelhou-se para mim de mãos postas, dizendo que se eu fosse preso ela morreria.”) e aconselhado por Amâncio (segundo depoimento de Celcyo Folly), terminou por optar pela renúncia.

²⁸⁴ Jornal A Paz, edição de 11/12 de abril de 1964.

²⁸⁵ Publicado em A Paz, edição de 04/05 de abril de 1964.

²⁸⁶ Jornal A Voz da Serra, edição de 04/04/64.

²⁸⁷ Richard Ihns é filho do alemão feito prisioneiro na Primeira Guerra Mundial, Richard Hugo Otto Ihns, que chegaria a gerente e, depois, diretor e acionista da Fábrica de Rendas Arp.

²⁸⁸ Conforme entrevista já citada de Vanor à Revista Zoom.

²⁸⁹ À posse de Heródoto teriam comparecido o Juiz de Direito, Dr. Rivaldo Pereira; o representante do Sanatório Naval, Walter Cunha; o Bispo Diocesano Dom Clemente Isnard; o presidente da Associação Comercial, Vitório Spinelli e seus mais próximos correligionários: o ex-Prefeito César Guinle, suplente de Deputado Federal; Raphael Jaccoud, presidente da UDN e o jornalista Ângelo Ruiz, presidente da Associação Friburguense de Imprensa, além de 700 pessoas, “admiradores e amigos do ilustre empossado”, segundo o jornal A Paz, edição de 11/04/64.

²⁹⁰ Jornal A Paz, edição de 11/04/64.

²⁹¹ Jornal O Nova Friburgo, edição de 11/04/64.

²⁹² Dados obtidos pelo depoimento de Celcyo Folly.

²⁹³ Jornal O Nova Friburgo, edição de 11/04/64.

²⁹⁴ Livro de Resoluções da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

²⁹⁵ Segundo Celcyo Folly, o Presidente da Câmara, Sidney Soares, da UDN, fora cúmplice da medida e ainda teria tentado apoio para a cassação de mais vereadores, como o próprio Celcyo, Newton D’Ángelo e João Luiz Caetano, considerados os mais “radicais” daquela Legislatura.

²⁹⁶ Segundo o seu próprio depoimento e o registro de suas atividades pelas atas das sessões da Câmara Municipal no período que vai de fevereiro de 1963 a abril de 1964.

²⁹⁷ Segundo editorial do jornal A Voz da Serra, na edição de 16/17 de maio de 1964, “o plano diretor foi obra de idealistas”, tendo entrado, na sua elaboração, uma “certa dose de utopia”, no afã de disciplinar o desordenado crescimento da cidade, o que teria lhe comprometido a estrutura, em virtude da “quantidade astronômica de numerário” exigida para as desapropriações.

²⁹⁸ Em entrevista concedida ao jornal Correio Friburguense, em 29/01/83, quando assumiu a prefeitura após as eleições de 1982, Heródoto faria estas referências, lembrando os momentos em que, durante os “dois anos, nove meses e vinte dias” à frente do poder municipal em 1964, aproveitara o breve espaço de tempo para, “da noite para o dia”, segundo ele, realizar certos “milagres” com vistas à aplicação do tão almejado Plano Diretor, projetando como e para onde a cidade deveria crescer.

- ²⁹⁹ Jornal O Nova Friburgo, edição de 25/04/64.
- ³⁰⁰ Jornal A Paz, edição de 16/05/64.
- ³⁰¹ A Resolução nº 710, de 15/09/64, que estabelece o Código Tributário, possui 70 páginas definindo, nos mínimos detalhes, a estrutura do sistema tributário do município.
- ³⁰² Jornal A Voz da Serra, edição de 08/09 de agosto de 1964.
- ³⁰³ Jornal A Paz, edição de 06/07 de junho de 1964.
- ³⁰⁴ Jornal A Voz da Serra, edição de 08/09 de agosto de 1964.
- ³⁰⁵ Jornal A Paz, edição de 08/09 de agosto de 1964. V. Resolução nº 711, de 15/09/64, no Livro de Leis da Câmara Municipal de Nova Friburgo.
- ³⁰⁶ Cf. coluna “Ordem do Dia”, de Pedro Cúrio, na edição de 05/09/64 de O Nova Friburgo, em que exclama: “nem a Guanabara e São Paulo possuem a tal função de PAISAGISTA!!!”
- ³⁰⁷ Jornal O Nova Friburgo, edição de 26/09/64.
- ³⁰⁸ Livro de Atas da Câmara Municipal, Sessão de 30/09/64.
- ³⁰⁹ Jornal O Nova Friburgo, edição de 23/24 de maio de 1964.
- ³¹⁰ Resolução nº 701, de 20/06/64, da Câmara Municipal de Nova Friburgo e Ofício nº 150/65, de 03/05/65, da Prefeitura Municipal, Livro de Leis da Câmara Municipal.
- ³¹¹ Somente em 1996, quando Heródoto retornou à prefeitura após extensas e complicadas batalhas judiciais que resultaram na cassação do Prefeito Nelci da Silva, este projeto foi concretizado, com a criação da Casa da Suíça, ao lado da Queijaria-Escola, no bairro de Campo do Coelho.
- ³¹² Entrevista de Heródoto concedida à Revista Zoom, nº 17, Nova Friburgo, 1987, p. 05.
- ³¹³ Jornal do Brasil, edição de 18 de setembro de 1983.
- ³¹⁴ Idem, ibidem.
- ³¹⁵ Idem, ibidem.
- ³¹⁶ Apontado na reportagem como “um dos líderes empresariais do Estado do Rio”, pois era presidente do Sindicato da Indústria Têxtil e vice-presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros e da Federação das Indústrias Fluminenses.
- ³¹⁷ Jornal do Brasil, edição de 18 de setembro de 1983.
- ³¹⁸ Cf. HUNT, E.K. & SHERMAN, H.J. - História do Pensamento Econômico, Petrópolis, Vozes, 1988, 7ª ed., pp. 46/62.
- ³¹⁹ Trechos de entrevista de Heródoto concedida ao jornal Correio Friburguense, edição de 29/01/83.
- ³²⁰ BOURDIEU, Pierre - “A Delegação e o Fetichismo Político” in Coisas Ditas, SP, Brasiliense, 1990, p. 200.

FONTES

JORNAIS E REVISTAS PESQUISADOS JUNTO AO DEPARTAMENTO PRÓ-MEMÓRIA DA SECRETARIA DE CULTURA - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO:

A CIDADE DE FRIBURGO

A FOLHA DO CENTRO-NORTE FLUMINENSE

A PAZ

A VOZ DA SERRA

CORREIO FRIBURGUENSE

O FRIBURGUENSE

O NOVA FRIBURGO

O PHAROL

REVISTA ZOOM

PUBLICAÇÕES SOBRE NOVA FRIBURGO:

Nova Friburgo em Desfile - Guia Turístico do Município (organizado por Décio Monteiro Soares), Tipografia Yara, 1951/52.

Nova Friburgo - Roteiro Turístico - (org.: Décio Monteiro Soares), Gráfica J. Gonçalves, Niterói, 1965.

O Município de Nova Friburgo - aspectos antigos e modernos - informações - dados estatísticos, P.M.N.F., 1933.

Sinopses Estatísticas do Município de Nova Friburgo, publicadas pelo IBGE em 1948, 1955 e 1965, relativas aos Censos realizados em 1940, 1950 e 1960.

CADERNOS DE CULTURA da Diretoria de Desenvolvimento Cultural PRÓ-MEMÓRIA - Secretaria de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo:

Notas Biográficas para Monografias, 1985.

Depoimentos - Memória Oral - Entrevistas - série 3, 1987.

Notas e Informações - série 1 - volume 2, 1988.

Notas para Estudo da Presença Alemã em Nova Friburgo - série 8 - v.1, 1988.

LIVROS DE ATAS E DE REGISTRO DE LEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO (Período: 1947 a 1964)

ENTREVISTAS:

ANTÔNIO DA COSTA CORDEIRO (militante operário).

CELCYO FOLLY (vereador do PTB na Legislatura 1962/66).

FRANCISCO DE ASSIS BRAVO (líder operário e vereador cassado em 1964).

JOSÉ PEREIRA DA COSTA FILHO (líder operário).

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict - *Nação e Consciência Nacional*, SP, Ática, 1981.

ANDERSON, Perry - *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, SP, Brasiliense, 1989.

ANSART, Pierre - *Ideologias, Conflitos e Poder*, RJ, Zahar, 1978.

ARAUJO, João Raimundo de - *Nova Friburgo: o Processo de Urbanização da Suíça Brasileira*, Niterói, 1992, dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense.

BENEVIDES, Maria Victoria - *A UDN e o Udenismo*, RJ, Paz e Terra, 1981.

_____ - *O Governo Kubitschek*, RJ, Paz e Terra, 1979, 3ª ed.

_____ - *O PTB e o Trabalhismo*, SP, Brasiliense, 1989.

BOBBIO, Norberto - *Estado Governo Sociedade - para uma teoria geral da política*, RJ, Paz e Terra, 1987.

_____ - "Elites, Teoria das" in *Dicionário de Política*, Brasília, Ed. UnB, 1995, 8ª ed., vol. 1.

BOSI, Alfredo - *Dialética da Colonização*, SP, Cia. das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre - “Espaço Social e Poder Simbólico” e “A Delegação e o Fetichismo Político” in *Coisas Ditas*, SP, Brasiliense, 1990.

_____ - “Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe” in *A Economia das Trocas Simbólicas*, SP, Perspectiva, 1992, 3ª ed.

_____ - “A gênese dos conceitos de habitus e de campo”, “Sobre o Poder Simbólico” e “A representação política - Elementos para uma teoria do campo político” in *O Poder Simbólico*, Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter - *A Escola dos Annales (1929-1989) - A Revolução Francesa da Historiografia*, SP, Ed. Unesp, 1991.

CAMPOS, Francisco - *O Estado Nacional: sua estrutura; seu conteúdo ideológico*, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1940.

CARDOSO, Ciro Flamarion - “Uma Nova História?” in *Ensaio Racionalistas*, RJ, Campus, 1989.

CHESNEAUX, Jean - *Devemos fazer tábula rasa do passado?*, SP, Ática, 1995.

CORRÊA, Heloísa Beatriz Serzedello - *Nova Friburgo: o Nascimento da Indústria (1890-1930)*, Niterói, 1985, dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense.

COUTINHO, Carlos Nelson - *Marxismo e Política - a dualidade de poderes e outros ensaios*, SP, Cortez Editora, 1994.

CÚRIO, Pedro - *Como Surgiu Friburgo (Esbôço histórico e episódico) - 1818/1840*, Nova Friburgo, Gráfica de “O Nova Friburgo”, 1944.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves - *PTB - do Getulismo ao Reformismo - 1945/1964*, SP, Marco Zero, 1989.

DREIFUS, René Armand - *1964: A CONQUISTA DO ESTADO*, Petrópolis, Vozes, 1981.

FAORO, Raimundo - *Os Donos do Poder*, SP, Globo, 1989, 8ª ed., 2 vols.

_____ - *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*, SP, Ed.Ática, 1994.

FAUSTO, Boris (org.) - *História Geral da Civilização Brasileira*, RJ, Bertrand do Brasil, 1990, 4ª edição, volumes 9 e 10.

_____ - *A Revolução de 1930*, SP, Brasiliense, 1995, 14ª ed.

FERNANDES, Florestan - *A Revolução Burguesa no Brasil*, RJ, Zahar, 1976.

_____ - *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*, SP, Hucitec, 1979.

FERREIRA, Marieta de Moraes(coord.)- *A República na Velha Província*, RJ, Rio Fundo, 1989.

_____ - *Em Busca da Idade do Ouro*, RJ, Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

FISCHER, E. C. - *Uma História em Quatro Tempos*, N. Friburgo, Tipografia da Fábrica de Rendas Arp, 1986.

GELLNER, Ernest - *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1983.

GINZBURG, Carlo - “História da Arte Italiana” in *A Micro-História e Outros Ensaio*, Lisboa/DIFEL e RJ/Bertrand do Brasil, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro - “Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)” in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 3º volume, 1991, 5ª ed.

_____ - *A Invenção do Trabalhismo*, RJ, IUPERJ/Vértice, 1988.

GOMES, Pinharanda - *A Filosofia Tomista em Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1978.

GRAMSCI, Antonio - *Concepção Dialética da História*, RJ, Civilização Brasileira, 1991, 9ª edição.

_____ - *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, RJ, Civilização Brasileira, 1991, 8ª edição.

_____ - *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, RJ, Civilização Brasileira, 1991, 8ª edição.

GRUPPI, Luciano - *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*, RJ, Graal, 1991, 3ª edição.

GUIMARÃES, Arthur V. - *Um Inquérito Social em Nova Friburgo: ensaio de sociologia prática*, RJ, tipografia do Jornal do Comércio, 1916.

HIPPOLITO, Lucia - *PSD - De Raposas e Reformistas*, RJ, Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric - *A era do Capital - 1848/1875*, RJ, Paz e Terra, 1996, 5ª ed.

_____ - *A Era dos Impérios - 1875-1914*, RJ, Paz e Terra, 1992, 3ª ed.

_____ - *Nações e Nacionalismo desde 1870: Programa, Mito e Realidade*, RJ, Paz e Terra, 1991.

_____ - “O Ressurgimento da Narrativa: Alguns Comentários” in *Revista de História nº 2/3*, UNICAMP, 1991.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence - *A Invenção das Tradições*, RJ, Paz e Terra, 1984.

HUNT, E.K. & SHERMAN, H.J. - *História do Pensamento Econômico*, Petrópolis, Vozes, 1988, 7ª ed.

JULLIARD, Jacques- “A Política” in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre - *História: Novas Abordagens*, RJ, Livraria Francisco Alves Editora, 1988, 3ª ed.

LAMOUNIER, Bolívar - “Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação” in *HGCB*, Tomo III, 2º volume, 1990, 4ª ed.

LE GOFF, Jacques - *História e Memória*, SP, Editora da Unicamp, 1990.

LINHARES, Maria Yedda (org.) - *História Geral do Brasil*, RJ, Campus, 1990.

LOUZADA, Gioconda - *Presença Negra - uma abordagem de Nova Friburgo*, Niterói, EDUFF, 1991.

- LÖWY, Michael - *Método Dialético e Teoria Política*, RJ, Paz e Terra, 1985, 3ª ed.
- _____ - *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, SP, Ed. Busca Vida, 1988, 2ª ed.
- MARX & ENGELS - *A Ideologia Alemã*, SP, Martins Fontes, 1989.
- MAYER, Jorge Miguel & LISBOA, Edson de Castro - *Inquérito sobre Escravidão em Nova Friburgo* (mimeo), Deptº Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.
- MAYER, Jorge Miguel & PEDRO, José Carlos - *Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo* (mimeo), Deptº Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.
- MORAES, Dênis de - *A Esquerda E O Golpe De 64*, RJ, Espaço e Tempo, 1981.
- _____ - *O Imaginário Vigiado - a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*, RJ, José Olympio Ed., 1994.
- NEDER, Gizlene - *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.
- NICOULIN, Martin - *A Gênese de Nova Friburgo*, RJ, Fund. Biblioteca Nacional/Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1996.
- MELLO, J. M. Cardoso de - *O Capitalismo Tardio*, SP, Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Sonia Regina de - *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*, RJ, Graal, 1988.
- _____ - “O Ruralismo Brasileiro na Primeira República: Um Debate de Idéias” in *A Margem, Revista de Ciências Humanas*, ano 1, nº 1/janeiro/1993, Niterói.
- OLIVEIRA, Francisco de - “A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista” in *Seleções CEBRAP*, nº 1, SP, Brasiliense, 1977.
- ORTIZ, Renato - *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, SP, Brasiliense, 1985.
- POMPEU, Julio - *Album de Nova Friburgo*, Petropolis, Oficinas Graphics L. Silva & C., 1919.
- RENAN, Ernest - “*Qu’est-ce qu’une Nation?*” in AMIEL, Olivier - *Agora - Les Classiques*, Press Pocket.
- ROMANO, Roberto - *Brasil: Igreja contra Estado*, SP, Kairós, 1979.
- ROURE, Agenor de - “O Centenário de Nova Friburgo” in *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 1918, Tomo 83, pp. 243 a 266.
- _____ - “A Abolição e seus reflexos econômicos” in *Revista do IHGB*, 1918, Tomo 83, pp. 315 a 331.
- SILVA, Luiz Henrique da - *Um Mundo na Sociedade*, N. Friburgo, Atlas Artes Gráficas, 1990.
- SILVA, Marcos A. da (coord.) - *República em Migalhas - História Regional e Local*, SP, Ed. Marco Zero/CNPQ, 1990.
- SKIDMORE, Thomas - *Brasil: De Getúlio A Castelo*, RJ, Paz e Terra, 1982.

SOARES, Décio Monteiro - *Terra Friburguense*, Niterói, Imprensa Oficial, 1952.

VERDENAL, René - “A Filosofia Positivista de Auguste Comte” in CHÂTELET, François (org.) - *A Filosofia e a História*, Volume 5, RJ, Zahar, 1981.

VIANNA, Luiz Werneck - *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, RJ, Paz e Terra, 1989, 3ª ed.

VIANNA, Oliveira - *Instituições Políticas Brasileiras*, BH/Itatiaia e Niterói/EDUFF, 1987.

_____ - *Problemas de Política Objetiva*, RJ, Record, 1974, 3ª ed.

_____ - *História Social da Economia Capitalista*, BH/Itatiaia e Niterói/EDUFF, 1988.

_____ - *Direito do Trabalho e Democracia Social*, RJ, Record, 1955.

WANDERLEY, A. de Menezes - *O Município de Nova Friburgo - dados históricos e physiographicos*, Nova Friburgo, Tipografia de “O Nova Friburgo”, 1930.

WEFFORT, Francisco - *O Populismo na Política Brasileira*, RJ, Paz e Terra, 1980.

_____ (org.) - *Os Clássicos da Política*, SP, Ed. Ática, 1995, 5ª ed., 2 volumes.

WILLIAMS, Raymond - *Marxismo e Literatura*, RJ, Zahar, 1979.